



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

DÉBORA ATAÍDE REIS

MEMÓRIA(S) MILITANTE(S): Narrativas
Autobiográficas e Imagens de Resistência em Derlei
Catarina De Luca (1966-1973)

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso

Salvador-BA
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

DÉBORA ATAÍDE REIS

MEMÓRIA(S) MILITANTE(S): Narrativas
Autobiográficas e Imagens de Resistência em Derlei
Catarina De Luca (1966-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso

Salvador-BA
2015

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

N456 Reis, Débora Ataíde
MEMÓRIA(S) MILITANTE(S): Narrativas Autobiográficas e Imagens
de Resistência em Derlei Catarina De Luca (1966-1973)
DÉBORA ATAÍDE REIS. -- Salvador, 2015.
252 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso
Dissertação (Mestrado - Programa de pós graduação em História) -
- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, 2015.

1. Ditadura civil-militar; 2. Mulheres militantes;
3. Autobiografias; 4. Memórias; 5. Ação Popular.
I. Cardoso, Lucileide Costa. II. Título.



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA ALUNA	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Débora Ataíde Reis	213115376	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
Memória (s) militante (s): narrativas autobiográficos e imagens da resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
X Lucileide Costa Cardoso (orientadora – UFBA)		309051175-49
X Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)		254145425-20
X Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB)		488323165-87

ATA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de 2015, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Débora Ataíde Reis**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Lucileide Costa Cardoso orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação traz um debate teórico, historiográfico e político sobre memórias como uma pesquisa importante para os estudos sobre a ditadura. A banca resolveu por aprovar e indicar o trabalho para a publicação.

SSA, 15/05/2015: Assinatura da aluna:

SSA, 15/05/2015: Assinatura da orientadora:

A todas as Derleis, Catarinas, Marias, Lúcias, Loretas, Iaras, Elziras Que mergulharam fundo em seus ideais e se reinventaram num momento em que ser uma mulher militante de esquerda podia ser duplamente perigoso.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta pesquisa, cujos primeiros passos se deram ainda na graduação, a contribuição de várias pessoas foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Este é o espaço de mostrar a imensa gratidão pelo incentivo e auxílio de todos/as.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dr^a Lucileide Costa Cardoso, pelas ricas contribuições no desenvolvimento da pesquisa, pela presença e solicitude. Também pela sua paciência, delicadeza e incentivo. Muito obrigada, professora!

Sou muito grata aos professores Dr^a Lina Maria Brandão de Aras e Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira, pelas ricas contribuições na banca de qualificação, que proporcionaram um novo olhar sobre o objeto.

Também agradeço ao Prof. Dr. Antonio Maurício Freitas Brito, da Universidade Federal da Bahia, que, ainda quando compunha o quadro de docentes da Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas, participou dos meus primeiros passos nesta pesquisa, iniciada na graduação, compartilhando saberes e me incentivando a seguir em frente, bem como lendo e me dando sugestões no desenvolvimento do projeto para a seleção do mestrado. Também pelos textos enviados. Muito obrigada!

Além de Maurício, não posso esquecer todos/as os/as professores/as da Universidade do Estado da Bahia, Campus II, também muito importantes no início deste percurso. Registro aqui o meu carinho todo especial pela UNEB, espaço de descobertas, reflexões, apreensões, muitas risadas e amizades construídas. Lugar em que descobri o gosto pela pesquisa, em especial pela História das Mulheres. Agradeço também aos meus colegas/amigos/as, principalmente àqueles/as que acompanharam de perto o meu crescente interesse pelo tema, a exemplo de Anna Paula Figueiredo Oliveira, Jonathas Pereira da Silva e Railton Santos.

Sou grata também à Iracélli Alves, que me acolheu em sua casa no período da seleção de mestrado, me incentivou e dividiu horas de estudos. Também pelo compartilhar de questões e expectativas, pelos envios de materiais e pelos diálogos que colaboraram para reflexões importantes. Valeu, Iracélli!

Agradeço também à professora Célia Costa Cardoso, da UFS, e ao professor Reginaldo Dias, da UEM, pela atenção e envio das suas pesquisas.

À professora Marilécia Santos, da UNEB, Campus II, por algumas observações que ajudaram a ampliar o meu olhar sobre as mulheres militantes.

Ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia. Aos meus professores, pelas reflexões proporcionadas pelas suas disciplinas, que muito contribuíram para iluminar várias questões. Igualmente aos meus colegas de turma(s). À Gilvan, por ser atencioso e prestativo.

Agradeço à CAPES, pela bolsa concedida durante este período de pesquisa.

Ao *Grupo de Pesquisa Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades*, coordenado pela professora Lucileide Costa Cardoso, pela troca de saberes em reuniões e, em especial, no *I Encontro de Pesquisadores em Ditadura(s)*, ocorrido na UFBA, em outubro de 2014. Também em outros espaços de discussão, a exemplo do evento *1964: Golpe e Ditadura 50 anos de Lutas por Democracia*, ocorrido na UFS, em abril de 2014.

Registro aqui o meu agradecimento e respeito por três mulheres militantes que também contribuíram imensamente para a construção deste trabalho. São elas: Derlei Catarina De Luca, Catarina Meloni e Maria Lúcia Resende Garcia. O meu muito obrigada por terem me atendido prontamente, confiado em mim e compartilhado um pouco das suas vivências.

Agradeço, sobretudo, aos meus pais, Creuza Maria Athayde Reis e Arquimedes B. Lima Reis (*in memoriam*), pelo exemplo de honestidade, dedicação extremada, e pela luta para garantir a minha formação intelectual, apesar das dificuldades.

Aos meus irmãos e irmãs, que, juntamente com os meus pais, foram, desde sempre, os meus exemplos.

À Salomão Alves, com quem compartilho os meus dias e que faz com que estes sejam mais leves. Pela cumplicidade e reciprocidade; pela presença e preocupação.

Muito obrigada a todos/as!

Espero que os limites da minha memória não causem nenhuma impressão de que fui ingrata em algum momento. Se o esquecimento se fez presente de alguma forma, espero que me desculpem e considerem que ingrata, na verdade, é esta manifestação da memória, neste caso, inconsciente.

*A vida só é possível
reinventada.*

Cecília Meireles

RESUMO

Durante a ditadura civil-militar brasileira, muitas mulheres entraram para as diversas organizações de esquerda sendo consideradas pelo Estado como inimigas a serem combatidas. Várias destas militantes passaram a viver na clandestinidade como uma forma de continuarem com as suas atividades políticas, bem como para se protegerem da repressão. Apesar das medidas de segurança tomadas, muitas foram aquelas que, sendo capturadas, ficaram expostas aos diversos tipos de tortura. Anos mais tarde, aos poucos, estas militantes foram revelando tais experiências através de relatos orais e escritos, dentre eles, autobiografias. Influenciadas pela relação existente entre memória, subjetividade e “vivências femininas”, estas escritas foram construídas orientadas por *projetos autobiográficos* que, dentre outras finalidades, visavam denunciar as atrocidades perpetradas pelo Estado brasileiro. Cada mulher à sua maneira, ao rememorar a sua trajetória de militante, expôs sentimentos de dor e/ou orgulho, apresentou facetas ligadas à memória feminina, a exemplo da experiência da maternidade em situações de clandestinidade e perseguição política, silenciou alguns aspectos, consciente e/ou inconscientemente, assim como deixou escapar mágoas e elementos pertencentes à memória coletiva desta *fração geracional*. Algumas também revelaram elementos que dividem esta memória. Derlei Catarina De Luca foi uma destas mulheres. É sobre a sua experiência como militante da Ação Popular entre os anos de 1966 e 1973, bem como sobre as suas narrativas autobiográficas na forma de relatos escritos e orais que este trabalho vem tratar.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Mulheres militantes; Autobiografias; Memórias; Ação Popular.

ABSTRACT

During the Brazilian civil-military dictatorship, many women have entered the various leftist organizations being considered by the State as enemies and for this reason they should be fought. Several of these militants went into hiding life style as a way to keep their political activities, and to protect themselves from prosecution. Despite the security measures taken, many were those who, being captured, were exposed to various types of torture. Years later, little by little, these militants were revealing these experiences through oral and written reports, including, autobiographies. Influenced by the relationship among memory, subjectivity and "female experiences," these writings were built driven by autobiographical projects that, among other purposes, aimed to denounce the atrocities committed by the Brazilian Authority State. Each woman in her own way, while recalling her militant trajectory, exposed feelings of pain and/or pride, presented aspects related to women's memory, like the motherhood experience in situations of hiding and political persecution, silenced some aspects, conscious and/or unconsciously, and let out hurts and elements belonging to the collective memory of this generational split. Some also revealed elements share this memory. Derlei Catarina De Luca was one of these women. It's about her experience as a militant of the Popular Action between the years 1966 and 1973, as well as on her autobiographical narratives into written and oral reports that this work is treated.

Keywords: Civil-military dictatorship; Activist Women; Autobiographies; Memories; Popular Action.

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional n. 5
ALN – Aliança Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
COLINA – Comandos de Libertação Nacional
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Organização Política Marxista – “Política Operária”
REDE – Resistência Democrática
SNI – Serviço Nacional de Informações
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNE – União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ENTRE LUGARES E DESLOCAMENTOS: MILITÂNCIA DE DERLEI DE LUCA NA AP.....	24
2.1. SOBRE A AÇÃO POPULAR.....	25
2.2. PRIMEIROS PASSOS DE DERLEI NA AÇÃO POPULAR E ENTRADA PARA A CLANDESTINIDADE.....	32
2.2.1. Vivendo como uma operária.....	40
2.2.2. Repressão em São Paulo.....	50
2.3. Prisão, tortura e múltiplas reinvenções de si.....	60
2.3.1. Militância na Bahia.....	69
2.4. Repressão, <i>luta interna</i> , desejo de “maternagem” e decisão pelo exílio	80
3. PEQUENAS QUEBRAS DE SILÊNCIO: VOZES E ESCRITAS FEMININAS EM LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO.....	86
3.1. ENTRE SIMILARIDADES E SINGULARIDADES: AUTOBIOGRAFIAS FEMININAS	87
3.2. PARA ALÉM DA MILITÂNCIA, A ESPECIFICIDADE DAS “MEMÓRIAS FEMININAS”.....	100
3.3. MEMÓRIA(S) MILITANTE(S) E MEMÓRIAS DE UMA MILITÂNCIA	110
3.3.1. Engajamento político e compartilhamento de “memórias engavetadas”	111
3.3.2. Rememorações (de mulheres) de uma <i>fração geracional</i>	123
3.3.3. <i>Memórias divididas</i> e Ação Popular.....	132
3.4. TANTO “NO CORPO” QUANTO “NA ALMA”: MARCAS PERMANENTES DA TORTURA	143
4. REINVENTANDO A VIDA: MEMÓRIAS DE UMA MÃE/MILITANTE. 166	
4.1. SER MÃE É...: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	168
4.2. MATERNIDADE(S) EM CONTEXTOS DE LUTA E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA DURANTE A DITADURA	172
4.2.1. A maternidade como um problema para as organizações de esquerda: conflitos e/ou negociações.....	174
4.2.2. Sobre algumas vicissitudes do ser mãe e militante.....	194
4.2.3. Memórias de pais e de filhos/as.....	211
4.3. Lembranças de um afastamento forçado.....	220
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
FONTES	237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	242

1. INTRODUÇÃO

Pensar na História como produto da ação humana é considerar que esta não se restringe à atuação de ícones masculinos que traçaram grandes mudanças a partir das suas práticas individuais e revolucionárias. É enxergar nas pessoas, que formam diferentes parcelas da(s) sociedade(s), as suas potencialidades e os seus limites, as relações de dominação, identificação, colisões, negociações e transgressões. É buscar na multiplicidade de experiências e na forma como estas interagem, semelhante ou contraditoriamente, a chave para um entendimento que ultrapasse as barreiras do homogêneo, do universal. É entrelaçar sujeitos e contextos.

Quem quer que vivencie uma determinada conjuntura contribui, de alguma forma, para mudanças e permanências existentes numa sociedade. Neste sentido, pode-se afirmar que as mulheres sempre fizeram parte dos processos históricos, direta ou indiretamente, mesmo sem serem mencionadas pela historiografia. “É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, essa vontade foi por muito tempo inexistente” (PERROT, 2005, p. 14).

A História das Mulheres vem se consolidando e permitindo que personagens femininas, anteriormente silenciadas por uma historiografia voltada para a atuação de um sujeito universal masculino, possam ser ouvidas e consideradas como parte fundamental e atuante dos processos históricos. Isto ocorre, por exemplo, com mulheres que integraram as diferentes organizações de esquerda durante o período da ditadura civil-militar brasileira.

Nesta perspectiva, desenvolver um trabalho que trata de trajetórias e memórias de mulheres militantes é reconhecê-las como sujeitos históricos. É também contribuir para a História das Mulheres ao trazer à tona tais vivências e lembranças. Mas isto apenas não basta. É fundamental construir um conhecimento histórico que dê vida a experiências dentro dos seus contextos específicos, considerando as dimensões sociais, culturais e políticas, assim como as subjetivas, reconhecendo também o caráter plural destas vivências mesmo quando estas se mostram embutidas em fenômenos comuns a determinado grupo.

Para isto, é necessário ir além do âmbito descritivo das experiências dos sujeitos através do aguçamento de um olhar analítico que supere as categorias fixas e universais que engessam as vivências femininas em perspectivas abstratas e a-históricas. Assim, entende-se

que é fundamental a utilização do *gênero* enquanto categoria de análise¹, pois este possibilita a reflexão acerca das amarras dicotômicas que sustentam padrões considerados universais que atribuem às mulheres papéis ligados à esfera doméstica, assim como definem características tidas como naturalmente femininas, a exemplo da fragilidade e da passividade (DIAS, 1992; TILLY, 1994; VARIKAS, 1994; ZIMMERMANN E MEDEIROS, 2004).

É considerando a importância da categoria *gênero* que o presente trabalho busca pensar no caráter relacional, assim como no histórico, social, cultural e subjetivo, como importantes elementos que interagem no constante processo de (re)construção das identidades de gênero das mulheres². Assim, concorda-se com Scott (1989) quando ela afirma que o gênero é (re) construído, além do parentesco, pelas instituições educacionais, mercado de trabalho, etc. Neste caso específico, entende-se que as identidades de gênero foram reinventadas pelas militâncias políticas assim como estas últimas também reinventaram as identidades de gênero das mulheres militantes. Além disso, compreende-se que

o gênero não é apenas algo que a sociedade impõe aos indivíduos; mulheres e homens, eles próprios fazem o gênero e, ao fazê-lo, eles escolhem certas opções comportamentais e ignoram outras. Essa perspectiva desafia o caráter ‘natural’ da diferença de gênero, sustentando que todas as características sociais significativas são ativamente criadas, e não biologicamente inerentes, permanentemente socializadas ou estruturalmente predeterminadas. Em outras palavras, como dizem Howard e Hollander, o gênero é relativo à performance, pode-se dizer “fazer o gênero”. Isto é, comportar-se de maneira que seja qual for a situação, sejam quais forem os atores, o nosso comportamento é visto no contexto como apropriado ao gênero. (NOGUEIRA, 2001, p. 147-148).

Entende-se, portanto, que esta variedade de comportamentos indica que, na prática, o gênero ou as identidades de gênero são “categorias vazias e transbordantes” (SCOTT, 1989, p. 28), ou seja, não existem vivências que se encaixam em modelos fixos e delimitados, mas várias performances que variam de acordo com o contexto e com a peculiaridade de cada um (LOURO, 1997). Contudo, é importante ressaltar a existência de uma série de padrões e conceitos normativos que buscam “moldar” as identidades das mulheres e dos homens, afirmando o sentido do “feminino” e do “masculino” (SCOTT, 1989). Estes também diretamente ligados a contextos específicos. Assim:

¹ Considera-se, a partir da visão de Joan Scott (1989), que o gênero é uma construção social e, portanto, histórica, que, ao mesmo tempo em que demarca a diferença entre homens e mulheres, constitui relações hierárquicas. Além disso, se reconhece que as mulheres não são os únicos sujeitos oprimidos, sendo também os homens cobrados para se enquadrarem em papéis impostos nos mais variados contextos.

² Entende-se identidade a partir da perspectiva do sujeito pós-moderno proposta por Stuart Hall, que considera que os sujeitos são compostos por várias identidades móveis, complementares, às vezes contraditórias, e definidas historicamente (HALL, 2011).

Trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar não somente as categorias das relações de gênero, como também os conceitos de reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina. (DIAS, 1992, p. 41).

Apesar da noção de fixidez e consenso que buscam reger e padronizar as relações sociais no âmbito do gênero e das identidades de gênero, na prática, estas se dão de forma muito mais complexa, situadas historicamente, não se adequando simplesmente a “modelos” que definem o “ser homem” e o “ser mulher”. Dão-se através do diálogo e processos de identificação constantes, de acordo com os contextos vivenciados pelos sujeitos. Porém, há que se considerar também os conflitos decorrentes da dicotomia “masculino” x “feminino”, pautados por conceitos normativos que rejeitam tudo aquilo que não se encaixe em determinados padrões.

É a partir da noção de um consenso em torno desta dicotomia, assim como de outros consensos, que figuram aqueles indivíduos que, em algum momento, se afastam de maneira visível das “regras” estabelecidas, os transgressores. Foi nesta perspectiva que as mulheres militantes de esquerda foram vistas por vários segmentos da sociedade brasileira como transgressoras da “ordem” dos gêneros e também da “ordem” política. Isto por terem atuado como militantes de esquerda num período de ditadura, “fazendo o gênero” de múltiplas formas e transitando em vários espaços, inclusive naqueles que, à época, eram considerados como propriamente “masculinos”.

Pode-se afirmar, portanto, que até a década de 60, era comum a delimitação dos lugares sociais ocupados por pessoas pertencentes às classes mais abastadas a partir do referencial de gênero. Os homens, considerados os provedores da família, responsáveis pela tomada das decisões, eram aceitos e circulavam livremente pelo espaço público, considerado seu domínio por excelência, sendo a política uma das suas extensões. Em contrapartida, às mulheres, consideradas o “segundo sexo”, foi atribuído o lugar da submissão, da ingenuidade, do silêncio. A sua atuação era cobrada, sobretudo, junto ao espaço privado do lar, onde tinham como obrigações o cuidado com o bem-estar dos filhos e do marido (BADINTER, 1985; ROCHA-COUTINHO, 1994; BASSANEZI, 1996; PERROT, 2005).³

³ Afirmer que a atuação das mulheres estava ligada, sobretudo, à esfera privada não significa dizer que estas não atuassem também no espaço público, mesmo que indiretamente. Rocha-Coutinho (1994) trata muito bem desta questão. Também há que se considerar que existiram aquelas mulheres que atuaram na política brasileira durante a primeira metade do século XX tendo, inclusive, pertencido à esquerda. Um exemplo disto é a candidatura, em 1947, na Bahia, ao cargo de deputada estadual, de Maria José Lopes de Melo, Bernadete Ribeiro, Carmosina

Nesta ênfase na delimitação de papéis, quem se afastasse dos padrões impostos era considerado transgressor, aquele que zombava das regras da sociedade. Contudo, algumas modificações começaram a ocorrer no final da década de 50, que resultaram em outras pequenas transformações no que se refere ao lugar das mulheres na sociedade. A principal delas foi o crescimento do número de mulheres ocupando o mercado de trabalho, de forma mais efetiva, e adentrando o espaço das universidades. Foi neste último lugar que várias estudantes universitárias se envolveram com a política estudantil e, após o golpe civil-militar, em 1964, passaram a ser vistas como agitadoras e, posteriormente, aquelas que se integraram às diversas organizações de esquerda, passaram a ser consideradas pelo Estado como “inimigas da nação”.

Neste contexto de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), aqueles que ousassem questionar ou se posicionar contra o governo eram considerados transgressores da “ordem” política. A ideia do “perigo comunista” representava uma ameaça constante para alguns setores militares e civis, dentre eles, políticos e grandes empresários, levando-os a se unir com o objetivo de destruir os seus potenciais inimigos (CARDOSO, C., 2014). Por outro lado, parte da população, a exemplo dos estudantes, insatisfeita com a política imperialista norte-americana e com a ditadura, buscava nas ideias socialistas uma forma de livrar-se da opressão social e política. O movimento estudantil passou a se posicionar, então, cada vez mais, contrário aos desmandos do governo federal, ocorrendo, em 1968, um aumento do envolvimento de jovens universitários em manifestações de repúdio à ditadura. Alguns destes também passaram a integrar as diversas organizações clandestinas de esquerda, tornando-se, assim, o principal alvo da repressão, especialmente, após a consolidação dos aparatos repressivos e dos serviços de informação, entre os anos de 1969 e 1970 (FICO, 2001).

Foi neste contexto de disputa política e de questionamentos, negação e busca por liberdade que várias mulheres se envolveram com movimentos de contestação à ordem vigente atuando, inicialmente, junto ao movimento estudantil. Fizeram escolhas que as colocaram num lugar social de dupla transgressão, pois optaram por se dedicarem completamente à militância política de esquerda, afastando-se do espaço privado do lar, historicamente atribuído ao seu gênero, e, ao mesmo tempo, aliando-se ao que era visto como

“perigo comunista” por vários segmentos da sociedade brasileira. (FERREIRA, 1996; COLLING, 1997; ROSA, 2013).⁴

Em sua grande maioria, brancas e pertencentes à classe média, matriculadas em universidades (RIDENTI, 1990), as mulheres militantes de esquerda, ainda muito jovens, conheceram as ideias e os ideais socialistas, participaram do movimento estudantil, passando, posteriormente, a integrar os quadros das organizações clandestinas, armadas ou não, que buscavam combater a ditadura e o capitalismo.⁵ Com o AI-5, passaram à clandestinidade como forma de se protegerem e de continuarem exercendo as tarefas que lhes eram designadas. Estes foram os passos iniciais para vivenciarem diferentes situações-limite que variaram entre as experiências de tortura, prisão, exílio, morte e/ou desaparecimento.

No Brasil deste contexto, principalmente após o AI-5, o “crime político” e a sua repressão passaram a ser enfatizados, sendo criadas sucessivas leis que, cada vez mais, apresentavam o caráter de controle social, além de ser implantada uma rede de órgãos coercitivos que tinha o objetivo de esfacelar as organizações de esquerda, consideradas como um inimigo a ser energicamente combatido e destruído. Para isto, era necessário o acúmulo e instrumentalização de informações acerca do oponente para melhor aniquilá-lo através das ações repressivas (MAGALHÃES, 1997; GORENDER, 1998; FICO, 2001; JOFFILY, 2009).

Dentre uma série de ações, cujo objetivo era a apreensão de dados, aquelas que mais se destacaram foram a prisão e a tortura de militantes, além da infiltração de agentes da repressão nos movimentos e/ou as delações.⁶ Desta forma, como aponta Padrós (2008), a dinâmica repressiva utilizava práticas legais e ilegais, que conviviam e se complementavam.

Além das informações extraídas nos interrogatórios, existiam outros meios para chegar até os militantes. Magalhães (1997) aponta a lógica da utilização da repressão preventiva

⁴ É importante salientar que, durante os anos 60 e 70, não só as mulheres que participaram das organizações clandestinas de esquerda se manifestaram politicamente. São vários os exemplos, um deles é o apoio dado por grupos femininos ao golpe de 64. De acordo com Simões (1985), no início da década de 60, alguns agrupamentos de mulheres se destacaram no cenário político através de ações que visavam desestabilizar o governo de João Goulart, promovendo, dentre outras atividades, marchas contra o comunismo. Segundo a autora, estas enfatizaram publicamente os seus papéis de “mãe, esposa e dona-de-casa” que buscava defender as suas famílias, como forma de legitimar as suas manifestações políticas.

⁵ Marcelo Ridenti analisou dados estatísticos, retirados do *Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM)*, referentes aos processos movidos pela ditadura contra os seus opositores. Segundo ele, em um total de 695 processos, 4124 indivíduos foram processados, dos quais apenas 422 (16%) eram mulheres. Destas, 73% pertenciam às camadas médias intelectualizadas, sendo, na sua maioria, estudantes (32,2%), seguidas de professoras (23%) e de outras profissões com formação superior (17,8%). Há que se considerar, porém, que podem ter existido aquelas mulheres que não chegaram a ser processadas, o que indica a possibilidade de um número maior de mulheres militantes nas organizações de esquerda.

⁶ A violência não se restringia às sessões de tortura assim como não era apenas um mecanismo de apreensão de informações. Ocorreram várias mortes e desaparecimentos nestes espaços. Sabe-se também que muitos foram os assassinatos resultantes de emboscadas, além das mortes e desaparecimentos de militantes em confrontos diretos, a exemplo daqueles/as que tombaram na Guerrilha do Araguaia.

neste quesito. Este mecanismo se configurava na prática da vigilância e fiscalização constante sobre a sociedade com o envolvimento dos próprios atores sociais que não pertenciam, necessariamente, aos órgãos coercitivos se mostrando muito eficiente em determinadas situações, segundo a autora, principalmente após o ano de 1968.

Para isto foi criada uma comunidade de informações, formada e alimentada tanto por indivíduos pertencentes aos órgãos repressores quanto por *informantes espontâneos*, pessoas que se identificavam com a ditadura e buscavam colaborar por meio de denúncias. A motivação destes informantes podia ter origem tanto nas suas convicções políticas quanto no medo provocado pela propaganda oficial do governo, que fazia um trabalho ideológico no sentido de estabelecer relações entre os opositores da ditadura e o elemento comunismo (ou comunista), definindo-o como perturbador da ordem, disseminador do caos, deturpador da moral e dos bons costumes, assim como um perigo iminente para a nação. Neste sentido, Padrós (2008) afirma:

Há um entendimento de que a força da repressão pode ser desencadeada com alto grau de legitimidade se ocorre o convencimento de amplos setores da população de que o seu recurso vem ao encontro de interesse geral da nação e em defesa da pátria. Mas essa fronteira entre legalidade e ilegalidade na aplicação do poder coercitivo estatal pode chegar a ser, em momentos de crise de legitimidade do governo, muito tênue, com essa margem de separação; atravessá-la pode ser uma ação sedutora, principalmente se é avaliada como uma forma rápida de resolver o impasse existente. (PADRÓS, 2008, p. 152).

Levando-se em consideração que a maioria da população tinha contato apenas com as ideias anticomunistas, sem ter a oportunidade de se informar acerca do que se tratava o comunismo, pode-se afirmar que o governo alcançou a adesão de muitas pessoas ao seu projeto de “guerra interna”. Desta forma, de acordo com Magalhães (1997), a população, em contato com a lógica do pavor e da desconfiança, era conclamada a observar estranhos e conhecidos, e a denunciar aqueles que fossem suspeitos, com direito ao anonimato.

Muitos foram os militantes, homens e mulheres, das diversas organizações de esquerda, que foram delatados e acabaram presos, torturados e/ou mortos. Neste contexto, os *informantes espontâneos* e os agentes da repressão apresentavam olhares diferenciados em relação a homens e mulheres considerados subversivos.

Os homens geralmente eram encarados como sujeitos políticos, enquanto as mulheres eram vistas como isentas de vontade política própria, sendo apontadas como *marionetes teleguiadas* dos militantes homens. (COLLING, 1997). Contudo, estas eram consideradas

perigosas, e os seus atributos físicos enfatizados e articulados a uma beleza sedutora. Assim, a moral sexual era apontada e confundida com a própria militância:

se os homens conquistam adeptos para a sua causa por meio de técnicas de propaganda, aquelas se valem da sedução. Amasiam-se, prostituem-se, usam drogas. [...] pode-se afirmar que a maioria dos informantes possui um radical desprezo pela mulher subversiva, considerada, a um só tempo, degradada e perigosa. Neste caso, o seu espaço de convívio privilegiado, - o lar, e o papel de esposa e mãe de família, foram sufocados em nome de uma postura agressiva, tipicamente masculina. (MAGALHÃES, 1997, p. 219).

Estas mulheres, vistas como uma ameaça à manutenção das “regras de conduta” referentes ao seu papel de gênero e como perturbadoras da ordem política, quando capturadas, sofriam o reflexo desta desaprovação da forma mais violenta possível. De acordo com Colling (1997), a principal relação estabelecida entre a repressão e as militantes no contexto da prisão no período antecedente aos julgamentos, foi a violência materializada na tortura. A coação sofrida ia desde xingamentos até choques elétricos nas suas genitálias, estupros e a ameaça aos filhos:

Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura. Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, e não com feminilidade. O homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando o espaço público, político e masculino. (COLLING, 1997, p. 80).

A tortura, em especial quando empregada em mulheres militantes, visava tanto arrancar informações que estas se negavam a oferecer espontaneamente quanto machucar para punir a sua “dupla subversão”, o que as tornava intensamente vulneráveis às consequências da opção política que tinham feito.

Comprometidas com a sua escolha e dispostas a dar continuidade à militância, estas mulheres assumiram todos os riscos. Porém, para preservar a segurança das organizações, a continuidade das suas atividades políticas e a sua segurança pessoal eram tomadas algumas precauções, sendo a mais radical a entrada para a clandestinidade, em muitos casos, protelada. Este “total mergulho na militância”, com o abandono da vida legal, significou vivenciar uma realidade peculiar onde vida particular e atuação política se confundiam:

Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços que nas democracias. Pois, embora o autoritarismo procure

restringir a participação política autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada. Primeiro, porque parte ponderável da atividade política é trama clandestina que deve ser ocultada dos órgãos repressivos. Segundo, porque, reprimida, a atividade política produz consequências diretas sobre o dia-a-dia. [...] (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 327).

Vida pessoal e militância política se entrelaçavam, portanto, e o perigo da exposição à violência dos órgãos repressivos era constante, em muitos casos se tornando real, pois nem sempre as medidas de segurança tomadas pelas militantes evitaram prisões e, conseqüentemente, o encontro com a violência.

Sobre tais experiências, muitas preferiram ficar em silêncio. Mas, também existiram aquelas mulheres que sentiram a necessidade de gritar para o mundo os horrores vivenciados. Estas, juntamente com os militantes homens, com o passar do tempo, além de falarem sobre a experiência da tortura, também abordaram com orgulho as vivências da militância nas organizações de esquerda e/ou a participação no movimento estudantil, ajudando a construir uma memória própria deste grupo. Neste sentido, pode-se afirmar que as suas experiências, reconstruídas através de lembranças, estão vinculadas a uma identidade de grupo que, além de condenar a ditadura civil-militar, busca enfatizar a sua rememoração como uma manifestação de repúdio e de evitar que ocorra alguma repetição.

Na forma de relatos orais ou escritos, os integrantes de tal grupo, o dos *memorialistas dos anos de repressão* (CARDOSO, 2012), se propõem a expor publicamente as suas experiências. Levando em consideração a disposição destes narradores no sentido de refletirem sobre seus passados, apresentando a pretensão de um compromisso com “a verdade” acerca das suas vivências, entende-se que tais narrativas podem ser definidas como *autobiográficas* (LEJEUNE, 2014).⁷

Quando apresentadas na forma de livros, trazem certas peculiaridades, a exemplo de um maior detalhamento das rememorações, além da organização dos materiais em anexo que compõem a obra. Para estas autobiógrafas, aos esquecimentos involuntários soma-se a necessidade de silenciamento de passagens tidas como desimportantes e/ou polêmicas para que algumas informações não comprometam a recepção da obra. Isto acontece porque a construção destas autobiografias se dá em função de um projeto: o da exposição da vida deste sujeito.

⁷ Para Phillipe Lejeune (2014), o que define uma autobiografia é o *pacto autobiográfico*, que consiste num “pacto de verdade” do narrador em relação ao leitor ou ouvinte. Portanto, a autobiografia tanto pode ser escrita como pode ser oral.

É nesta perspectiva que é importante considerar a relação entre o papel social exercido por estas mulheres e o desenvolvimento dos seus projetos autobiográficos, algo que pode ser indicado pela *gestalt* (Rosenthal, 1996), ou seja, pelos elementos que integram a narrativa revelando-a enquanto conjunto. Além disso, é interessante também levar em consideração a seguinte reflexão feita por Pereira (2000):

Uma vez conhecidas as condições de produção de uma autobiografia e, principalmente, o quadro social de sua constituição, passa-se, então, a analisá-la como expressão da intenção de dar determinada imagem de si a certo público ou a determinada pessoa em particular. Só a partir daí se pode compreender a lógica dada pelo narrador ao desenrolar de fatos individuais, bem como o princípio de sua seleção: as zonas de sombras e de luz, a saliência de certos pontos da existência julgados fortes, e o esquecimento de certos outros considerados pouco lisonjeiros ou secundários. [...] (PEREIRA, 2000, p. 126).

Considerando que experiências diversas e pontos de vista diferentes originam também diferentes formas de lembrar e de expor estas lembranças através da seleção (consciente ou inconsciente) daquilo que será trazido à tona, entende-se que no caso de autobiografias, o desenvolvimento da narrativa dá lugar a algumas análises que justificam o desencadeamento de ações e reações do/a narrador/a, que busca uma relação de coerência com o passado a ser compartilhado através do que Bourdieu (1996) definiu como *ilusão biográfica*, ou seja, a busca por uma ordem cronológica e/ou lógica que dê sentido ao empreendimento (auto)biográfico. Portanto, por ser o resultado de um conjunto de acontecimentos selecionados a serem compartilhados com o leitor, as autobiografias têm a sua constituição determinada pelo olhar mediado pelo tempo presente, assim como pela perspectiva de como este projeto será recebido pelo público a quem se destina, ou que, por ventura, alcançará, já que, como afirma Artières, “o arquivamento do eu não é uma prática neutra.” (ARTIÈRES, 1998, p. 29).

Neste sentido, é importante pensar também o papel da subjetividade como um dos elementos que se destacam na construção destas narrativas, já que o olhar que o/a autobiógrafo/a lança em relação ao passado a ser compartilhado, bem como os sentimentos suscitados pelas lembranças, ajudam, no momento da escrita e/ou da fala, a selecionar/organizar episódios e explicações que compõem estas memórias dando uma impressão de coerência ao que foi vivenciado:

Não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho da experiência através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. [...] (PORTELLI, 1996, p. 60).

Entende-se, portanto, a memória também a partir da sua característica retrospectiva e fluida por se tratar de uma reelaboração do passado (SCHWARZSTEIN, 2001) que envolve tanto a singularidade das óticas acerca dos acontecimentos vivenciados quanto à atuação de sentimentos que também orientam as lembranças evocadas. Em outras palavras, a memória está envolvida com a subjetividade seja no que tange à interpretação sobre algum acontecimento, seja no que se refere aos sentimentos que dirigem e fazem parte dessa lembrança. Esta relação ajuda a entender, por exemplo, as implicações destas formas singulares e, às vezes destoantes de lembrar, na configuração da memória do grupo em questão.

Além disto, há que se considerar também que as narrativas autobiográficas de mulheres militantes de esquerda, apesar de fazerem parte da memória de um grupo, construída/apresentada pelas pessoas que integraram as organizações clandestinas no período da ditadura, guardam em si certa peculiaridade por serem (re)construções de experiências de mulheres. Dentre outras coisas, é importante entender, então, em que medida estas lembranças foram perpassadas por questões de gênero, reformuladas ao longo do tempo, considerando, sobretudo, que “a relembração se serve de inúmeros pontos de referência, de campos de significados, porque o fundamento da recordação é dado por um ‘sentimento de realidade’ que se origina em contingências existenciais [...]” (MALUF, 1995, p. 30-31). Contingências que, em muitos momentos, são pautadas por relações, atribuições e/ou por representações de gênero, a exemplo da questão da maternidade, do cuidado com os outros, ou das tarefas domésticas.

Pensando-se nas “disputas pela memória” relativas ao período que vai de 1964 a 1985, cuja polaridade se dá em torno daqueles que apoiaram a ditadura brasileira e aqueles que foram perseguidos (CARDOSO, 1994, 2012)⁸, pode-se afirmar que as autobiografias e as falas destas mulheres militantes obedecem a um projeto político, o do não-esquecimento.

Algumas reflexões sistematizadas por Lucileide Cardoso fazem uma análise sobre a memória política e o seu teor ideológico, além de considerar a problemática da temporalidade:

⁸ Na década de 90, a historiadora Lucileide Costa Cardoso tratou desta questão ao pesquisar os livros de memórias que foram publicados a partir do *surto memorialístico* ocorrido durante o processo de abertura política. Tais obras, produzidas por pessoas pertencentes aos grupos antagônicos em questão, apresentaram memórias opostas acerca da ditadura, revelando em seus interiores uma complexa gama de discursos que, ao mesmo tempo em que compartilhavam (re)leituras comuns deste passado, também demonstravam singularidades nestas reconstruções memorialísticas. Ver Cardoso (1994).

torna-se essencial para o historiador, hoje, refletir sobre a relação entre memória e história, tanto pela identificação que existiu (e existe), em maior ou menor grau, entre ambas, como pelas relações complexas que envolvem a história e a memória nos processos de construção de identidade. Os depoimentos não são apenas meras exteriorizações de realidades, mas expressam um novo fato a ser investigado, erigindo-se enquanto discurso específico que reclama a sua legitimidade frente a outros discursos, fornecendo, portanto, uma resposta particular às exigências do passado rememorado. De acordo com esse procedimento, cabe ao historiador investigar a circulação dessas representações do real, demonstrando que foram recriadas a partir de questões do presente. Ou seja, interessa considerar que o presente lhes imprime uma marca singular diferente daquele do acontecimento tal como ocorreu. (CARDOSO, 2012, p. 29)

É importante respeitar as diferenças conceituais entre história e memória sem deixar de considerar que são tensas e complexas as suas relações. Da mesma forma, é essencial ter em mente que é importante pensar nestas memórias não só como fontes, mas, também, como objetos de estudo que indicam a forma como presente e passado se relacionam e (re)constróem incessantemente a memória e a história da ditadura.

É nesta perspectiva, se concentrando, sobretudo, na ótica daquelas pessoas que foram perseguidas pelo Estado brasileiro no período em questão, que este trabalho busca compreender a relação, imbricada e complexa, entre experiência e memória contida nas narrativas autobiográficas de Derlei Catarina De Luca, mulher que integrou a Ação Popular entre os anos de 1966 e 1973. Investiga-se, portanto, como, em contextos de quebras gradativas de silêncio e de disputas pela memória do referido período, as experiências desta militante foram (e são) (re)construídas nas suas lembranças.

Derlei Catarina De Luca, catarinense natural de Içara, município localizado no sul do estado, iniciou a sua militância junto à AP no movimento estudantil da UFSC. No final de 1968, entrou para a clandestinidade, quando passou cerca de cinco anos na ilegalidade. Inicialmente, trabalhou em fábrica, depois ficou responsável por atividades internas da Ação Popular, a exemplo da organização de finanças e do estabelecimento de contatos entre os militantes. Neste período, foi presa, torturada, fez amigos, se casou, foi mãe e se afastou abruptamente do filho de três meses em função de uma fuga da repressão. Também se separou do marido. Morou no Paraná, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Em junho de 1973, foi para o exílio recomeçar a vida. Retornou ao Brasil após a Anistia e ajudou a formar o *Comitê Catarinense Pró-Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos*, no início da década de 80, não se integrando a partidos políticos. As suas vivências como militante da AP⁹, dentre outros

⁹ Escolheu-se o período que vai de 1966 a 1973, pois foi durante este tempo que Derlei De Luca militou na Ação Popular. Neste sentido, optou-se por um recorte cronológico que trate destas experiências lembradas, o que não implica uma análise que desconsidere o(s) momento(s) da lembrança.

aspectos, foram narradas no livro *No corpo e na alma*, lançado em 2002, onde trouxe também alguns aspectos relativos ao cotidiano da militância que revelam as relações existentes entre suas vivências no espaço público referente à atuação política coletiva, e no espaço privado, ligado à sua vida pessoal.

O seu olhar lançado sobre este passado através da rememoração e seleção das lembranças a serem registradas por escrito, vinculado, no momento desta produção autobiográfica, ao grupo específico de que faz parte assim como às marcas da sua subjetividade, são elementos cuja potencialidade de análise não deve ser desprezada pelo/a historiador/a. Portanto, o presente trabalho, para além das experiências vivenciadas por esta militante, buscará também se debruçar sobre as vivências enunciadas por ela em suas memórias. Assim, faz-se necessário salientar que este é um trabalho pertencente ao campo da História das Mulheres, cujo debate fundamental, o da militância em uma organização de esquerda durante a ditadura, dialoga com a memória social e política (BOSI,1994; SARLO, 2007; CARDOSO, 2012) sendo perpassada também por questões de gênero.

Recorre-se, principalmente, à autobiografia de Derlei De Luca como ponto de partida tanto para a reconstrução das suas vivências como militante política quanto para a análise no que tange as questões da sua memória. Considerando alguns limites característicos deste tipo de obra, a exemplo de alguns silêncios, buscou-se recorrer também ao envio de perguntas via correio eletrônico, assim como a entrevistas da militante a jornais, revistas e aos relatos presentes em projetos específicos ligados à memória e à produção historiográfica, com o intuito de ampliar o olhar no que diz respeito às suas experiências, bem como problematizar as suas memórias.

Como são analisados depoimentos orais e escritos, optou-se por se referir a estas fontes/objetos de forma diferenciada com o intuito de não confundir o/a leitor/a. Assim, a palavra “autobiografia” tratará do livro, enquanto “outros relatos” englobarão, por exemplo, as entrevistas em jornais, revistas, as mensagens por correio eletrônico ou os testemunhos em espaços audiovisuais. No entanto, considera-se, a partir da concepção de Lejeune (2014), que todos estes são relatos autobiográficos.

O diálogo entre fontes variadas permitiu que fossem preenchidas algumas lacunas referentes à sua “trajetória” e, ao mesmo tempo, que se refletisse sobre a relação entre memória e os diferentes espaços narrativos, que suscitam diferentes formas de rememoração compartilhada. Para além das narrativas autobiográficas de Derlei De Luca, recorre-se também às memórias de outros/as militantes, em especial às mulheres, como uma forma de se pensar no contexto vivido por este grupo no período em questão, assim como para refletir

sobre estas vivências no que se refere às “aproximações” e “afastamentos” das suas experiências (e memórias). Recorre-se também a alguns documentos de natureza repressiva, além de jornais e revistas da época tanto como uma forma de refletir como as militantes de esquerda eram vistas por parte da sociedade quanto para pensar o contexto da repressão política. Estas fontes, porém, são tratadas de forma cuidadosa no sentido de não tomá-las como fruto de uma “realidade pura”. Considera-se, sobretudo, o contexto e o lugar de produção de tais fontes.

Considerando que este trabalho trata da relação entre experiência e memória, buscou-se iniciar cada capítulo com uma pequena narrativa que trata de alguns episódios vivenciados por Derlei De Luca, que se apresentam de forma marcante nas suas memórias estando presentes em várias das suas narrativas autobiográficas, sejam elas orais ou escritas. Buscou-se reproduzi-las a partir da forma como são lembradas, respeitando-se os sentidos atribuídos por esta mulher a estas experiências, que, ao longo do texto, serão analisadas pelo viés da memória.

Assim, o primeiro capítulo, é iniciado com a cena da entrada de Derlei para a clandestinidade, em dezembro de 1968. Este episódio seria então o ponto de partida para o seu total mergulho na militância. No entanto, o capítulo alarga a sua atuação, se estendendo até o período anterior à clandestinidade. Neste sentido, serão tratadas algumas das suas vivências como militante na Ação Popular, desde o movimento estudantil, em 1966, até a sua saída do Brasil, que se deu no ano de 1973. Este é um capítulo que traz um pouco do seu cotidiano, descrito pelas suas memórias, buscando uma interação entre esta experiência e o contexto histórico no qual a referida militante estava inserida, pensando a sua atuação junto à AP, antes e depois da sua entrada para a clandestinidade, considerando também alguns aspectos ligados à sua vida pessoal. Afinal, a sua vida de militante clandestina era um amálgama entre as questões públicas (referentes à atividade política) e privadas (relativas às suas subjetividades, relações afetivas, relações de amizade, maternidade, etc.). Busca-se, então, responder, ao longo deste capítulo, às seguintes perguntas: como se deu a “trajetória” de Derlei como militante da Ação Popular? Como estas memórias apresentam tais experiências?

Dando continuidade a estas questões, o segundo capítulo, iniciado com uma narrativa sobre a prisão de Derlei, em 1969, busca refletir sobre a construção desta memória, pensando as principais características das suas narrativas autobiográficas, que foram se constituindo enquanto memórias compartilhadas em contextos e espaços de lembranças diversos. Assim, se investiga as singularidades e as similaridades das suas memórias em relação ao seu grupo, o dos opositores da ditadura, e em contraposição às memórias dos militares,

considerando-se, sobretudo, a atuação desta mulher na luta contra o esquecimento dos diversos tipos de violências perpetrados pela ditadura.

Refletiu-se também, neste segundo capítulo, sobre a especificidade da sua memória de mulher militante, que, para além das recordações sobre o seu engajamento, traz também algumas questões ligadas ao seu lugar/identidade de mulher na sociedade. Para isto, dialogou-se também com autobiografias de outras militantes para se pensar em que medida os seus lugares de mulheres militantes situadas no contexto de ditadura civil-militar se refletiam nas suas memórias.

Para se compreender mais sobre esta questão, no terceiro capítulo, iniciado com cena de afastamento forçado de Derlei do seu filho de três meses, buscou-se tratar de diversas experiências de maternidade em situações de militância e perseguição política, características do período da ditadura. Foram analisados também os sentidos atribuídos a estas vivências através de tais memórias, em especial a de Derlei De Luca, cujas lembranças sobre o episódio/período de afastamento do filho se apresentam de forma muito marcante na sua autobiografia, sendo, segundo ela, um dos principais motivos para a sua escolha em ir para o exílio.

“Reinventar” a vida foi algo presente na trajetória desta mulher durante a sua militância, pois a cada dia ela recriava a sua identidade e o seu cotidiano para se manter em segurança, além de juntar os fragmentos da sua vida quando esta tomava rumos dramáticos. Esta “reinvenção” também se deu quando rememorou este passado, já que é necessária uma arrumação das lembranças para que seja formado todo um conjunto que tenha coerência. “Reinventar” é também transformar em palavras aquilo que é sentido. Desta forma, além da elaboração destas memórias, são necessárias formas de mantê-las vivas através do testemunho.

Uma das características relevantes deste trabalho é a problematização do mito do herói-militante como destituído de crises em torno da validade do projeto em que estava envolvido. Por isto, acredita-se que estudar Derlei De Luca, e as outras mulheres cujas experiências/memórias transitam neste trabalho, é dar a elas a oportunidade de serem vistas como pessoas “normais” que participaram de um processo importante para a história brasileira, é humanizá-las, considerando também que o presente vivenciado no momento da lembrança atua na elaboração da memória e na construção do projeto autobiográfico. É mostrar que possuíam/possuem medos, alegrias, dores, incertezas, insatisfações, orgulhos, mágoas e todos os sentimentos próprios de um ser humano, independente do gênero.

2. ENTRE LUGARES E DESLOCAMENTOS: MILITÂNCIA DE DERLEI DE LUCA NA AP

Noite de 13 de dezembro de 1968. Após ouvirem no rádio a leitura do Ato Institucional nº 5, Derlei Catarina De Luca e mais uns quarenta companheiros do movimento estudantil catarinense trataram de queimar materiais comprometedores que estavam no Diretório Central de Estudantes (DCE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Logo depois, saiu juntamente com um pequeno grupo em direção à Rua Conselheiro Mafra, no centro de Florianópolis. No caminho perceberam que homens do Exército estavam indo em direção ao DCE. Voltaram rapidamente para avisar àqueles que haviam ficado no prédio que abandonassem o local. Depois, Derlei correu para casa acompanhada por dois amigos.

Naquele momento, morava com mais três garotas no “Paraíso”, uma residência universitária localizada na beira-mar norte de Florianópolis, em que se pagava quinze cruzeiros para ficar hospedada. Precisava, decididamente, destruir alguns materiais comprometedores, inclusive seus diários, povoados por uma escrita pessoal potencialmente repleta de segredos e vivências da militância, que poderiam servir para os órgãos de repressão como uma prova da sua atuação de esquerda na Ação Popular.

Vários cadernos arderam em chamas enquanto sua amiga Célia Boaventura, estudante de Pedagogia da UFSC, vigiava a rua para ver se o Exército estava vindo. Derlei riu daquela sua mania de escrever diário e poesia que agora a colocava em perigo. Diante da situação inusitada, Valmir Martins, estudante de Odontologia e dirigente estudantil da UFSC, que a acompanhava, se impacientou. A fumaça era tanta que, se a repressão não viesse, certamente viriam os bombeiros.

O amigo parecia ter razão, nem bem chegou a terminar a tarefa quando o Exército apareceu. Célia, com o apoio de um vizinho, distraiu os soldados. Enquanto isso, Derlei, juntamente com Valmir, pulou a janela do seu quarto que dava para outra rua. Um carro os esperava para levá-los à Canasvieiras, norte de Florianópolis. Naquela noite, teve a companhia de Valmir, que ficou com pena de deixá-la sozinha. Dormiram na areia da praia. Sentiram a falta de um café para aquecê-los na madrugada fria. Precisava se acostumar à nova situação: “Olho para o céu... o silêncio. Vou aprendendo a ouvir o silêncio, e ficar calada. Vou adquirindo autocontrole. No fundo tudo parece um filme.” (DE LUCA, 2002, p. 30).¹⁰

¹⁰ Esta narrativa foi construída a partir de informações contidas na autobiografia “No corpo e na alma”, de Derlei Catarina De Luca, publicada em 2002, e em um depoimento concedido por ela à *TV UFSC*, em 2010.

De acordo com as memórias de Derlei De Luca, assim se iniciou a sua vida na clandestinidade. É sobre as suas andanças e militâncias junto à Ação Popular que este capítulo vem tratar, trazendo desde a sua atuação junto ao movimento estudantil em Florianópolis, ainda na legalidade, passando pela experiência da clandestinidade, a sua captura pela Oban em São Paulo, as suas reinvenções como mulher e como militante na Bahia, até a sua decisão de deixar o país em 1973, motivada, segundo ela, pelo aumento do cerco da repressão, pelo *racha* da AP e pelo desejo de criar o seu filho.

Em meio a tudo isto, seguindo os passos da(s) sua(s) narrativa(s) autobiográfica(s), mas, ao mesmo tempo levando em consideração que as lentes desta memória selecionaram alguns eventos para dar coerência a esta trajetória compartilhada, busca-se entrelaçar as vivências desta mulher-militante ao contexto no qual ela estava inserida, trazendo um pouco do seu cotidiano nas diferentes circunstâncias vivenciadas, abordando também algumas questões de gênero vinculadas às suas “adequações” e/ou “transgressões” a determinados padrões sociais e políticos da época. Este é, então, um capítulo que busca, sobretudo, tratar esta memória como fonte, mas sem desconsiderar o seu caráter de objeto.

2.1. SOBRE A AÇÃO POPULAR

A Ação Popular surgiu no meio estudantil, em 1962, a partir da aglutinação de vários setores sociais cuja maioria estava vinculada à JUC (Juventude Universitária Católica)¹¹, este último, um grupo fundado em 1950 como movimento especializado da Ação Católica Brasileira¹² e integrado ao meio universitário com o objetivo de “cristianizar” este ambiente, aprofundando a sua fé e “livrando” os estudantes da “ameaça” representada pelo comunismo.

¹¹ De acordo com Gorender (1998) e Ridenti (2002), apesar de a AP ser formada, em sua maioria, por universitários, também era composta por estudantes secundaristas, profissionais universitários, profissionais liberais, dentre outros. E, para além da hegemonia dos cristãos católicos, a AP também era formada a partir de uma vertente protestante, além de uma “esquerda independente”, sem confissão religiosa, composta por existencialistas e marxistas, etc. Contudo, como salienta Ridenti (2002), se as suas origens foram variadas não se deve desconsiderar que foram as lideranças surgidas na JUC que desempenharam um papel decisivo na fundação da AP a partir do movimento estudantil.

¹² A Ação Católica Brasileira foi fundada em 1935, fazendo parte de um projeto criado pelo papa Pio XI, que, preocupado com o desequilíbrio social originado pelas injustiças do capitalismo e com o “perigo” da ideia da *luta de classes* promovida pelo comunismo, buscou promover a reflexão entre os seus fiéis (laicato) acerca dos problemas sociais. O papel do sacerdote na Ação Católica (movimento de leigos) era considerado como essencial, pois cabia a este doutrinar o laicato seguindo as orientações presentes nos documentos pontifícios, cuidando, inclusive, para que a hierarquia interna da Igreja fosse assegurada. Aos fiéis cabia se envolver com os problemas sociais apenas no âmbito das reflexões mediadas pelos representantes da Igreja, estas baseadas na conciliação entre as classes e na valorização dos preceitos cristãos (DUARTE, 2010).

Apesar desta preocupação, os jovens da JUC, de acordo com Ridenti (2002), passaram a agir, em meio ao contexto dos anos 50 e 60, questionando algumas posições da Igreja, dentre elas a passividade diante da ordem estabelecida, sendo também influenciados por algumas discussões teóricas no interior da referida instituição, que propunham um maior engajamento político na realidade social. Tais ideias contribuíram para determinados posicionamentos da JUC, a exemplo da necessidade de uma participação política que ultrapassasse os muros da universidade e a busca por uma terceira posição entre o capitalismo e o socialismo (RIDENTI, 2002; DUARTE, 2010).

Neste contexto, os jucistas se confrontavam com as desigualdades sociais e a conjuntura política nacional e internacional, em especial pela Revolução Cubana, em 1959. Assim, de acordo com Duarte (2010), a JUC

ganhou representatividade no movimento estudantil e nos movimentos sociais do país, ultrapassando, gradativamente, suas preocupações estritamente religiosas e doutrinárias, uma vez que participava ativamente não apenas dos debates acerca das necessidades imediatas dos estudantes, mas também sobre os problemas sociais e políticos do país. Crescia o interesse dos jucistas pela discussão de questões sociais e temas políticos e, conseqüentemente, ampliava-se a tendência a um maior engajamento dos cristãos na ordem temporal [...] (DUARTE, 2010, p. 22).

A partir de então, iniciaram-se conflitos com a Igreja que foram decisivos para a criação da Ação Popular, em 1962. Gorender (1998), Ridenti (2002) e Duarte (2010) apontam a fundação desta organização como resultado da necessidade de alguns setores da JUC em criar um movimento de ação política que fosse autônomo, algo que, segundo Ridenti (2002), não impediu que houvesse diversos casos de dupla militância e que a JUC continuasse a ter uma função auxiliar à AP.

Outra questão a ser considerada é a busca, por parte de alguns dirigentes de esquerda da JUC, pela aproximação com operários e camponeses, indo além do meio estudantil, priorizando a organização política de tais segmentos (RIDENTI, 2002). Desde o seu início, portanto, a AP buscou se inserir nos meios populares através da tentativa de organização sindical, inclusive rural, por meio de projetos de alfabetização, apoiando também as reformas de base do governo Jango.

Ao longo da sua história, a referida organização contou com a atuação de mulheres que, além de militarem junto ao movimento estudantil, atuaram também no meio operário, no campo e nas articulações internas, realizando o *trabalho interno*. Esta presença “feminina” foi constatada por Ridenti (1990) ao pesquisar os acervos do *Brasil: nunca mais*, verificando que, do total de 470 militantes da AP que foram processados, 127 eram mulheres, ou seja, 27%,

algo que pode indicar uma participação considerável em relação a outras organizações, inclusive aquelas que pegaram em armas, a exemplo da VPR, do MR-8 e da ALN. Neste caso, entre o total de militantes processados que pertenciam à VPR, 24,1% eram mulheres. Já no MR-8, estas formavam 18,9% dos processados. A ALN, por sua vez, 15,4% (RIDENTI, 1990).

Até o Golpe de 1964, a AP se afirmou no meio estudantil e prosseguiu com a sua inserção neste espaço elegendo os presidentes da UNE entre 1966 e 1969.¹³ Neste meio, além dos homens que se destacaram, muitas mulheres também mobilizaram os estudantes estando à frente de manifestações e articulações que defendiam os pontos de vista da AP, a exemplo de Doralice Rodrigues Carvalho, em Minas Gerais, e de Catarina Meloni, esta última sendo uma das principais lideranças paulistas entre os anos de 1967 e 1968.

Após o Golpe de 64, a AP se aproximou do marxismo, enfatizando a “necessidade da luta armada revolucionária”. Neste período, enviou militantes tanto para Cuba quanto para a China, onde foram estabelecidos contatos e realizados treinamentos militares. De acordo com Jacob Gorender, a realização de um atentado no aeroporto de Recife, em 25 de julho de 1966, promovido por um grupo da AP influenciado pelo foquismo, resultou em perplexidade nos dirigentes da organização, que os induziu a “examinar o seu relacionamento com a liderança cubana” (GORENDER, 1998, p. 123) ao mesmo tempo em que se aproximavam da estratégia da *guerra popular prolongada*, característica do maoísmo.

Com o tempo, formaram-se, então, duas alas no interior da organização: a da *Corrente 1*, que propunha a revolução baseada no modelo maoísta chinês da *guerra popular prolongada*, e a *Corrente 2*, que, de acordo com Gorender (1998), não concordavam com o *maoísmo*, com a revolução em duas etapas e com a *integração na produção*. Tal desacordo resultou na primeira *luta interna* e na expulsão dos adeptos da *Corrente 2*, em setembro de 1968, quando a organização se definiu pelo *maoísmo* após longos debates, como salienta Santana (2008).¹⁴ Foi durante este período que Derlei De Luca conheceu pessoas ligadas à Ação Popular, se tornando militante no ano de 1966, em Santa Catarina.

¹³ 1966: José Moreira Guedes; 1967: Luiz Travassos; 1969: Jean Marc Van Der Weid, que, após ser preso, foi substituído por Honestino Guimarães. Este último foi assassinado em 1973 (RIDENTI, 2002).

¹⁴ Os líderes expulsos formaram, juntamente com ex-militantes da POLOP e do PC do B, um novo agrupamento que originou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). De acordo com Jacob Gorender, “[...] os fundadores do PRT captaram a orientação cubana, porém a modificaram pelo próprio fato de organizarem um partido.” (GORENDER, 1998, p. 126).

Em entrevista à Schlatter Jr. (2011), Divo Ghizoni, militante responsável pelo processo de “ampliação”¹⁵ de Derlei, afirmou que havia uma integração entre Paraná e Santa Catarina, que formavam uma única estrutura vinculada à AP. Quanto a isto, Reginaldo Dias (1999) informa que o Comando Regional 2 (CR-2), que abrangia tais estados, foi constituído no Paraná no ano de 1967 através da rearticulação do movimento estudantil e da aproximação da AP remanescente com grupos de esquerda independentes, numa conjuntura de redefinição da linha política da organização.

Os dirigentes do CR-2 se inclinavam para a chamada “Corrente 1”, a que se identificava com o maoísmo, já que estava sendo colocada em prática, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, uma política de aproximação das massas (DIAS, 1999). Derlei aponta em sua autobiografia que, em Florianópolis, o processo de *luta interna*, que se deu entre 1967 e 1968, se apresentou de forma mais distante para os/as militantes de base. As discussões “internas” não eram o foco dos/as estudantes, que, mesmo sem se aprofundar nos debates, concordaram com a decisão da Direção Nacional de expulsar o grupo formado pela “Corrente 2”. Um dos motivos para tal foi que o único contato com um integrante deste grupo não havia deixado boas impressões nos/as estudantes e operários de Santa Catarina. (DE LUCA, 2002, p. 201-202).

Neste contexto, os/as militantes catarinenses atuavam a partir de orientações vindas do Paraná, passadas para os núcleos locais, que, segundo Schlatter Jr. (2010), comandavam a AP em Santa Catarina, o que demonstra que a organização buscou desenvolver seus trabalhos não só em Florianópolis, mas em outras cidades, como Criciúma e Içara, localizadas numa região carbonífera. Tais núcleos buscavam inserção nos meios operários, camponeses ou estudantis, de acordo com a potencialidade dos movimentos sociais característicos de cada região. No caso de Criciúma e Içara, a AP tentou se articular junto aos mineiros. Já em Florianópolis, o movimento estudantil foi o meio mais propício para a sua atuação. Foi neste último núcleo que Derlei teve uma militância destacada entre os anos de 1967 e 1968, não sendo a única mulher a liderar o movimento estudantil catarinense junto à Ação Popular.

Ao lembrar a quantidade de militantes que atuavam no núcleo de Florianópolis, ela menciona que o número de homens era, provavelmente, maior que dez, e de mulheres, pelo que se lembrava, cinco: Rose Beck, Jane, Rosemary, Ane e a própria Derlei.¹⁶ Uma das

¹⁵ De acordo com Schlatter Jr. (2011), o termo “ampliação” refere-se à entrada de um novo militante na Ação Popular, vocábulo utilizado não só na fala, mas também presente em documentos da organização.

¹⁶ Trecho de entrevista contido no artigo “Ação Popular em Santa Catarina: uma história entre afetividades e militâncias, de Sérgio Luís Schlatter Jr., 2011. Este mesmo trabalho traz a perspectiva de Valmir Martins sobre a

mulheres por ela citada, Rosemary Cardoso, estudante de Serviço Social, é mencionada na sua autobiografia como sendo uma das dirigentes do movimento estudantil da UFSC nos anos de 1967 e 1968.

Entende-se que, mesmo sendo o CR-2, cuja composição era exclusivamente masculina, a estrutura a articular as estratégias a serem seguidas pelos militantes catarinenses, a peculiaridade da dinâmica do movimento estudantil, que era a base do núcleo de Florianópolis, possibilitava que estas mulheres, apesar de estarem em um menor número, participassem de decisões relativas às ações de luta estudantil através da atuação em reuniões, assembleias e congressos. Um exemplo disto é a escolha de três mulheres para a delegação catarinense de estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE, em 1968, com o propósito de decidir as teses a serem defendidas pelo movimento estudantil e eleger a gestão da UNE de 1969.¹⁷ Foram elas: Derlei Catarina De Luca e Rosemary Cardoso, do referido núcleo, além de Gilda Laus, estudante de Direito. Apesar de terem sido presas em Ibiúna, São Paulo, Derlei e Rosemary estavam presentes num novo congresso realizado na praia de Canasvieiras, em 18 de dezembro de 1968.¹⁸

Inspirada pela revolução cultural proletária chinesa, a AP aderiu, dentre outras coisas, à implantação da *política de integração na produção*, levando vários/as militantes a viverem e trabalharem junto a populações da zona rural e a trabalhadores de fábricas com o propósito de aproximação, conscientização e adesão destes segmentos, considerados fundamentais para o processo da “revolução”. De acordo com Lima e Arantes (1984), foi definido, dentre outras questões, que:

Era preciso transformar a organização pequeno-burguesa em organização proletária. Para tanto o problema posto em primeiro lugar não foi o de modificar e desenvolver a base ideológica e a política da organização, mas alterar o que se chamava de “base objetiva” da mesma. Tratava-se de mudar o eixo dos seus trabalhos, de deslocá-lo da faixa pequeno-burguesa e situá-lo nos meios operário e camponês. (LIMA; ARANTES, 1984, p. 110-111).

Antes mesmo desta reunião, alguns militantes já haviam optado por viver junto aos operários e trabalhadores rurais, em 1967, em São Paulo e na Bahia, tendo esta prática se

participação de mulheres da AP no núcleo de Florianópolis. Quanto a isto, ele afirma que Derlei era a única mulher.

¹⁷ De acordo com Gorender (1998), durante o Congresso de Ibiúna, ou XXX Congresso da UNE, foram presos cerca de 740 estudantes antes que ocorresse a eleição. Tais jovens teriam sido cercados pela Polícia Militar e conduzidos de ônibus até o Presídio Tiradentes, na capital paulista, onde foram fichados, liberados e encaminhados para os seus estados de origem, com a exceção de alguns líderes, a exemplo de Luiz Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu de Oliveira e Silva, que permaneceram presos.

¹⁸ Derlei relembra, em sua autobiografia, que os/as estudantes presos/as em Ibiúna combinaram que um novo congresso seria realizado, desta vez em cada estado.

intensificado no segundo semestre de 1968 e ao longo do ano de 1969 (LIMA; ARANTES, 1984). Ao lembrar esta experiência, Derlei De Luca menciona que as mulheres solteiras foram mandadas para as fábricas enquanto aquelas que eram casadas foram para o campo juntamente com os seus maridos.¹⁹ Quanto a isto, Catarina Meloni, que se *integrou* no campo, no interior do Paraná, no início da década de 70, concorda, e aponta a preocupação em manter a discrição:

É verdade. As solteiras iam para as fábricas. Apenas as casadas podiam ir para o campo. Uma mulher sozinha chamaria muita atenção se estivesse sozinha no campo e teria dificuldade de se integrar. O campo era essencialmente familiar. Já na fábrica era diferente, ninguém andava com sua família a tiracolo.²⁰

Observa-se, portanto, que as performances de gênero eram importantes nas relações entre estas militantes e os segmentos das populações a que buscavam, sendo levadas em consideração pela AP nos momentos de decisão no que se referia à definição dos lugares de atuação das militantes. Isto também era colocado no que tange à forma de comportamento adotado por estas mulheres quando já estavam *integradas*, mesmo que alguns costumes causassem certo estranhamento.

Quanto a isto, tanto Loreta Valadares quanto Gilse Consenza, mulheres que se *integraram* no campo em Minas Gerais, tocam na questão da discriminação. Em sua autobiografia, Loreta afirma que a vida das mulheres, além de “dura” por terem que se encarregar do trabalho da terra e dos serviços domésticos, era permeada por “costumes carregados de discriminação” (VALADARES, 2005, p. 67), mas que, aos poucos, ela tentava mudar algumas situações sem, no entanto, desafiar abertamente as “regras de gênero” do local. Gilse Consenza também relembra tal questão:

Fiquei indignada: no campo, a mulher não podia andar ao lado do marido nas trilhas. Ele ia à frente e a mulher tinha de ir atrás. Apesar disso, tive de aprender a viver como elas e lavar roupa no rio, carregar lata na cabeça, cozinhar no fogão de lenha. À noite, nas rodas de cantoria, os homens ficavam sentados em torno da fogueira, conversando, bebendo uma cachacinha e comendo tira-gosto. As mulheres tinham de ficar na cozinha, fazendo a comida, sem participar das conversas. Aos poucos conseguimos pequenos avanços. Por exemplo: as mulheres passaram a ficar na roda e participar das conversas.²¹

¹⁹ Isto não significa, porém, que todas as mulheres casadas foram para o campo. Um exemplo disto é o de Maria Lúcia Garcia, casada, que se *integrou* no meio operário, em São Paulo do início da década de 70.

²⁰ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 13 abr. 2015.

²¹ Entrevista concedida à Comissão da Anistia do Ministério da Justiça para compor o livro *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*, lançado em 2013. O trecho citado do depoimento de Gilse se encontra na página 180.

O contato com essas populações trazia certo estranhamento àquelas militantes acostumadas a circular pelo movimento estudantil, lugar em que as discriminações de gênero não as impediam de se posicionarem. Nas fábricas, também era necessário que fossem discretas, dentre outras coisas, no que se refere ao comportamento atribuído ao gênero (DE LUCA, 2002). No entanto, ao contrário do campo, os problemas apontados foram outros, ligados, sobretudo, à questão da tentativa de conciliar, por exemplo, a maternidade com o cansaço e exploração do trabalho operário (GARCIA, 2003).²²

Para aquelas mulheres que atuavam no *trabalho interno*, a preocupação maior era a de não se exporem aos perigos representados pela repressão quando realizavam as tarefas de preparação da *guerra popular prolongada*, também mantendo a discrição.

Em meio à tudo isto, realizando tarefas e contatos, alguns setores da AP passaram a se aproximar do PC do B²³, pois “a liderança chinesa dava à AP o tratamento de organização antiimperialista e não de partido comunista, só reconhecendo este *status* no PC do B. [...]” (GORENDER, 1998, p. 126). Em 1969 tiveram início tais contatos, bem como as divergências internas na Ação Popular em relação a esta aproximação.

A partir de então, discussões em torno da “questão do partido”, que se concentravam no problema da fundação ou da reorganização do PC do B, em 1962, dividiram a organização. De acordo com dirigentes que defendiam a tese de reorganização do referido partido no ano de 1962, era necessária a incorporação da AP ao PC do B, já que este seria o mais antigo partido da classe operária brasileira, a quem, segundo a concepção marxista-leninista adotada, caberia dirigir a revolução (LIMA; ARANTES, 1984). Nem todos concordavam com tal incorporação, o que, com o passar do tempo, resultou no aguçamento da segunda *luta interna* da AP:

O processo de luta interna da AP generalizou-se na preparação da III Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em março de 1971, na qual se estabeleceu que uma minoria mantinha restrições à fusão. Apesar das divergências, a reunião aprovou um Programa básico, que manteve precariamente a unidade da AP, marcada por concessões de ambas as partes, resultando num documento eclético, de muitas afinidades com o PC do B [...], mas que insistia na luta pela construção de um “partido inteiramente novo” [...] (RIDENTI, 2002, p. 250).

²² Esta questão será abordada mais adiante.

²³ Quanto a isto, ver entrevista de Loreta Valadares à Muniz Ferreira e Sandra Souza, publicada na revista *Dialética*, em 2012.

Após esta reunião, a organização passou a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista (APML)²⁴ e, em meio à preparação da *guerra popular*, a chamada “questão do partido” passou a ocupar as discussões de dirigentes e militantes de base, juntamente com as problemáticas de como se daria a “revolução e das características fundamentais do campo brasileiro a partir de duas concepções: a feudal ou a capitalista. Os calorosos debates resultaram em crescentes desentendimentos.²⁵

Em 1973, um grupo se incorporou ao PC do B, ocorrendo um “racha” enquanto o outro grupo passou a se reorganizar mantendo a sigla APML (RIDENTI, 2002).²⁶ Para outros/as militantes, o *racha* foi, dentre outros motivos, a “gota d’água” para se afastarem da antiga organização. Este foi o caso de Derlei De Luca.

2.2. PRIMEIROS PASSOS DE DERLEI NA AÇÃO POPULAR E ENTRADA PARA A CLANDESTINIDADE

Derlei De Luca afirma, na sua autobiografia e em algumas entrevistas,²⁷ que na noite de 13 de dezembro de 1968 encerrou o seu período de estudante universitária iniciado no ano de 1966 quando entrou para o curso de Pedagogia, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Federal de Santa Catarina. Nele buscou se “especializar para saber como tratar com crianças”²⁸, acabando por se inserir num curso majoritariamente feminino num contexto em que, segundo ela, as mulheres ainda estavam começando a ocupar o lugar de estudantes universitárias na UFSC.²⁹ Contudo, isto não a impediu de tornar-se uma

²⁴ Ao longo do trabalho, a organização será chamada de AP ou Ação Popular, independente do contexto. Esta preferência ocorreu em função dos próprios militantes (homens e mulheres) se referirem desta forma à organização.

²⁵ Formou-se, então, uma divisão no interior da direção da AP que se estendeu aos seus militantes. De um lado, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Renato Rabelo, que defendiam a incorporação da AP ao PC do B, e de outro, Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, que discordavam de tal proposição.

²⁶ De acordo com o livro *Brasil: Nunca Mais*, este grupo sofreu duras perdas entre 1973 e 1974, quando importantes dirigentes, a exemplo de Paulo Stuart Wright e Honestino Guimarães, foram presos e mortos pelo DOI-CODI.

²⁷ Entrevista ao jornal *Zero*, em abril de 2008; depoimento concedido à *TV UFSC*, em 2010.

²⁸ Depoimento concedido por Derlei Catarina De Luca para o programa *Eu faço parte dessa história*, da TV UFSC, em comemoração aos 50 anos da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2010. Além de Derlei, outras pessoas que fazem parte da história da referida instituição foram entrevistadas.

²⁹ Entrevista concedida a Marise da Silveira Veríssimo, anexada na dissertação *Marias do Socorro - mulheres presas, mulheres torturadas*, defendida pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1998. O trabalho traz o relato de cinco mulheres, pertencentes a organizações de esquerda, que foram presas e torturadas durante a ditadura civil-militar brasileira.

liderança estudantil, assim como outras mulheres da sua *fração geracional* que atuaram no movimento estudantil da referida universidade.

Neste período, a sua primeira reinvenção foi sair de uma cidade do interior para a capital, passando a trabalhar como professora primária, a depender do restaurante universitário e a utilizar um ônibus oferecido pela UFSC para ir até a universidade onde, segundo ela, “faltava tudo”.³⁰ Neste sentido, Derlei experimentou os prazeres e os dissabores de ter se tornado uma universitária logo após o Golpe de 64, o que significou, dentre outras coisas, conviver com os problemas decorrentes da falta de verbas destinadas à educação, além de ter que burlar as medidas autoritárias tomadas pelo governo através da lei 4464/64.³¹ Foi num contexto de enfraquecimento do movimento estudantil na UFSC resultante das amarras da referida lei e de dificuldades cotidianas relacionadas às necessidades básicas de um estudante universitário³², que Derlei de Luca, juntamente com outros companheiros, tomou a iniciativa de reorganizar o movimento estudantil em 1966:

Quando eu cheguei na UFSC (eu e mais um monte de gente, né?) os ‘Centro’ Acadêmicos estavam todos fechados, não funcionava nada. Então a nossa primeira luta foi pra reabrir o Centro Acadêmico. O Centro Acadêmico não podia reabrir, a ditadura proibiu... podia reabrir como... podia fazer o Diretório Acadêmico (só trocaram o nome!). Então nós aceitamos a troca de nome e ‘elegemo’ o primeiro grupo pra o Diretório Acadêmico 8 de setembro. Eu era a secretária e o Toninho Westrupp era o presidente. Foi aí que a gente começou. Na época, pra encontrar os estudantes reunidos a gente encontrava ‘nos bailinho’, tinha muito baile. Cada ‘Centro Acadêmico’ fazia seu baile, então o pessoal ia dançar na Odonto, o pessoal ia dançar na Medicina, o pessoal ia dançar no Direito e ninguém perdia né? É... sábado e domingo ‘tinha’ duas tarefas: uma era a missa e a outra era o baile.³³

Esta fala de Derlei, povoada por lembranças que remetem a uma época agradável e, ao mesmo tempo conturbada, indica que as articulações realizadas pelos integrantes do movimento estudantil da UFSC não se restringiam ao espaço da universidade. Também se

³⁰ Documentário *Eu faço parte desta história*. Op. Cit. 2010.

³¹ De acordo com Brito (2008), esta lei, também conhecida como Lei da Mordaça ou Lei Suplicy Lacerda, em homenagem ao Ministro da Educação Eduardo Suplicy Lacerda, mantinha os Diretórios Acadêmicos por curso ou Faculdade e criava os Diretórios Estaduais e o Diretório Nacional dos Estudantes, subordinando o funcionamento deste último ao MEC e ao Conselho Federal de Educação. Além disso, proibia greve e instituiu o voto obrigatório nas eleições dos diretórios, proibindo os ausentes dos pleitos de prestarem os exames acadêmicos. Apesar do caráter controlador desta lei, na prática as coisas se deram de forma diferente do que esta previa já que, segundo Ridenti (2010), mesmo os DAs criados acabaram fugindo ao controle administrativo do Ministério da Educação ao elegerem lideranças cujas posições políticas eram de esquerda, algo também apontado por Brito (2008) ao analisar a rearticulação do movimento estudantil baiano após o Golpe de 1964.

³² Segundo Derlei, o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina ficava na Trindade, na época, um bairro novo de Florianópolis. Nos dias chuvosos, os estudantes tinham que ir de botas, pois havia muita lama. Além disso, lá não havia restaurante universitário, o que obrigava os/as alunos/as a se deslocarem para almoçarem num outro bairro. Documentário *Eu faço parte desta história*.

³³ Trecho do documentário *Eu faço parte desta história*, 2010.

fazia política nos ambientes de descontração, em especial as festas, já que estes locais eram frequentados por muitos universitários. Porém, estes pontos de encontro não passavam despercebidos pelo DOPS, que, em Florianópolis, possuía um delegado que ia aos bailes universitários para mapear os vínculos entre os estudantes, buscando obter dados sobre os casais de namorados³⁴ para usos políticos e de censura moral, ideologia muito comum entre os golpistas e defensores da ditadura, que buscavam legitimação através da ideia de família, pátria e propriedade, característica das Marchas que se espalharam por todo o país, fortemente representada por algumas mulheres da classe média.

Em Santa Catarina, assim como em outros estados brasileiros, o movimento estudantil era integrado, em parte, por pessoas que pertenciam à Ação Popular. Portanto, é interessante chamar a atenção para a aglutinação entre a luta por uma universidade melhor e as demonstrações de repúdio à ditadura e ao imperialismo estadunidense, o que, consequentemente, atraía a atenção dos órgãos de informações catarinenses.³⁵

Assim, os estudantes eram monitorados dentro de uma “lógica da suspeição” que buscava identificar e controlar os possíveis inimigos da “ordem” estabelecida pela ditadura, o que representava para o aparato repressivo de então a necessidade de acumular informações que incluíam as atividades e posições políticas, além das vidas pessoais dos supostos “subversivos” ligados ao movimento estudantil, principalmente quando se tratavam de líderes, cujos passos eram praticamente acompanhados (MAGALHÃES, 1997).

Neste período, os estudantes da UFSC tinham consciência de que estavam sendo vigiados, inclusive em suas reuniões, que, segundo Derlei, eram monitoradas por um agente da repressão que sempre ia às assembleias³⁶. Diante disto, uma das estratégias utilizadas para escapar do monitoramento era a de tentar realizar reuniões às escondidas, buscando romper o cerco do medo e do isolamento imposto pelas manobras cerceadoras da ditadura.

Quanto aos quadros do movimento estudantil da UFSC desta época figuravam, principalmente, militantes do Partido Comunista Brasileiro e da Ação Popular, organização da qual a referida militante passou a fazer parte em 1966. Nesta época, ela também se integrou à

³⁴ Entrevista concedida a Marise da Silveira Veríssimo, trecho reproduzido em sua dissertação de mestrado. Op. Cit. p.105.

³⁵ Em entrevista ao jornal *Zero*, em abril de 2008, Derlei afirma que, em Florianópolis, o movimento estudantil era integrado, sobretudo, por militantes da AP e do PCB.

³⁶ Depoimento de Derlei Catarina De Luca contido no livro *Memória viva: relatório I* (2012), organizado por Fernando Ponte de Souza, José Carlos Mendonça e Valcionir Côrrea. Esta obra é fruto de uma pesquisa intitulada *Memória Viva*, que busca constituir um acervo documental a partir de depoimentos e entrevistas com pessoas que vivenciaram a resistência à ditadura no estado de Santa Catarina. Tal trabalho está vinculado ao Memorial dos Direitos Humanos, coordenado por Fernando Ponte de Souza, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

JUC, exercendo, assim como os outros membros, atividades assistencialistas fundamentadas no humanismo cristão³⁷ influenciado pelas correntes francesas da Igreja Católica, que negavam o capitalismo, enxergando-o como o causador das injustiças sociais.

Além das responsabilidades do movimento estudantil, vinculadas à sua militância na AP, e do trabalho como professora, Derlei também encontrava tempo para participar de atividades desenvolvidas pela JUC, como fazer teatro, recolher sabonete e pasta de dentes para doar aos necessitados, dentre outras caridades.³⁸ Contudo, tais ações comprometidas com o bem-estar social não se davam de forma isolada do aguçamento de uma consciência política já que, paralelamente a estas atividades, estudantes jucistas também discutiam questões da política nacional atreladas ao movimento estudantil.

De acordo com Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), que foram membros da JUC na Bahia e no Rio de Janeiro, respectivamente, no final da década de 50, grande parte dos jucistas se envolveu em movimentações políticas estudantis, “[...] debatendo os problemas estruturais da sociedade brasileira e as soluções que as correntes políticas propunham.” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 27).³⁹ Nesta perspectiva, também convém considerar que, após a fundação da Ação Popular, em 1962, o contato com pessoas que exerciam uma “dupla militância” (RIDENTI, 2002), e que faziam uma ponte entre integrantes da JUC com a AP foi fundamental para a crescente politização de estudantes jucistas que, posteriormente, passaram a integrar os quadros da Ação Popular.

Maria Lúcia Garcia, na época estudante de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais e membro da JUC trata, na sua autobiografia, da sua experiência neste sentido no ano de 1966:

Certo dia sou chamada por Cristina, que me explica que a JUC esgotava-se nos seus fundamentos religiosos. A religião, por si só, não nos permitiria avançar nas mudanças sociais. Precisávamos nos engajar no movimento político, única forma para transformar o Brasil. Deu-me para ler O personalismo, de Emmanuel Mounier. Entretanto, a obra tinha muito mais cunho filosófico que político. Outros textos foram surgindo e havia grande identificação com o que lia. Também ao penetrar nesse novo mundo ficava feliz por estar encontrando respostas para tantas dúvidas. Eis que, quando me dei conta, era militante da Ação Popular. (GARCIA, 2003, p. 44).

³⁷ Souza; Mendonça; Côrrea (2012), p. 101.

³⁸ Veríssimo (1998), p. 104.

³⁹ De acordo com Ridenti, “[...] É preciso reiterar que a JUC, dada a sua condição de representação estudantil dos católicos, sempre esteve marcada pela diferenciação interna, com setores mais ou menos conservadores ou progressistas.” (RIDENTI, 2002, p. 229). Além disso, considera-se também que, dentre os/as integrantes da JUC, existiam também aqueles/as que não se interessavam por tais discussões.

No caso de Derlei, existe certa singularidade quanto à sua aproximação da AP já que, apesar de estar vinculada à JUC, ela se aproximou da Ação Popular através da realização de alguns favores para militantes desta organização ainda quando morava em Içara, sua cidade-natal, e era ligada à JEC (Juventude Estudantil Católica), o que, posteriormente, abriu caminho para a sua incorporação:

Bom, eu ia direto aos bairros operários. No começo com alfabetização. Eu comecei a dar aula muito cedo, eu estava no segundo ano do segundo grau quando eu comecei a dar aula num bairro operário. E como os operários me pediam pra levar umas coisas pra lá outras pra cá, eu acabei conhecendo uma pessoa chamada Divo Ghizoni [...]. Então um operário que estava sendo alfabetizado chamado Donato era militante de AP. Foi ele quem apresentou Divo a mim e comecei a conhecer essas pessoas. Eu não sabia nada de Ação Popular. E em 1966 eu vim pra universidade. Comecei a levar recado, jornal. As pessoas começavam a levar recado de Florianópolis pra Içara. [...] Aí um dia o Divo Ghizoni, foi lá pra casa, pra casa da minha mãe, começamos a conversar. [...] Penso que ele estava me testando. A conversa evoluiu até que ele abriu a história da AP.⁴⁰

Diante deste depoimento, entende-se que, apesar de integrar a JUC, Derlei trilhou um caminho que a levou à Ação Popular através de ações junto à JEC, considerando que as suas aulas de alfabetização permitiram que ela estabelecesse uma série de contatos com pessoas que faziam parte da AP, ajudando-as nas suas atividades políticas, mesmo sem ter ouvido falar na organização.

Provavelmente, Donato, o operário militante da AP, e aluno de Derlei, a apresentou para um dos líderes da organização na região porque percebeu, em algum momento, que as posições humanistas⁴¹ da sua professora não se alinhavam ao governo. Posteriormente, quando Derlei foi morar em Florianópolis, com o objetivo de estudar Pedagogia na UFSC, os laços de confiança fortalecidos pelo auxílio prestado aos militantes fizeram com que estes propusessem a sua entrada na Ação Popular.

As memórias desta militante indicam que a sua escolha em se integrar à organização foi orientada a partir da convivência com membros da AP e de uma insatisfação diante da realidade social, política e econômica que encontrou no projeto político da referida organização uma alternativa para os problemas do país.

Quanto às atividades desenvolvidas pela referida organização junto ao movimento estudantil catarinense, Derlei afirma que, naquele momento, eram promovidas reuniões e

⁴⁰ Souza; Mendonça; Côrrea, Op. Cit, p. 101.

⁴¹ Segundo Derlei, no ano de 1964, com o golpe, ela participou, juntamente com outras pessoas, de atividades de solidariedade em relação aos presos políticos, ajudando, inclusive, com roupas e “rancho” (alimentação). Idem.

grupos de estudos.⁴² Neste caso, tais atividades estavam ligadas ao planejamento traçado pelo Comando Regional, já em 1967, algo apontado por Reginaldo Dias (1999), que afirma que, “constituído o CR-2, a primeira atribuição da nova direção era promover estudos para a implementação de trabalhos em frentes de luta popular, sindical e estudantil. [...]” (DIAS, 1999, p. 73). Segundo Derlei:

1967 foi um ano assim de preparação teórica. A gente estudava, estudava. Todos os documentos da AP e os clássicos. Começando pela História da Riqueza do Homem do Leo Huberman. Depois. Como que era? As três partes integrantes do marxismo, do Lênin. Ai já tinha textos do Stálin. Líamos muito Ho Chi Mim (*sic*). A gente ia pro interior da ilha e passava o sábado e domingo estudando. Aprendia mais do que na sala de aula. Foi em 67 que nós preparamos 68. Ai a gente já ia pra São Paulo e Rio para reuniões.⁴³

Em uma entrevista concedida a Veríssimo (1998), Derlei rememora com leveza estes tempos nos quais, em meio a viagens, reuniões, leituras e discussões de obras que revelavam, aos poucos, a adesão da AP ao marxismo-leninismo, estudantes universitários e secundaristas catarinenses pertencentes à AP promoviam comícios-relâmpago em paradas de ônibus, passeatas e manifestações no centro de Florianópolis, além de distribuírem panfletos pela cidade, e fazerem pichações em muros durante a madrugada com dizeres como “Abaixo a ditadura!”, “O povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo”, “Vietnã vencerá na luta”, etc.⁴⁴ Os referidos estudantes também se mobilizavam diante dos problemas que, além da UFSC, atingiam outras universidades públicas brasileiras daquele período. Este era o caso das cátedras vitalícias e dos excedentes, que, em 1968 também tiveram destaque nas contestações estudantis catarinenses.⁴⁵ A Ação Popular, articulava a preparação teórica dos/as seus/suas militantes pertencentes ao meio estudantil às ações de protesto contra a ditadura civil-militar, buscando pensar os problemas relativos à universidade e ao contexto político nacional e internacional.

A cada atividade promovida, mais informações eram acumuladas pelos órgãos repressivos já que, como foi mencionado anteriormente, o movimento estudantil era alvo de constante vigilância por parte da ditadura, sobretudo quando se tratava dos seus líderes. Neste sentido, um documento anexado na autobiografia de Derlei, produzido pelo DOPS do Paraná, dentre outras informações, relata o seguinte:

⁴² Ibidem, p. 102.

⁴³ Ibidem, p. 103.

⁴⁴ Veríssimo Op. Cit., p. 105.

⁴⁵ Souza; Mendonça; Côrrea, Op. Cit., p. 104.

Em 06/01/69 – A fichada é secretariada do diretório Central dos Acadêmicos da Universidade Federal de S.C. É funcionária Pública e está lotada no gabinete do secretário de Educação, Dr. Galileu Craveira de Amorim, onde foi colocada após o movimento Estudantil de pichamentos do dia 02/0 [ilegível]/1.968. A mesma visitou tôdas (*sic*) as salas de aulas pedindo licença aos professores, começava a falar (*sic*). Em suas palestras, atacava as autoridades, etc., tentando organizar um G.T. (grupo de trabalho) para defesas (*sic*) dos ideais da UNE, nas salas em que visitava, convidava os alunos a participarem do Congresso da UNE, que dizia não saber exato o local mas possivelmente em S.P. [...] (Fichário individual de Derlei Catarina De Luca encontrado no DOPS do Paraná. In: DE LUCA, 2002, p. 318)

Este trecho, certamente produzido com bases em informações repassadas pelo DOPS de Santa Catarina, em janeiro de 1969, época de férias escolares, apresenta Derlei De Luca, que era professora primária, como lotada no gabinete da Secretaria de Educação do Estado, apesar dela já estar em uma situação de clandestinidade. Provavelmente, ainda não tinham se dado conta. Tal excerto trata de uma das tarefas executadas por Derlei junto ao movimento estudantil: a tentativa de agregar os estudantes em torno da UNE. Mesmo sob o olhar vigilante do DOPS catarinense, as atividades políticas do movimento estudantil prosseguiram. Quanto a isso, ao lembrar a atuação do aparelho repressivo de Santa Catarina, a militante enfatiza certa tolerância por parte de alguns agentes de repressão:

O secretário de segurança pública daqui e o delegado do Dops não nos amedrontavam. O secretário de segurança pública se chamava general Vieira da Rosa. Por que ele não nos dava medo? Porque uma vez ele me encontrou no correio e disse que no tempo dele também tinha sido preso e que nós ainda íamos ver dias melhores. Tínhamos medo de um agente do SNI chamado Pinheiro, que escrevia os relatórios, e trabalhava com o general Veiga Lima, então chefe do SNI na ilha. Desses caras a gente tinha medo. [...] ⁴⁶

Algumas memórias que tratam da repressão ao movimento estudantil em Santa Catarina neste período apontam a postura dos agentes do aparato repressivo como relativamente “moderadas”, influenciando na forma com que os estudantes se comportavam, levando-os se manifestar “mais livremente” contra a ditadura que em outras capitais.⁴⁷ Contudo, há de se considerar que, mesmo que o uso da violência física não se apresentasse de forma desmedida, a coação ao movimento estudantil catarinense existia neste período,

⁴⁶ Ibidem., p. 105.

⁴⁷ Valmir Martins possui recordações semelhantes às de Derlei neste aspecto. Assim, ele lembra que, naquele momento específico, os policiais de Santa Catarina não conseguiam realizar as torturas que estavam sendo requeridas pela ditadura, pois Florianópolis era uma cidade pequena e todos os moradores se conheciam, algo que poderia significar uma retaliação moral para algum possível torturador. Memória contida no artigo “Ação Popular em Santa Catarina: uma história entre afetividades e militâncias, de Sérgio Luís Schlatter Jr., 2011. As lembranças de Derlei e Valmir, apesar de enfatizarem aspectos diferentes, indicam que a memória de parte dos jovens integrantes do movimento estudantil catarinense precedente ao AI-5 se remete a uma sensação ambígua de perigo revestido de certa tolerância por parte dos órgãos repressivos de Santa Catarina.

acompanhando a lógica de crescente intolerância da ditadura civil-militar em relação a tais manifestações, principalmente ao longo do ano de 1968.⁴⁸ Um exemplo disto é a tentativa de intimidação de líderes estudantis no mês de abril, dentre eles Derlei, por meio de interrogatórios quando ocorreram manifestações em Florianópolis em repúdio ao assassinato do secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro. Além disto, existiram, pelo menos, mais duas ocasiões em que a repressão ao movimento estudantil catarinense se fez presente: a tentativa de impedir que os delegados de Santa Catarina se deslocassem até o local onde ocorreria o XXX Congresso da UNE e a prisão de líderes estudantis em 05 de dezembro, um dia antes da visita do então presidente, general Arthur da Costa e Silva, a Florianópolis. Quanto a esta última questão, Derlei afirmou que:

Quando a gente preparou a manifestação contra Costa e Silva, nos prenderam e levaram todos para Biguaçu. Só que eles mandaram buscar comida de restaurante no almoço e salgadinho com café na tarde. Além disso, nem nos interrogaram. Como ficamos sem dar notícias, as famílias começaram a nos procurar. Por causa da busca, a polícia soltou os estudantes no dia seguinte.⁴⁹

Em Florianópolis, ao longo de 1968, não mais só se vigiava os estudantes. Buscava-se utilizar as informações colhidas na tentativa de conter as manifestações. Esta ação por parte do aparato repressivo de Santa Catarina pode indicar, de certa forma, como estes órgãos locais, aos poucos, se adaptaram às exigências de comandos superiores no que se refere à implantação de uma política repressiva que controlasse o movimento estudantil.⁵⁰ É nesta perspectiva que Ridenti (2010) afirma que no segundo semestre de 1968, a repressão política contra o movimento estudantil passou a se intensificar:

O movimento estudantil procurou avançar em 1967 e, principalmente, em 1968, por entre as brechas abertas no interior do regime militar, que oscilava entre uma ‘redemocratização’ (a política de diálogo e de conciliação de classes) e o “endurecimento” total, com a militarização do aparelho de Estado e a repressão política severa a qualquer esboço de dissenso da ordem vigente. A última alternativa foi vitoriosa, com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968; mas pelo menos desde agosto, o governo abandonara a ambiguidade em relação ao movimento estudantil. Se no primeiro semestre de 1968 já havia uma tendência à repressão crescente [...], no mês de outubro, indicavam uma decisão repressiva inequívoca da ditadura. [...] (RIDENTI, 2010, p. 127).

⁴⁸ As memórias de Derlei não apontam manifestações de coerção por parte dos agentes da repressão de Santa Catarina no ano de 1967, por exemplo. Este ano, segundo ela, foi de preparação teórica e de discussões, um período em que os estudantes catarinenses estavam começando a se organizar.

⁴⁹ Entrevista concedida ao jornal *Zero*, em abril de 2008.

⁵⁰ Vale lembrar que, segundo Elisabeth Ferreira (1996), em julho de 1968, o ministro da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva, determinou a proibição de passeatas de qualquer natureza.

As prisões destes estudantes em dezembro de 68, de certa forma, indicam esta escalada da intolerância em relação ao movimento estudantil. Foi nesta perspectiva que, segundo Derlei, a Ação Popular, diante de tal acontecimento, decidiu que a sua atuação como estudante seria interrompida. Ela ficaria na universidade até março de 69, quando seria substituída por alguém.⁵¹ Contudo, não houve tempo para o processo de preparação do seu deslocamento. Por ser uma líder estudantil, certamente seria um alvo fácil. É neste sentido que se compreende a inquietação dos estudantes logo após terem ouvido no rádio notícia sobre o AI-5.

Os materiais queimados no DCE da UFSC certamente os enquadrariam na Lei de Segurança Nacional e, a partir daquele momento, não haveria mais *habeas corpus* que os liberassem. O AI-5 e a suspensão da garantia de deste direito para detidos por infração da referida lei, dentre outros pontos, (GORENDER, 1998) representou o ápice do endurecimento não só em relação aos estudantes, mas no que se refere a todos os segmentos de oposição. Sendo assim, segundo as suas memórias, a partir da noite de 13 de dezembro de 1968, esta militante não mais residiria no “Paraíso da Estudante Universitária”, frequentaria o curso de Pedagogia, iria a missas e aos bailes universitários nos fins de semana ou, juntamente com amigos e amigas da UFSC, tomaria banho de praia à noite; não mais acamparia na Joaquina, veria os rapazes pescarem, fazerem caldo de camarão e cantarem ao som do violão tocado por alguns.⁵²

Depois desta noite, Derlei não mais voltaria a atuar no movimento estudantil catarinense, para quem o ano de 1968, “preparado anteriormente”, havia sido de intensa mobilização. Mergulhou mais profundamente na militância política, agora em uma situação de clandestinidade.⁵³

2.2.1. Vivendo como uma operária

⁵¹ De acordo com Reginaldo Dias (1999), um dos dirigentes do CR-2, Edésio Passos, esclareceu que neste ano de 1968 havia a decisão de transferir os quadros “pequeno-burgueses” para regiões onde se implantaria os trabalhos da AP. Esta decisão reflete a adoção da *política de integração na produção*, característica do *maoísmo*.

⁵² As memórias de Derlei sobre este período indicam que as lutas estudantis das quais ela participou propiciaram a construção de amizades e da prática do companheirismo, além de ter possibilitado a vivência de uma relação afetiva com o secundarista e militante da AP Roberto Maciel Cascaes, que durou cerca de dois anos. Assim, ao relembrar a época do movimento estudantil, Derlei o faz de forma a salientar a combatividade dos estudantes assim como a leveza de um período agradável em que se fazia política sem se privar da diversão. Período também cujo terror de Estado ainda não fazia parte do cotidiano catarinense, se apresentando de forma longínqua para Derlei e os outros estudantes da UFSC.

⁵³ A sua entrada para a clandestinidade tendo como marco a noite de 13 de dezembro de 1968 será discutida no próximo capítulo.

Saía de cena “Derlei Catarina de Luca” dando lugar, naquele mesmo corpo, a novas personagens que se apresentavam de formas diferentes, a depender do local em que atuavam e da situação que vivenciavam. A partir de então, Derlei passou, aproximadamente, cinco anos sem assumir a sua identidade civil, período em que se “reinventou” de diversas formas, inclusive neste aspecto referente à criação de novas histórias de vida para si com o objetivo de se manter segura e de prosseguir com as suas atividades políticas.

Assim, se chamou “Maria” ainda em Santa Catarina⁵⁴; em Curitiba ficou conhecida como “Deise Campos”, tendo, inclusive carteira de trabalho; além disso, foi “batizada” por um companheiro de organização como “Leila”, sendo também chamada por vários nomes no período em que morou na Bahia, a exemplo de “Isinha”, “Guida” e “Maria Luísa”, esta última possuindo certidão de nascimento.⁵⁵

Derlei De Luca ficou em Santa Catarina até o dia 24 de dezembro de 1968, quando a levaram para Curitiba. Passou a véspera de natal na casa de uma família de catarinenses, quando foi levada no dia seguinte a um *aparelho*⁵⁶ onde esperou, assim como outros/as militantes da AP que haviam sido deslocados para o Paraná, uma reunião que decidiria como se daria a sua atuação dali por diante.

De acordo com Derlei, neste período de espera, a tarefa destes/as militantes era estudar textos de Lênin, Stálin, Mao Tsé Tung, articulando-os com a conjuntura nacional e internacional, além do estudo de história do Brasil e, principalmente, de geografia. Nos tempos livres, jogavam baralho, liam e ouviam música tomando cuidado para não chamar a atenção dos vizinhos (DE LUCA, 2002).

Em meio a esta rotina observa-se que o foco da organização era manter seus militantes em segurança além de prepará-los teoricamente através de um programa de estudos que contemplava o marxismo-leninismo com influência do pensamento de Mao Tsé Tung, base teórica adotada pela Ação Popular. Neste momento, de implantação da política de *integração na produção*, é importante considerar a seguinte observação feita por Cristiane Santana:

Vale à pena ressaltar que o ideal de transformação ideológica da militância através desse processo não pode ser perdido de vista, de modo que uma pesquisa realizada no seio da militância da AP demonstrou que a organização era majoritariamente

⁵⁴ Utilizou este nome no período em que esteve escondida na casa de um agricultor, pai de um simpatizante da AP, no interior da ilha de Florianópolis.

⁵⁵ Derlei se casou no civil com o nome de Maria Luísa Vitalli. Na impossibilidade de registrar o filho com o verdadeiro nome da mãe, o marido de Derlei recorreu a este codinome.

⁵⁶ *Aparelhos* eram locais (casas ou apartamentos, localizados na maioria das vezes em bairros periféricos) onde os/as militantes moravam, guardavam seus materiais e/ou realizavam reuniões.

estudantil e possuía um baixo nível teórico e ideológico. Visando resolver essas deficiências, foi colocada em prática a organização do Debate Teórico e Ideológico (DTI), que propôs uma transformação ideológica dos militantes através de um estudo crítico do marxismo e da elaboração de uma teoria geral da revolução brasileira. (SANTANA, 2008, p. 57)

Esta rotina de estudos se deu até o dia 03 de janeiro de 1969, quando foi iniciada a *Reunião Ampliada da Direção de Ação Popular da R2* em uma praia isolada que só alguns membros conheciam. Foi nesta reunião que a decisão da *integração na produção* foi comunicada aos militantes como estratégia adotada pela organização sendo definidas as áreas referentes à atuação no campo e nas fábricas⁵⁷:

Os companheiros do Paraná foram para outros lugares. Nós, estranhos, faremos nossa integração aqui. Definem-se as áreas camponesas mais importantes e quem irá para onde. As fábricas em Curitiba, Joinville e Blumenau são consideradas de importância secundária. Dezenas de companheiros, todos oriundos de classe média, vão para Joinville e Blumenau. O objetivo era aprender a trabalhar em fábrica, obter registro na carteira de trabalho, adquirir alguma experiência e posteriormente ir para o ABCD Paulista, considerado área fundamental. Definem-se as fábricas onde cada companheiro deve buscar trabalho a partir daí e, pretensamente, num futuro que não se define, organizar a classe operária. (DE LUCA, 2002, p. 36)

Neste trecho da sua autobiografia, Derlei traz um pouco da estratégia traçada pelo Comando Regional 2 no que se refere à organização da política da *integração na produção* no Paraná, que reflete as decisões tomadas no âmbito da direção nacional. Obedecendo à lógica de inserção no campo e nas fábricas foram definidos os locais em que os/as militantes, de origem “pequeno-burguesa”, vindos de outros estados se *integrariam* já que os paranaenses pertencentes à AP haviam sido deslocados para outras regiões do Brasil, principalmente por uma questão de segurança (DIAS, 1999; RIDENTI, 2002; SANTANA, 2008).

Ao longo desta reunião da direção regional, que durou alguns dias, além das definições dos trabalhos também ocorreram debates teórico-ideológicos onde foram discutidas questões relacionadas às trajetórias e identidades políticas de cada militante através da análise de relatórios das militâncias, vinculada à prática da *crítica e autocrítica*.⁵⁸ Um dos objetivos, segundo Derlei, era o da aceitação do marxismo por parte dos integrantes da organização⁵⁹.

Considerando a iminência da *integração* destes militantes, concorda-se com o argumento de Santana (2008) quando esta afirma que existia uma preocupação com a

⁵⁷ Derlei lembra, com certa mágoa, que foi separada de Roberto Maciel Cascaes, seu namorado na época. A partir do momento em que ficou definido que ela seria *integrada à produção*, foi decidido que a Derlei não poderia mais vê-lo, pois Roberto continuaria a atuar no movimento estudantil.

⁵⁸ As práticas da crítica e da autocrítica, influências da política maoísta, visavam o “aprimoramento” da organização através da reflexão dos militantes sobre seus supostos erros e da sua superação.

⁵⁹ Informações contidas em Souza; Mendonça; Côrrea, Op. Cit., p. 104 e em De Luca (2002).

preparação teórica e ideológica destes quadros, requisito considerado como fundamental para o desenvolvimento satisfatório do trabalho de *integração*. Assim, realizada a avaliação da militância de Derlei, concluíram, segundo a referida militante, que ela não poderia ser definida como *marxista*, mas aceitava o programa da Ação Popular assim como todas as tarefas que lhe eram atribuídas pela organização: “[...] sua deficiência teórica é compensada pelo ativismo e boa aceitação na Universidade.” (DE LUCA, 2002, p. 39).

Quanto aos planos referentes à atuação nas fábricas localizadas em Joinville, Blumenau e Curitiba, as memórias de Derlei indicam que estas serviriam apenas como locais de aprendizado onde seriam obtidos os registros nas carteiras de trabalho para que não fossem levantadas suspeitas quando os militantes buscassem emprego nas áreas fabris prioritárias no sudeste do país. Blumenau e Joinville, segundo ela, seriam duas cidades consideradas como áreas de apoio para militantes da AP e de outras organizações que estivessem em dificuldades recorrendo então a uma rede de simpatizantes que os ajudavam.

Por serem lugares “neutros”, os militantes *integrados* nas fábricas destas cidades “[...] não faziam trabalho de agitação.” (DE LUCA, 2002, p. 51). Contudo, a situação de Curitiba seria diferente, pois mesmo sendo considerada de “importância secundária” pela AP, foram desenvolvidas algumas atividades políticas junto ao seu segmento operário.

Considerando que no Paraná, a Ação Popular, apesar de reconhecer a importância do movimento operário, obteve um maior retorno no desenvolvimento de um trabalho junto ao meio estudantil⁶⁰, Reginaldo Dias afirma que:

A situação de intervenção da AP junto ao movimento operário era mais delicado, especialmente por falta de militância formada nesse meio. Neste período de reorganização, foi preciso deslocar militantes de outras regionais para tentar implantar o movimento operário na seccional “Canudos”.⁶¹ Há, porém, registro de envolvimento de apenas três militantes com o setor operário. (DIAS, 1999, p. 84).

Tais militantes que, segundo o referido historiador, aparecem nos arquivos do DOPS do Paraná no Inquérito Policial nº 11/71, que trata das atividades da AP na região de Curitiba, seriam dois homens, “Hermano” e “Francisco”, que atuaram numa empresa siderúrgica, e uma mulher, “Rita” ou “Vera Lúcia”, que desenvolvia trabalhos junto a alunos do SESI

⁶⁰ Tal historiador afirma que no Paraná, até 1968, a AP era formada, quase em sua totalidade, por integrantes pertencentes ao movimento estudantil, sendo um dos objetivos da organização deste estado, em sintonia com as definições em nível nacional, implantar a “proletarização” destes militantes de origem “pequeno-burguesa”, algo que ocorreu, de forma intensa, em 1969.

⁶¹ Em 1969, foram estabelecidos dois Comandos Seccionais para organizar as atividades da AP no Paraná: o primeiro abrangia a área de Curitiba, sendo chamado de “Canudos” e o segundo, denominado de “Roseira”, abrangia o norte e o noroeste do estado. Mais informações, consultar Dias (1999).

(Serviço Social da Indústria) e junto ao MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). No entanto, os limites destas fontes repressivas entram em cena ao se considerar que nem todos militantes que se *integraram* no meio operário foram presos. Um exemplo disto é que Derlei Catarina De Luca foi definida para trabalhar numa fábrica têxtil, onde atuou por, aproximadamente, cinco meses, de janeiro a maio de 1969, não sendo presa pelo DOPS paranaense.

Derlei atuou com o nome de “Deise Campos”, personagem cuja história de vida seria a seguinte: nascida no Mato Grosso, Deise teria perdido os pais e se deslocado até o Paraná em busca de trabalho (DE LUCA, 2002). Provavelmente esta história tinha como objetivo justificar a ausência de parentes na sua vida, já que morava sozinha num pequeno quarto localizado em um bairro operário onde também morava a maioria das suas colegas de trabalho na fábrica.

Neste período, relembra Derlei, realizou algumas atividades, a exemplo da distribuição do jornal *Libertação*⁶², colaborando também com a confecção de uma publicação especial para a data do 1º de maio, que abordava a história de dois trabalhadores assassinados nos Estados Unidos na década de 20.⁶³ Além disso, menciona que deu apoio a uma movimentação de operários de um curtume que costumava atrasar os salários, acumulados dois meses naquela ocasião. Procurados para apoiar, os militantes da AP fizeram panfletos, distribuídos pelos próprios trabalhadores e simpatizantes pertencentes à fábrica, que se mostraram interessados em se organizar para lutar pelos seus direitos.

De acordo com Santana (2008), “a atuação da militância deveria associar às lutas imediatas, ou seja, econômicas, às lutas de caráter político. Logo, as lutas por melhorias dentro das fábricas deveriam estar articuladas com a luta para a tomada do poder e a preparação da guerra popular prolongada [...]” (SANTANA, 2008, p. 73). Como se vê, a partir da experiência lembrada por Derlei, em Curitiba, a AP chegou a participar das lutas de caráter econômico, relacionadas aos direitos dos operários, contudo, não conseguiu um aprofundamento nas suas relações neste meio no sentido de ampliar as suas fileiras, algo que propiciaria um desenvolvimento satisfatório das lutas de caráter político.

⁶² De acordo com Ridenti (2002), as orientações da AP eram divulgadas através do jornal *Revolução*, mensal e mimeografado, substituído em 1968 pelo jornal *Libertação*, que chegou a completar 56 edições até ser fechado em 1975.

⁶³ Trata-se da história de Nicolau Sacco e Bartolomeu Vanzetti, anarquistas italianos acusados de assaltar uma fábrica de calçados e assassinar um agente pagador e um segurança. Presos num contexto de fortalecimento dos sindicatos e temor do governo e de parte da sociedade americana quanto a uma escalada bolchevique, os dois homens foram condenados à pena de morte num julgamento em que os seus ideais serviram como um pretexto para a acusação.

Reginaldo Dias afirma que houve uma limitação dos trabalhos desenvolvidos junto ao operariado da região de Curitiba, prevalecendo as atividades de propaganda através da distribuição do jornal *Libertação*, e as campanhas de denúncia contra a ditadura, em especial no que se refere à questão da tortura (DIAS, 1999). Apesar disto, deve-se considerar que a Ação Popular naquele momento priorizava o desenvolvimento de um trabalho junto às metalúrgicas localizadas no sudeste do país, o que pode ter contribuído, juntamente com a escassez de militantes oriundos deste meio, para a “superficialidade” destes trabalhos.

Ao se *integrar* no meio operário, Derlei vivenciou, neste período, um cotidiano de miséria e exploração, parte de uma dura realidade social onde trabalhadores estavam expostos ao cansaço e à insegurança num universo em que horas extras eram obrigatórias, a pontualidade e a frequência, características decisivas para a manutenção do emprego, e onde a vigilância constante do contramestre se traduzia no temor dos operários. Esta vigilância visava, dentre outras coisas, garantir a produtividade dos trabalhadores, submetidos a uma rotina cansativa, que foi um dos primeiros desafios de Derlei: “Difícil foi na primeira semana. De pé, frente à máquina. As lágrimas enchiam-me os olhos. Teimava em não chorar. O cansaço me matava, quatro horas ininterruptas, diante da máquina de produzir fios. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 45).

Entre os intervalos dos turnos ou na saída da fábrica, Derlei às vezes encontrava os companheiros da organização. Nestes raros momentos, aproveitava para ler documentos, mandar recados, cartas para a mãe⁶⁴, realizar discussões teóricas, visitar algumas famílias catarinenses que moravam na cidade⁶⁵, etc. Trabalho extenuante, tempo “livre” escasso, turnos rotativos, horários das refeições incertos. Esta era a rotina na fábrica têxtil, evidenciada em suas memórias. Contudo, as suas lembranças vão muito além, capturando e ressignificando outros problemas sociais com os quais conviveu neste período.

Com o dinheiro que ganhava Derlei se mantinha, pagando, inclusive, a sua moradia: um minúsculo quarto alugado num local onde o banheiro era dividido com várias famílias (DE LUCA, 2002). Lembra que, neste ambiente, presenciou situações de desespero de famílias, cujas condições materiais eram precárias, além de ver crianças doentes sem terem como ser atendidas: “Às vezes me deparava com o problema de deixar a pessoa morrer ou conseguir assistência médica gratuita, remédios, internação, sem romper o meu esquema de

⁶⁴ As cartas eram levadas para outros estados e depois postadas, tendo como destinatária a mãe de Derlei, como uma forma de manter a segurança.

⁶⁵ No que se refere às medidas de segurança tomadas por militantes e exigidas pelas organizações de esquerda, entende-se que Derlei transgrediu estas regras ao fazer tais visitas, considerando que esta atitude poderia ter representado um perigo tanto para ela quanto para a AP, bem como para as pessoas que visitava.

segurança. Os companheiros traziam caixas de remédio de amostra-grátis.” (DE LUCA, 2002, p. 47). Diante destes dramas, a militante menciona que conseguiu convencer um médico a atender gratuitamente aquelas pessoas. Dizia para elas que havia trabalhado como doméstica na sua casa.

Afirma também que presenciou situações em que mulheres eram abandonadas por semanas por seus maridos não tendo a quem recorrer, “[...] mães cozinhavam em fogareiro de querosene ao lado do bebê que chorava. [...] Mulheres com raiva dos maridos, gritavam com os filhos [...]” (DE LUCA, 2002, p. 47). Eram mulheres que viviam o casamento e a maternidade⁶⁶ em uma situação de miséria precisando conciliar as suas atribuições de esposa e mãe em condições materiais escassas, com o cansaço e a exploração na fábrica. Sobre esta tentativa de conciliação entre as atribuições femininas no espaço doméstico e as suas responsabilidades em relação ao trabalho operário, é interessante trazer um pouco da vivência de Maria Lúcia Garcia, militante da AP, que se casou e engravidou quando integrava o movimento estudantil em Minas Gerais. Posteriormente, ao se *integrar na produção* foi deslocada para o ABCD paulista, onde atuou entre 1969 e 1971. Por um período, Maria Lúcia morou em Santo André e trabalhou em uma fábrica localizada em São Bernardo do Campo, precisando deixar seu filho, José Renato, de aproximadamente um ano de idade, sozinho por algumas horas, ao sair para trabalhar, até que o seu marido retornasse da fábrica. Anos depois, ao escrever a sua autobiografia, esta mulher destacou a sua vivência de mãe/militante, tratando, dentre outras experiências, desta tentativa de conciliação entre maternidade e trabalho/militância:

Saía às 5:30 horas e tomava três conduções. Ao final do mês não sobrava quase nada do salário. Ali fabricava-se fusível para automóvel. Trabalhava na montagem. A produção era bastante rudimentar. Tínhamos que produzir não sei quantas caixas, quase do tamanho das de sapato, por dia. Ao final do dia a coluna estava em frangalhos. Tive sérios problemas de coluna. Além do mais, Zé Renato ficava sozinho, dormindo, até que José Celso chegasse do trabalho, por volta das 8 horas. (GARCIA, 2003, p. 86)

Diante de situações como esta, vividas cotidianamente, em que precisavam optar por deixarem seus filhos sozinhos ou os confiarem a outras pessoas para que estas tomassem conta deles, aquelas mulheres operárias buscavam diversas alternativas para resolverem os

⁶⁶ Entende-se maternidade como fruto de um modelo construído social e historicamente, algo apontado por Elisabeth Badinter em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985). Sendo assim, busca-se afastar a ideia da existência de uma condição feminina (abstrata, universal e a-histórica) que atribui à mulher uma natureza materna cujo principal papel é o de cuidar dos seus rebentos no espaço privado do lar. O último capítulo tratará desta questão.

mais diversos problemas que se apresentavam nas suas vidas. Um deles, certamente recorrente para algumas, seria o da gravidez indesejada. Neste sentido a segunda edição da revista *Realidade*, de maio de 1966, trouxe uma matéria⁶⁷ cuja introdução falava de “Maria Aparecida Alves”, uma mulher casada, de 25 anos que tinha seis filhos, o mais velho com oito anos e o mais novo com três meses. “Maria Aparecida” morava na “cidade” há pouco tempo e se via diante de dificuldades financeiras. Passara a lavar roupas para complementar a renda e, temendo que uma nova gravidez acontecesse, escreveu uma carta a um médico pedindo que este indicasse algum “remédio para não ter mais filhos”. No entanto, “Maria Aparecida” não poderia ter o seu pedido atendido, pois naquele momento era proibido que fosse indicado, inclusive por médicos, qualquer método anticoncepcional.

De acordo com a revista, mesmo com tais proibições, a utilização de pílulas crescia no país desde 1963, inicialmente por meio da importação de um produto norte-americano. Três anos depois já eram sete os laboratórios que fabricavam as pílulas no Brasil, chegando à produção de 60 milhões de unidades em 1965, algo que indicava que, aproximadamente 250 mil mulheres teriam utilizado tal método anticoncepcional neste período. Como seriam comercializadas estas pílulas diante dos entraves colocados pelas leis brasileiras? A resposta seria a seguinte:

Por causa delas [das proibições], os laboratórios não usam nas indicações a palavra **anticoncepcional**: as pílulas são para **regularizar a menstruação**. O mesmo cuidado é tomado em relação a todos os outros anticoncepcionais: o preservativo é **protetor masculino**, cremes e geléias são para a **higiene íntima da mulher**. E qualquer pessoa pode comprá-los nas farmácias, sem receita médica. (Revista *Realidade*, nº 2, 1966, p. 19)

Não era tão simples assim. As pílulas anticoncepcionais eram consumidas por quem estivesse disposta a arriscar a possibilidade de conviver com alguns sintomas causados pela reação dos seus corpos à alta dosagem de hormônios, a exemplo de inflamações nos seios, dores de cabeça, hemorragias, palpitação, etc. Existiam também algumas dúvidas em relação às conseqüências, a longo prazo, como a possibilidade de provocarem doenças ou malformações no feto, caso se resolvesse ter filhos posteriormente.

Além disso, era necessário que as pessoas interessadas estivessem em condições de desembolsar algo em torno de quatro mil cruzeiros. Para aqueles que viviam em dificuldades financeiras, este era um dos grandes problemas para terem acesso a um dos anticoncepcionais

⁶⁷ Tal matéria buscava tratar do controle da natalidade assim como das pesquisas e utilização de métodos anticoncepcionais considerados “revolucionários” naquele momento, a exemplo da pílula e do dispositivo intra-uterino (DIU).

considerados “mais seguros” e “revolucionários” na época. Restavam então os métodos que a revista *Realidade* considerou como sendo os mais utilizados no Brasil: coito interrompido, preservativos, lavagens, comprimidos espumantes, cremes e geléias, diafragmas e a esterilização. Contudo, estes nem sempre funcionavam, e a gravidez se colocava como um problema na vida de algumas mulheres, algo indicado pelo cálculo apontado pela revista, que indicava que 25% dos casos atendidos nos hospitais brasileiros daquela época eram resultantes de abortos provocados, algo em torno de um milhão e meio por ano. Esta seria então uma saída para a gravidez indesejada.

Esta questão é apontada por Derlei em suas memórias. Segundo ela, as mulheres, com quem convivia, agiam sem muitas “teorizações”, sendo práticas diante de circunstâncias que poderiam suscitar questionamentos:

Até 1968, na UFSC, não se discutia o aborto. Na fábrica ninguém discute também, mas em caso de necessidade concreta, praticavam. E todas ajudavam, sem esquentar a cabeça, sem questionamentos, sem teorização. Passo a noite cuidando de uma operária que fizera aborto. (DE LUCA, 2002, p. 49).

Ao rememorar esta questão, Derlei acaba por atribuir uma diferença em relação aos comportamentos de estudantes e de operários, dicotomizando-os. Estes últimos são caracterizados como “práticos” diante das suas vivências numa realidade social que, além de impedir o acesso aos estudos, exigia uma postura que buscasse minimizar as dificuldades enfrentadas no cotidiano. Os estudantes, ao contrário, por terem a possibilidade de acumularem certo capital intelectual e, em sua maioria, por não sofrerem dificuldades materiais, buscavam resolver seus problemas recorrendo antes a “teorizações”.

Contudo, no que diz respeito à questão do aborto, entende-se que tanto mulheres pertencentes aos segmentos estudantis, de classe média ou alta, quanto aos setores mais pobres recorriam a este método como uma alternativa para interromper uma gravidez indesejada, algo abordado, mais uma vez, por uma matéria da revista *Realidade*, agora em junho de 1968. Ao tratar da questão do aborto no Brasil, a edição traz a história de “Maria Amélia”, uma estudante de Economia com pouco mais de dezenove anos que, assim que descobriu a sua gravidez, optou por fazer o aborto. Logo que tomou a decisão buscou uma clínica clandestina onde realizou o procedimento assistida por um médico e uma enfermeira mediante pagamento à vista e em dinheiro. Após o aborto, “Maria Amélia” foi para a casa de uma amiga, onde repousou durante dois dias. As únicas marcas que trazia no momento da entrevista eram as lembranças que a faziam se sentir “completamente vazia” (Revista

Realidade, nº 27, 1968, p. 163), sensação, provavelmente, vinculada à culpa por ter recusado a maternidade.

Em contrapartida, a revista também trata de “Maria da Silva”, uma mulher que havia realizado um aborto com alguém não especializado, resultando em complicações que a levaram para o hospital. A enfermeira que a atendeu afirmou que esta não era a primeira vez que ela aparecia em busca de socorro médico. Entretanto, daquela vez a parede do seu útero havia sido lesada.

Entre as histórias destas duas mulheres, alguns dados foram apresentados, dentre eles o de que o número de mulheres casadas que provocavam o aborto era superior ao de mulheres solteiras:

As mulheres dos grupos econômicos de baixo nível são também as que mais sofrem as conseqüências do abôrto (*sic*) ilegal. Não podendo pagar médicos, apelam para as “curiosas”, que cobram entre 30 a 100 cruzeiros novos por uma “operação” feita nas piores condições possíveis. E, quando nem esse preço podem pagar, procuram provocar o abôrto (*sic*) em si mesmas, introduzindo no útero sondas, agulhas de tricô, estiletes, o que, quando não causa graves danos à saúde, provoca a morte.⁶⁸

Diante de tal quadro social traduzido numa questão de saúde pública, a matéria foi encerrada com a seguinte afirmação do médico que atendeu “Maria da Silva”: “É preciso entender que ninguém faz abôrto (*sic*) porque gosta, mas porque de algum modo se viu obrigado.” (Revista *Realidade*, nº 27, 1968, p. 163).

Independente da classe social, muitas mulheres recorreram, e ainda recorrem, a esta prática. Mesmo com culpa⁶⁹ e /ou “teorizações”, assim como sem a presença destes elementos que poderiam alongar o processo de tomada de decisão, mulheres de classe média e alta, intelectualizadas ou não, também realizavam tal prática, escolha que, poderia estar vinculada a vários motivos, dentre os quais, o desejo de investir no seu futuro profissional ou na carreira já iniciada, a recusa do parceiro em relação à vinda de uma criança, casamento em crise, situação financeira instável ou até mesmo, no caso das mulheres que não eram casadas, os valores morais presentes na época, que desqualificavam as mães solteiras.⁷⁰

⁶⁸ Revista *Realidade*, nº 27, 1968, p. 161.

⁶⁹ Entende-se que, neste caso, a culpa está associada à importância atribuída à maternidade, tida como sagrada em nossa sociedade. Neste sentido, concorda-se com Forna (1999) quando esta afirma a existência de um estereótipo referente tanto às mães, amparado pelo mito da mãe perfeita, quanto àquelas mulheres que decidem não ter filhos. Assim, a interrupção da gravidez é entendida socialmente tanto como uma negação da maternidade, algo que supostamente “trairia” a “natureza feminina”, quanto um atentado à vida de outrem. Sendo assim, entende-se que a pressão social, inclusive sustentada por preceitos religiosos, pode causar culpa e vergonha naquelas mulheres que decidem realizar o aborto.

⁷⁰ Aqui não se deixa de considerar também os casos de abuso sexual, presentes em todas as classes sociais.

Quanto às motivações das mulheres de classes menos abastadas, entende-se que estas também poderiam estar vinculadas a algumas das questões já citadas. No entanto, outro fator seria fundamental na tomada de decisões destas mulheres: a precariedade das suas condições materiais, que, inclusive, naquele momento limitavam o acesso a alguns métodos contraceptivos de maior eficácia, a exemplo da pílula.

Em se tratando das operárias, existia ainda o fator da necessidade de manterem seus empregos com o objetivo de sustentarem as suas famílias e/ou dividirem o orçamento com seus maridos, sendo submetidas a uma carga horária extenuante, que incluía horas-extras, como foi apontado anteriormente. Em tal contexto de miséria e exploração, a maternidade era (e ainda o é) um desafio que, para muitas, traduzia-se em um problema. O aborto seria então uma possibilidade ou uma escolha colocada em prática sem “teorizações”, como afirmou Derlei, o que não significa ausência de culpa e/ou vergonha por parte destas mulheres.

A ajuda prestada por Derlei à operária que realizou o aborto indica a forma como estas mulheres lidavam com a questão do acesso a esta prática. Pela impossibilidade de recorrerem a um atendimento de saúde especializado na realização de tal procedimento, a alternativa era recorrer a “curiosas” ou tentarem realizar o procedimento sozinhas, o que poderia resultar em graves complicações. Diante disto, buscar a ajuda de pessoas próximas era fundamental nos momentos posteriores ao aborto. A presença de Derlei neste momento evidencia também a conquista da confiança de algumas das pessoas com as quais ela convivia. Contudo, mesmo tendo construído tais amizades, o trabalho político, que era um dos objetivos da sua *integração*, não chegou a ser realizado. Não houve tempo para formar uma célula da AP no interior da fábrica. Derlei foi deslocada para São Paulo.

2.2.2. Repressão em São Paulo

A partir de então, passou a ser secretária da organização, dando suporte à Direção Regional de São Paulo juntamente com mais duas pessoas. Dentre as suas atividades, destacavam-se o envio e recepção de materiais (documentos, jornais, correspondências, etc.), o repasse das orientações da direção para os núcleos operários, a organização das finanças e a *cobertura de pontos de chegada*⁷¹.

⁷¹ Consistia em encontrar os militantes que vinham de outras cidades para ambientá-los em São Paulo, além de passar as informações referentes às suas funções. Esta era uma tarefa que exigia a pontualidade do responsável,

A sua rotina foi construída de forma a atender às necessidades e urgências das tarefas designadas, que podiam ser modificadas em função das *quedas* de militantes para que o funcionamento da organização não fosse comprometido:

A direção era o cérebro. Nós éramos as artérias, os braços, as pernas dos dirigentes. Mantínhamos a AP articulada em pontos de contatos pré-determinados; alguns lugares tornavam-se quase fixos. Checávamos os locais das reuniões, imprimíamos materiais, distribuíamos para as cédulas, recolhíamos todas as informações necessárias à direção. (DE LUCA, 2002, p. 64).

Em que pese o seu contato direto com os dirigentes e as tarefas que executava, pode-se considerar que a função de Derlei era de grande importância para o desenvolvimento das atividades da direção, necessitando um alto grau de diligência e atenção, algo que exigia que ela conhecesse os bairros e as cidades adjacentes de São Paulo e se adaptasse a uma rotina que implicava, dentre outras coisas, em riscos, disciplina e pontualidade. Lembra que levantava às seis da manhã e logo dava início às suas tarefas, o que a fez conhecer a cidade, os horários e linhas de trem e de ônibus. Alimentava-se precariamente, passando, geralmente o dia à base de café com leite, pão e manteiga, só jantando após cumprir as todas as atividades a ela designadas (DE LUCA, 2002).

Por ser *profissionalizada*, Derlei se mantinha com uma espécie de salário que provinha das arrecadações feitas pela Ação Popular junto aos seus simpatizantes que, a partir de 1969, ficaram cada vez mais reduzidas.⁷² Assim, eram constantes as dificuldades financeiras que, juntamente com a falta de tempo, refletiam na sua má alimentação. Contudo, com a ajuda de alguns companheiros e simpatizantes, eventualmente, Derlei conseguia almoçar, por exemplo. Esta rede de solidariedade construída entre alguns companheiros de organização e simpatizantes era fundamental para a manutenção da militância, pois o relativo isolamento característico da situação de clandestinidade a que os militantes estavam submetidos deixava-os vulneráveis não só aos órgãos coercitivos, mas a problemas cotidianos, a exemplo da fome, do cansaço e da solidão.

As lembranças de Derlei relativas a este período trazem, em sua autobiografia, elementos que revelam uma rotina um tanto solitária em que o seu tempo era demarcado pelas tarefas, quase não restando momentos dedicados ao lazer. Afirma que, entre uma tarefa e

pois, caso as pessoas deslocadas não encontrassem ninguém, podiam ficar perdidas, já que as informações eram compartimentadas não permitindo que se conhecessem os locais de moradia.

⁷² Quanto a isto, Luiz Mandredini afirma: “[...] a repressão pós-AI-5 assustara muita gente e o número de amigos e simpatizantes, fontes de recursos e infra-estrutura, minguarda sensivelmente. A vida tornara-se ainda mais árdua. [...]” (MANFREDINI, 1989, p. 55).

outra, distraía-se indo ao Museu do Ipiranga, passava na biblioteca para ler, observava a cidade: “Na Aclimação, para minha alegria, tinha um lago. Deitava-me na grama [...]. A saudade batia e eu chorava sozinha. Se chorasse no ‘aparelho’, as companheiras prontamente fariam uma reunião para analisar minha debilidade ideológica.” (DE LUCA, 2002, p. 69).

O seu relacionamento com as outras três moças com quem dividia um *aparelho* é relembado como sendo um tanto frio, permeado por cobranças em relação à sua firmeza ideológica. Neste caso, tal distanciamento, provavelmente era agravado pelas medidas de segurança adotadas pelos militantes clandestinos, que exigiam, para além do segredo em relação às suas verdadeiras identidades, a segmentação dos dados referentes aos trabalhos efetuados, sendo proibido o diálogo sobre as tarefas pelas quais eram responsáveis, a não ser com pessoas previamente definidas. Contudo, as atividades realizadas e/ou a convivência possibilitavam a construção de laços de amizade e, até mesmo, de relações afetivas entre os militantes, mesmo diante de tais circunstâncias.

Derlei menciona que morou alguns meses neste *aparelho*, depois mudou para o apartamento de uma família que alugava um quarto. Traz em suas lembranças referentes a este período, a impressão de que conseguiu desenvolver uma convivência mais calorosa, se sentindo à vontade para conversar, apesar de não falar sobre política e de não revelar a sua verdadeira identidade, afirmando ser uma estudante do interior. Talvez, por isso, o material da organização que levou para o seu quarto não causasse tanta suspeita, além das suas saídas diárias. Não desconfiavam também que a suposta estudante se arriscava todos os dias ao sair de casa para realizar as suas tarefas como militante política de esquerda e que o aparato repressivo poderia alcançá-la a qualquer instante.

Naquele momento, o aumento do número das ações armadas promovidos por organizações de esquerda em algumas capitais, em especial os assaltos a bancos, despertava a atenção da sociedade e a ira dos órgãos repressivos. Desde 1967 tais ataques cresciam consideravelmente, não se atribuindo, porém, estas ações a grupos da esquerda armada. Não obstante tal desconhecimento em relação à autoria destes assaltos, em novembro de 1968, a ALN (Ação Libertadora Nacional) e o seu líder Carlos Marighela se tornaram os principais alvos da repressão por terem sido os primeiros a serem descobertos após a prisão, no Rio de Janeiro, de um militante que havia participado do assalto a um carro pagador. De acordo com Gorender (1998),

Jornais e revistas publicaram longa matéria a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as bancas a revista *Veja* exibia o rosto

do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão fazem dele o inimigo público número um. (GORENDER, 1998, p. 109).

A revista *Veja* a que Gorender se refere é a edição número 11, do dia 20 de novembro de 1968, cuja capa, que trazia uma foto do referido líder, possuía o título “Procura-se Marighela”. Entre intrigas referentes à sua vida pública e privada, ao longo da matéria foi construído o perfil de um homem manipulador, traiçoeiro, gastador e envolvido em várias “aventuras amorosas”, cujas protagonistas pertenceriam ao universo da sua militância de esquerda. Uma delas foi definida como “a louira inevitável”:

Há também a inevitável louira de 35 anos, suposta companheira de Marighela nos amores e nos assaltos, que seria estudante de Medicina no Ceará ou aluna de Filosofia em São Paulo, mas é sempre apontada como uma louira de franjinhas. Ela atende pelo nome de Sílvia e usa luvas cirúrgicas quando carrega metralhadoras para assaltar bancos. (Revista *Veja*, 20 de novembro de 1968, p. 15-16).

Como se vê, as atenções e intrigas se voltavam também para uma suposta “louira de franjinhas” chamada “Sílvia” que, além de ser tida como amante de Marighela, participaria dos assaltos executados pela organização. O olhar lançado por esta matéria, baseado em conjecturas, revela uma possível reação desconcertada em relação à participação de “uma mulher” em assaltos. Por ser considerada como provável “companheira de Marighela nos amores e nos assaltos”, tal “louira” poderia representar para a sociedade da época uma mulher triplamente transgressora: amante, assaltante e “comunista”. Alguém que, certamente, despertou a curiosidade, a indignação e o fascínio das pessoas.

De acordo com Carvalho (1998), a primeira mulher a integrar uma ação armada na “linha de frente” foi Renata Guerra de Andrade, de codinome “Cecília”, militante da VPR, que, dentre outras atividades, participou de um assalto ao Banco Mercantil de São Paulo no dia 1º de agosto de 1968. Quanto a isto, ela relatou o seguinte:

A ação mais badalada foi o assalto ao Banco Mercantil do Itaim. Porque nesse eu apareci, as pessoas me viram. Foi aí que eu virei “a terrorista louira”. [...] O engraçado é que eu nunca fui louira. Estava disfarçada de saia preta curta, meia três-quartos de colegial, franja preta, lenço na cabeça e óculos escuros. Usava uma japona de lã – era inverno – com o 32 de sempre enfiado no bolso. Cada qual tinha a sua tarefa. [...] A minha tarefa era esvaziar os caixas. (Renata Guerra de Andrade. *In: Carvalho, 1998, p. 37*)

O *Jornal da Tarde* do dia seguinte teria descrito Renata Guerra de Andrade como sendo uma garota de cabelos castanhos, de óculos escuros que vestia minissaia e usava meias brancas de algodão. (CARVALHO, 1998). A partir de então, a cor dos cabelos da militante

foi sendo modificada pelo olhar de jornais e revistas, passando do preto, lembrado no trecho citado, para o castanho, noticiado pelo referido jornal, até chegar no “louro”, a representação da “mulher fatal”. Diante disto, entende-se que a imprensa, que ajudou na construção do mito “a loura dos assaltos”, explorou a idéia desta mulher transgressora a partir da aliança de dois elementos que revelam o temor dos “poderes” emanados pelo “feminino”, a saber: a beleza e a tentação.

Nesta perspectiva, a revista *Veja*, de 27 de novembro de 1968, em uma nota intitulada “Pernas de loura”, dentre outras coisas, abordava a beleza e a sedução de tal mulher, caracterizadas pelas suas “pernas roliças”, “braços lisos” e “voz de um rouco macio”. A nota mencionava também que a referida loura era alta, usava peruca e era “muito bonita”, além de estar sendo “permanentemente” analisada “com rigor” por investigadores de uma delegacia do subúrbio do Rio de Janeiro, que focavam nas suas “formas”, “medidas”, “covinhas” e “pernas”, algo que indica uma excessiva preocupação em relação ao corpo da suposta “criminosa”.

Na conclusão de tal nota, a revista aposta no perigo, representado pela beleza sedutora desta mulher, que punha em risco os próprios policiais, principalmente os inexperientes: “[...] ‘Por que mulheres assim se metem nesses troços?’, pergunta desolado um jovem policial, que já sabe até ‘a marca do perfume da môça’ (sic).”⁷³ Uma mulher bonita seria muito mais ameaçadora do que qualquer outra.

Não obstante tanto “empenho” em buscar as “características” da “loura dos assaltos”, ao longo do tempo surgiram outras mulheres que realizaram assaltos utilizando perucas loiras. Ana Miranda, que militou na ALN, dentre outras organizações, lembrou o seguinte:

A loura dos assaltos era uma figura efêmera. Era naquele momento, naquele dia, aquela pessoa que tava com a peruca loura. Era uma figura que os jornais adoravam: “a loura dos assaltos!”... como se fosse uma só. Eu já fui uma numa das ações. Era só colocar uma peruca que você vira “a loura”. No dia seguinte, “a loura, a loura dos assaltos”.⁷⁴

Com Maria Aparecida Costa não foi diferente. Militante da ALN, ela participou de algumas ações, dentre elas o assalto à relojoaria *Majô Relógios*, em junho de 1969 em São Paulo. De acordo com Gorender (1998), a referida cidade, naquele ano, viu o número de assaltos se elevar “[...] de maneira assustadora”. Até 1967, os assaltos a agências bancárias

⁷³ Revista *Veja*, 27 de novembro de 1968, p. 18.

⁷⁴ Depoimento de Ana Miranda no segundo episódio da série “Mulheres em Luta”, exibido em canal fechado no dia 02.04.2014.

raramente passavam de dois por ano. [...]” (GORENDER, 1998, p. 108). As coisas, porém, começaram a mudar a partir de 1968 com as ações promovidas tanto pela ALN quanto por outras organizações armadas: “[...] No decurso de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores e um trem pagador, num total de dezessete. Até julho de 1969, eram atacadas mais 31 agências bancárias e um carro pagador. [...]” (GORENDER, 1998, p. 108).

Uma das fontes consultadas por Gorender foi a edição número 49 da revista *Veja*, de 13 de agosto de 1969, cuja reportagem de capa tratava dos personagens principais das ações armadas. Com a foto de um homem branco com o rosto parcialmente coberto por um pano vermelho na capa, a revista se propunha a responder a algumas questões, dentre elas, “Quem são?”, “Onde estão?”, “Que querem?”. Ao tentar responder a primeira pergunta, a revista relaciona diretamente o fenômeno chamado de “terrorismo” aos estudantes universitários. Para ilustrar tal assertiva, a matéria traz em uma das suas primeiras páginas a foto de quatro supostos militantes, sem identificação, dentre eles uma mulher, definidos como “terroristas”. Ao lado, a seguinte legenda: “Êles (*sic*) são jovens, entre 20 e 25 anos. E solteiros. Na maioria, estudantes universitários. São os terroristas de esquerda.”⁷⁵

Apesar de trazer a foto da jovem estudante universitária e suposta “terrorista”,⁷⁶ a edição não apresenta nenhuma informação sobre “a loura dos assaltos”. Entende-se que é possível que a sua ausência das páginas deste número se deu porque esta já não era mais uma novidade para as pessoas, apesar de os jornais continuarem a tratar do tema.⁷⁷ Passada a curiosidade em torno da singularidade de uma mulher bonita e “terrorista”, é provável que a revista tenha perdido o interesse por esta personagem se voltando para a busca de um perfil muito mais ligado aos homens, apesar de não desconsiderar a presença feminina.

Ao tentar traçar um perfil destas pessoas, a edição também apresentava algumas informações que tratavam das ações armadas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Quanto a esta última, além dos dados referentes a assaltos a bancos, foram trazidas as informações de que, entre o ano de 1968 e o primeiro semestre de 1969, também foram

⁷⁵ Revista *Veja*, 13 de agosto de 1969, p.17.

⁷⁶ Esta foto também consta em cartaz de “procurados” distribuído em 1969, sendo tal mulher identificada como “Hilda Fadiga Andrade”.

⁷⁷ O jornal *O Globo*, de 16.01.1969, por exemplo, trouxe uma reportagem intitulada “Metralhadoras e mini-saia nos assaltos a dois bancos”, tratando de dois assaltos ocorridos em Sabará (MG) no dia anterior. Um dos aspectos enfatizados na matéria era a participação de “uma jovem loura de mini-saia e pistola automática” que tinha “boa aparência”.

assaltadas uma agência de turismo e duas casas comerciais. Uma delas, provavelmente, foi a *Majô Relógios*⁷⁸.

Outra questão levantada foi a seguinte: “Que provocaram?”. A resposta aponta tanto para a reação de medo das pessoas, em especial aquelas que trabalhavam em setores que eram os alvos preferenciais dos assaltos, quanto traz a ideia de que o fenômeno do “terrorismo” estava sob controle no país. Apesar dos ataques, a “polícia agia”:

No Brasil o terrorismo provocou a reação policial. Em São Paulo, nas proximidades de bancos, as tradicionais duplas de soldados da Fôrça (*sic*) Pública foram substituídos por grupos de quatro, em muitos lugares. A polícia agora faz batidas mais rigorosas e mais sistemáticas. Também em São Paulo foi anunciado o lançamento da Operação Bandeirante: de surpresa, trechos da cidade, principalmente à noite, serão bloqueados para a polícia revistar todos os automóveis e seus passageiros, à procura de armas e do material do terror. [...]⁷⁹

Este fragmento enfatiza a adaptação do aparato “policial” ao clima gerado pelas ações armadas. De acordo com a revista *Veja*, a cidade de São Paulo, um dos principais alvos dos ataques, teria criado um novo mecanismo de reação para tais investidas: a Operação Bandeirante (Oban), que promoveria intervenções de busca e prisão dos “terroristas”. Neste sentido, é importante salientar que as ações armadas de esquerda eram vistas como sendo atividades de grupos “terroristas” formados, sobretudo, por jovens que, longe de lutar por uma causa política legítima, buscavam a agitação, além da desagregação social e econômica do país.

A criação da Oban, então, foi vista como necessária e apoiada, direta e/ou indiretamente, por setores militares e civis por estes verem na contestação dos grupos de esquerda uma ameaça à ordem política e social. Diante disto, tal órgão se concentrava no combate às organizações de esquerda, buscando, segundo seus fundadores, “[...] ‘identificar, localizar e capturar elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam.’ [...]⁸⁰

Tal criação se deve a uma aliança entre o governo federal e estadual, na pessoa do governador Roberto Costa de Abreu Sodré e de empresários paulistas, que financiaram o projeto. De acordo com Célia Cardoso (2014), a estruturação dos órgãos de repressão em São

⁷⁸ A relojoaria *Majô Relógios* foi assaltada, em junho de 1969, por militantes da ALN. Foram levados mais de 160 relógios e outras jóias. Em janeiro de 1970, alguns jornais, dentre eles o *Correio da Manhã*, noticiaram a devolução destes objetos, que se encontravam na casa de uma militante de apoio, Diva Maria Burnier.

⁷⁹ Revista *Veja*, 13 de agosto de 1969, p. 19.

⁸⁰ Documento de natureza repressiva, *A subversão e o terrorismo em São Paulo* apud JOFFILY (2013), p. 42.

Paulo, contaram com o comprometimento ideológico dos governadores paulistas no que se refere à política de segurança nacional dos militares, colaborando com a aplicação dos Atos Institucionais, fazendo reuniões com chefes militares e tendo, inclusive, conhecimento das práticas repressivas no estado, ao receber informes enviados pela Delegacia de Ordem Política e Social. A Oban, então, foi

criada com o aval do governo do estado, contou com o apoio de integrantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, polícia política estadual, Departamento de Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil, tendo o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury assumido mais diretamente o comando da luta contra a “subversão” em São Paulo. É no governo Abreu Sodré que também ocorre, de acordo com a determinação dos governos militares, a unificação da Força Pública e da Guarda Civil, dando origem à Polícia Militar. O comando das polícias estaduais e da Secretaria de Segurança Pública ficou sob a responsabilidade de um oficial do Exército, subordinando, dessa forma, as polícias estaduais às Forças Armadas. Já é de conhecimento o vínculo de empresários com a OBAN, como o caso do dinamarquês naturalizado brasileiro Henning Albert Boilesen, seja na orientação, seja na ajuda financeira. [...]. (CARDOSO, C., 2014, p. 146)

Entre a legalidade e a ilegalidade, além de torturar, assassinar e invadir domicílios (JOFFILY, 2013), a Oban promovia operações “pente-fino” dentro da cidade e nas estradas na tentativa de prender militantes de esquerda desprevenidos. As ruas de São Paulo se tornavam cada vez mais perigosas, algo que Derlei sentia ao sair de casa para realizar suas tarefas:

Já não me perco em São Paulo. A cidade é controlada palmo a palmo. Cada contato é um risco. Caminhar na rua é um perigo. Fazem operações Pente Fino: cercar todo um quarteirão e revistar pessoa por pessoa, conferindo seus documentos de identidade. [...] Dão batidas nas casas. Mesmo assim os assaltos continuam. A ALN está sendo duramente golpeada. As prisões se enchem. (DE LUCA, 2002, p. 72)

Além da exposição nas ruas, Derlei relembra na sua autobiografia que as viagens intermunicipais ficavam difíceis, pois o DOPS exigia das empresas que passageiros preenchessem papeis com nome, identidade e número da passagem. De acordo com a militante, este órgão também orientava os porteiros dos prédios a comunicarem qualquer movimento que considerassem como diferente.

Arelada à violência, era utilizada também a “repressão preventiva”, que além dos seus agentes infiltrados, recorria e incentivava a colaboração de cidadãos comuns a partir da *lógica da suspeição*, ancorada na ideia de um perigo próximo, e ao mesmo tempo oculto, representado pelos “terroristas”, que podiam ser pessoas estranhas ou conhecidas, vizinhos ou colegas de trabalho (MAGALHÃES, 1997).

Desta forma, seria fundamental que a população desenvolvesse o hábito de estar atenta a situações e pessoas “estranhas”, na rua ou na vizinhança, no ambiente de trabalho ou no espaço doméstico (MAGALHÃES, 1997). De acordo com Joffily (2013), dentro desta mesma lógica, em agosto de 1969 passaram a ser espalhados cartazes com as fotos dos militantes mais procurados. Eis o que afirma um relatório elaborado pelo II Exército:

A afixação de cartazes com fotos de terroristas procurados está despertando a população de São Paulo para o grave problema da subversão e do terrorismo. Tudo indica que tal providência motivará a população para oferecer denúncias que contribuirão para a prisão de subversivos e dos terroristas.⁸¹

Diante de tal conjuntura repressiva, além de procurar manter-se informada acerca das decisões tomadas pela ditadura e sobre as prisões efetuadas pela repressão, a Ação Popular tratou de desenvolver algumas orientações de segurança a serem seguidas por seus militantes para que estes se resguardassem de possíveis armadilhas. Assim, era importante que não ficassem mais que cinco minutos no mesmo local; fossem pontuais nos encontros e reuniões; marcassem os pontos, preferencialmente, entre um quarteirão e outro, caminhando em ruas movimentadas; não procurassem um companheiro que houvesse faltado ao encontro; não andassem na rua à noite; tivessem uma vida aparentemente normal para os vizinhos, buscando um “esquema de sustentação legal”; dentre outros. (DE LUCA, 2002, p. 72-73).

Para a organização, era importante que, ao realizarem as suas tarefas, os militantes não chamassem a atenção para si e que não se expusessem em áreas ou horários em que pudessem ser abordados pela repressão, principalmente à noite. E, considerando que, apesar das precauções, alguns poderiam ser capturados, era fundamental que os demais não tentassem encontrar quem não comparecesse aos pontos, pois poderiam ser vítimas de armadilhas.

Além disso, dada a *lógica da suspeição*, que incentivava também a vigilância das pessoas sobre a vizinhança, era primordial que se mantivesse a discrição no âmbito privado das suas vidas, construindo um cotidiano que, apesar de estar orientado pela vida pública relativa à atuação política de esquerda, aparentasse certa normalidade e não suscitasse questionamentos, inclusive no âmbito da moral.

É neste sentido que o comportamento das mulheres em locais públicos também foi alvo destas medidas de precaução sugeridas pela AP. Às militantes foi passada a orientação de que deveriam evitar andarem com jornal na mão, fumarem na rua e tomarem cafezinho em bar (DE LUCA, 2002). Perguntada sobre o motivo desta última medida sugerida pela

⁸¹ Relatório Especial de Informações do II Exército, Nº 7/69. 18/08/69 apud JOFFILY (2013), p. 162.

organização, Derlei afirmou: “[...] a repressão considerava que mulher que comprava e lia jornal, fumava, entrava em bar e tomava café na rua era de esquerda.”⁸²

Levando em conta o caráter “duplamente transgressor” atribuído às mulheres pertencentes a organizações de esquerda pela maioria da sociedade daquele período (COLLING, 1997), considera-se a questão da moral como sendo uma chave para se compreender o motivo pelo qual os agentes da repressão viam em tais comportamentos a orientação política daquelas mulheres. Ao conceberem as militantes de esquerda como mulheres que renegavam os seus tradicionais papéis de “mulher”, a repressão enxergava naquelas que mantinham determinados hábitos ligados a um comportamento considerado masculino, potenciais “subversivas”. Comprar ou andar com jornal na mão, demonstrando certo interesse em manter-se informada sobre os assuntos locais ou nacionais; fumar, algo considerado como “vulgar”, próprio de “mulheres promíscuas”, e relacionado, dentre outras coisas, à categoria das “putas comunistas”⁸³; entrarem em bares, espaços considerados como somente admissíveis de serem frequentados por homens. Para a repressão, estes seriam indícios de certa “ousadia” que poderia ser traduzida em autonomia política, ou melhor, podiam revelar uma “comunista” perigosa que, ao circular pela cidade, certamente estava “arquitetando” alguma ação “terrorista”. Caso alguém reconhecesse tal “mulher” nos cartazes de procurados, a desconfiança se transformava em certeza. De certa forma, foi assim com Derlei De Luca.

A referida militante lembra em sua autobiografia que num domingo, 23 de novembro de 1969, dezenove dias após a morte de Carlos Marighela, participou de uma reunião em que foram discutidas, além de questões referentes ao “trabalho interno”, as normas de segurança e o comportamento em caso de prisão. Ao anoitecer, entrou num bar para fazer um lanche juntamente com um companheiro. Pouco tempo depois, o local foi cercado pela Polícia Militar, que afirmava a estar seguindo há algum tempo. Ao entregar a sua carteira de identidade original, pois ainda não tinha providenciado outro documento, foi acusada de apresentar uma documentação falsa e de figurar um cartaz de “procurados” pela polícia. Em seguida, foi algemada e levada até o carro, que a conduziu ao quartel da Polícia Militar: “[...]”

⁸² Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 09 jun. de 2014.

⁸³ Considera-se que esta é uma categoria construída, sobretudo, pelos agentes da repressão, que enxergavam as militantes de esquerda a partir de uma lógica moralista que as identificava como mulheres “promíscuas” que se relacionavam sexualmente com vários homens nos *aparelhos* em que viviam (FERREIRA, 1996; COLLING, 1997; GASPAROTTO, 2012; JOFFILY, 2013; ROSA, 2013). Assim, a partir de duas categorias diferentes, a da “prostituta”, transgressora da moral, e a da “comunista”, desviante política, foi construída a categoria da “puta comunista”, utilizada, principalmente, nos interrogatórios movidos à tortura, com o objetivo de humilhar e submeter as militantes de esquerda. Colling (1997) afirma que algumas militantes eram tratadas no momento da tortura como “mulheres-macho”.

Com todas as sirenes ligadas, os carros percorrem as ruas movimentadas de São Paulo e vou recebendo cassetadas cada vez que tento levantar a cabeça.” (DE LUCA, 2002, p. 78). Havia sido confundida com a “loura dos assaltos”, mais especificamente com Maria Aparecida Costa, militante da ALN.



Derlei Catarina De Luca. Foto tirada pelos órgãos de repressão de São Paulo quando esta foi presa no Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968. Um ano depois, Derlei foi capturada em São Paulo e levada para a Oban. Foto disponível no site *Documentos revelados*.



Maria Aparecida Costa, militante da ALN com quem Derlei foi confundida na ocasião da sua prisão, em São Paulo. Foto retirada do livro *Tiradentes, um presidio da ditadura* (1997)

2.3. Prisão, tortura e múltiplas reinvenções de si

De acordo com Derlei, a tortura começou assim que chegou ao quartel da PM. Poucas horas depois, foi levada para a sede da Oban, onde lhe disseram que conheceria a “sucursal do inferno”.

Nove homens a torturaram nesta noite. Entre a utilização do *pau-de-arara* acompanhado por choques elétricos nos órgãos genitais, pés, mãos e língua, cigarros eram apagados no seu corpo. Pelo que relata na sua autobiografia, para além da busca por informações, este primeiro momento foi permeado por um objetivo punitivo que buscava submeter a famosa “loura dos assaltos”. Neste caso, para seus algozes, ela não seria somente

uma mulher que integrava os quadros da “subversão” ou do “terrorismo”.⁸⁴ Seria “uma” das “terroristas” mais procuradas do país, uma das principais figuras da ALN, que realizava assaltos, manejando uma metralhadora, ao mesmo tempo, representando o perigo sedutor que poderia encantar os “inexperientes”, como foi abordado anteriormente. Neste sentido, diante da “certeza” de que Derlei era Maria Aparecida Costa, a “dupla punição”⁸⁵ (COLLING, 1997; ROSA, 2013) foi ampliada visando também atingir a personagem que tanto incomodara a repressão.⁸⁶ Punição aplicada em detrimento da “urgência” da extração de informações imediatamente posterior à sua captura.

Provavelmente, como os agentes da repressão julgavam se tratar de uma “ilustre” prisioneira pertencente ao setor armado da ALN, que dispunha de informações valiosas e, por isso, permaneceria por um longo tempo sob a “responsabilidade” da Oban, a urgência das primeiras horas de interrogatório foi desconsiderada. Diante disto, concorda-se com Joffily (2013) quando esta aponta a possibilidade do fator tempo não ser o único elemento levado em consideração no processo de arrancar as informações dos militantes.

Assim, ao encerrar a primeira sessão de torturas, Derlei foi levada para uma cela onde passou o restante da noite. Foi retirada de lá pela manhã sendo conduzida novamente para a sala de torturas, onde foi submetida a outra modalidade de sevícias, a *cadeira do dragão*⁸⁷. Buscavam informações sobre a ALN e sobre o material que estava sob sua posse quando foi capturada. Depois de horas de violências, o corpo não mais aguentou: ficou inconsciente por, aproximadamente, dezoito horas.

Segundo Derlei, ela acordou na terça-feira e, após se alimentar um pouco, prestou depoimento na cela, desta vez sem ser submetida a torturas. Algum tempo depois, o seu estado de saúde piorou e foi levada a um hospital, onde permaneceu desacordada por, aproximadamente, quatro dias. Seus rins haviam sido danificados pelas violências sofridas.

⁸⁴ Derlei afirma em sua autobiografia que a repressão chamava os/as militantes da AP de “subversivos” e os/as da ALN de “terroristas”.

⁸⁵ Colling (1997) salienta que as mulheres militantes eram punidas duplamente: por desafiar o regime e por sair do espaço privado para lutar juntamente com os homens. Rosa (2013), por sua vez, afirma que desde a prisão até o momento da tortura, as militantes ficavam nas mãos de agentes da repressão, masculinos, que eram fiéis às “performances de gênero” e utilizavam as diferenças como uma forma a mais para punir as mulheres.

⁸⁶ Segundo Derlei, posteriormente, o comandante da Coordenação de Execução da OBAN, o então tenente-coronel, Waldir Coelho, lhe afirmou que havia sido difícil controlar alguns torturadores para que estes não a matassem.

⁸⁷ De acordo com o livro *Brasil: nunca mais*, a cadeira do dragão consistia em uma cadeira com o assento de zinco que era ligada ao um dos terminais da máquina de choque. Apresentava uma travessa de madeira que empurrava as pernas para trás quando tal máquina era acionada. Desta forma, a cada espasmo causado pela descarga elétrica, as pernas da vítima sofriam ferimentos profundos. Já Derlei, afirma que as suas mãos eram amarradas nos braços da cadeira com tiras de couro e que as suas pernas eram travadas com um sarrafo nos pés.

Neste período, homens armados a acompanharam e fizeram a guarda ao lado da sua cama e na porta do seu quarto, temendo algum tipo de ação de resgate da ALN.

Quando ainda se encontrava em processo de recuperação, levaram-na novamente para a Oban onde a tortura teve continuidade, apesar de existirem informações de que Maria Aparecida Costa teria sido presa no Rio de Janeiro. A referida militante foi capturada no dia 08 de dezembro de 1969, em Copacabana. Quanto à sua prisão, ela relata o seguinte:

Do Rio me levaram pra São Paulo, de carro, direto para a Operação Bandeirantes (*sic*). Foi um inferno. Eles acham inadmissível você ser mulher. Entrei na tortura: porrada, cadeira-do-dragão, choque pra caralho. Três dias de pau. [...] Eles queriam o serviço. Gritos. Um ódio tão grande, visceral. Não estavam cumprindo ordens. Faziam aquilo porque nós representávamos uma grande ameaça. Tinham convicção do que estavam fazendo. Não era representação. Só não fui torturada sexualmente. (Maria Aparecida Costa apud Carvalho, 1998, p. 223)

Diante da prisão de Maria Aparecida Costa, foi colocada a seguinte questão, relembra por Derlei: “[...] Se eu não era ela, quem era eu? Haviam encontrado minha ficha no DOPS de São Paulo. Meu nome não era falso, portanto. À noite me colocam numa solitária, onde fico incomunicável por uns 10 dias.” (DE LUCA, 2002, p. 91). A certeza de terem capturado a “loura dos assaltos” caía por terra. Contudo, ao ter a sua prisão em Ibiúna descoberta, Derlei teve também diminuída a chance de ser conduzida para o DOPS⁸⁸, órgão que formalizaria a sua prisão⁸⁹:

Ao que tudo indica, os agentes do DOI⁹⁰ apenas permitiam que o preso político fosse dirigido ao DOPS quando estivessem de algum modo satisfeitos com o resultado obtido nos sucessivos depoimentos recolhidos. Enquanto subsistisse uma contradição importante ou omissão pressentida pelos interrogadores ou analistas de informações, o preso continuava detido na rua Tutoia. Presume-se, igualmente, que, em geral, uma vez obtida determinada confissão, esta era mantida no depoimento oficial no DOPS. [...] (JOFFILY, 2013, p. 227)

⁸⁸ De acordo com Cardoso (2013), o DOPS foi criado em 1924 tendo como função o controle político-social e a repressão aos crimes políticos. Sendo vinculado aos governos estaduais através da Secretaria de Segurança Pública e geralmente comandados por oficiais superiores do Exército, empregava métodos de investigação amparados na legislação e nas práticas ilegais, a exemplo da tortura, cárcere privado e execução sumária. Em 1975, a sigla DEOPS, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, foi adotada no estado de São Paulo, sendo alterada várias vezes até a sua extinção, em 1983.

⁸⁹ Mariana Joffily (2013) afirma que a função do DOPS seria a de formalização dos inquéritos. Contudo, este ultrapassou as suas atribuições em vários momentos, entrando em conflito com a Coordenação de Execução da Oban e, posteriormente com o DOI. Isto se dava, principalmente, por causa das ações de captura de militantes e da realização de interrogatórios com presos considerados importantes para a repressão, encabeçadas pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, responsável pelo DOPS a partir de agosto de 1969.

⁹⁰ Em alguns momentos, Joffily (2013) utiliza a nomenclatura DOI quando se refere de maneira genérica ao órgão, reconhecendo, contudo, as localizações temporais da Oban e do DOI-CODI.

A partir de então os torturadores passaram a buscar possíveis contradições no seu depoimento e a castigá-la por considerarem que havia mentido, adotando a estratégia de tentar confundi-la fazendo diversos tipos de pergunta tanto no que se referia à sua origem quanto no que dizia respeito a líderes de algumas organizações, a exemplo do PC do B, AP e ALN. Em sua autobiografia, Derlei afirma ter sido inquirida também a respeito dos relógios roubados pela ALN na *Majô Relógios*, além de ter sido pressionada a falar sobre explosivos encontrados na casa do companheiro que estava com ela no dia em que havia sido presa.

Tentavam encontrar alguma pista que indicasse, para além da sua participação no movimento estudantil, a sua vinculação a alguma organização. Como foi abordado anteriormente, a repressão já tinha conhecimento de que grande parte dos quadros das organizações de esquerda eram formados por pessoas jovens oriundas do movimento estudantil:

A prisão de um grupo da Ala Vermelha em Embu-Guaçu, confirma mais uma vez a participação de estudantes no processo subversivo-terrorista em curso em São Paulo. Os jovens secundaristas e universitários estão sendo “trabalhados” intensamente pelas organizações subversivas e muitos deles, despreparados e sem orientação de pais e mestres, estão aderindo, engrossando as fileiras das referidas organizações. Por outro lado, as constantes e repetidas investigações realizadas pelas equipes da OB, está obrigando a que tais elementos ingressem na clandestinidade, dificultando sua ação.⁹¹

Ao negar que integrava alguma organização de esquerda, Derlei foi duramente castigada sendo submetida à *palmatória*⁹² e, por diversas vezes seguidas, à *cadeira do dragão*: “[...] As pernas são as que mais sofrem na cadeira do dragão. Por causa da quina da madeira. As feridas se reabrem. A dor é insuportável.” (DE LUCA, 2002, p. 96). Durante vários dias vivenciou uma rotina de interrogatórios, tortura e isolamento numa solitária, algo que perdurou até a véspera do Natal, quando foi transferida para outra cela passando a ter a companhia de outras mulheres capturadas pela repressão. Derlei relembra este dia como sendo permeado por uma mistura de alívio, por não ter aparecido nenhum torturador, e descontração, com uma espécie de clima comemorativo pela data festiva.

Assim, além de não terem sido submetidas à violência das torturas, as presas recuperaram o direito, mesmo que momentaneamente, de suprirem algumas necessidades

⁹¹ Documento de natureza repressiva. RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES Nº 24. 11/8/1969 apud JOFFILY (2013), p. 202

⁹² De acordo com o livro *Brasil: nunca mais*, a palmatória era “[...] uma borracha grossa, sustentada por um cabo de madeira [...]” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 41). Derlei, por sua vez, afirma que esta era uma madeira grossa com a qual os torturadores batiam nas palmas da mão, que, depois de algum tempo ficavam roxas, inchavam e “arrebentavam”, expelindo uma secreção de cheiro fétido.

básicas, tais como higiene pessoal e alimentação. Sentiram-se, portanto, à vontade para compartilharem as suas experiências e até cantarem canções natalinas. Em meio a tudo isto, Derlei encontrou a militante da ALN com quem havia sido confundida:

Estou na mesma cela que Maria Aparecida Costa. Somos realmente parecidas. Ela veste o casaco do meu conjunto vermelho xadrez de tecidos de Brusque. Temos a mesma estatura, magras as duas, cabelos idênticos. Apenas seu rosto é mais fino. Cantamos até a madrugada. [...] Estamos muito apertadas nesta cela de 2 metros apenas, em cima de dois colchões, encostadas umas às outras. Mas nessa noite não há tortura. Comemos comida diferente, servidas em papel alumínio e ganhamos cigarro. (DE LUCA, 2002, p. 99)

Mesmo vivenciando um contexto de violência física e emocional, naquele momento, aquelas mulheres, dentre elas, Derlei, conseguiram superar a dor, transformando o ambiente insalubre e coercitivo da Oban em um lugar de descontração: “[...] Rimos por tudo. Pedimos vassoura e cera. É Natal e nós queremos limpar a cela, somos mulheres, o clima se descontraí. Contam-se histórias de interrogatórios. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 97).

A limpeza das celas, as conversas, o contato com outras pessoas que se encontravam na mesma situação de insegurança, ao que tudo indica, contribuiu para a tênue sensação de relaxamento. Nesta perspectiva, ao não deixar se abater diante da incerteza quanto ao seu futuro, submetida a vários tipos de violências, Derlei, assim como as outras presas, teceu algumas alternativas conjuntas de resistência diante dos diversos tipos de opressão e tortura vivenciados. Algumas delas, amparadas pelos códigos de gênero, que atribuem às mulheres papéis ligados ao espaço privado do lar, que, inclui os trabalhos domésticos, algo que influencia na construção da sua narrativa, indicando, assim, a especificidade da memória feminina.⁹³ Assim, a militante relembra o seguinte:

Do Natal até 6 de janeiro, somos chamadas para fazer café. É como um passeio. Nossa cela é no mesmo andar, na sala ao lado. O espaço aqui é bem reduzido, neste segundo andar. Somos chamadas principalmente quando os Capitães não estão ou dormem. Os carcereiros, com exceção de Roberto, abrem as duas celas. É a oportunidade de conversar com as outras presas. Os homens estão no andar de baixo. É impossível vê-los. (DE LUCA, 2002, p. 108)

Na ausência dos torturadores e de um determinado carcereiro, ao aceitarem fazer café, as presas buscavam ampliar o espaço que lhes era destinado, reinventando as suas condições de relativo isolamento e criando uma maior possibilidade de sociabilidade com outras mulheres que passavam pela mesma situação. Contudo, é interessante considerar que esta

⁹³ Esta questão será tratada mais adiante, no segundo capítulo.

situação se deu em função de uma conjuntura específica. No fim do ano de 1969, a equipes de busca da Oban haviam realizado novas prisões, ligadas, sobretudo, à ALN.

Não obstante o “desinteresse” pelos militantes capturados há mais tempo, apontados por Derlei em sua autobiografia, é importante considerar que ainda existia grande possibilidade destes indivíduos serem submetidos à tortura: bastava alguém que havia sido capturado fornecer dados comprometedores. Não era esta a situação de Derlei, pois segundo ela, “[...] Ninguém me conhecia, o que era uma vantagem. Em termos de AP, minha prisão foi um fato isolado. Como não falei e a repressão não tem bola de cristal, nenhuma prisão foi relacionada à minha.” (DE LUCA, 2002, p. 104).

Nada mais havendo de importante para as equipes de informação da Oban, o preso era remetido ao DOPS. Até então a sua prisão era oficialmente inexistente. A maleabilidade característica da fronteira entre práticas legais e ilegais do aparato repressivo, representado pela Oban e seus órgãos colaboradores, se fazia presente também no momento da oficialização das prisões. Assim, a manipulação de dados referentes tanto à captura quanto ao tempo de permanência em situação de incomunicabilidade geralmente resultava em alterações nos registros documentais.

No caso de Derlei, ela assegura ter sido presa no dia 23 de novembro de 1969, ao contrário do que consta em um documento do DOPS, anexado em sua autobiografia, que afirma que a sua prisão havia sido efetuada no dia 06 de janeiro de 1970. Quanto ao seu envio para o DOPS, a militante relata ter se dado nesta última data. No entanto, o mesmo documento afirma que ela foi remetida para o referido órgão no dia 09 de janeiro de 1970: “Consta aqui arquivado, uma relação Geral de Presos à Disposição das autoridades, em 09.01.70, onde consta o nome da epigrafada, presa em 06.01.70, para averiguações.”⁹⁴ Estas alterações buscavam “respeitar” a legislação vigente, dando a impressão de um processo amparado pela legalidade. Neste sentido, é pertinente o esclarecimento feito por Joffily (2013):

Desde a outorga do AI-2, em outubro de 1965, os crimes de natureza política fossem eles cometidos por civis ou militares, passaram a ser julgados em um foro especial, a Justiça Militar. Ao ser preso, o indivíduo podia ser mantido, de acordo com o Código de Processo Penal Militar – instituído pelo decreto-lei nº 1.002, em 21 de

⁹⁴ Documento de natureza repressiva. *DIVISÃO DE INFORMAÇÕES, CPI/DOPS*, 20.10.1982 apud De Luca (2002), p. 315. A militante também apresenta no seu livro outro documento, uma espécie de lista de presos que estavam à disposição das autoridades na época. Este é datado de 12.01.1970, trazendo os nomes, de Derlei e de Maria Aparecida Costa, dentre outros militantes.

outubro de 1969 -, incomunicável por até três dias. Esse prazo era sistematicamente desrespeitado, pois o indivíduo podia ficar detido por meses, antes que a Justiça fosse cientificada de sua prisão. No DOI o detido era interrogado dia e noite, até que seus agentes chegassem à conclusão de que dissera tudo o que sabia. Em seguida, era encaminhado ao DOPS, e só então a prisão era oficialmente comunicada. Nesse órgão, fazia-se novo interrogatório, desta feita oficial, com base nas informações já extraídas pelo DOI. O depoimento era assinado pelo depoente e pela autoridade policial e incorporado ao inquérito, instaurado pelo DOPS. [...] (JOFFILY, 2013, p. 100-101).

Diante disto, entende-se que a manipulação das datas relativas à prisão e ao encaminhamento de Derlei ao DOPS seguiu, oficialmente, as determinações da legislação, se adequando à lógica dos três dias de incomunicabilidade. Desta forma, ao afirmar que a sua prisão se dera no dia 06 de janeiro de 1970 e o seu encaminhamento ao DOPS em 09 de janeiro de 1970, os órgãos repressivos, supostamente, estariam comunicando a sua prisão dentro do prazo estabelecido. Contudo, na prática, as coisas ocorreram de forma completamente diferente, pois, como afirma Derlei, a sua prisão se deu mais de um mês antes de ser oficializada. O seu período de incomunicabilidade teria ultrapassado os trinta dias.

Ao chegar ao DOPS, após a primeira noite, Derlei passou a ser submetida, geralmente à noite, a acareações com funcionários de bancos que haviam sido assaltados. Alguns chegavam a reconhecê-la, mas, pelo que relembra a militante, estes procedimentos não eram muito levados a sério pelos funcionários do DOPS, algo que não implicou em novos “questionamentos” em relação à sua participação em ações armadas. Apenas uma coisa a impacientava: os materiais que ela portava quando foi capturada. Tratava-se de um cheque de um simpatizante que estava na sua bolsa e uma maleta que continha materiais da Ação Popular que possuíam anotações da militante. O cheque não apareceu, sendo descontado dois dias após a sua captura (DE LUCA, 2002). Quanto à documentação da AP, esta representava grande um perigo, caso ocorresse algum exame grafológico.

Derlei conta, em sua autobiografia, que numa tarde o delegado falou sobre o assunto, e, como uma forma de prevenção diante da possibilidade do referido exame, ela cortou propositalmente a mão e passou a fazer uma espécie de treinamento para modificar a sua letra, escrevendo em pedacinhos de papéis de cigarro. Tudo isso com a ajuda das suas colegas de cela. No entanto, o exame grafológico não foi feito.

Ao lembrar tal período, esta militante apresenta uma das faces mais brutais da ditadura e, ao mesmo tempo, traz a luta diária que travou pela manutenção do seu silêncio e da sua vida. A reconstrução, através das palavras, desta experiência nos porões da tortura, marca a importância do contato com os demais presos políticos. Foi no auxílio mútuo entre os

companheiros de ideais e de infortúnio que Derlei afirma ter buscado apoio diante da sua exposição a uma lógica violenta construída pela repressão.

Através da cumplicidade, estas pessoas cuidavam de si e do outro criando uma corrente de solidariedade e preocupação com o bem-estar coletivo.⁹⁵ Assim se afirmaram como indivíduos, e não como meros depositários de informações e/ou instrumentos de autoafirmação dos agentes da tortura. Neste sentido, Susel da Rosa (2013), ao tratar, dentre outros aspectos, de estratégias de resistência tecidas por mulheres que, como Flávia Schilling⁹⁶ e Nilce Azevedo⁹⁷, sobreviveram a contextos de tortura e prisão em ditaduras latino-americanas, enfatiza a “ética da alegria”, desenvolvida por Espinosa e retomada por Deleuze, como base fundamental de sobrevivência ao sistema repressivo:

ao atribuir a letra R à palavra ‘resistência’ – em L’abécédaire – Deleuze fala na vergonha de ser um homem, que nos leva a criar redes e cumplicidades, sendo que para o filósofo, resistimos quando criamos. Criar é resistir. Vínculos, afetos, encontros, risadas e alegrias possíveis, como descreve, Flávia [...]. Mesmo prisioneiras, elas buscavam e sonhavam com modos de existência livres, e assim se distanciavam das paixões tristes fomentadas pelos poderes. E somente a ética da alegria, [...] como diz Espinosa, podia afastá-las, mesmo que temporariamente – nos entretempos possíveis – das ‘paixões tristes’ que aprisionam e adoecem, como afirma outra presa política uruguaia [...]” (ROSA, 2013, p. 265-266)

Ocupando, juntamente com duas outras presas, uma solitária ao fundo de um corredor, cujas celas estavam lotadas de pessoas que passavam por situações semelhantes à sua, Derlei, assim como as suas companheiras, buscou construir uma rotina que afugentasse a angústia diante das incertezas e da possibilidade de ser torturada a qualquer momento. Assim, pequenos instantes de descontração eram valorizados, transformados em momentos de cumplicidade, como o momento do jantar: “Mesmo ruim o jantar é uma festa. É a hora dos recados, das novidades. Todas queremos aproveitar o minuto, estar de pé, meter a cara na janelinha. Os meninos da ALN são os que geralmente servem a comida.” (DE LUCA, 2002, p. 136). O contato com outras pessoas, as novidades, os risos, o prazer deste momento, tornado especial pela capacidade que tais “meninos da ALN” tinham de criar “[...] algo para

⁹⁵ Ao tratar da questão do apoio mútuo entre prisioneiros/as do DOPS, enfatizada pela memória de Derlei, não se desconsidera a possibilidade da existência de conflitos entre os/as militantes presos/as. Apesar de não trazer episódios deste tipo, Derlei relembra em sua autobiografia, por exemplo, a reserva em relação a uma companheira de cela, vista com desconfiança pelas presas, que acreditavam que a moça estava colaborando com um dos agentes da repressão.

⁹⁶ Brasileira que integrou o movimento tupamaro, sendo capturada pela ditadura uruguaia no início da década de 70. Em 1973, foi feita refém pela ditadura. Caso acontecesse algum atentado por parte dos tupamaros contra os militares ou pessoas ligadas a eles, Flávia e outros militantes, também reféns, seriam mortos. Passou oito anos nos cárceres uruguaiais, três anos sob a condição de refém.

⁹⁷ Militante da Ação Popular, Nilce foi presa e torturada pelo DOPS do Rio Grande do Sul em abril de 1972, sendo levada posteriormente para o DOI-CODI de São Paulo.

alegrar o ambiente” (DE LUCA, 2002, p. 136) era fundamental para o fortalecimento das pessoas naquele lugar.

Segundo as suas memórias, estas “alegrias possíveis” não se restringiam à hora do jantar, permeando outras ocasiões, tais como o momento do banho, que geralmente precedia as acareações; os instantes em que faziam exercícios físicos dentro da solitária, apesar do espaço pequeno; o momento em que cometiam pequenas transgressões, fumando escondido de um carcereiro que tinha postura dominadora; ou em que tentavam adivinhar como estava o tempo através das gotas de água da chuva que escorriam pela parede. Além disso, organizavam os seus horários e criavam atividades que as mantivessem ocupadas. Se criar é resistir, pode-se afirmar que o DOPS, um lugar de violência e humilhação, foi transformado também em local de resistência cotidiana criativa, adaptada à instabilidade dos momentos de sossego, que podiam ser interrompidos pelo horror da tortura de forma repentina.

No dia 16 de janeiro de 1970, o DOPS paulista enviou um telegrama para o DOPS do Paraná como solicitando informações acerca dos antecedentes “políticos e sociais” de Derlei. Em resposta, no dia 24 de fevereiro de 1970, este último teria afirmado a participação da presa no movimento estudantil, através do DCE e da defesa dos “ideais da UNE”, além de informar a sua situação profissional: professora, vinculada à Secretaria de Educação. Não constava a sua ida ao Congresso de Ibiúna (DE LUCA, 2002, p. 139). Para os agentes do DOPS paulista, na ausência de novos dados que pudessem comprometê-la, e diante da impossibilidade de ligar a possível “terrorista” a alguma organização de esquerda, não havia outra saída a não ser encerrar o caso.

Alguns dias depois, Derlei foi solta.⁹⁸ Era noite e ela foi levada até a rodoviária por uma funcionária que ofereceu dormida na sua casa: “Deus me livre! Essa mesma moça participou da caçada e assassinato de Marighela. No esquema montado, era ‘a namorada’ de um dos delegados.” (DE LUCA, 2002, p. 138)⁹⁹. Agradeceu a “gentileza”, comprou uma passagem para Florianópolis com o dinheiro que havia sido juntado pelos/as companheiros de

⁹⁸ A referida militante costuma afirmar que ficou presa por muito tempo por estar muito machucada. Neste caso, acredita que a repressão esperou as marcas físicas mais visíveis serem amenizadas. Depoimento concedido à *Comissão da Verdade*, em setembro de 2014; Entrevista à *Rádio AL*, em setembro de 2014.

⁹⁹ A mulher a quem Derlei se refere, provavelmente, era a investigadora “Ana Teresa”, que apareceu na edição nº 62 da revista *Veja*, em 12 de novembro de 1969. Em uma dos blocos da matéria de capa, que tratava da morte de Marighela, era abordada a alegria da equipe de investigadores diante daquilo que eles consideravam uma vitória. Dentre eles, “Ana Teresa”, que, além de Estela Morato, morta durante a ação, se fazia passar por uma das namoradas dos investigadores. De acordo com a revista, ao chegar da ação, a referida investigadora telefonou para a mãe contando a novidade: “Alô, mamãe? Sabe quem nós matamos? O Carlos Marighela!”. O rosto de Ana ao telefone, uma mulher jovem, exibido em foto, demonstrava alegria pelo que consideravam um sucesso alcançado. A legenda era a seguinte: “Ana: a primeira notícia para mamãe”.

cárcere. “Estou tão magra que a roupa cai do corpo. [...] saí da prisão com menos de 40 quilos e aparentando mais de 40 anos.” (DE LUCA, 2002, p. 138).¹⁰⁰

2.3.1. Militância na Bahia



Derlei, no início da década de 70. Algum tempo antes havia passado pelos horrores da Oban.
Foto retirada da matéria “*Vale a pena lutar pela verdade*”, diz Derlei de Luca, ex-presa política.

Ao chegar à Santa Catarina, Derlei foi para a sua cidade natal, onde foi acolhida pela família e pelos amigos. Recebeu atendimento médico e fez um relato detalhado acerca das torturas vivenciadas, e sobre a sua experiência na prisão, para os companheiros de organização (DE LUCA, 2002). Após alguns dias, foram definidas novas tarefas e a militante recebeu orientações para que se deslocasse até Salvador. De acordo com ela, o seu deslocamento se deu porque a Bahia era vista na época como “[...] a porta de entrada do Nordeste e considerada trabalho prioritário da AP na preparação da Guerra Popular.”¹⁰¹

Chegou a Salvador no dia 27 de março de 1970, sexta-feira da Semana Santa. Hospedou-se em um hotel disfarçada de turista que aproveitava o feriado. Estava com a sua

¹⁰⁰ Derlei dá a entender na sua autobiografia que não foi torturada no DOPS. Na ocasião do seu primeiro interrogatório, alguns dias após ter sido transferida para lá, um oficial da Aeronáutica, que a havia interrogado na Oban, acompanhou e interferiu no andamento do procedimento, afirmando que ela não falaria nada, senão já teria dito alguma coisa, pois havia ficado bem machucada na Oban. Derlei também afirma que este mesmo homem havia perguntado, ainda na Rua Tutóia, se ela conhecia alguém nas Forças Armadas, e que um dos seus torturadores havia sido repreendido por ter se “excedido”. Aparentemente, teria sido enviado por alguém que queria protegê-la. Contudo, ela não conseguiu descobrir quem era esta pessoa.

¹⁰¹ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 30 jun. 2014.

carteira de identidade verdadeira e, caso fosse seguida ou identificada pela repressão, justificaria que tinha viajado com o propósito de se recuperar das torturas (DE LUCA, 2002). Souza (2013) afirma que Salvador, por ser uma cidade turística, oferecia certas vantagens para aqueles que se encontravam em situação de risco. A atuação na clandestinidade era facilitada sem que fossem levantadas muitas suspeitas em relação a militantes deslocados de outros estados. Sotaques e fenótipos diversos eram associados ao trânsito dos mais variados visitantes que circulavam pela cidade em busca dos seus atrativos.

Os aparelhos repressivos da Bahia não estavam alheios às movimentações políticas de esquerda, principalmente aquelas vinculadas ao meio estudantil, sendo comum a presença de agentes infiltrados nas faculdades (PATTERSON, 2011). Além disso, a repressão baiana já havia alcançado alguns militantes da dissidência do PCB no estado, prendendo e torturando alguns dos seus militantes, a exemplo de Getúlio Gouveia, Nemésio Garcia, Daniel de Andrade Simões e Rui Patterson, entre os meses de setembro e outubro de 1969. Duas mulheres pertencentes a este grupo político, as suíças Marie Helène Russi e Chantal Russi, também capturadas, não chegaram a ser torturadas, pois seus pais entraram em contato com o Consulado Suíço.

A partir destas prisões, armas, correspondências e materiais políticos foram apreendidos indicando a presença de um grupo armado na Bahia (PATTERSON, 2011), apesar do estado não se destacar em relação às ações armadas, prevalecendo as atividades de agitação e propaganda, inclusive por parte das organizações vinculadas à luta armada, como é o caso do PCBR¹⁰² e do MR-8 (SOUZA, 2013).

Foi neste contexto que Derlei desfrutou os três dias de feriado, porém, sem deixar de comparecer aos *pontos* marcados pela AP.¹⁰³ Neste período conheceu César, agrônomo cearense que estava hospedado no mesmo hotel que ela. Pediu informações sobre o rapaz a uma companheira e descobriu que este era *área próxima*, conhecido de algumas pessoas da organização. César não representava perigo, mas Derlei deveria manter segredo acerca do seu trabalho futuro e sobre a sua permanência em Salvador. Diante destas notícias, a militante relaxou um pouco e iniciou o namoro ao mesmo tempo em que conhecia os pontos turísticos: “É sábado da Ressurreição. Noite de Aleluia. Estou em Salvador, na Bahia, passeando nas ruas, namorando. A cidade está movimentada, iluminada, contente. Meus sentimentos combinam com a cidade. Arrisco contar da prisão em São Paulo. Nada mais. [...]” (DE

¹⁰² A única ação armada ocorrida em Salvador, neste período, foi um assalto ao Banco da Bahia, realizado pelo PCBR, em 25 de maio de 1970.

¹⁰³ A sua chegada à Bahia é lembrada de forma leve, em contrapartida ao sofrimento vivenciado anteriormente em São Paulo.

LUCA, 2002, p. 152). Na segunda-feira se despediram, mas prometeram se corresponderem por cartas, algo que aconteceu durante cerca de quarenta dias. Passado este tempo, César, que morava no interior do estado, se deslocou até Salvador e, diante de algumas situações que não entendia, pediu explicações.¹⁰⁴ Conversaram até que ela revelou a sua militância numa organização de esquerda e ele, apesar de ter consciência do perigo, resolveu prosseguir com o relacionamento.¹⁰⁵

Àquela altura, a militante estava instalada na cidade¹⁰⁶ e adaptada ao trabalho para o qual havia sido designada. Mais uma vez exercia o papel de secretária da organização em nível regional, juntamente com mais duas outras moças, “Neusa” e “Sandra”. Ficou responsável pela comunicação codificada. Assim, cifrava e decifrava telegramas, escrevia e recebia cartas em códigos, buscava, todas as quartas-feiras, os possíveis recados, em nível nacional, codificados nos classificadores do *Jornal do Brasil*. Além disso, pela manhã cobria os *pontos de chegada*, recebendo militantes que vinham de outras cidades e estados.

Uma rotina corrida para quem ainda sofria fisicamente as consequências das torturas: dentre elas, problemas de disritmia, coordenação motora e crises semelhantes à epilepsia que exigiam que estivesse constantemente medicada com remédios enviados de Santa Catarina. Lembra que era tratada com carinho no início, em especial por uma companheira que cumpria algumas tarefas em seu lugar quando estas eram muito cedo. Com o tempo, no entanto, precisou se adaptar à nova rotina (DE LUCA, 2002).

Passou então a viajar pelo Nordeste e, até mesmo, se arriscou indo até São Paulo levando orientações, dinheiro, armas, recebendo informes, etc. Definições que, provavelmente, eram passadas em reuniões das quais participava. Em algumas delas consideradas importantes, integrou um “esquema de segurança” fazendo, juntamente com outra companheira, a “guarda permanente” durante a noite “[...] trocando o turno de duas em duas horas. A segurança é relativa, pois Neusa e eu nem sabemos limpar uma arma. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 173).

¹⁰⁴Não compreendia, por exemplo, o motivo pelo qual Derlei não morava no endereço para o qual as cartas que ele escrevia eram mandadas.

¹⁰⁵ Antes de mencionar a sua militância para o namorado, Derlei discutiu com alguns companheiros responsáveis pela segurança a questão do seu relacionamento com alguém que não pertencia à Ação Popular. Apesar de não se oporem, deixaram bem claro que o rapaz não poderia saber onde ela morava.

¹⁰⁶ Derlei morou em três *aparelhos*. O primeiro, no bairro de Brotas, era dividido com dois companheiros que trabalhavam em tarefas diferentes das suas. Segundo ela, este local não possuía cadeiras, armários ou camas. Dormia-se em esteiras e dividia-se o banheiro com os moradores da comunidade, com quem se relacionavam muito bem. O segundo *aparelho* ficava na ladeira da Lapinha, sendo dividido com duas companheiras da AP. Com estas mesmas moças, depois alugou uma casa na Liberdade que era, segundo ela, mantida com um aspecto “normal” para não despertar a desconfiança das vizinhas, que costumavam visitá-las.

A militante recorda que tais reuniões ocorriam, geralmente, em uma “aldeia do litoral baiano”,¹⁰⁷ e que ela e “Neusa”, representavam o papel de esposas de José Luiz Guedes¹⁰⁸ e Haroldo Lima¹⁰⁹. Isto para que os moradores da região não ficassem intrigados com as visitas constantes do grupo:

À tarde saímos. Tomamos banho no rio da aldeia ou no mar como uma família. À noite cantamos. Os moradores às vezes se aproximam, vêm conversar, tomar água de coco, jogar uma canastrinha. Entre um coqueiro e outro, na rede, Neusa e eu fazemos a vigilância. Corremos a avisar se alguém se aproxima e Haroldo Lima sai para conversar com o visitante. Somem os papéis por arte de mágica, os baralhos estão sempre sobre a mesa e os companheiros que não podem aparecer se escondem. Só ficam dois. Afinal somos dois casais em descanso de férias naquelas paragens perdidas e bonitas da Bahia. A aldeia é tranquila. O único movimento é o ônibus que vem de Salvador, à noite, dirigido pelo próprio proprietário. Já me conhece. Às vezes, mando correspondência “pro meu marido” por ele. O homem acha que sou mulher que gosta da cidade. (DE LUCA, 2002, p. 175)

Para aparentar certa “normalidade”, não despertando a desconfiança dos moradores para os objetivos das visitas, este grupo da AP tomava algumas medidas, dentre elas, a interação com as pessoas, a realização de atividades que indicassem que a sua presença era motivada pela busca por descanso e descontração, além da formação de supostos casais. Esta última preocupação demonstra como, em alguns momentos, militantes, homens e mulheres, colocavam em prática estratégias baseadas em performances de gênero, a exemplo dos papéis de “marido” e “esposa” recém-casados, para que houvesse uma maior possibilidade de aceitação entre as pessoas da vizinhança.

Sobre este tipo de atuação, Duarte (2009), ao tratar de mulheres que militaram no Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, afirma, a partir de considerações de Luc Capdevila, que, em contextos de regimes reacionários da América Latina do século XX, estas utilizaram o gênero como uma máscara tentando intervir no espaço público da política a partir da instrumentalização do “eterno feminino” e do “eterno masculino”:

As mulheres agiram politicamente próximas ao que (Judith) Butler chamou de “performances de gênero”, na medida em que a repetição de características consideradas naturalmente femininas, o amor materno, o cuidado e defesa da família, foram exageradas, de forma parodística, com o propósito de atingir objetivo político. Isso não quer dizer que boa parte delas não concorde, ou mesmo, não se identifique com elementos utilizados em paródias, mas nesse momento histórico, as

¹⁰⁷ De acordo com Derlei, se tratava de Porto Seguro, um lugar não muito conhecido na época. Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 08 jul. 2014. Cabe ressaltar, porém, que Porto Seguro foi elevada à categoria de cidade em 30/06/1891.

¹⁰⁸ José Luiz Guedes foi eleito presidente da UNE em 1966. Militante da AP, em 1970 fazia parte da Comissão Camponesa.

¹⁰⁹ Haroldo Lima integrava, neste momento, a direção nacional da organização.

características, reivindicadas por discursos proferidos ou assumidos corporalmente, funcionaram como ferramentas úteis para as necessidades do presente. (DUARTE, 2009, p. 24).

Guardadas as devidas proporções entre atuações das mulheres estudadas por Duarte (2009) e os “falsos casais” da AP, entende-se que o apelo à representação, real nos casos das mães de presos e desaparecidos políticos, e forjada no caso destes militantes da AP, foi utilizada como um instrumento de respaldo para as suas ações políticas. No primeiro caso, a partir da visibilidade, no segundo, por meio da discrição. É nesta perspectiva que se entende que Derlei e seus companheiros “jogaram com o gênero” utilizando algumas convenções sociais relativas ao comportamento “masculino” e “feminino” a seu favor, tentando montar um aspecto de “normalidade”, provavelmente, respeitando os hábitos do lugar.

De acordo com Derlei, várias reuniões da Ação Popular ocorreram na Bahia em 1970. Buscava-se preparar a *guerra popular*, atendendo a orientações da II Reunião Ampliada da Direção Nacional, ocorrida em junho de 1969, e prosseguindo com os encaminhamentos da circular *Preparar Ativamente a Guerra Popular*, de outubro do mesmo ano. De acordo com Lima e Arantes (1984), esta última

Propunha a reorientação geral de todo o trabalho camponês da AP e indicava a necessidade de se realizar uma “pesquisa de áreas estratégicas”, com vistas a recolher novas áreas de trabalho, mais adaptadas ao desenvolvimento futuro da guerra do povo. [...] (LIMA; ARANTES, 1984, p. 129)

Derlei relembra que, na Bahia, tal pesquisa foi analisada em uma destas reuniões, em Porto Seguro, e que, durante este processo de preparação da guerra *popular* no Nordeste, os dirigentes regionais da AP

estudavam e escreviam a estratégia e a tática [...], defendiam a preparação das bases de apoio, acumulavam armas, implantavam hospitais móveis. Centenas de amigos, simpatizantes, militantes com vida legal e sem participação em trabalho de massa eram orientados a procurar emprego ou montar pequenos negócios na Bahia sem saber exatamente por quê. Sabiam apenas que era importante para o futuro da revolução brasileira. (DE LUCA, 2002, p. 176).

Entende-se que estas eram algumas das tentativas de implantação de bases de apoio na Bahia, algo que, segundo Derlei, era priorizado pela organização¹¹⁰. Neste sentido, a militante afirma que este estado era visto como uma área essencial pela AP por se tratar da “porta de entrada do Nordeste”, este último, local onde a *guerra* ocorreria fundamentalmente (DE

¹¹⁰ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 30 jun. 2014.

LUCA, 2002). Para isto, “[...] perto das vilas onde em tese haveria combate eram enterrados armamentos, alimentos e havia médicos com vida legal, sem atividade política, pra quando precisasse. As áreas eram: Feira de Santana, e a Zona do Cacau, basicamente.”¹¹¹ Assim, a AP construía as suas bases de apoio na Bahia, considerando que “[...] graças à constituição de um poderoso Exército Popular e da organização e mobilização das massas populares, as bases poderiam ser convertidas em pontos de partida para o desencadeamento da guerra popular.” (SANTANA, 2008, p. 114).

Em meio a esta tentativa de organização da *guerra popular*, Derlei auxiliava a direção regional, além de dar suporte à Comissão Militar e à Comissão Camponesa. Contudo, a sua vida não se resumia à urgência das tarefas políticas. Na Bahia, segundo ela, ao contrário de São Paulo, conseguiu firmar laços de amizade, dentro e fora da organização, além de conciliar as suas atividades como militante da AP com momentos de lazer junto aos amigos e ao namorado. Assim, relembra que, às vezes, ao terminar as tarefas, “conversava” e “sonhava” junto com companheiros ao som do violão tocado por “Matos”, visitava lugares históricos, ia a igrejas, visitava pessoas amigas que nada tinham a ver com a sua militância, ia à orla marítima ou passeava na lagoa do Abaeté, segundo ela, muito frequentado pela juventude.¹¹²

As memórias referentes ao seu primeiro ano de militância em Salvador estão marcadas por um fascínio pela cidade e pelos costumes locais, pelo despertar de um amor após o trauma das torturas e por uma forma carinhosa de se referir às amizades construídas dentro e fora da AP. Contudo, a militante também ressalta a presença do trauma provocado pela experiência da tortura, afirmando que quando se sentia angustiada buscava a “cura” para o seu tormento em um terreiro de candomblé localizado no bairro de Amaralina.

Para cada ambiente frequentado, Derlei assumia uma identidade diferente ¹¹³ sendo “Isinha” para as amigas fora da AP, “Guida” para os companheiros de Feira de Santana, além de viver outros personagens que às vezes se cruzavam. Eis uma das dificuldades da clandestinidade vivenciadas por esta militante no contexto baiano: assumir discretamente a história de vida de uma única pessoa sem correr o risco de contrapor as múltiplas personagens que representava:

¹¹¹ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 30 jun. 2014.

¹¹² Derlei também relembra que assistiu, juntamente com o namorado, a alguns jogos do campeonato mundial de futebol de 1970, e que no carnaval de 1971 se divertiu com companheiros da AP, todos “[...] encapuçados correndo atrás do trio elétrico [...]” (DE LUCA, 2002, p. 189).

¹¹³ Em 12 de junho de 1970 Derlei providenciou, com a ajuda do namorado, uma nova documentação no cartório de Feira de Santana. Obteve, a partir de informações falsas, uma nova certidão de nascimento, se transformando oficialmente em “Maria Luisa Borges Vitalli”, nascida em Dourados, Mato Grosso. Segundo a militante, por ser “original”, este tipo de documentação era mais segura que aquela fornecida pela organização.

Dentro da anormalidade tentamos levar uma vida normal. Só conseguem os companheiros integrados à produção. Além do mais, sou uma pessoa dividida. Catarina para o namorado, sua família, amigos. Como militante e, pelo tipo de tarefa, faço contato com muitas pessoas. Salvador é uma cidade grande e pequena ao mesmo tempo. Grande em população. Pelo temperamento especial dos baianos, onde todo mundo conhece todo mundo, fica pequena. Às vezes duas pessoas que represento se cruzam. Fica difícil. (DE LUCA, 2002, p. 168)

Esta exposição, potencializada pelos diversos contatos que mantinha, em função das tarefas políticas, não representou grande ameaça para Derlei por um período. No entanto, com o passar do tempo, a AP foi sendo atingida pela repressão. Além disso, levando em consideração a existência de uma relação de diálogo e até colaboração mantida pela AP com outras organizações que atuavam na Bahia, a exemplo do PCBR, “assim como com políticos nacionalistas e os do MDB ‘autênticos’ (*sic*) como o Chico Pinto”,¹¹⁴ pode-se afirmar que a rede de contatos estabelecida poderia representar um risco maior em termos de exposição aos órgãos de repressão.

Neste sentido, há que se considerar o processo de estruturação e “acúmulo de informações” pelo aparelho repressivo na Bahia deste período.¹¹⁵ Assim, entende-se que, com o passar do tempo, os militantes ficavam expostos enquanto o quebra-cabeça ia sendo montado. Derlei relembra o episódio da prisão de um dos integrantes da AP como sendo um dos primeiros momentos em que a organização se sentiu golpeada pelo aparelho repressivo do estado:

Nestes dias é preso Emiliano da Silva, nosso companheiro muito amado, dirigente da UBES, confundido com um dos participantes do assalto. Baleado, ensanguentado, Emiliano é torturado e as notícias angustiantes chegam até nós. Fazemos discussões políticas e ideológicas com todos ante a nova situação no Estado. Bahia, que era considerada o ‘repouso do guerreiro’, passa a ser a ‘arapuca do guerreiro’ (DE LUCA, 2002, p. 182).

Emiliano José da Silva Filho¹¹⁶, um dos dirigentes da seccional da AP em Salvador, foi preso no dia 23 de novembro de 1970 após sair de uma reunião. Ao relembrar o episódio,

¹¹⁴ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 30 jun. 2014.

¹¹⁵ Um dos trabalhos de espionagem realizados pela repressão, baseado, sobretudo, em registros fotográficos, teve como alvo principal Paulo Pontes, dirigente do PCBR que participou da ação de expropriação do Banco da Bahia. O militante foi seguido por algum tempo entre setembro e outubro de 1970, sendo registrados vários *pontos*, inclusive com militantes de outras organizações. Em entrevista a Sandra Souza (2013), Paulo Pontes afirmou que teve *pontos* com Tibério Canuto, um dos dirigentes regionais da AP na Bahia. Este último era uma das pessoas que participava das reuniões promovidas pela Ação Popular em Porto Seguro, segundo Derlei.

¹¹⁶ Atualmente, Emiliano José é uma das referências em termos de memória sobre a repressão na Bahia tendo escrito alguns livros a este respeito, a exemplo de *Galeria F: lembranças de um mar cinzento* (2000) e *Galeria F – lembranças de um mar cinzento – segunda parte* (2004). Também escreveu, juntamente com Oldack Miranda, *Lamarca: o capitão da guerrilha* (1981).

o militante afirma que “Vera”, uma das pessoas presentes em tal encontro, havia sido identificada pela repressão juntamente com o seu marido, Tibério Canuto, sendo seguida até o local da reunião. Das três pessoas reunidas na praia da Ribeira, Emiliano foi o único capturado, sendo espancado até chegar à sede da Polícia Federal. Lá, já estavam presos dois militantes da AP com os quais o superintendente da Polícia Federal tentou uma acareação. Não se reconheceram, porém. Depois de algumas horas, Emiliano foi levado até o quartel do Barbalho, onde foi torturado: “[...] Sabia da tortura inevitável [...]. Ninguém caíra comigo, e isso era uma sorte, se a palavra cabe. A responsabilidade era exclusivamente minha, não haveria depoimentos de companheiros para serem confrontados com o meu.” (JOSÉ, 2014, p. 92).

O militante não fala em ter sido baleado durante a sua captura, mas afirma que chegou à sede da Polícia Federal ensanguentado em função dos espancamentos que sofreu.¹¹⁷ Quanto à AP, esta já sentia de perto as garras da repressão na Bahia, algo que foi intensificado em maio de 1971, com a prisão de quase toda a direção regional¹¹⁸:

Antônio Rabelo, Tibério Canuto e Renato Godinho. José Carlos Arruti Rey, também dirigente, escapou e viveu anos no exílio. Caíram às quatro da manhã numa casa na praia do Cabuçu, município de Santo Amaro, dia 5 de maio de 1971. As mulheres de Godinho e de Rabelo, Maria Helena e Anete, esta com os filhos pequenos, também foram presas, como José Carlos Zanetti, todos violentamente torturados no Quartel dos Aflitos e depois no Barbalho. (JOSÉ, 2014, p. 99)

Derlei afirma que a repressão conseguiu chegar à Ação Popular graças à infiltração de um policial que conhecia um simpatizante da organização. Este último ofereceu a casa onde aconteceria a reunião sendo o local conhecido pelo suposto “amigo”. “O DOI-CODI desce com toda a sua força. Os companheiros haviam caído com documentos bem comprometedores e armas.” (DE LUCA, 2002, p. 194). Todos conheciam Derlei e seu namorado, um deles, inclusive, sabendo onde ela morava. Circular por Salvador tornara-se um perigo, pois “a repressão anda pelas ruas com Igor, de sete anos de idade, magrelinho, para ele mostrar os ‘tios’ conhecidos. Ameaçam afogá-lo no mar, na frente do pai e da mãe. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 195).

¹¹⁷ Neste sentido, considera-se e respeita-se os limites da memória de Derlei, apesar de não poder deixar passar esta questão.

¹¹⁸ A partir de 1971, houve uma intensificação das atividades dos órgãos repressivos na Bahia, sendo também, segundo Joffily (2009), neste ano, criado o DOI-CODI em Salvador. Há que se salientar a ausência de estudos que tratem, especificamente, do funcionamento aparelho repressivo na Bahia. Isto também se dá em relação a estudos aprofundados sobre a trajetória da AP neste estado, principalmente no que se refere à sua atuação na capital baiana no período após a instauração do AI-5.

De acordo com a militante, neste período, foi necessário que ela e “Neusa”, que moravam na mesma casa, se mudassem para uma pensão. A partir de então, buscaram reorganizar a direção regional, além de tentarem mudar os “pontos de chegada”, “pontos de contato interno”, o lugar dos telefonemas, arquivos, pessoas, etc. “[...] Só os códigos estavam preservados. Mudar a infraestrutura de um Partido clandestino é uma tarefa titânica, um milagre, dá um trabalho danado. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 195).

Nesta época, segundo ela, as contradições internas na Ação Popular começaram a aumentar. Era a *luta interna* que tomava conta dos debates da organização. Eram discutidas, principalmente, as características da sociedade brasileira, o caráter da revolução, além do problema da “fundação” ou “reorganização” do partido operário no Brasil, esta última tendência considerando a possibilidade da incorporação da AP ao PC do B: “[...] A discussão atinge todos os setores: direções, quadros, militantes, simpatizantes. E a luta interna se torna mais importante do que a luta contra a ditadura militar.” (DE LUCA, 2002, p. 198).¹¹⁹

Ao lembrar deste período, para além das questões vinculadas à repressão e à *luta interna*, Derlei também se refere ao seu casamento com César, que ocorreu em julho de 1971, usando o nome de “Maria Luisa Borges Vitalli”. Quanto à decisão de se casar, ela afirma que estava apaixonada não refletindo sobre a decisão naquele momento, assegurando que esta opção deve ter sido proveniente das “[...] questões de costumes aprendidas na infância. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 170). Em contrapartida, há que se considerar também as questões objetivas relacionadas a este enlace. Casar-se num momento em que as garras da repressão estavam alcançando os militantes da AP poderia representar também certo respaldo para Derlei, ou melhor, “Maria Luisa”, uma mulher oficialmente desempregada, que não estava matriculada em nenhum colégio ou universidade, e que não possuía família na Bahia. Não garantiria a sua segurança, mas poderia amenizar algumas desconfiças próprias da *lógica da suspeição*.

Os “velhos” hábitos aprendidos na infância, provavelmente, interagiram com os “novos”, estes últimos defendidos por parte dos jovens da época, que buscavam transformações no âmbito político e/ou comportamental. Assim, Derlei “jogou com o gênero” e oficializou a sua relação com César, mas construiu o seu casamento de forma peculiar, adaptada à sua vida de militante política de esquerda.

Inicialmente, moravam em lugares diferentes e ele continuou a ignorar como se davam as suas atividades: “Apesar de casada, nada muda. Vou conciliando as duas vidas. [...]”

¹¹⁹ As memórias de Derlei sobre a *luta interna* serão discutidas no segundo capítulo.

Encontro o marido aos sábados e domingos, na pracinha. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 171). Pouco tempo depois, descobriu que estava grávida, chegando a ser sugerida a opção do aborto pela organização. O marido também não aceitou ter um filho naquelas condições. Foi neste contexto que “Derlei - militante política” cedeu um pouco de espaço para “Derlei – mãe”, algo compartilhado, em parte, pelas suas memórias.

Com a descoberta da gravidez algumas militantes se depararam com um primeiro problema: ter ou não o seu filho. Outras nem chegaram a questionar a renúncia da maternidade, mesmo quando pressionadas, decidindo pela tentativa de conciliação entre “ser mãe” e “ser militante”, algo problemático, principalmente diante do contexto de insegurança decorrente do aumento da repressão às organizações de esquerda brasileiras a partir de 1969.

Para Derlei, que se viu diante desta situação durante um processo de *quedas* da AP na Bahia, este foi um momento complicado, pois era uma militante conhecida. Por isto, passou a morar em Feira de Santana com o marido, onde colaborava com algumas instituições realizando pesquisas sobre a situação dos menores abandonados, além de fazer um trabalho voluntário junto ao SESC, oferecendo palestras de história e geografia para mulheres. Eram trabalhos que nada tinham a ver com a organização.

Em Feira de Santana estava relativamente mais segura que em Salvador: “[...] Aqui sou mulher de agrônomo e isso é suficiente para ninguém fazer perguntas. Minhas atividades diminuem. Sem tarefas a ocupar-me 24 horas por dia, a angústia aflora.” (DE LUCA, 2002, p. 214). Mais uma vez “jogava com o gênero” no sentido de se manter afastada de possíveis desconfianças em relação à sua verdadeira identidade. Não sendo muito conhecida pelas pessoas, o papel de “mulher de agrônomo” a amparava, pois a profissão do marido era respeitada, principalmente em se tratando de uma cidade do interior. Possivelmente, esta credibilidade era potencializada pela sua gravidez, já que dificilmente as pessoas com quem se relacionava associariam à figura sagrada da mãe à da militante de esquerda, tida como transgressora: “[...] Tento levar uma vida normal, conversar com as vizinhas, varrer na frente da casa como elas fazem. O abastecimento de água é precário, às vezes compramos água trazida no lombo de jegues. Vou à feira. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 214).

Ao se deslocar para Feira de Santana, não só a sua vida como militante foi alterada. Mudou também a condição de esposa construída até aquele momento. Até então, não convivia com o marido, encontrando-o somente aos finais de semana, não precisando se preocupar com possíveis cobranças ligadas a atribuições domésticas. Não vivia o tradicional papel de esposa e dona de casa. Também não o transgredia, pois até então construiu seu casamento de forma peculiar, baseado no desejo de estarem juntos nos momentos propícios sem abrirem mão das

suas individualidades. Assim, conseguia conciliar a sua militância na AP com o seu casamento com um homem que não pertencia ao seu universo. Entretanto, com a convivência vieram os problemas. Ao relembrar este período, Derlei desabafa: “[...] Para mim era suficiente ser aceita com as limitações, mistérios, segredos que a AP exigia. Começamos a conhecer-nos, realmente, em Feira de Santana.” (DE LUCA, 2002, p. 214).

Neste ponto, então, a sua autobiografia apresenta algumas memórias que tratam dos conflitos de uma mulher que, ao mesmo tempo em que fugia dos padrões tradicionais da esposa e dona-de-casa, sofria com um casamento que começava a entrar em crise, dentre outras questões, por causa da sua inadequação a algumas exigências do “lar”. Conta que se via diante de tarefas domésticas, que requeriam horários e demandavam tempo, algo com que ela não estava acostumada. Como militante, a prioridade eram as suas tarefas políticas, algo que naquele momento passou a se chocar com as suas atribuições domésticas: “Nunca tinha sido dona de casa. Me perdia nos horários do almoço. Se estava numa reunião, nem me lembrava de ir para casa cozinhar. [...]”. (DE LUCA, 2002, p. 215). No entanto, estas são lembranças que não contestam as possíveis exigências que lhes eram feitas, só questionando uma possível infidelidade do marido afirmando, inclusive, que chegou, neste período, a considerar o seu casamento “um erro” (DE LUCA, 2002).

Além destas questões de ordem pessoal, somavam-se as constantes *quedas* da organização e a possibilidade de a repressão chegar até ela:

Os sintomas são de que alguém está entregando. Caem companheiros do movimento estudantil, militantes de vida legal, profissionais liberais. São presos simpatizantes sem nenhuma expressão, pessoas que não sabiam absolutamente nada. Os riscos são imensos. Alguns militantes são fisicamente parte da paisagem baiana. Eu sou conhecida por todos os presos e não consegui modificar completamente a maneira de falar, sendo mais fácil a caracterização pela polícia política. O “Tu” do sul continua na minha fala. (DE LUCA, 2002, p. 218).

Relembra que nesta época a Polícia Federal a estava procurando em Salvador, mostrando fotografias antigas de vários militantes em portarias de hotéis. Dentre elas, a sua foto e a de um companheiro que conseguiu escapar ao se deparar com esta armadilha. O cerco apertava e a situação de Derlei se tornava cada vez mais delicada. Em sua autobiografia, afirma que, em determinada ocasião, Feira de Santana foi tomada pelo Exército. Os órgãos da repressão faziam uma operação pente-fino, tomando o correio, o centro comercial, a igreja, o posto telefônico, além de cercarem a rodoviária: “[...] Ficamos sabendo que na BR e na

rodoviária prenderam pessoas ligadas a Carlos Lamarca, o homem mais procurado pelo exército brasileiro.” (DE LUCA, 2002, p. 219).¹²⁰

O ápice do perigo se deu para Derlei quando a repressão obteve informações que ligavam César aos dirigentes regionais da AP que haviam sido presos em maio. Ele emprestara o seu carro para levá-los até o local da reunião. A militante afirma que não sabia desta atitude do marido. Diante da situação, a organização decidiu transferi-la para outro estado. Como não definiram o local onde deveria atuar, foi para Fortaleza, onde moravam os seus sogros. Neste período, seu marido pediu demissão da empresa onde trabalhava. De Fortaleza foram para São Paulo, onde os dirigentes decidiram o seu deslocamento para Londrina, no norte do Paraná.

2.4. Repressão, *luta interna*, desejo de “maternagem” e decisão pelo exílio

O casal foi designado para atuar em Londrina, pois os militantes desta cidade precisavam ser substituídos por já estarem visados pela repressão. Neste sentido, Dias (1999) afirma que, no segundo semestre de 1971, quase todos os integrantes da AP neste estado estavam presos e indiciados em processos, com a exceção dos foragidos e daqueles que haviam se afastado da militância. A própria Derlei era considerada foragida pelos órgãos de repressão do Paraná e de Santa Catarina por ter sido condenada à revelia pela Justiça Militar a seis meses de detenção em novembro de 1970, com base na Lei de Segurança Nacional, Artigo 38, inciso II, que constituía como “propaganda subversiva” “a distribuição de jornal, boletim ou panfleto”.¹²¹ Além disso, em maio de 1971, foi reconhecida, por foto, por um militante como integrante da Ação Popular. Os órgãos de repressão, para além da sua atuação

¹²⁰ Apesar de Derlei não apontar exatamente quando ocorreu a operação pente fino, entende-se que é possível que esta tenha se dado no início de agosto de 1971, quando agentes da repressão buscavam João Lopes Salgado, o *Dino*, militante do MR-8. Naquele momento, a referida organização, da qual Lamarca fazia parte, estava tendo várias *quedas* resultantes do surto psicológico de uma militante que se entregou à polícia, em março do mesmo ano, e delatou vários companheiros. Dentre eles, José Carlos de Souza, que, submetido a torturas, e diante das investidas de torturadores munidos de informações importantes, revelou que João Lopes Salgado poderia estar em Feira de Santana como uma forma de desviar a atenção da repressão para que esta não descobrisse a área de campo onde se encontrava Lamarca. Acreditava que *Dino* poderia escapar e foi isso que aconteceu. (JOSÉ E MIRANDA, 1981).

¹²¹ Em um documento anexado na sua autobiografia, um trecho afirma que: “[...] no dia 15/11/1968, foi vista distribuindo panfletos subversivos, intitulados ‘Campanha do voto nulo’ [...]”. FICHÁRIO INDIVIDUAL DERLEI CATARINA DE LUCA, DOPS DO PARANÁ apud De Luca (2002), p. 318. Sobre a Lei de Segurança Nacional, acessar <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em abr. 2014.

no movimento estudantil, já sabiam da sua militância numa organização de esquerda. Portanto, o Paraná não era um estado tão seguro para atuar, apesar de Derlei não ser conhecida em Londrina.

O casal se instalou na cidade. Alugaram uma casa, compraram móveis usados, além de fazerem alguns contatos com militantes da organização. Por uma questão de segurança, apenas um companheiro sabia onde eles residiam. Neste período, segundo Dias (1999), Londrina era uma das cidades em que a AP do Paraná, cuja maioria se identificava com a “corrente 2” da *luta interna*, buscava estabelecer contatos com a população da periferia da área urbana e com lideranças políticas. Diante disto, Derlei e César foram enviados para auxiliarem nestes esforços de aproximação com estas pessoas. Contudo, por causa da gravidez, na iminência do parto, a militante se manteve afastada das atividades políticas, sendo este, sobretudo, um período de preparação para a chegada do seu filho. “[...] Pés e mãos inchados, por causa da gravidez, espero o nascimento do bebê.” (DE LUCA, 2002, p. 224). Depois do parto, se dedicou a cuidar do seu filho¹²², colocando, temporariamente, em segundo plano a sua militância.

Derlei relembra que o casal esperava que ela e a criança ganhassem forças para buscarem uma definição sobre o trabalho político a ser desenvolvido. No entanto, não tiveram tempo para tal. Na manhã de 18 de abril de 1972, César foi preso em um *ponto de chegada* em frente à Santa Casa de Londrina em função da captura de um dirigente que conhecia o lugar onde o casal estava residindo. Diante da proximidade da repressão, que representava um perigo também para o seu filho de apenas três meses, Derlei tomou uma decisão emergencial: deixou o bebê com uma mulher¹²³ que conhecia superficialmente para que este fosse entregue no hospital onde havia nascido e encaminhado para a sua família, em Santa Catarina. Em seguida, a conselho desta pessoa, buscou o auxílio de um médico em outra cidade, onde ficou escondida em um hospital por, aproximadamente, vinte dias. Neste período, escreveu cartas relatando o que lhe acontecera. Com a ajuda do médico que tinha lhe amparado, seguiu para o Rio de Janeiro, onde segundo ela, a repressão não ia procurá-la, pois ninguém a conhecia.

Morando numa cidade desconhecida, e sem nenhum contato com a Ação Popular, Derlei enfrentou o drama temido por muitos militantes: o total isolamento da organização de que fazia parte, o rompimento brusco da ligação com o grupo social em que estava inserida

¹²² A criança foi registrada com o nome verdadeiro do pai. Entretanto, na impossibilidade utilizar a identidade verdadeira de Derlei, César recorreu à personagem vivenciada pela militante, registrando o menino em nome de “Maria Luisa Vitalli”.

¹²³ Esta mulher era Joana D’Arc Bizzoto Lopez, posteriormente diretora do Jornal *Brasil Mulher* e uma das organizadoras do Movimento Feminino pela Anistia.

(FERREIRA, 1996). Também vivenciou o pavor de muitas mulheres/militantes: o brusco afastamento e a falta de notícias do filho e do marido. Neste contexto, se fortaleceu através dos laços de amizade construídos com pessoas dispostas a ajudá-la, os advogados Carlos Augusto Sucekind de Moraes Rego e Dirce Drack. Quanto aos companheiros de militância, lembra que se sentia abandonada diante da falta de notícias:

Apesar de estar disposta a esperar, me impaciente. Mandara dicas para o sul, onde eles poderiam me encontrar, no entanto não aparece ninguém. É estranho. O fator ‘segurança’ não justifica deixar um companheiro abandonado durante meses. A luta interna deve estar tomando todo o fôlego dos companheiros, já que ninguém se preocupa em localizar-me. (DE LUCA, 2002, p. 248-249)

Após vários meses sem contato com a organização e com a família¹²⁴, Derlei conseguiu mandar notícias para esta última por meio de uma carta enviada por freiras conhecidas que foram para o sul do país. Depois disso, antigos companheiros da época do movimento estudantil do ano de 1968 foram buscá-la, levando-a para Santa Catarina, onde passou a viver escondida de novembro de 1972 até março de 1973, havendo todo cuidado para com a sua segurança: “Para mim não há nenhuma possibilidade de vida legal. [...] Os parentes e advogados tinham feito o levantamento de minha situação legal. Eu havia sido condenada em dois processos e estava indiciada em outros. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 260). Mesmo escondida, retomou algumas atividades políticas, auxiliando o movimento estudantil da UFSC, além de estudar os documentos da organização, a conjuntura nacional, guerra fria, etc. Teve também algumas reuniões políticas com companheiros das diferentes tendências com o objetivo de ajudá-la a se decidir em qual grupo iria se inserir, àquele que havia se integrado ao PC do B ou o que tentava dar continuidade à AP: “[...] Sinto-me como uma casa destruída por um furacão, com tudo arrancado e fora do lugar. Mas tô tranquila.” (DE LUCA, 2002, p. 268).

Neste período, Derlei atravessou uma série de problemas de ordem pessoal, além de vivenciar a tensão de estar sendo procurada e ver a organização fragmentada em função da *luta interna*, algo que relembra com certa mágoa. Porém, ao rememorar este período, o aspecto mais marcante se refere ao seu sofrimento pela ausência do filho, algo que, segundo ela, lhe trouxe problemas físicos. Diante dos seus conflitos emocionais, seus companheiros de organização se arriscaram no início de 1973, levando a criança até o seu esconderijo:

¹²⁴ Derlei conta em sua autobiografia que, tempos depois, descobriu que o marido tinha levado a repressão em todos os lugares onde ela poderia estar. No seu livro, traz um relatório, devidamente autenticado, do inquérito de César para “comprovar” esta informação. No entanto, não se tem aqui a intenção de julgar o comportamento dele, levando-se em consideração as prováveis torturas que deve ter sofrido.

Quando o menino chega nem acredito. Esperava um bebê de 3 meses e chega um menino caminhando, correndo, falando, nervoso, chamando pela vó. Não me conhece nem se emociona com essa mãe que não conhece nem nunca viu. Não quer ficar no meu colo. Só quando eu canto com ele nos braços fica quietinho, escutando como se gostasse [...]. (DE LUCA, 2002, p. 263)

Depois, também encontrou o marido. Este propôs que ela se entregasse à polícia. Contudo, a clandestinidade naquele momento, mais que uma escolha, era uma necessidade, já que tinha em suas mãos a responsabilidade pela vida de companheiros de organização. Além disso, já tinha passado por experiências traumáticas quando em contato com a repressão, trazendo, como afirma, *no corpo e na alma* as marcas da violência sofrida. Diante disto, resolveu, segundo ela, dar um fim ao seu casamento.

No final de março de 1973, Derlei precisou fugir de Florianópolis, mais uma vez em condições extremas de risco. O cerco apertava cada vez mais. Segundo a militante, uma grande quantidade de policiais federais de São Paulo a procuravam por toda a cidade, mostrando a sua fotografia em recepções: “Os companheiros de Florianópolis [...] recebem a informação de que meu nome está na ‘lista dos mortos’. Se fosse verdade significava a morte pura e simples. O Exército marcava os nomes quando ainda estávamos vivos.” (DE LUCA, 2002, p. 275). Foi levada para São Paulo, onde entrou em contato com os dirigentes nacionais: “Tomo conhecimento dos desdobramentos da luta interna. Os companheiros estão todos divididos, tratando-se como inimigos. Simplesmente me recuso a entender e aceitar que a organização se fragmentara.” (DE LUCA, 2002, p. 276).

A sua narrativa autobiográfica encerra este período como militante apontando três problemas que a impulsionaram a buscar o exílio: o afastamento do filho, o aumento do cerco da repressão e o *racha* da AP. Diante destas questões, passou a se sentir cada vez mais insegura e revoltada com a situação: “O racha da AP foi a última gota d’água. O medo acumulado explode. Estar em São Paulo me deixa em pânico. Vejo perigo em cada esquina, acho cada telefonema esquisito.” (DE LUCA, 2002, p. 277). Passou a ter crises nervosas até ser providenciada a sua saída do país em junho de 1973: “Devia ser véspera de São João. Na viagem, de mais de 12 horas, dava pra ver fogueiras de festa junina. São as últimas imagens do Brasil: fogueiras de São João.” (DE LUCA, 2002, p. 280).

Entre as suas andanças, orientadas pelo(s) projeto(s) político(s) dirigido(s) pela Ação Popular, Derlei se reinventou como militante e como mulher. Atuou junto ao movimento estudantil desafiando abertamente a ditadura; entrou para a clandestinidade como uma forma de se proteger e de dar prosseguimento às suas atividades políticas; viveu e trabalhou como

uma operária, requisito considerado fundamental para a *integração na produção* defendida pela AP a partir de 1968 e ampliada pela ameaça representada pelo AI-5; auxiliou na preparação da *guerra popular*, atendendo às direções regionais, em São Paulo e na Bahia, quando a organização buscava o crescimento e consolidação das suas bases de apoio.

Para cada atuação como militante, uma ou mais personagens entraram em cena, às vezes, simultaneamente. Assim, Derlei Catarina De Luca, líder estudantil catarinense se transformou em “Deise Campos”, “Maria Luisa Vitalli”, “Guida”, “Luísa”, “Catarina”, “Maria”, dentre outras. (Re)invenções de si que faziam parte das encenações necessárias para a militância clandestina e que buscavam guardar a sua segurança. Esta última, condição almejada, mas na grande maioria dos casos, não alcançada pelos militantes clandestinos.

Afinal, num país onde a *lógica da suspeição* era estimulada, a maioria das pessoas não estava livre das ações violentas perpetradas pela ditadura, independente de pertencerem ou não aos agrupamentos de esquerda. Todos estavam sujeitos a desconfianças, equívocos e/ou ações violentas cometidas pela repressão. Foi assim com Derlei, confundida com a “loura dos assaltos” mesmo sem ter participado de ações armadas. Até concluírem que não havia provas que a ligassem a alguma organização de esquerda, foi torturada, permanecendo em silêncio quanto à sua militância na AP. Só assim foi “libertada” dos suplícios impostos pela “engrenagem” repressiva.

Apesar de ter sido marcada *no corpo e na alma*, ao sair das garras da repressão Derlei não perdeu a alegria de viver e se reinventar, pois, como afirma Rosa (2013), inspirada pelas palavras de Foucault, a tristeza não é uma condição necessária para ser militante. Recomeçou as suas atividades junto à AP, fez novos amigos, que não se limitavam ao círculo da organização da qual fazia parte, se permitiu viver a militância de forma mais leve, se divertir nas horas vagas e, às vezes até mesclar o trabalho político com a descontração sem perder o foco principal, como aconteceu nas reuniões em Porto Seguro-BA. Foi neste clima de reinvenção que Derlei engatou um romance com um homem que, inicialmente, não pertencia à Ação Popular, se casando e compartilhando com ele bons e maus momentos ligados, dentre outras coisas, à sua autonomia como mulher e como militante. Também vivenciou a maternidade em circunstâncias que suscitaram o brusco afastamento do seu filho. Tudo isto em meio a um crescente farejar da repressão, que, com o acúmulo de informações acerca da sua atuação política, e das *quedas* que atingiram a AP, se mostrou como um perigo cada vez mais próximo.

Afastou-se progressivamente da militância, algo já iniciado nos últimos meses da sua gravidez. O auge deste afastamento se deu com a sua ida para o Rio de Janeiro, onde ficou

isolada da organização sem conseguir manter nenhum contato. Ao retornar a Santa Catarina tentou se manter atuante, mesmo em uma situação de extremo cuidado com a segurança, auxiliando o movimento estudantil e discutindo as questões referentes ao racha da AP, que se dera quando ela se encontrava em total isolamento. Contudo, a alegria de ser militante e a sensação de pertencimento e identificação com o projeto defendido pela Ação Popular se transformou em decepção quando esta última se fragmentou. Diante de tudo isto, uma nova escolha foi feita: a de se desprender da militância junto à AP se voltando, temporariamente, para as suas aspirações individuais, dentre elas a criação do seu filho.

Foi então para o Chile, onde planejou se estabelecer e retomar a sua vida. Porém, quando o seu desejo estava se concretizando, veio o golpe chileno, em 11 de setembro de 1973, que desfez o sonho do recomeço, transformando-a numa refugiada política. Transferida para o Panamá, ficou, aproximadamente, um mês, indo para Cuba no dia 20 de novembro do mesmo ano, onde reconstruiu a vida junto ao seu filho (DE LUCA, 2002). Retornou ao Brasil quase seis anos depois passando a se dedicar a uma nova militância: a luta contra o esquecimento e contra a impunidade das atrocidades promovidas pela ditadura civil-militar brasileira através da coordenação do *Comitê Catarinense Pró-Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos do Estado de Santa Catarina*, que ajudou a fundar em 1980 sem a vinculação a nenhum partido político.

Em 2002 publicou a sua autobiografia, que, dentre outros aspectos, enfatiza as suas experiências como militante da Ação Popular e o conjunto de violências a que foi submetida, em especial, as torturas nas dependências da Oban, trazendo também algumas lembranças atreladas às suas vivências como mulher. Atualmente, coordena ainda o *Coletivo Catarinense pela Memória, Verdade e Justiça*, além ter composto a *Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright*, criada em Santa Catarina no ano de 2013.

Como se vê, este capítulo contempla parte das experiências (permeada pelas memórias) desta mulher, cujas reinvenções de si se entrelaçam com a busca por justiça através de uma constante mobilização, individual e coletiva. Contudo, entende-se que este pequeno recorte inspira uma série de questões que abarcam desde a memória comum a uma *fração geracional* que se posicionou politicamente contra uma ditadura que a perseguiu e puniu de diversas formas, até as formas como estas vivências foram (e são) elaboradas através das rememorações de mulheres militantes pertencentes a este grupo. É sobre problemas como estes que o próximo capítulo vem tratar.

3. PEQUENAS QUEBRAS DE SILÊNCIO: VOZES E ESCRITAS FEMININAS EM LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO

Final da tarde de 23 de novembro de 1969 na cidade de São Paulo. Derlei De Luca vai a mais um encontro com o companheiro “Zé Carlos”, a quem, desta vez, foi incumbida de entregar uma maleta com documentos da organização. Encontram-se no Largo Ana Rosa, onde resolvem conversar sentados num banco de praça. Além das questões da Ação Popular, falam sobre coisas do coração. O rapaz, “enamorado”, tenta conquistá-la, mas Derlei, sem saber exatamente de quem gostava, não partilhando do mesmo sentimento, prefere não se envolver afetivamente com o companheiro. Discutem magoados, ele, tentando convencê-la, a partir da adaptação de ideias de Mao Tsé Tung, a substituir as suas “antigas” “concepções burguesas” sobre relações afetivas pelos “novos hábitos proletários”. Ela, afirma que quer amor puro, simples, espontâneo. Quando anoitece, resolvem fazer um lanche num bar. Tomam guaraná e continuam a conversa quando a Polícia Militar invade o local indo na direção dos dois. Pedem os documentos. “Zé Carlos” entrega a sua carteira de trabalho; Derlei, a sua carteira de identidade verdadeira. Afirmam que o documento da jovem é falso, que ela está nos cartazes dos procurados. Estava sendo seguida há algum tempo. Algemam-na e, em seguida, levam-na para o carro. Enquanto isso, “Zé Carlos” consegue fugir. Pegam a maleta e seguem em direção ao quartel. A pancadaria já se inicia no caminho.

No quartel da PM, telefonam para a Operação Bandeirante. Algum tempo depois, o Capitão Maurício Lopes Lima vai buscá-la, transformando-a na “terrorista gloriosamente presa em combate”, a “loura dos assaltos”. Seguem, então, para a sede da Oban, onde a violência se eleva indefinidamente. Vários homens, dirigidos pelo Capitão Benone Albernaz, gritam e arrancam as suas roupas, penduram-na no pau-de-arara, aplicam choques elétricos em seus dedos, ouvidos, vagina. Dão coronhadas e pancadas em todo o seu corpo, quebram os seus dentes. Queimam a sua pele com cigarro. A gritaria continua. Fazem várias perguntas, e, apesar da dor intensa, Derlei fica em silêncio. Lembra dos companheiros da Ação Popular, e se prepara para a morte.¹²⁵

Esta foi a primeira noite de Derlei na Operação Bandeirante. A partir desta prisão, esta militante afirma ter ficado marcada “no corpo e na alma” não cessando, no entanto, a sua militância na AP após ser libertada. Só se desvinculou da organização em 1973, quando decidiu ir para o exílio e, ao retornar, após a Anistia, reinventou a sua militância junto a

¹²⁵ Esta narrativa é uma adaptação de um trecho da autobiografia de Derlei Catarina De Luca.

antigos companheiros e parentes de mortos e desaparecidos políticos de Santa Catarina. Em meio a esta nova luta, escreveu a sua autobiografia, que, ao mesmo tempo em que traz a sua atuação política, narra experiências de ordem pessoal. E, sobretudo, denuncia as violências empreendidas pela ditadura civil-militar brasileira. É sobre esta relação entre denúncia e a produção autobiográfica de Derlei De Luca que este capítulo vem tratar, atrelando-a a interação existente entre memória individual e coletiva, gênero e trauma, presentes nos seus relatos escritos e orais.

3.1. ENTRE SIMILARIDADES E SINGULARIDADES: AUTOBIOGRAFIAS FEMININAS

Uma dos traços mais importantes do fenômeno de (re)construção ligado à memória é a criação de possibilidades de rompimento dos vários silêncios que impedem o compartilhamento de vivências, seja por imposição social, seja por decisão pessoal. São as memórias compartilhadas que permitem que vozes abafadas pelo medo, pudor, trauma, bem como pelo esquecimento e/ou a indiferença, traduzidos em *amnésia social* (BURKE, 2011)¹²⁶, venham à tona, tornando possível o exercício da construção coletiva da memória de um grupo, ao mesmo tempo, forçando uma escuta que, em determinados momentos, se faz ausente porque desinteressada. E, em meio a tudo isso, para o indivíduo que lembra, rememorar é, então, (re)viver, (re)ordenar, compor a(s) narrativa(s) de suas vivências, e, simultaneamente, (re)construir e/ou fortalecer, através do testemunho ligado a uma experiência coletiva, facetas de identidades às vezes dilaceradas, inseridas em contextos específicos.

Nesta relação entre rememoração e tempo, pode-se dizer que, próxima à memória figura a história, não (só) como contraposição ou afirmação pura e simples, mas como chave de compreensão para tal fenômeno através de um diálogo em que seja levada em consideração a influência dos grupos sociais, tanto no processo de construção da memória quanto no da história, não mais as considerando como obras de indivíduos isolados (BURKE, 2011).

É neste sentido que Beatriz Sarlo afirma que “qualquer relato de experiência é interpretável” (SARLO, 2007, p. 61). O testemunho, cujo centro articulador é a memória,

¹²⁶ Peter Burke (2011) apresenta a questão da *amnésia social* como uma prática da supressão de memórias que conflitem com um suposto interesse de coesão social por parte do Estado, de grupos ou indivíduos. Assim, censurar a memória através de “atos de esquecimento” é uma forma de se fazer desaparecer memórias incômodas.

adquire importância para a historiografia naquilo que vai além das informações nele contidas. Quanto ao historiador/a, este/a, sem prescindir destas últimas, pode se lançar também na busca por uma reflexão que pense o ato de lembrar como um fenômeno perpassado por uma subjetividade formada tanto por interpretações quanto por emoções, que pode ser entendida, dentre outros elementos, em sua relação com as temporalidades que a circundam.

Quando se trata de grupos que sofreram algum tipo de perseguição e violência, é importante considerar que a construção das suas memórias e narrativas é composta também por sentimentos, muitas vezes, decorrentes de situações traumáticas. Assim, manifestações de mágoas, dores, frustrações, além da incompreensão relativa ao absurdo vivenciado, principalmente quando se trata de situações de violência, permeiam estas falas e escritas, também contempladas por silêncios e esquecimentos. Nesta perspectiva, é necessário que se respeite tais expressões subjetivas, mas que também as compreenda como parte constituinte da memória já que “as narrativas resultantes – não a dor que elas descrevem, mas as palavras e as ideologias pelas quais elas estão representadas – não só podem como devem ser entendidas criticamente.” (PORTELLI, 1996, p. 108).

A memória individual, assim como a memória coletiva, como bem observa Pollak, é um fenômeno construído e, como tal, constituído por um sentimento de identidade, além de estar sujeita a flutuações e a um trabalho de solidificação orientado por determinados grupos que se comportam de acordo com o momento histórico (POLLAK, 1992). Para quem rememora, não somente as questões pessoais influenciam nas construções do relato, mas também as problemáticas coletivas, vinculadas, a depender da pessoa, dentre outros elementos, a um cenário de embates políticos que podem se apresentar no momento específico da rememoração.

Em se tratando de indivíduos pertencentes a grupos políticos, (não necessariamente ligados a partidos políticos, mas também) que, em determinados períodos estão em disputa com grupos opostos, o trabalho de manutenção da memória se torna de fundamental importância no sentido de demarcação de espaço, além da manutenção e construção de novas identidades (POLLAK, 1989; 1992). Neste sentido, o jogo entre o lembrar e o esquecer determinados eventos pode ser a tônica para as *batalhas de memórias* (POLLAK, 1989).

No que se refere às disputas memorialísticas travadas em torno da questão das violências cometidas pelo Estado no período da ditadura civil-militar brasileira, pode-se afirmar, com base nos estudos empreendidos por Cardoso (1994; 2012; 2014) e Martins Filho (2002), que a emergência de memórias de militantes de esquerda, cujo objetivo era denunciar as violências cometidas pelo Estado, se deu através da escrita de algumas obras de cunho

autobiográfico que tinham como temática principal a questão da tortura. Assim, o livro se tornou uma das armas utilizadas pela esquerda, ainda no contexto da ditadura (CARDOSO, 1994; MARTINS FILHO, 2002).

Em seu artigo intitulado *50 anos depois: discursos de memória e reconstruções históricas sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira* (2014), no qual busca investigar quando surgiu no Brasil uma cultura de memória acerca dos acontecimentos ligados à ditadura, Lucileide Cardoso afirma que, ainda na década de 60, foram publicados no Brasil alguns livros que relatavam as torturas praticadas por agentes do Estado¹²⁷, algo que prosseguiu ao longo da década de 70, ocorrendo, a partir de 75, um *surto memorialístico* em função da conjuntura de abrandamento da censura, potencializado pela Campanha da Anistia (1977-79). Tal fenômeno seguiu até o fim da ditadura, quando, a partir de então, em oposição a esta pluralidade de escritas, se manifestaram os militares também por meio de livros que apresentaram diferentes representações sobre este passado (CARDOSO, 1994; 2012; 2014)¹²⁸.

Quanto aos escritos de militantes que, dentre outras questões, tratavam da temática da tortura, pode-se dizer que os pontos de vista e as experiências masculinas se mostraram hegemônicas, tendo as mulheres ocupado um lugar de coadjuvantes no que se refere à escrita de livros deste tipo, algo apontado por Rago (2013)¹²⁹:

[...] depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, os testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime. Ainda hoje, são poucas as autobiografias femininas relativas aos “anos de chumbo” e mesmo as que foram lançadas nas décadas seguintes, quando se fortalecia o movimento feminista. (RAGO, 2013, p. 62)

Ao tentar entender o silêncio que circunda a produção autobiográfica feminina, embora não se detenha nesta questão, Rago (2013) aponta, basicamente, três possibilidades. A primeira, apresentada por teóricas feministas, que situa a autobiografia como um gênero literário masculino fechado às mulheres, dentre outros aspectos, por estas colocarem as suas experiências em posições secundárias em relação a familiares e amigos, inviabilizando a

¹²⁷ L. Cardoso (2014) afirma que, em 1966, Márcio Moreira Alves lançou o livro *Tortura e torturados*, cuja primeira edição foi proibida e recolhida.

¹²⁸ Trata-se dos *críticos* e dos *defensores* da ditadura, cujas memórias autobiográficas foram analisadas por Lucileide Cardoso (1994), apresentando, para além de uma disputa de memórias sobre o passado, a ocorrência de diversos matizes relativos às representações sobre este período no interior dos diferentes grupos, revelando singularidades que ultrapassam a mera percepção de “vencedores” versus “vencidos”.

¹²⁹ Alguns exemplos são: *Tirando o capuz*, de Álvaro Caldas (1981); *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980); *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira (1982); *A fuga*, de Reinaldo Guarany (1984); *O sonho exilado*, de Maurício Paiva (1986); dentre outros.

produção de narrativas centralizadas em si mesmas. A segunda, ancorada nas ideias de Seligmann-Silva (2000)¹³⁰, se refere às consequências dos traumas sofridos, que busca o alívio no esquecimento voluntário. E, por último, uma possível interpretação para tal silêncio seria o cuidado com o outro, materializado na não-exposição das pessoas mais próximas, resguardando-as de possíveis transtornos.

Para além das possibilidades de ordem subjetiva, é interessante levar em consideração também a relação entre passado e presente, ou seja, a ligação entre escrita autobiográfica e contexto vivenciado, algo crucial para a quebra de alguns silêncios. Neste sentido, é importante pensar, por exemplo, no caráter incontrolável da memória (SARLO, 2007) para enfatizar o desconforto gerado quando a necessidade de algumas das vítimas em expor os seus traumas se dá num contexto de desinteresse por parte de alguns segmentos sociedade, considerando que o *potencial de escuta* é importante no processo de narração do horror vivenciado e recordado, cuja dor pode ser aliviada no momento do testemunho, da denúncia.

As primeiras memórias de militantes de organizações de esquerda foram compartilhadas publicamente com o objetivo de denúncia das torturas promovidas pelo Estado brasileiro. Um dos primeiros espaços utilizados para denunciar as violências sofridas foram os tribunais militares quando dos julgamentos dos processos destes/as militantes¹³¹. Outros lugares de compartilhamento destas memórias também foram criados/utilizados como uma forma de falar destas experiências para um público mais amplo através da descrição das violências sofridas e da análise da situação política do Brasil daquele período. Neste caso, as denúncias daqueles que se exilaram ou foram banidos se mostraram importantes no sentido de revelar, no exterior, os métodos violentos da ditadura civil-militar brasileira, trazendo à tona memórias “masculinas” e “femininas”. Um exemplo disto é o filme *Brasil – um relato de tortura*,¹³² gravado em janeiro de 1971, poucos dias após a chegada do *Grupo dos 70*¹³³ no Chile. Algumas destas pessoas deram seus depoimentos contando em detalhes e, até mesmo, simulando as técnicas de tortura aplicadas pelos órgãos de repressão. Dentre elas, mulheres militantes também falaram das suas experiências, a exemplo de Maria Auxiliadora Lara

¹³⁰ Rago (2013) se baseou no artigo “A história como trauma”, que compõe a obra *Catástrofe e representação* (2000), organizada por Netrovski e Seligmann-Silva.

¹³¹ Anos depois, tais denúncias compuseram os arquivos do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Mais informações, consultar o site do *Brasil: Nunca Mais*. Disponível em: < <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

¹³² Este filme, dirigido por Haskell Wexler e Saul Landau, foi feito para ser exibido para a televisão norte-americana. Tais diretores estavam no Chile para realizarem uma entrevista com o então presidente Salvador Allende quando souberam da chegada do Grupo dos 70. Mais informações, ver debate sobre o filme: <<http://www.blogdoims.com.br/ims/debate-sobre-brasil-um-relato-de-tortura>>. Acesso em ago/2014.

¹³³ Este grupo foi trocado pelo embaixador suíço, Giovanni Bucher, como uma exigência feita pela Vanguarda Popular Revolucionária, que havia realizado tal ação, em dezembro de 1970.

Barcelos, militante da Var-Palmares; Jovelina Tonello do Nascimento, integrante da VPR; e Sônia Regina Yessi Ramos, do MR-8. Em suas falas, e a depender da experiência de cada uma, temas como casamento, maternidade, militância e resistência às violências sofridas também foram abordados entrelaçando, assim, memória, trauma, gênero e militância política. Este filme, provavelmente, é um dos primeiros registros, em termos de cinema, que contêm depoimentos de mulheres que foram torturadas durante a ditadura civil-militar brasileira. Apesar disto, tendo em vista a censura, tal obra não chegou a representar uma quebra de silêncio no cenário brasileiro daquele momento.

Ainda na década de 70, o *Projeto Memórias do Exílio*¹³⁴ resultou em uma obra, sob o título *De muitos caminhos*, composta por uma coletânea de depoimentos (entrevistas e manuscritos) de homens e mulheres que se encontravam no exílio, durante a década de 70, por diversos motivos. Dentre estas pessoas, figuravam ex-militantes de organizações de esquerda, a exemplo de Herbert José de Souza, militante da AP; Juliana Rocha, que não informa a organização de que fazia parte; e Maria Auxiliadora Lara Barcelos, já citada anteriormente, que escreveu o seu depoimento para a referida obra. Entre estas mulheres temas como clandestinidade e tortura, além da questão do exílio foram abordados, ressaltando, mais uma vez, a perseguição política e a violência características da ditadura naquele momento.¹³⁵ Este livro foi lançado no Brasil em 1978, período em que ocorreu “[...] uma proliferação de peças de caráter autobiográfico” (CARDOSO, L., 2014, p. 386) cujas publicações, em grande maioria de homens, caracterizaram um *surto memorialístico* (CARDOSO, L., 2014) masculino, ao menos no que tange às memórias de militantes de esquerda.¹³⁶ Em 16 de setembro de 1979, por sua vez, o jornal *Brasil, Mulher*, fundado em 1975, trouxe algumas entrevistas de ex-militantes que denunciavam violências sexuais sofridas na prisão (RAGO, 2013).

Em se tratando de memórias femininas de militantes de esquerda, publicadas nas décadas de 80 e 90, entende-se que existe uma espécie de lacuna neste período que não se torna um total silêncio por causa dos vários trabalhos produzidos por especialistas que se debruçaram sobre a militância de algumas mulheres através de depoimentos ou entrevistas

¹³⁴ A referida obra teve a sua primeira edição em português (no exterior) em 1976, sendo lançado no Brasil em 1978, dirigida e coordenada por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias Nascimento e Nelson Werneck Sodré.

¹³⁵ Além destes depoimentos, é trazido também o *Dossiê Frei Tito*, denúncia sobre as torturas sofridas, em 1969, pelo frei Tito de Alencar Lima, que resultaram em problemas de ordem psíquica e na sua morte, por suicídio, no exílio, em 1972.

¹³⁶ Não se tem notícias de autobiografias de mulheres lançadas neste período. Sobre os livros publicados nesta época, ver L. Cardoso (2014).

colhidas.¹³⁷ Neste sentido, a obra *Memórias das mulheres do exílio (1980)*, segundo volume do *Projeto Memórias do Exílio*, pode ser considerada como um marco no que se refere à construção de uma memória cujas protagonistas são mulheres, dentre elas, aquelas que pertenceram a organizações de esquerda, que passaram a viver no exílio por terem sido atingidas pelos diversos tipos de repressão perpetrados pela ditadura.¹³⁸ Este livro traz depoimentos sobre estas vivências no exílio assim como memórias sobre as mais diversas experiências no Brasil da ditadura. Ao abordar aspectos cotidianos que entrelaçam questões do espaço público e privado enfatizando, sobretudo, a especificidade das experiências femininas, a obra em questão contribui para que sejam colocadas várias problemáticas que não se limitam às torturas ou experiências políticas das mulheres militantes.¹³⁹ Assim, mulheres que pertenceram a organizações militaristas¹⁴⁰, a exemplo de Maria do Carmo Brito, militante da VPR, falam sobre temas como casamento, aborto, maternidade, sexualidade, militância, dentre outras questões. Por trazer reflexões de diferentes mulheres, dentre elas, aquelas que naquele momento integravam círculos feministas no exílio, esta é uma obra importante, dentre outras coisas, para se pensar como “um olhar feminista” pode ter contribuído para a construção de uma memória sobre a “militância política feminina” que, até hoje, se faz presente, influenciando, inclusive, a historiografia brasileira.¹⁴¹

Aos poucos, outras experiências de violência de Estado vivenciadas por mulheres militantes foram sendo evidenciadas publicamente. Em 1985, foi lançado o livro *Brasil:*

¹³⁷ De acordo com Martins Filho (1998), a memória da esquerda não foi construída apenas pelas recordações de militantes, esta sendo formada também por obras de cunho historiográfico e jornalístico. Pode-se dizer que Pollak (1989; 1992) já apontava tal questão quando falava de um processo *enquadramento da memória* empreendido por determinados grupos políticos, que recorrem principalmente a historiadores com o objetivo de ajustar e constituir esta memória em disputa. Concomitante a este trabalho, ainda segundo Pollak (1992), há o trabalho da própria memória, com o objetivo de manutenção, de coerência e unidade das lembranças do grupo. Para uma análise aprofundada acerca de uma historiografia da luta armada brasileira como lugar de memória a partir de três importantes referências (Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti), ver artigo de Lucileide Cardoso, *Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil* (2014).

¹³⁸ Obra dirigida e editada por quatro mulheres, a saber, Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima.

¹³⁹ Na introdução do livro, ao responderem à pergunta “por que um volume de mulheres?”, as editoras responderam o seguinte: “[...] Certamente porque constatamos que as mulheres, em seus depoimentos no primeiro volume, situavam-se quase que exclusivamente como militantes políticas, deixando apenas entrelinhas e às vezes de forma dramática – o fato de serem mulheres. E, sobretudo, porque partimos da nossa própria condição, sabendo que o que queríamos dizer era de mulheres. Era a nossa ótica. Era a tentativa de recuperar a nossa experiência no que ela tem também de específico, torná-la descritível para transmiti-la.” (COSTA et. al., 1980, p. 16).

¹⁴⁰ *Organizações militaristas* foram aquelas que se voltaram para ações armadas, principalmente após a instituição do AI-5 (GORENDER, 1998).

¹⁴¹ Neste sentido, entende-se que parte da historiografia brasileira que trata da experiência de mulheres militantes aborda, a partir de algumas memórias, determinadas questões que enfatizam o machismo das organizações de esquerda. Contudo, nem todos os trabalhos se preocupam em problematizar a relação passado-presente na construção de tais lembranças, assim como não refletem sobre o processo de construção do que seria uma “memória coletiva feminina e/ou feminista”, algo que pode enriquecer o fazer historiográfico, inclusive sob uma perspectiva feminista que busque evitar a homogeneização de experiências e memórias.

nunca mais, que contém, dentre uma multiplicidade de casos, testemunhos de torturas sofridas por mulheres e também por crianças. Em 1989, por sua vez, os relatos de cinco militantes, dentre elas, Loreta Valadares e Gilse Consenza, foram trazidos à público através da narrativa de Luiz Manfredini, no livro *As moças de Minas*, que trata, sobretudo, do período de torturas enfrentado por cinco mulheres militantes da Ação Popular, presas em junho de 1969, em Belo Horizonte. Estas memórias, apresentadas de forma indireta, se restringiam à reconstrução do cenário da tortura, não apresentando elementos subjetivos de forma tão aprofundada quanto o documentário *Que bom te ver viva*, de roteiro e direção de Lúcia Murat, militante que também passou pela experiência de ser presa e torturada. O referido filme, lançado em 1989, trata, sobretudo, de memórias de mulheres que foram torturadas durante a ditadura, abordando outras temáticas, a exemplo da maternidade, durante e após a prisão, e do silêncio desejado por uma parcela da sociedade que, naquela época, achava incômoda, e queria esquecer, a temática da tortura.¹⁴² Tal desejo, porém, vinha sendo contrariado há algum tempo já que, ao longo desta década, no contexto de abertura política, sobreviventes da tortura passaram a denunciar seus algozes publicamente. Este foi o caso de Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente de um centro de torturas e assassinatos no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como a “Casa da Morte” em Petrópolis. Em 1981, a referida militante reconheceu Amílcar Lobo, médico que prestava atendimentos aos presos seviciados no local. Inês, que também foi atendida por Lobo, passou noventa e seis dias neste centro de torturas, entre maio e agosto de 1971. Além do médico, a militante também conseguiu lembrar onde ficava tal casa apontando outros indivíduos envolvidos, a exemplo do proprietário do imóvel, Mário Lodders.¹⁴³ Neste contexto, os sobreviventes, juntamente com os familiares e amigos de mortos e desaparecidos políticos, passaram a se organizar, ainda mais, em busca da luta por justiça e contra o esquecimento das atrocidades cometidas pela ditadura. Com o apoio mútuo e sem vínculo partidário foram criados, por exemplo, o *Comitê Catarinense Pró-Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos*, fundado em Santa Catarina, em 1982, e o *Grupo Tortura Nunca Mais*, fundado no Rio de Janeiro, em 1985.

¹⁴² O documentário também faz uma crítica à forma inconveniente como alguns setores da imprensa tratavam a temática da tortura, expondo as vítimas, além de colocá-las na condição de “terroristas”.

¹⁴³ Tal denúncia se encontra na revista *IstoÉ*, do dia 11 de fevereiro de 1981, com a seguinte chamada na capa: “Exclusivo: a torturada fala com o médico da tortura”. Também pode-se encontrar o depoimento de Inês no livro *Brasil: nunca mais* (1985), que traz um trecho da sua denúncia à Justiça Militar brasileira quanto às violências sexuais sofridas quando se encontrava na “Casa da Morte”. Amílcar Lobo, por sua vez, escreveu um livro intitulado *A Hora do lobo, a Hora do Carneiro* (1989) em que, segundo Cardoso (2012), ao mesmo tempo em que este reconhece a existência da tortura durante a ditadura, isenta-se de qualquer participação direta em tal prática, apresentando-se como mais uma vítima do aparato repressivo, apenas cumprindo ordens que “vinham de cima”. Ainda segundo Cardoso (2012), Lobo narra o atendimento a uma jovem, cujas características referentes às condições da prisão, se assemelham ao caso de Inês Etienne Romeu.

Na década de 90 foram lançadas algumas obras que, além de memórias sobre a tortura e prisão vivenciada por mulheres, trazem depoimentos acerca das suas militâncias.¹⁴⁴ São exemplos: *Iara: reportagem biográfica*, de Judith Patarra (1992); *Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezutti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*, de Maurício Paiva (1996), além de *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf de Carvalho (1998).¹⁴⁵ Com a exceção do livro de Patarra, que é uma biografia que trata de uma guerrilheira assassinada durante a ditadura, as outras obras, escritas por pessoas que não as militantes em questão podem indicar certo desconforto por parte das mulheres em narrar as suas próprias experiências através de relatos escritos e/ou autobiografias.¹⁴⁶

Neste momento ocorreu uma disponibilidade e/ou um desejo em trazer a público as suas histórias, vencendo, cada vez mais, a barreira do silêncio no que se refere à atuação política e ao gênero, porém, de forma indireta. Entretanto, é importante considerar que estas vozes foram, aos poucos, quebrando o silêncio não só em relação à tortura, mas também no que se refere à militância política tentando apresentar parte do cotidiano destas mulheres. Assim, as memórias femininas sobre a tortura foram cedendo espaço também para as memórias sobre a atuação política de tais militantes e sobre aspectos ligados às suas vidas pessoais, antes e depois da militância, a exemplo da maternidade, algo que, de certa forma, já tinha sido proporcionado pelo livro *Memórias das mulheres do exílio* e pelo filme *Que bom te ver viva*.

Há que se considerar que durante a década de 90, alguns acontecimentos “forçaram” uma rememoração sobre a atuação da esquerda brasileira e o Terror de Estado promovido pela ditadura civil-militar. É importante frisar que foi a partir desta década que se iniciou uma série de discussões que envolveram o reconhecimento do Estado em relação à sua responsabilidade

¹⁴⁴ Cabe ressaltar que, neste período, também foram publicados trabalhos acadêmicos sobre mulheres militantes, a exemplo de *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo* (1990), de Marcelo Ridenti; *Mulheres, militância e memória* (1996), de Elisabeth Ferreira; *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* (1997), de Ana Maria Colling. Outra obra importante, apesar de não se tratar exclusivamente de mulheres militantes, e sim da questão da clandestinidade é *Pacto (re)velado: psicanálise e clandestinidade política* (1994), de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, que traz memórias de mulheres e homens que vivenciaram a clandestinidade.

¹⁴⁵ É importante chamar a atenção que, segundo Martins Filho (2002), neste período, as vozes dos militares se fizeram mais prolixas através da publicação de uma coletânea de cinco volumes compostos por entrevistas publicados por um grupo de pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Neste período, inclusive, de acordo com Ferreira (1996), uma das mulheres que comporia o grupo de militantes estudadas por ela não aceitou conceder a entrevista em função, dentre outros motivos, da publicação do primeiro volume, intitulado *Os anos de chumbo, memória militar sobre a repressão*, de 1994.

¹⁴⁶ Uma exceção é o livro *Tiradentes: um presidio da ditadura* (1997), organizado por Alípio Freire, Izaías Almada e J. A. de Granville Ponce, que, traz relatos escritos por militantes, homens e mulheres, que ficaram presos/as neste presidio, em São Paulo. Apesar de focarem no cotidiano no *Tiradentes*, o tema da tortura e da maternidade também faz parte dos relatos, dentre eles, o da militante Rose Nogueira, que fala das violências que sofreu no DOPS e Rita Sipahi, que fala das visitas dos filhos.

nas práticas persecutórias durante a ditadura e a compensação das suas vítimas através das políticas de “reparação” (leis de indenizações, etc.).¹⁴⁷ Isto gerou uma série de mobilizações por parte das vítimas, dos parentes de mortos e desaparecidos, e de militantes dos direitos humanos, o que trouxe a temática para a pauta de discussões, inclusive na imprensa. Tal contexto pode ter contribuído para a aceleração do processo de cristalização de alguns aspectos da memória construída por esta *fração geracional*¹⁴⁸, há muito iniciado, além de ter gerado, em militantes, uma sensação da existência de uma *vontade de escuta* de parte da sociedade, o que, provavelmente, influenciou na tomada de decisão sobre o projeto de escrita autobiográfica de algumas mulheres. Outras, que pertenciam a grupos que já lutavam contra o esquecimento das atrocidades cometidas pela ditadura, utilizaram a escrita de suas vivências como mais uma peça de um quebra-cabeça para a construção e/ou manutenção de uma memória sobre o repúdio à ditadura.

A partir do ano 2000, já é possível encontrar, com maior facilidade, autobiografias de mulheres militantes que, além de tratarem das suas militâncias políticas em organizações de esquerda, abordam também o tema da prisão e/ou da tortura, além de trazerem outros aspectos das suas vidas, a exemplo do casamento, da maternidade e/ou da relação com companheiros de militância. São exemplos: *Nesta terra, neste instante*, de Marília Guimarães (2000); *No corpo e na alma*, de Derlei Catarina De Luca (2002); *Uma história para Érica: fragmentos da vida sob a ditadura militar*, de Jô Moraes (2002); *Geração 60: geração Esperança*, de Maria Lúcia Resende Garcia (2003); *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*, de Loreta Valadares (2005); *Mergulho no passado: a ditadura em que vivi*, de Yara Falcon (2007); *1968: o tempo das escolhas*, de Catarina Meloni (2009) e *De pouso em pouso: em busca do repouso prometido*, de Solange Silvany Rodrigues Lima (2010).¹⁴⁹ Com a exceção do livro de

¹⁴⁷ Ver Gonçalves (2008).

¹⁴⁸ Optou-se por denominar *fração geracional* (e não *geração*) o grupo de pessoas que participaram do processo de resistência à ditadura civil-militar através da atuação em organizações de esquerda, vivenciando, dentre outros, o processo de clandestinidade. Esta escolha foi feita com base na ideia de Silva (2008), que chama a atenção para a pluralidade existente entre os jovens pertencentes à esquerda daquela época, sendo esta apenas uma fração de indivíduos que passou por esta experiência específica. Brito (2008), por sua vez aponta para uma “mitificação em torno da geração de 68” salientando a importância de se considerar que uma grande parcela dos estudantes/jovens daquela época não se interessava pela participação política: “É prudente falar em geração de 68 no sentido de afinidade e/ou de experiência compartilhada evitando generalizar para o conjunto dos estudantes daquela época ideias e projetos que entusiasmaram apenas determinada parcela estudantil.” (BRITO, 2008, p. 13).

¹⁴⁹ Biografias também continuaram a serem produzidas, a exemplo de *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia*, Maria do Carmo Brito, de Martha Vianna, publicada em 2003, pela editora Record; e *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*, de Bruno Ribeiro, em 2007, pela editora Expressão Popular.

Marília Guimarães¹⁵⁰, estas são obras de mulheres que integraram organizações que não “pegavam em armas”, em sua maioria pertencendo à Ação Popular.¹⁵¹

É importante, contudo, frisar que a grande maioria das publicações de autobiografias ainda é de autoria masculina, apesar das vozes femininas estarem cada vez mais presentes no grupo dos *memorialistas dos anos da repressão* (CARDOSO, 2012). No contexto do cinquentenário do Golpe, por exemplo, a imprensa deu uma maior visibilidade às memórias femininas. Assim, foram exibidos alguns programas e documentários em canais fechados, cuja temática estava centrada em depoimentos de mulheres. Um exemplo disto foi a série *Mulheres em luta*, composta por cinco episódios exibidos entre os dias 26/03 e 23/04/2014. A série, dirigida por Suzanna Lira, traz as memórias de dez mulheres que integraram diferentes organizações de esquerda e ficaram presas na “Torre das Donzelas”, pavilhão feminino do presídio Tiradentes, em São Paulo. São elas: Rita Sipahi, Fátima Setúbal, Ana Miranda, Vera Vital Brasil, Rose Nogueira, Iná Meireles, Rioco Kayano, Jessie Jane Vieira Lima, Lúcia Murat e Estrela Bohadana. A série, além de trazer relatos que tratam de alguns aspectos destas militâncias, da experiência da tortura e da prisão em função das atividades políticas destas mulheres, chama a atenção também para as diferentes formas de superação dos traumas sofridos que vai desde o resgate da maternidade, a entrega à família e à profissão, a militância contra o esquecimento das atrocidades cometidas pela ditadura, assim como a prática de atividades artísticas, a exemplo da dança e do bordado. Estas, porém, são memórias e reinvenções de si que não contemplam a escrita como um meio de afirmação de tais experiências.

Levando em consideração o momento da escrita das autobiografias citadas, entende-se que o contexto em que estas foram produzidas é caracterizado pelo crescente interesse de parte da sociedade brasileira em tentar compreender/discutir o período referente à ditadura, principalmente no que se refere à atuação de militantes de esquerda, homens e mulheres. Quanto a estes últimos/as, tratava-se de ampliar e preservar a memória da militância e, simultaneamente, denunciar as práticas persecutórias da ditadura e as torturas por ela infligidas (GONÇALVES, 2008).

Neste sentido, é importante enfatizar a diferença dos objetivos referentes à publicação de tais obras em relação aos depoimentos das mulheres que integraram o filme *Brasil – um relato de tortura*, por exemplo, ou a coleção *Memórias do Exílio*. Tais projetos, que tocam na

¹⁵⁰ Integrava a VPR, mas participou de um sequestro de avião no Uruguai promovido pela Var-Palmares.

¹⁵¹ Dentre as militantes em questão, apenas Yara Falcon não pertencia à AP, integrando a Polop e, posteriormente, o POC.

questão da tortura, em diferentes medidas, são caracterizados pela divulgação destas violências como uma forma de desgastar a imagem do governo brasileiro em âmbito internacional, com o intuito de enfraquecer a ditadura, que ainda empregava tais métodos em indivíduos considerados “subversivos” ou “terroristas”. Era isso que motivava a participação destas mulheres e homens militantes.

Anos depois, num contexto posterior à ditadura, a escrita das autobiografias de mulheres militantes, vinculadas ao grupo dos *críticos da ditadura* (CARDOSO, 2012), buscava, dentre outras coisas, dar continuidade às lutas do passado, mas de uma outra maneira (MARTINS FILHO, 2002). Tratava-se, a partir dos debates que se situavam em torno desta questão, de definir o espaço da memória nacional acerca do período: “[...] Os historiadores fazem análises, as universidades preservam nossos arquivos, mas os relatos tem de ser nós os sobreviventes, a fazê-lo.” (DE LUCA, 2002, p. 21). Escrever sobre seus passados, portanto, representava para estas mulheres o preenchimento de lacunas e o impedimento do surgimento/manutenção de possíveis “enganos” ligados à trajetória deste grupo específico, já que para o autobiógrafo ninguém melhor que ele para romper com a barreira do privado, do subjetivo e trazer à tona a sua própria história, esclarecendo equívocos ou qualquer verdade *incompleta ou deformada* (GUSDORF, 1991). Histórias individuais vinculadas à trajetória de um grupo cuja memória política é decorrente de rivalidades que se atualizam com o passar do tempo.

Compartilhar as suas memórias, em especial com aqueles que não viveram este período ou com os contemporâneos que não estiveram em situações semelhantes, seria uma forma de fortalecer a memória deste grupo porque informar é também formar opiniões e criar possibilidades de identificação. É neste sentido que tais *projetos autobiográficos*, ao considerarem os públicos que terão acesso a estes livros articulam os motivos da escrita com a preocupação no que se refere ao conteúdo que os leitores terão contato, se preocupando em apresentar detalhes das suas experiências como uma comprovação de que estão trazendo “a verdade” sobre o que viveram (SARLO, 2007; SELIGMANN-SILVA, 2008).

O *pacto autobiográfico* (LEJEUNE, 2014), assim, passa também, para algumas destas mulheres, pelo cuidado em buscar em outras fontes que não somente as suas lembranças, a coerência e a veracidade para que não sejam apontadas possíveis falhas em relação às afirmações feitas sobre “fatos” conhecidos ou, até mesmo quanto às suas vivências. Este é o caso de Derlei De Luca (2002), que anexou alguns documentos repressivos que tratam, dentre outras coisas, das suas prisões. Em um item denominado “bibliografia”, tal militante citou as

fontes e arquivos utilizados por ela ao longo da construção da sua autobiografia.¹⁵² Alguns destes, são escritos pessoais da época em questão, que reelaborados através de um olhar do “presente”, ajudaram a dar forma ao seu livro. Yara Falcón¹⁵³, por sua vez, afirma que consultou uma bibliografia sobre a ditadura, além de buscar informações complementares com parentes e amigos que conviveram com ela durante o referido período para que o seu livro ficasse pronto. Quanto a isto, chamando a atenção para a importância da participação do grupo do qual fazemos parte na construção da nossa memória, Ecléa Bosi afirma: “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: ‘Aí está alguém que não me deixa mentir.’” (BOSI, 1994, p. 407).

Se a memória enquanto fenômeno social se apresenta como uma interação entre o individual e o coletivo, nas autobiografias de indivíduos cuja identidade política está vinculada a uma “batalha pela memória” o cuidado com os detalhes é importante no sentido de “comprovar” os seus discursos. Trata-se, segundo as convicções que circundam o *projeto autobiográfico* destas militantes, de mostrar a partir de suas memórias e, se possível, por meio de documentos produzidos pelos próprios “funcionários” do Estado, que a ditadura perseguiu, prendeu, torturou e assassinou muitos/as destes/as jovens que ousaram combatê-la.

Além disso, entende-se também que, em termos subjetivos, para algumas destas mulheres, escrever sobre as suas trajetórias no contexto da ditadura significou uma espécie de “acerto de contas” consigo mesmas, fruto de uma necessidade interior. “Uma catarse”, nas palavras de Derlei De Luca; o desejo de deixar de ser “clandestina de si mesma”, de acordo com Catarina Meloni¹⁵⁴. Mas tratou-se também da busca pela devida responsabilização do Estado pelos crimes cometidos para que não tornem a se repetir. Quanto a isto, Loreta Valadares afirmou: “[...] é preciso não esquecer, manter viva a chama do repúdio a todo e qualquer tipo de opressão, a toda violência, a toda impunidade.” (VALADARES, 2005, p. 22).

No momento da produção autobiográfica tanto Derlei De Luca quanto Loreta Valadares faziam parte de grupos que se mobilizavam em torno da memória acerca dos diversos tipos de violência cometidas pela ditadura. Derlei fundou e coordenava o *Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos*.¹⁵⁵ Loreta, por sua vez, além

¹⁵² São eles: Documentos internos da Ação Popular; Arquivos do DOPS do Paraná; Arquivo do DOPS de São Paulo; Cartas pessoais guardadas pela mãe; Cadernos pessoais; Processos sobre a AP que tramitaram na Justiça.

¹⁵³ *Mergulho no passado: a ditadura que vivi* (2007).

¹⁵⁴ *1968: o tempo das escolhas* (2009).

¹⁵⁵ Atualmente, Derlei coordena ainda o *Coletivo Catarinense pela Memória, Verdade e Justiça*.

de integrar o *Grupo Tortura Nunca Mais*, era uma das dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no estado da Bahia. Isto indica que as memórias destas militantes, ao longo das suas escritas, estavam permeadas pelas lutas e identidades “do presente”, algo perceptível em suas narrativas autobiográficas. Por exemplo, tanto Loreta quanto Derlei estabeleceram capítulos voltados para tratar das torturas sofridas, que apresentam certo detalhamento no que se refere aos métodos utilizados pelos torturadores, assim como (re)constroem os diálogos mantidos e as sensações provocadas por estas experiências.¹⁵⁶

Os próprios títulos dos livros se referem à questão das torturas. *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura* se refere ao seguinte trecho, que trata das violências a que Loreta Valadares foi submetida: “[...] Tentaram manipular de toda forma meus sentimentos visando o estilhaçamento emocional. Queriam me quebrar por dentro.” (VALADARES, 2005, p. 212). Já *No corpo e na alma*, faz uma alusão ao seguinte excerto, que se refere às consequências físicas e psicológicas carregadas por Derlei De Luca em função das torturas sofridas: “Ainda tenho marcas da Operação Bandeirante. No corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido.” (DE LUCA, 2002, p. 113).

No entanto, os títulos das autobiografias destas mulheres militantes nem sempre fazem alusão à questão da tortura, apesar de trazerem em si a denúncia contra os diversos tipos cerceamento promovidos pela ditadura civil-militar. Ao intitular o seu livro de *Nesta terra, nesse instante*, Marília Guimarães, por exemplo, se remete, ao que tudo indica, à perseguição sofrida durante a ditadura, um período considerado como não muito longínquo em relação ao momento da escrita da sua autobiografia. É neste sentido que o título do livro de Yara Falcón, *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*, também brinca com a questão da ponte passado/presente além de sugerir a singularidade da sua experiência e da sua memória, remetendo-se também às limitações impostas pela ditadura nas suas vivências quando era jovem e militante. Catarina Meloni, por sua vez, traz no título *1968: o tempo das escolhas*, a questão das decisões que precisou enfrentar no ano de 1968, período em que foi presa. A partir de então, segundo ela, a clandestinidade chegou aos poucos, precisando optar entre a militância ou a continuidade dos estudos e da vida profissional em São Paulo, cidade que amava e na qual se sentia livre.

¹⁵⁶ Quanto à questão dos detalhes, a exemplo dos diálogos trazidos nas autobiografias, considera-se, como salienta Silva (2008), a existência de uma “variante ficcional”, pois é improvável a conservação, no que se refere à memória, das experiências exatamente da forma como elas se deram. Desta forma, também se concorda com Schwarzstein (2001) quando esta afirma que a memória não é capaz de realizar registros fotográficos.

Algumas destas autobiografias já indicam em seus títulos o entrelaçamento destas experiências individuais com a trajetória de um grupo que vivenciou de forma peculiar a ditadura brasileira, entre o engajamento e a perseguição política, segundo as suas memórias. Tais experiências, de acordo com estas mulheres, precisavam ser compartilhadas, o que caracteriza estas obras como escritas construídas por memórias militantes, apesar de nem todas elas estarem envolvidas com grupos de direitos humanos ou vinculadas a partidos políticos no momento da escrita.¹⁵⁷ Sobre esta questão Seligmann-Silva (2008) observa:

Pensemos [...] na figura do sobrevivente. Ele é a síntese do plural no singular. Uma questão muito forte de identificação está aqui colocada. A testemunha narra a partir de um ponto de vista individual um fenômeno de grupo, da sociedade ou uma história secular. [...]. (SELIGMANN- SILVA, 2008, p. 49).

Pode-se afirmar que tais autobiografias trazem, em sua constituição, exemplos da complexidade que abarca tanto estas experiências como estas memórias, caracterizadas por pontos em comum (similaridades), bem como por singularidades (FERREIRA, 1996) que indicam uma pluralidade que ultrapassa o simples enquadramento “mulher militante”. Ou seja, estas mulheres que trazem as suas experiências individuais também abordam situações semelhantes vivenciadas por outros/as indivíduos que, assim como elas, pertenceram a esta *fração geracional*.

3.2. PARA ALÉM DA MILITÂNCIA, A ESPECIFICIDADE DAS “MEMÓRIAS FEMININAS”

Além da importância de pertencerem a um grupo que reivindica o seu espaço em termos de memória acerca de um período específico, há que se considerar também outros elementos característicos destas experiências e rememorações, que, por estarem ligados aos lugares sociais ocupados por estas autobiógrafas, também indicam similaridades e singularidades evidenciadas em suas escritas, tanto na forma como este passado é apresentado quanto no que se refere a temáticas abordadas. Estamos falando da especificidade destas memórias “femininas”, considerando-as a partir da sua vinculação com as relações de gênero reais e historicamente definidas. Neste caso, tanto Perrot (2005) quanto Maluf (1995) aponta a

¹⁵⁷ Maria Lúcia Garcia foi vereadora da cidade de São Lourenço, Minas Gerais, pelo Partido Socialista Brasileiro, entre 1998 e 2000; Jô Moraes, por sua vez, foi eleita vereadora de Belo Horizonte, pelo PC do B, nos anos de 1996 e 2000. Loreta Valadares, como já foi mencionado, era militante do PC do B.

relação entre modos de rememoração e o lugar social ocupado pelas mulheres em determinados momentos históricos.

A depender do contexto, o lugar conferido às mulheres, atrelado às representações que giram em torno “do feminino” em contraposição ao “masculino”, definem os papéis a elas atribuídos na família e na sociedade, algo que influencia nas suas experiências de vida, e, conseqüentemente, nas suas memórias. Ao olhar para o passado, com os olhos do presente, então, algumas questões que permeiam estas trajetórias são colocadas em evidência, outras são silenciadas por não serem condizentes com as posições ocupadas, afinal, a memória além de individual é também coletiva, se relacionando com elementos compartilhados socialmente:

É o exercício de determinadas práticas sociais, e o conceito que a sociedade elabora sobre estas práticas, que produz testemunhos de homens e de mulheres sobre o passado. As experiências concretas das mulheres, assim como o sentido que tais práticas assumem no discurso dominante – a representação que se constrói sobre papéis (*sic*) que homens e mulheres desempenham – estão imbricadas em relações sociais e de poder historicamente determinadas. E isto imprime, necessariamente, alguma especificidade ao ato de reconstituição do passado produzido por mulheres. A ideologia prescritiva cria um discurso que favorece a elaboração de representações masculinas e femininas extremamente diferenciadas e desiguais. [...] (MALUF, 1995, p. 85)

Para as mulheres de classes abastadas que viveram entre o século XIX e o início do século XX, estudadas pelas referidas historiadoras, tais memórias se caracterizavam por estarem voltadas para o privado, centradas nos acontecimentos junto ao seio da família e nas questões mais íntimas, subjetivas. Ao contrário desta *memória do privado* (PERROT, 20005), Rago (2002), por sua vez, aponta nas memórias orais de Luce Fabbri, uma militante anarquista que viveu boa parte do século XX, uma elaboração do passado cuja experiência compartilhada gira em torno de lutas políticas e sociais, o que faz com que as recordações de ordem privada, a exemplo das relações amorosas, do casamento e da maternidade, sejam colocadas em menor destaque.

Rago afirma que a identidade de militante anarquista de Luce Fabbri fez com que ela organizasse e estruturasse a sua rememoração sob uma forma pessoal e coletiva que buscava dar visibilidade ao âmbito público da sua militância, e não aos momentos íntimos da sua vida. Ao contrário das mulheres estudadas por Maluf (1995), que viveram realidades e contextos diferentes, a militante em questão não se limitou aos papéis atribuídos ao “feminino” dando a estes menor visibilidade e trazendo-os ao lado de acontecimentos ligados à sua militância política, já que vivenciou esta experiência e quis destacá-la em suas memórias por considerá-la mais importante que os acontecimentos privados (RAGO, 2002).

Com a(s) mulher(es) estudada(s) no presente trabalho acontece algo semelhante. Considerando tanto o momento histórico específico da ditadura civil-militar brasileira quanto as performances de gênero das autobiógrafas em questão, que transgrediram e, ao mesmo tempo, (re)produziram algumas das características e papéis atribuídos ao “feminino”, é pertinente afirmar que a especificidade de gênero das memórias destas mulheres está atravessada pelas suas experiências políticas, que permitiram-nas reinventar os âmbitos privados das suas vidas, bem como o lugar social ocupado.

Além de filhas, namoradas, esposas e mães foram também militantes. É sobre este último quesito que elas pretenderam escrever e é desta forma que querem ser lembradas.¹⁵⁸ No entanto, como estas outras facetas também compunham as suas identidades tanto no momento das experiências quanto no da rememoração, também são apresentadas nas suas escritas, bem como algumas tarefas e papéis atribuídos às mulheres.

É nesta simbiose entre público e privado que as especificidades características de suas memórias de mulheres (militantes!) organizaram e apresentaram as lembranças sobre atuações políticas trazendo também, em maior ou menor escala, a depender da autobiógrafa, temáticas relativas, por exemplo, a relacionamentos afetivos (namoros e/ou casamentos), tarefas domésticas, além da maternidade.¹⁵⁹ Neste sentido, Salvatici (2005), em um artigo sobre a história oral de mulheres fala sobre a presença das *atividades femininas de cuidar* na lembrança de personagens que passaram por situações traumáticas, algo que se pode notar também em determinados momentos destas narrativas autobiográficas, não necessariamente vinculadas à questão do trauma.

Derlei De Luca, por exemplo, fala da sua preocupação com um companheiro que estava com problemas afetivos, e a sua disposição para lavar as camisas de alguns companheiros durante uma reunião que ocorreu numa casa de praia na Bahia. Ao mesmo

¹⁵⁸ A autobiografia de Solange Silvany Rodrigues Lima, *De pouso em pouso: em busca do repouso prometido* (2010), e a de Marília Guimarães, *Nesta terra, nesse instante* (2000), se apresentam como uma exceção. Esta última não fala sobre as suas atividades como militante política, se ocupando da perseguição empreendida pela ditadura e da sua participação, segundo ela “forçada” em um sequestro de avião no Uruguai, em janeiro de 1970. Solange Lima, por sua vez, não discorre sobre a sua militância, mencionando apenas, rapidamente, o episódio da sua prisão em função de uma panfletagem em Salvador, no ano de 1969. A partir da sua saída da prisão cerca de três meses depois, afirma ter se afastado da militância, apesar de acompanhar o seu marido, Haroldo Lima, militante da Ação Popular, na clandestinidade. Considera-se, desta forma, que esta autobiografia, apesar de ter sido escrita por uma mulher que integrou uma organização de esquerda, se caracteriza não por ser um livro de uma mulher militante, e sim uma autobiografia de uma mulher de um militante, já que as suas memórias e análises vinculadas ao contexto da época estão, em sua maioria, ligadas à trajetória do seu marido. Em contrapartida, a sua memória sobre o privado (as vivências domésticas, as filhas, o marido) se revela com força nesta escrita, além do seu alto teor de reflexão espiritual, sobretudo, católico.

¹⁵⁹ Cabe ressaltar que alguns destes elementos são apresentados como uma forma de revelar determinadas tarefas políticas, tratando-se de memórias relativas aos *jogos de gênero*. Um exemplo disto foram os casais forjados com o intuito de não chamarem a atenção para as atividades políticas realizadas ou para a composição de *aparelhos*.

tempo, traz a tentativa de conciliar a sua militância com as tarefas domésticas quando passou a morar com o marido no interior da Bahia, em 1971, afirmando que “nunca havia sido dona-de-casa” e se perdia nos horários do almoço, principalmente quando estava em alguma reunião, esquecendo de ir para casa cozinhar.

Loreta Valadares traz uma situação em que ajudou a cuidar (sobretudo, dando apoio) e a providenciar as roupas para os bebês de uma companheira que estava em trabalho de parto. Catarina Meloni, por sua vez, não explora este tema quando se refere ao período da sua militância, porém, fala do prazer em cuidar dos seus filhos durante a sua experiência no exílio. Neste sentido, tais militantes abordaram em suas autobiografias questões relativas às *atividades femininas de cuidar* (SALVATICI, 2005) a partir das suas lembranças no que tange um cuidado que vai desde a preocupação com o bem-estar emocional das pessoas com quem conviviam (ou eram socialmente responsáveis) até o zelo no que tange aos afazeres domésticos, tudo isso ligado ao papel feminino socialmente construído e (re)inventado por elas, manifestado tanto nas suas relações daquela época quanto nas suas lembranças.

Tais narrativas apresentam uma multiplicidade de visões no que se refere a alguns elementos também ligados à “especificidade da memória feminina” indicando, assim, a complexa relação entre *memória individual* e *memória coletiva*. Ao se atentar para tais memórias, pode se perceber que estas recordações são povoadas por pontos de vista e sentimentos renovados, ou reafirmados, a partir de uma série de representações ligadas ao gênero, mas também a outros lugares sociais ocupados. Estas identidades, então, influenciaram as escritas em questão dando visibilidade a alguns temas, sobretudo aqueles ligados às suas atuações como militantes, bem como apresentando outros, ligados à esfera do privado, de forma mais tímida, ou paralela às suas militâncias, como é o caso da autobiografia de Derlei De Luca.

Dentre as questões vinculadas às vivências como mulheres, existem alguns temas silenciados ou abordados de forma indireta, raramente sendo mencionados, a exemplo da sexualidade. Isto, provavelmente, tem alguma ligação com a questão dos códigos morais ligados ao gênero, que julgam inapropriadas as referências às vivências sexuais femininas. Outra possibilidade é a do interesse em se concentrar nas experiências políticas e nas perseguições sofridas julgando mais importante compartilhar estas questões que aquelas consideradas de ordem extremamente pessoais. Nestes casos, o íntimo é, então, resguardado, sendo, no máximo, trazido de forma indireta.

Geralmente, as experiências sexuais aparecem nestas autobiografias atreladas a relacionamentos estáveis que resultaram em casamentos. Pode-se dizer que a única a refletir

sobre a questão da sexualidade foi Maria Lúcia Garcia, que em seu capítulo destinado a discorrer sobre a “questão feminina” afirma que teve grande dificuldade de se relacionar sexualmente antes do casamento devido à sua formação religiosa (católica) e que a compreensão do seu futuro marido foi fundamental (GARCIA, 2003). Yara Falcón, por sua vez, fala que decidiu morar com o namorado três meses após ter iniciado o relacionamento, além de mencionar as visitas íntimas improvisadas, no período em que esteve presa, após ter realizado uma cerimônia de casamento na prisão. Catarina Meloni também revela que optou por coabitar com seu namorado: “Aconteceram casamentos e concubinatos, era assim que a polícia gostava de chamar, como no meu caso. [...]” (MELONI, 2009, p. 24)¹⁶⁰. Ao narrar o período da sua militância, mais especificamente o da clandestinidade, esta mulher não entra em detalhes no que se refere à sua vida privada passando muito rapidamente por este quesito, algo que se assemelha à questão apontada por Rago (2002) quando esta, ao analisar a memória Luce Fabbri, afirma que esta sobrepõe a figura de militante à de esposa e amante.

Apesar de não ser tratada de forma específica, a temática da sexualidade deixa-se entrever nestas narrativas quando algumas destas autobiógrafas refletem sobre as suas decisões em se casarem formalmente mesmo sem se importarem com as convenções. Loreta Valadares, por exemplo, afirma que resolveu se casar com Carlos Melgaço Valadares para evitar problemas com a família. Derlei De Luca, por sua vez, ao refletir sobre a decisão acerca do seu casamento dá a entender, de certa forma, que, ao olhar para trás, enxerga esta atitude como precipitada e contraditória no que se refere ao comportamento adotado naquele momento já que, ao mesmo tempo em que quebrou alguns paradigmas com a sua militância, aderiu a um “costume aprendido na infância” (DE LUCA, 2002, p. 170) chegando a esboçar uma certa ironia neste sentido: “[...] Luta-se contra o governo, prepara-se a guerra para derrubar o sistema, no combate ao sistema se vive na clandestinidade [...]. Para morar com um homem e fazer amor com ele é preciso assinar um papel. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 170).

Quanto a isto, Mestre (2004) afirma que mulheres como Derlei oscilaram entre novos conceitos e velhas posturas por terem experimentado “[...] a extrema velocidade e a complexidade de mutações que as transportaram da condição de indivíduos tutelados para seres independentes, ou quase isto.” (MESTRE, 2004, p. 153). No caso da referida militante, este jogo comportamental, ao ser rememorado durante a escrita da sua autobiografia, foi apresentado de forma a demarcar um espaço que diferencia a Derlei daquela época com a do instante em que lembra, já que reconhece que no momento em que se casou não se

¹⁶⁰ Quando se encontrava no exílio, se casou no Chile.

preocupava com os desdobramentos futuros por ter utilizado uma identidade falsa, pois estava feliz com o acontecimento.

Além deste episódio, Derlei também menciona rapidamente, no final da sua autobiografia, um momento íntimo com o seu marido, uma espécie de despedida, quando ela decidiu se separar. No entanto, é num poema feito para um namorado, de quem afirma ter sido separada por exigências da organização, que esta militante traz, indiretamente, a questão do sexo desvinculado do casamento, mas atrelado ao amor:

Amor concreto,
Completo,
Vividos dois anos
Divididos nas muitas atividades políticas [...] (DE LUCA, 2002, p. 41)

Nestes dois momentos, a questão da sexualidade é apresentada de maneira indireta na sua autobiografia, tema abordado de forma mais “aberta” em uma entrevista a Veríssimo (1998). Neste caso, ao responder sobre as transformações que ocorriam durante a década de 60 no que se refere ao “mundo feminino”, Derlei falou sobre a militância política, mas também revelou:

Nós é que fazíamos as mudanças. As transformações dentro do mundo feminino nós é que fizemos. A gente namorava muito, fazia amor, não havia AIDS, ninguém usava camisinha, tiramos a aliança do dedo e penduramos no pescoço, cortamos a saia e usamos a mini-saia. [...] (Derlei Catarina De Luca in: VERÍSSIMO, 1998, p. 105)

Ao ser indagada sobre as mudanças comportamentais atribuídas às mulheres da sua época, esta militante articulou sua experiência individual com uma memória coletiva que pensa o final da década de 60 como um divisor de águas no que tange às rupturas promovidas pelos jovens de então, que além da experiência política engloba também a sexualidade.¹⁶¹

Além destas questões, existem aquelas ligadas à “memoração feminina” acerca da experiência da tortura, recurso largamente promovido pela ditadura tanto na obtenção de informações quanto na punição de militantes de esquerda. Jelin (2001) afirma que as ditaduras do Cone Sul reprimiram os seus/suas opositores/as a partir das suas especificidades de gênero, o que contribui, dentre outras coisas, para as diferentes formas de lembrar a perseguição sofrida. Pode-se considerar, portanto, que algumas destas militantes vivenciaram e compartilharam em suas autobiografias o perigo oferecido pela repressão ou a violência materializada na tortura de forma específica ligada aos seus gêneros. Aquelas que foram mães

¹⁶¹ Quanto a isso, ver Zuenir Ventura, em seu livro *1968: o ano que não terminou* (1988).

durante a militância, por exemplo, enfatizaram o pavor de serem capturadas com seus filhos, como Derlei De Luca, Catarina Meloni e Maria Lúcia Garcia.

Existem também quem, a exemplo de Loreta Valadares fala do pânico de perder o seu companheiro durante uma sessão violenta de tortura presenciada por ela. Esta militante narrou o que ela definiu como *A tortura maior*, que foi assistir ao brutal espancamento do seu marido como uma forma de punição por ter se mantido em silêncio durante as sevícias sofridas anteriormente, afirmando que esta foi uma das formas que a repressão utilizou para atingir a sua identidade de gênero no que tange, mais especificamente, à sua afetividade, contando com a possibilidade de fragilizá-la emocionalmente já que diziam que ela era “fria”, característica não atribuída às mulheres.

Algumas delas também buscam refletir sobre as vivências das mulheres desta *fração geracional*, chegando, inclusive, a separar capítulos ou tópicos com esta finalidade, a exemplo de Loreta Valadares e Maria Lúcia Garcia. Esta última, em um capítulo denominado *A questão feminina* fala sobre vários aspectos ligados às vivências das mulheres militantes, dentre elas a convivência entre homens e mulheres no processo de resistência à ditadura. Já Loreta, separou alguns tópicos, em determinados capítulos da sua autobiografia, para refletir sobre as diferenças de gênero vivenciadas no início da sua militância na AP, no cotidiano do campo em Minas Gerais, entre o final de 1968 e o início de 1969 (trazendo as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos seus afazeres diários, principalmente pela precariedade de recursos, além dos “costumes carregados de discriminação”), no aprofundamento da consciência de gênero no exílio através da sua adesão ao feminismo. Chamou-os a estes tópicos *Os olhos de mulher*.

Ao rememorar a sua trajetória e analisá-la sob esta perspectiva, Loreta afirma que no início da sua militância percebeu uma *discriminação sutil* (VALADARES, 2005, p. 39) por parte de alguns companheiros que a criticavam por causa do seu vestuário e costumes sociais¹⁶², julgando que ela não atenderia ao modelo de militante exigido. Afirma, no entanto, que a vida mostrou o contrário: se engajou “de corpo e alma na luta revolucionária”. Neste sentido, não aponta mais nenhuma discriminação sofrida no interior da Ação Popular ou no PC do B.

Ainda na década de 70, quando muitas mulheres militantes estavam no exílio em contato com as ideias feministas deste período, algumas memórias e análises acerca da

¹⁶² Afirma que, neste período inicial da militância, gostava de se vestir seguindo as inovações da moda, além de frequentar alguns eventos sociais. Além da discriminação de gênero, existe aí também uma manifestação de discriminação de classe no sentido de compreender que determinados comportamentos eram próprios dos burgueses, não se adequando aos/às militantes.

desigualdade de gênero no interior das organizações de esquerda já se iniciavam. De acordo com Ridenti (2010), muitas mulheres afirmam ter vivido, em algum momento das suas militâncias, algum tipo de discriminação de gênero. Porém, para a maioria delas, esta consciência se desenvolveu após o contato com as ideias feministas no exílio, pois as questões relativas à problemática “da mulher” não eram debatidas pelas organizações de esquerda, que colocavam as discussões sobre o projeto revolucionário como urgentes e, por isto, prioritárias.

Neste sentido, o livro *Memórias das mulheres do exílio* (1980) traz o relato de algumas militantes que se referem a esta questão. De lá para cá, com a adesão de muitas delas ao feminismo ou o contato de outras com questões que as faziam refletir sobre as relações de gênero no interior da militância, ampliado por uma historiografia feminista que trata deste problema, os relatos orais de mulheres que afirmam a existência de práticas machistas em tais organizações se multiplicaram, algo que pode ser visto como um processo de reflexão e construção de uma memória específica feminina feminista, mesmo por parte daquelas mulheres que não integrem grupos feministas.

Loreta, contudo, afirma que a consciência da discriminação sofrida se deu no momento em que vivenciou tal problema, mas, ao mesmo tempo, reconhece que foi no exílio que alcançou uma consciência de gênero mais perspicaz no sentido de notar as opressões vivenciadas pelas mulheres. Outras militantes, em suas autobiografias, afirmaram não terem vivenciado o problema da discriminação de gênero durante o período em questão, o que indica a presença de traços de uma memória que pensa as relações de gênero na militância como ausentes de discriminação, em contraposição à outra memória que, como já foi abordado, aponta tais diferenças¹⁶³.

Dentre os livros em questão, com a exceção da autobiografia de Loreta Valadares, assumidamente feminista, este tipo de análise não é realizado. E mesmo quando a proposta é refletir sobre as “questões femininas” isto não acontece, como é o caso de Maria Lúcia Garcia, que se concentra muito mais nos “rompimentos de tabus” da “geração 60”, inclusive no que se refere à participação política:

Na década de 60, a geração das mulheres lutadoras, jovens na faixa de 20 a 25 anos, mais que pregar os direitos da mulher, vivenciou-os. Na militância estudantil, os companheiros praticavam, em sua maioria, a divisão do trabalho doméstico e todas as questões eram discutidas, as tarefas divididas. Não existia situação difícil para a mulher. Todos participavam igualmente das atividades políticas e partidárias. Grandes lideranças femininas [...] estiveram na linha de frente da luta contra a ditadura. À frente de passeatas, discursando em praça pública, o que até hoje pode

¹⁶³ Sobre as práticas machistas nas organizações de esquerda, ver Ridenti (2010); Cunha (2002); Wolff (2010), Rago (2013), Rosa (2013), dentre outros/as.

ser difícil para muitos homens. Nós estávamos presentes em todos os combates. (GARCIA, 2003, p. 75-76)

Esta perspectiva que valoriza a participação das mulheres, no entanto, não aponta as diferenças de gênero, principalmente no movimento estudantil, a que ela se refere. Não fala também da questão do olhar diferenciado e machista em relação às mulheres que lideraram estas lutas junto ao movimento estudantil. Talvez porque até elas mesmas preferiram esquecer ou silenciar sobre isto. Este é o caso de Catarina Meloni, líder estudantil paulista que, apesar de refletir sobre a complexidade do ME em sua autobiografia, inclusive no que diz respeito a divergências internas, não se refere à “ironia machista de adversários e até de correligionários” (Luiz Raul Machado in: MELONI, 2009, p. 05) que recebia.

A discriminação foi apontada por um companheiro de lutas no prefácio do livro da militante.¹⁶⁴ Indagada sobre esta questão, Catarina respondeu por email: “Se hoje há preconceitos, imagine naquele tempo. Nunca dei muita importância para certas tolices. Hoje nem me lembro mais. Estes ‘adversários’ estavam supostamente na mesma causa e não deviam ser tratados como inimigos. O inimigo era outro.”¹⁶⁵. Esta resposta indica que o seu olhar para o passado se dá em relação às divergências internas do movimento estudantil paulista¹⁶⁶ em detrimento de qualquer postura ou atitude machista por parte dos “adversários” considerando tais manifestações como “tolices” que deveriam ser ignoradas (no passado e no presente), pois “o inimigo era outro”.¹⁶⁷ Tal visão remonta à urgência da “revolução” tão propagada entre os/as militantes. Esta ainda faz parte da sua forma de lembrar aqueles tempos, indicando que, ainda hoje, a sua identidade de militante, mesmo reformulada com o passar do tempo, prefere combater o mesmo inimigo só que de outra maneira: através do fortalecimento da memória do seu grupo.

Esta “ausência” de discriminações, apesar de não ser analisada nem afirmada diretamente na sua autobiografia, também é apontada por Derlei De Luca em uma entrevista concedida à historiadora Marise Veríssimo, na década de 90, mesmo período em que, aos poucos, construía a sua autobiografia. Ao ser indagada sobre a forma como as mulheres eram tratadas, ela respondeu:

¹⁶⁴ Trata-se de Luiz Raul Machado, vice-presidente da UNE, em 1968.

¹⁶⁵ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 24 mar. 2014.

¹⁶⁶ Em 1968, o movimento estudantil paulista se dividiu entre propostas de militantes que integravam a Ação Popular, que pregava a luta contra a ditadura aliada às questões estudantis, representada por Catarina Meloni, e aqueles que entendiam que as manifestações deveriam se restringir às demandas da universidade, representados por José Dirceu de Oliveira, integrante da Dissidência de São Paulo. Quanto a esta questão, ver Santos (2009).

¹⁶⁷ Observe que quanto a alguns companheiros da AP que seguiam a mesma linha política que ela e que, segundo Luiz Raul Machado, também se comportavam de forma discriminatória, ela nem chega a citar.

Era considerada igual em direitos, tarefas e deveres. As tarefas internas eram tanto para o homem quanto para a mulher. Na política de integração na produção, a partir de 1969, os militantes foram deslocados para o campo e para a fábrica. Para o campo só podiam ir casais e rapazes solteiros, porque era assim que a sociedade fazia. As mulheres sozinhas, isto é, solteiras, foram para as fábricas. Como, em tese, a classe operária é a vanguarda da revolução, nós dizíamos que a revolução brasileira ia ser dirigida pelas mulheres.

Na guerrilha do Araguaia participaram homens e mulheres de maneira igual. Nos G.T.A. – Grupos de Trabalho Armado – todos participaram igual.

O brasileiro não praticava muito “cavalheirismo proletário”, hora da guarda era igual para todos, cozinhar, etc. (Derlei Catarina De Luca in: VERISSIMO, 1998, p. 106)

Onde algumas militantes, principalmente aquelas ligadas aos movimentos feministas, vêm discriminação de gênero, Derlei De Luca enxerga igualdade, o que indica não uma ausência de desigualdades no interior das organizações de esquerda, mas uma multiplicidade de sentidos que orientam estas memórias e análises deste passado. No caso de Derlei, o seu olhar está ligado às relações de militância sem se preocupar com a questão de gênero.¹⁶⁸ Nesta perspectiva, entende-se como diferentes entre si as experiências/memórias de mulheres militantes das de mulheres militantes feministas. Estas últimas, além de terem integrado as organizações de esquerda, passaram posteriormente a se dedicar (de forma individual ou coletiva) a refletir/transformar as relações de gênero, construídas, social e historicamente, em bases desiguais e hierárquicas. Aliada a esta questão, está a utilização da memória como ferramenta de luta, que propõe um olhar que problematize a questão da igualdade em contextos/situações como a da militância política.

Para além dos pontos em comum, ligados, ou não, a uma memória construída pelo grupo daqueles/as que se propõem a lembrar os crimes cometidos pela ditadura, pode-se afirmar que estas narrativas são plurais, já que estão entrelaçadas tanto pelas óticas singulares acerca destas vivências quanto pela atuação dos sentimentos que orientam estas lembranças e, até mesmo, suscitam os silêncios. Estas militantes, ao narrarem as suas atuações políticas, trazem embutidas em suas memórias experiências que não se limitam a tais atividades, revelando também as suas vivências como mulheres, a exemplo das suas experiências como esposas e mães¹⁶⁹, aspectos, portanto, ligados às suas vidas pessoais. Assim, as suas identidades de gênero e de militantes se entrelaçam dando o tom destas narrativas. Todas situadas num âmbito que envolve a problemática do testemunho em toda a sua complexidade

¹⁶⁸ Mesmo tendo vivenciado experiências incomuns à maioria das mulheres da sua época isto não faz de Derlei uma feminista. Ao que tudo indica, este é um tema que não desperta muito o seu interesse.

¹⁶⁹ Há que se considerar que nem todas as mulheres militantes tiveram filhos, seja na época da militância ou posteriormente. Loreta Valadares é um exemplo disto.

e que, para estas mulheres, devem ser preservados para que não se percam, sendo, nestes casos, delineados entre matizes de dor, orgulho, indignação e denúncia.

3.3. MEMÓRIA(S) MILITANTE(S) E MEMÓRIAS DE UMA MILITÂNCIA

Ao escrever a sua autobiografia, Derlei De Luca rememorou, organizou, refletiu e colocou no papel, a partir de lembranças soltas e escritos guardados, as suas experiências do pretérito em uma narrativa que relaciona estas vivências individuais com as do seu grupo, o de pessoas que integraram organizações de esquerda, armadas ou não, que foram perseguidas durante a ditadura civil-militar brasileira. Assim, *arquivou a própria vida* (ARTIÈRES, 1998)¹⁷⁰, e, ao fazê-lo, se (re)inventou como mulher e militante a cada ordenação dos acontecimentos rememorados a serem compartilhados, dando o seu testemunho acerca de um período marcante na história brasileira recente.¹⁷¹

Mas, seria a Derlei De Luca que militou na Ação Popular a mesma que narrou a sua experiência em sua autobiografia a ser publicada anos depois? Sim e não. Esta militante se reinventou e continua a se reinventar a cada dia, o que influenciou e influencia nas formas como ela recorda o seu passado. Às vezes de forma rápida, às vezes de forma aprofundada, a depender do momento e do espaço onde esta rememoração se dá. Entre escritas e relatos orais Derlei, ao longo dos anos, foi quebrando aos poucos o silêncio que, ao mesmo tempo em que a protegia das dores do lembrar, a sufocava diante da necessidade de compartilhar publicamente a perseguição sofrida durante a ditadura. Diante disto, escreveu. Durante anos, colocou tais lembranças esparsas no papel, já que elas a espreitavam, pois “[...] não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado por um simples ato de vontade. [...]” (SARLO, 2007, p. 09).

¹⁷⁰ Para além dos arquivos exigidos cotidianamente, entende-se que a preocupação de Derlei em *arquivar* a sua vida é antiga, sendo mencionado na abertura da sua autobiografia que precisou queimar os seus diários no dia em que entrou para a clandestinidade. Afirmo que a partir de então passou a escrever poesias, mas que as queimava devido aos assuntos abordados, que poderiam comprometer o caso a repressão as adquirisse. No entanto, logo que pôde, começou a escrever um diário no exílio, anexado à sua autobiografia. Nele, no dia 02 de novembro de 1973, demonstrava o desejo de contar a sua história.

¹⁷¹ *No corpo e na alma* (2002) não foi o único livro escrito por Derlei, sendo esta a sua segunda obra. Em 2000, lançou o seu primeiro livro, *Os Jasmins dos jardins de Paolo*, sobre a trajetória da família De Luca no Brasil. Em 2008, foi a vez de *História e Geografia de Santa Catarina para o Ensino Fundamental e Geografia de Içara*; e, em 2010, *Além da lenda*, sobre contos e histórias do sul do estado de Santa Catarina. Faz parte da Academia Criciumense de Letras. Mais informações, ver: <<http://www.acle.com.br/academico2.php?idAcad=1>> Acesso: 27 out. 2014.

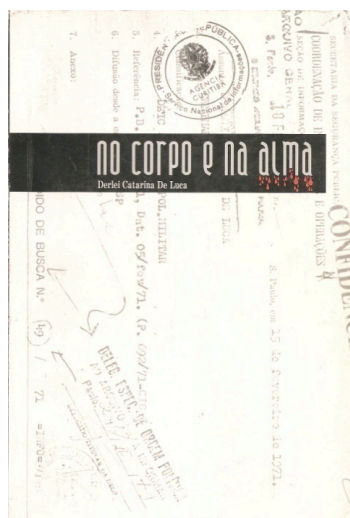
Foi de um longo processo de *arquivamento* de si que surgiu esta autobiografia, mas, como salienta Philippe Artières, “o arquivamento do eu é uma prática plural e incessante.” (ARTIÈRES, 1998, p. 29), algo que, no caso da escrita autobiográfica, proporciona ao indivíduo um processo de subjetivação em que os acontecimentos que marcam a sua vida são reordenados no intuito de mostrar ao leitor a coerência da sua existência através da composição organizada de tais episódios (ARTIÈRES, 1998; BOURDIEU, 1996). Lembranças escritas e “engavetadas”¹⁷² durante décadas foram, aos poucos, se juntando a outros escritos autobiográficos por mais de dois anos na década de 90 e deram origem ao seu livro, lançado em 2002.

Esta escrita lapidada composta, para além das lembranças, por silêncios e esquecimentos característicos da memória compartilhada, traz em si as marcas das lutas de um “presente” que é, ao mesmo tempo, passado enquanto experiência e memória, caso seja levado em consideração o tempo de gestação desta obra. No entanto, considerando também o *projeto autobiográfico* que circunda tal escrita, em que o principal norte é a denúncia contra a ditadura, entende-se que, ao longo da construção do livro, a militante trouxe questões que envolveram a sua atuação no *Comitê Catarinense Pró Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos*, cujo principal objetivo era construir uma memória local em torno das vítimas, em contraposição às versões que os colocavam no lugar de “terroristas” (BENASSI, 2012).¹⁷³ Trazer a sua própria experiência se apresentou, então, como uma forma de fortalecer esta memória, pois, como sobrevivente, pode contar as atividades realizadas e as perseguições sofridas no sentido de “evitar interpretações tendenciosas ou deliberadamente distorcidas ou falsas.” (DE LUCA, 2002, p. 22).

3.3.1. Engajamento político e compartilhamento de “memórias engavetadas”

¹⁷² Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 29 out. 2014.

¹⁷³ A constituição de acervos de documentos repressivos que comprovem as torturas, mortes e desaparecimentos destas pessoas, bem como o diálogo com o Estado no sentido de permitir e ampliar o acesso a tais documentos e a organização de vários atos de memória foram algumas das ações deste *Comitê*. De acordo com Benassi (2012), o auxílio de deputados estaduais, assim como da imprensa local, se apresentou, ao longo de décadas, como fundamentais para a atuação do *Comitê*.



Autobiografia de Derlei Catarina De Luca, *No corpo e na alma* (2002).

Foi num contexto de disputas pela memória, que se avolumou no decorrer da década de 90, que tal obra foi escrita. Neste período, o silêncio desejado pelos militares, amparado pelo desinteresse de vários segmentos da população, ainda era uma das barreiras a serem vencidas por grupos como o *Comitê Catarinense Pró Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos* e o *Grupo Tortura Nunca Mais*. Esta foi mais uma década de intensas lutas por parte de familiares de mortos e desaparecidos políticos e de organizações de direitos humanos na busca por respostas acerca do que realmente aconteceu às vítimas e na tentativa de sensibilizar a sociedade no sentido de criar uma “vontade de escuta”, algo que passava pela questão da abertura dos arquivos da repressão. Mas, acima de tudo, foi um período em que se buscou o reconhecimento por parte do Estado no que se refere à sua participação em tais assassinatos e desaparecimentos políticos no período da ditadura.

Em 1995, diante das pressões nacionais e internacionais sofridas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso neste sentido¹⁷⁴ e da sua concordância em elaborar um projeto de lei que tratasse destas questões, alguns militares se manifestaram publicamente de forma contrária demonstrando incômodo com a possibilidade do pagamento de indenizações a familiares de militantes políticos assassinados pela ditadura, mas também com a possibilidade de um aprofundamento das investigações acerca das condições em que se deram tais mortes. Assim, definiram (e ainda definem) as lutas das organizações de direitos humanos e de

¹⁷⁴ *Campanha pede que FHC reconheça mortos. Folha de São Paulo*, 10 mai. 1995.

familiares como “revanchistas”, demonstrando um sentimento de “indignação” em relação ao que atribuíram como desrespeito à lei de Anistia¹⁷⁵, deixando evidente que entendiam que as famílias dos “seus mortos” também deveriam ser indenizadas.¹⁷⁶ Tais contendas prosseguiram após a aprovação da Lei 9.140/95, também chamada de “Lei dos Desaparecidos Políticos”, que reconhecia como mortas aquelas pessoas desaparecidas em função das suas atividades políticas entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 e previa a indenização para familiares.¹⁷⁷

Algum tempo antes, mas, já num clima de *batalha de memórias*, Derlei De Luca escreveu uma carta-resposta¹⁷⁸ que refutava algumas ideias contidas num artigo publicado por Jarbas Passarinho¹⁷⁹ na imprensa.¹⁸⁰ Sobre a escrita desta carta, a militante afirmou:

A carta para Jarbas Passarinho foi escrita em 1995.

Explico: Neste ano conseguimos aprovar a LEI 9.140/95, em que considerava os DESAPARECIDOS como mortos e o estado (*sic*) foi obrigado a reparar as famílias.

O JARBAS PASSARINHO foi pro jornal, num artigo - não lembro o jornal dizendo que na nossa lista de desaparecidos tinha gente viva.

Escrevi para ele dizendo que sim.

Era possível ter gente viva na nossa lista?

Era. Mas os mais interessados em saber se havia alguém vivo éramos nós e eu queria o nome, o telefone e o endereço da pessoa que estava viva.

Então a carta é de 1995. [...] ¹⁸¹

¹⁷⁵ Quanto a isto, ver reportagens na *Folha de São Paulo: Exército rejeita investigação sobre mortes*, de 29 de julho de 1995; *General deixa cargo por se opor ao projeto*, de 23 de agosto de 1995; *General quer indenização para famílias de militares*, de 25 de agosto de 1995; dentre outras.

¹⁷⁶ A partir de maio de 1995, esta questão foi muito noticiada em jornais como a *Folha de São Paulo*, por exemplo. Neste mesmo ano, a Rede Globo exibiu uma reportagem realizada pelo jornalista Caco Barcelos cinco anos antes, mas que havia ficado guardada, sobre o cemitério de Perus, em São Paulo, que continha, em valas comuns, ossadas de militantes mortos durante a ditadura, dando maior visibilidade à questão dos mortos e desaparecidos políticos. Cabe ressaltar que este cemitério já havia sido descoberto por familiares de vítimas anos antes da realização de tal reportagem.

¹⁷⁷ Esta lei, apesar de criar a Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, com o intuito de analisar as denúncias dos assassinatos nas dependências da repressão, não assumia a responsabilidade de apurar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos, cabendo aos familiares a comprovação das suas denúncias (GONÇALVES, 2009).

¹⁷⁸ A referida carta foi publicada em alguns jornais, segundo Derlei.

¹⁷⁹ Além de uma carreira militar, Jarbas Passarinho também atuou na política brasileira ocupando, no período da ditadura, alguns cargos de confiança, a exemplo de Ministro do Trabalho (1967-1969) e Ministro da Previdência e Assistência Social (1983-1985).

¹⁸⁰ Não foi possível localizar o artigo escrito por Jarbas Passarinho na imprensa. A jornalista Louise Benassi (2012) afirma que o texto foi publicado, em 2004, na *Folha de São Paulo*, algo que não procede, pois em uma entrevista concedida à historiadora Marise Veríssimo, em julho de 1995, Derlei De Luca menciona que havia escrito uma carta à Jarbas Passarinho que falava das marcas deixadas pela tortura que ela sofreu. Ao perguntar à própria Derlei sobre esta questão, ela informou que a jornalista deve ter se enganado, e que a carta foi escrita em 1995. No entanto, não se recordou em que veículo havia sido publicado tal artigo. Ao procurar na *Folha de São Paulo* algum escrito de Jarbas Passarinho, neste período, que tratasse de alguma questão vinculada a tais contendas, não foi obtido sucesso. Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 8 dez. 2014.

¹⁸¹ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 8 dez. 2014. Cabe ressaltar que, apesar de não encontrar o artigo de Jarbas Passarinho, citado por Derlei, algumas notícias da *Folha de São Paulo* traziam a fala de alguns militares que afirmavam que existiam desaparecidos que estavam vivos.

Trechos da carta-resposta indicam também que Passarinho, como parte integrante do grupo de *defensores da ditadura* (CARDOSO, 2012), minimizou a questão da tortura, e, ao mesmo tempo tratou os militantes mortos e desaparecidos como “terroristas” que haviam sofrido as consequências de uma guerra. Para Martins Filho (2002), a ideia de que a tortura é um fenômeno excepcional e não sistemático está presente em vários depoimentos de militares, bem como a justificativa, de forma eufemística, de que ambos os lados, “governo” e militantes, cruzaram certos limites. Neste sentido, uma entrevista de Jarbas Passarinho no suplemento *Mais!*, da *Folha de São Paulo*, no dia 13 de agosto de 1995, traz um pouco desta visão quando ele, ao responder sobre a questão dos desaparecidos, afirmou: “Na verdade, não foram iniciativas do Estado. O Estado respondeu à agressão armada. Era uma guerra civil não declarada.”¹⁸².

Em outro trecho, ao responder sobre a questão da tortura, afirmou que teve conhecimento desta prática por duas vezes e que chegou a informar ao presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1971, além de falar sobre isso na televisão: “[...] num programa de TV o repórter me perguntou se existia tortura. Eu disse a ele: ‘Acho que existe, sim, mas não como política de governo, e sim, como uma deformação pessoal de quem investiga.’[...]”¹⁸³. Entende-se que, em algum momento, declarações como estas causaram em Derlei De Luca um sentimento de indignação que a motivaram a se manifestar. A seguir, um excerto de tal carta, que apesar de longo, vale a pena ser trazido, como uma forma de pensar o lugar desta militante nestes embates da memória:

Ilmo. Senhor Jarbas Passarinho – Brasília DF

Há 25 anos, eu era uma jovem saudável. Jamais havia chegado sequer perto de uma arma. Fui presa pela Operação Bandeirante e, antes de perguntarem meu nome, já haviam quebrado meus dentes, pernas, costelas, mandíbula. Passei pelo tratamento clássico de pau-de-arara, cadeira do dragão, choque elétrico, palmatória. [...]

Como esquecer, Coronel, se trago no corpo e na alma as marcas da tortura?

[...] Que crime cometeu Paulo Stuart Wright? Além de não aceitar a ditadura como regime de governo? Quando Paulo Stuart empunhou uma arma?

Que crimes cometeram: Raimundo Eduardo da Silva, desaparecido em 1970; Luiz Hirata, Jorge Leal Gonçalves Ferreira, assassinados em 1971; Honestino Guimarães, Gildo Lacerda, Humberto Albuquerque, Câmara Neto, desaparecidos em 1973; José Carlos da Mata Machado, assassinado em 1973; Eduardo Collier Filho, desaparecido em 1974;

Eles não eram o que o senhor chama de terrorista. Quando eles usaram armas além de palavras? Todos morreram sob tortura nos cárceres que o senhor está defendendo.

¹⁸² *Memórias do Coronel*, suplemento *Mais!*, *Folha de São Paulo*, 13 ago. 1995.

¹⁸³ *Idem*.

[...] Usando os seus próprios argumentos: vocês enterraram seus mortos. Nós queremos enterrar os nossos. Temos esse direito. Vamos continuar procurando-os e suas vidas ficarão com o legado às futuras gerações. Porque a história e a razão estão do nosso lado.

[...] Queremos enterrar nossos mortos. Queremos atestado de óbito. Queremos esclarecer as circunstâncias de suas mortes.

Do que você tem medo? (Derlei Catarina De Luca apud BENASSI, 2012, p. 40-43)¹⁸⁴

Derlei parte do seu caso específico, de militante que foi submetida a torturas e que traz “no corpo e na alma” as marcas das violências perpetradas pela ditadura, para chamar a atenção para assassinatos e desaparecimentos de militantes de diversas organizações que, tratados como inimigos, não tiveram a chance de serem julgados. Segundo ela, foram mortos por defenderem a “derrubada da ditadura”, não tendo os seus corpos entregues às suas famílias. Dentre as pessoas citadas, são apresentados alguns militantes com os quais conviveu na Ação Popular, e que, de acordo com a sua visão, foram tratados como “terroristas” mesmo sem nunca terem pegado em armas¹⁸⁵, mortos sob tortura e tiveram os seus corpos “escondidos”, a exemplo de Paulo Stuart Wright e Eduardo Collier Filho.

Além de questionar as práticas dos governos defendidos por Passarinho, Derlei também chama a atenção para a impossibilidade do esquecimento que circunda a necessidade da busca por esclarecimentos destas mortes por uma questão de justiça e de exemplo para as “novas gerações”. Ao fim, afirma: “a história e a razão está do nosso lado”, o que indica a valorização da memória como história, algo que passa, inclusive pelo *processo de enquadramento da memória* (POLLAK, 1989), dentre outras ações, através da comprovação do envolvimento do Estado nestas mortes com a utilização de documentos produzidos pela própria repressão.

Desde a abertura dos arquivos do DOPS do Paraná, em 1992, por exemplo, Derlei já vinha juntando documentos que pudessem esclarecer algumas mortes de catarinenses, levando em consideração a atuação conjunta entre os estados do Paraná e de Santa Catarina no que se refere à repressão (BENASSI, 2012). Diante dos processos de luta que desencadearam a lei

¹⁸⁴ Ao solicitar tal carta, fui informada por Derlei que esta havia sido publicada por alguns jornais, mas que ela não lembrava quais. Infelizmente, não foi possível encontrar este documento na íntegra, somente um longo trecho citado por Louise Benassi no seu livro *As lembranças não morrem: história do Comitê Catarinense Pró-Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos*, enviado pela própria Derlei em um dos nossos primeiros contatos.

¹⁸⁵ Observa-se uma memória que separa militantes das organizações militaristas daqueles que integravam organizações não-armadas. Os primeiros, segundo Derlei, eram chamados de “terroristas” e os últimos de “subversivos” pela repressão (DE LUCA, 2002). E apesar de existir uma diferença em termos de nomenclatura, as formas de tratamento, regado à violência, não diferiam. O próprio Jarbas Passarinho, na entrevista citada, se refere a uma militante morta sob tortura como pertencente à esquerda, salientando, contudo, que esta não era “terrorista”.

9.140/95, tratou de se mobilizar juntamente com outras pessoas do *Comitê* no sentido de *arquivar as vidas* (e também os assassinatos) de tais militantes, passando seis meses durante o ano de 1995 pesquisando documentos e arrumando arquivos (BENASSI, 2012). Neste ano, ao conceder uma entrevista à historiadora Marise Veríssimo, afirmou que priorizava as suas ações junto ao *Comitê* abrindo mão de outras coisas:

Eu preciso fazer móveis para o quarto, mas preciso ir a Belo Horizonte numa reunião. Vou para Belo Horizonte. Como não há dinheiro para as duas coisas, os móveis do quarto estão esperando até hoje. Nas férias eu posso ir a Lagoa da Conceição. Me enterro nos arquivos do DOPS, em Curitiba e São Paulo, lendo milhares de pastas empoeiradas buscando informações sobre meus companheiros. [...] (Derlei Catarina De Luca in: VERÍSSIMO 1998, p. 113)

A atuação desta militante junto ao *Comitê Catarinense*, pesquisando documentos e construindo arquivos para comprovar ao Ministério da Justiça, os casos de mortes e desaparecimentos de militantes de Santa Catarina, propiciou o contato com documentos ligados à sua própria trajetória, encontrados nos arquivos do DOPS do Paraná e de São Paulo. É possível que estes tenham ajudado a compor o seu pedido de indenização ao estado de São Paulo, em 2001.¹⁸⁶

Tais documentos também, juntamente com os seus escritos, foram fundamentais no processo de construção do seu texto autobiográfico, enriquecendo-o no sentido da busca pela “comprovação da verdade” através do próprio material produzido pela repressão, característico do seu *pacto autobiográfico*. Neste caso, foram anexados, ao final da sua obra, uma foto 3x4 encontrada por ela no arquivo do DOPS do Paraná, em 1995; um relatório com informações, encontrado em 1997 no arquivos do DOPS paulista, que trazia desde a sua prisão em Ibiúna, até a sua volta do exílio, em 1979,¹⁸⁷ dentre outros.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Quando a Lei 10.726, de 8 de janeiro de 2001, que indenizava pessoas que haviam sido presas e torturadas neste estado, inclusive aquelas que estavam vivas, foi aprovada, Derlei De Luca entrou com um pedido de indenização. De acordo com Benassi (2012), o *Comitê Catarinense* solicitou à OAB de Santa Catarina naquele ano que acompanhasse o andamento dos processos. Em 22 de outubro de 2004, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma lista de 50 pessoas a serem indenizadas naquele mês, dentre elas, Derlei. Como uma das exigências para o pedido de indenização era o relato dos requerentes, partes dos seus escritos autobiográficos, provavelmente, foram utilizados como prova testemunhal, bem como os documentos encontrados nos arquivos do DOPS do Paraná e de São Paulo, como provas documentais. Sobre a questão da reparação de perseguidos políticos durante a ditadura, ver Gonçalves (2009).

¹⁸⁷ Pode-se observar, neste documento, a data referente ao ano em que este foi encontrado, 1997, e um selo de autenticação com a data de 2 de fevereiro de 2001, período em que Derlei entrou com o pedido de indenização para o estado de São Paulo.

¹⁸⁸ A própria capa do livro é um documento da repressão produzido pelo DOPS, em São Paulo, a 15 de fevereiro de 1971, que contém informações sobre Derlei. Na primeira edição, o fundo é branco enquanto na segunda ele é amarelado.

Além disso, foram citados trechos de documentos em vários momentos ao longo da sua narrativa, compondo uma espécie de reconstrução cronológica dos passos da repressão no que se refere a diversas tentativas de ir ao seu encalço. Assim, paralelamente à sua trajetória, são citadas algumas medidas oficiais, a exemplo de mandados de prisão e pedidos de busca; e de artimanhas para tentar capturá-la, como um texto encontrado no arquivo do DOPS de Curitiba, segundo Derlei, escrito à mão, que informava um *ponto* em que ela compareceria no dia 18 de abril de 1972 e a sua respectiva senha. Também são trazidos, alguns documentos repressivos que continham informações sobre a AP, além de documentos sobre a sua prisão e a do seu marido.

Aos poucos, como um quebra-cabeça, e em períodos que sofreram várias interrupções, esta obra autobiográfica foi (re)organizada, sendo fruto de várias memórias ao longo de um grande espaço de tempo em que Derlei revisitou alguns escritos guardados sob a forma de diários e cartas com o intuito de aprimorar o trabalho de construção da sua narrativa autobiográfica ao mesmo tempo em que se reinventava a cada dia como militante ligada aos direitos dos homens e mulheres atingidos pela ditadura.

Foi nesta perspectiva que esta militante afirmou, na introdução do seu livro, a preocupação em não deixar que os mortos e desaparecidos políticos, morressem no esquecimento, cuidando, segundo ela, para que a luta continue através das diversas tarefas que se transformaram ao longo do tempo, mas que não estão desvinculadas do processo anterior. Seguindo tal objetivo, este livro, instrumento de manutenção e compartilhamento de memórias sobre os “tempos da repressão”, é uma obra sem fins lucrativos¹⁸⁹ que teve mais de uma edição organizada por pessoas, órgãos e instituições que acreditaram nesta proposta, a exemplo da Câmara Municipal de Criciúma, do Colégio Marista, onde Derlei trabalhava, e do médico Paulo Joaquim Alves, que apoiaram a primeira edição. Na segunda edição, do mesmo ano, por sua vez, a impressão foi realizada pelo governo do estado de Santa Catarina sendo o lançamento divulgado em jornais locais, a exemplo do *A notícia*,¹⁹⁰ de Joinville. Em 2011,

¹⁸⁹ Derlei afirmou que o livro não é vendido em livraria, geralmente é doado quando ela dá alguma palestra ou quando alguém se interessa sobre o assunto e que poucas pessoas compraram. Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 29 out. 2014. Cabe salientar que nos primeiros contatos mantidos com Derlei, ela enviou a segunda edição da sua autobiografia juntamente com o livro da jornalista Louise Benassi, como foi mencionado anteriormente. A primeira edição, por sua vez, foi adquirida num sebo pela internet. Tal exemplar, de segunda mão, tem uma dedicatória da autora aos antigos donos, que, provavelmente, também militaram na esquerda durante a ditadura.

¹⁹⁰ No dia 30 de março de 2003, por exemplo, em uma seção intitulada *Opinião*, o jornal falou de um evento sobre o Golpe que aconteceria na Universidade do Extremo Sul Catarinense no qual Derlei estaria presente lançando o seu livro.

foi noticiado que *No corpo e na alma* (2002) seria adaptado para o cinema através de um filme, cujo título seria *Vou voltar*.¹⁹¹

Trata-se de uma obra que a militante dedicou ao seu filho, José Paulo, composta por 333 páginas, divididas em doze capítulos, em que é narrada a sua trajetória como militante da Ação Popular do dia em que entrou para a clandestinidade até a sua saída do Brasil e parte do seu exílio, no Chile, incluindo a experiência na embaixada do Panamá após o golpe de setembro de 1973. A partir de então, em mais um capítulo, é apresentado ao leitor um diário escrito no período em que ficou no Panamá até seguir para Cuba. Tanto o diário quanto a trajetória apresentada pelo livro se encerram com a sua ida para este país, onde pôde recomeçar a sua vida. No final, são trazidos, em anexo, os documentos repressivos, como já foi mencionado, e algumas anedotas em um capítulo extra intitulado “Histórias de rir”.

Em meio a uma narrativa detalhada em que existe uma preocupação em reconstruir o seu cotidiano como militante de forma linear, mas realizando em determinados momentos alguns saltos cronológicos através de avanços e recuos no tempo, Derlei conta a sua trajetória articulando-a ao contexto político do Brasil no período da ditadura, em especial no que se refere às ações repressivas do Estado. Ao longo do texto, então, são denunciadas prisões, assassinatos e desaparecimentos de militantes companheiros da Ação Popular e das demais organizações de esquerda ao mesmo tempo em que certos eventos/períodos de intensa emoção, centrados nas suas experiências pessoais, são compartilhados com o leitor, trazendo em si a potencialidade de causar certa comoção.

Episódios como o da sua prisão e o afastamento forçado do seu filho, este último, uma passagem para uma narrativa calcada na dor, possuem uma forte carga emocional. Em contrapartida, não é somente nos acontecimentos tristes que esta autobiógrafa se concentra. Também são apresentadas ao leitor, de forma leve e até bem-humorada, as suas andanças e impressões acerca das cidades em que atuou, as relações com alguns companheiros de militância, as amizades que construiu ao longo deste período, o seu “encontro” com o amor, afinal, como observou Rosa (2013) a partir das reflexões de Foucault, “não é preciso ser triste para ser militante”.

Nesta complexa gama de emoções esboçadas por estas memórias, o lado humano, de identidades multifacetadas (militante, esposa, mãe, filha, amiga, companheira de luta), em seus dramas, alegrias, afinidades, antipatias, mágoas e gratidões se fazem presentes neste olhar retrospectivo, demonstrando também a marca do momento da rememoração e trazendo,

¹⁹¹ *História de Derlei poderá virar filme*. Lucas Lemos, *Canal Içara*, 23 out. 2011. Acesso 27 out. 2014.

acima de tudo, o lado humano da militância em suas virtudes, mas também em seus limites, apesar da autora acreditar em heróis.

O livro é iniciado com a sua entrada para a clandestinidade que, segundo ela, se deu em 13 de dezembro de 1968, na noite da decretação do AI-5. Apesar de ter tido uma participação intensa no movimento estudantil de Santa Catarina entre os anos de 1966 e 1968, Derlei trouxe pouco a respeito desta experiência¹⁹², destacando o momento do AI-5 por ser esta uma data emblemática para a memória do seu grupo, representando, para esta coletividade, o ponto de partida para um período extremamente violento.

Tal data, então, se apresenta como um *vestígio datado de memória*, fenômeno observado por Pollak (1992) quando este se referiu aos momentos que ficam gravados na memória como datas precisas de um acontecimento. Neste sentido, pode-se afirmar que mais dois outros marcos, de ordem individual e/ou coletiva, constituem esta autobiografia dando sentido a esta narrativa: a prisão de Derlei e o conseqüente processo de exposição à tortura, na noite de 23 de novembro de 1969 e o afastamento forçado do seu filho, no dia 18 de abril de 1972. A sua ida para o exílio também pode ser considerada um marco. No entanto, esta não é datada, existindo apenas a menção de que “devia ser véspera de São João. Na viagem de mais de 12 horas, dava pra e ver as fogueiras de festa junina. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 280).

É como se a sua trajetória como militante fosse apresentada nesta obra a partir de quatro pontos fundamentais que desencadearam processos vinculados aos seus respectivos marcos, todos perpassados, em maior ou menor grau, pela perseguição promovida pela ditadura: o mergulho na clandestinidade, em dezembro de 1968; o contato com os métodos violentos da repressão e fortalecimento da sua identidade de militante, em novembro de 1969; o descenso da militância, a partir de abril de 1972; e o recomeço frustrado no princípio do seu exílio, em junho de 1973.

O primeiro momento, o da entrada para a clandestinidade em função do AI-5, cena que abre a sua autobiografia, e que, segundo ela, resultou no abandono da universidade e na sua saída de Santa Catarina, é apresentado nos três primeiros capítulos, onde são lembradas, dentre outras questões, as suas atividades junto à organização até o momento da sua prisão, que se deu em São Paulo, na noite de 23 de novembro de 1969, quando foi capturada pela Polícia Militar e, posteriormente, levada para a Oban. O terceiro capítulo, então, se encerra com a transcrição de um documento da AP, sem data, cujo título é “Normas de comportamento em inquiridos e prisões”, onde são apresentadas treze regras, caso os

¹⁹² No primeiro capítulo, em alguns flashes de memória, Derlei traz algumas passagens ligadas ao movimento estudantil em meio à narrativa da entrada para a clandestinidade.

militantes fossem capturados no intuito de que a segurança da organização fosse garantida através do silêncio.

Com o evento da prisão, tem-se então, um novo marco nesta autobiografia, o da exposição de Derlei aos agentes da repressão, período narrado em dois capítulos: “A Operação Bandeirante” e “O DOPS”. Neles, são contados o cotidiano da prisão, os interrogatórios movidos, ou não, a torturas, o contato e a rede de solidariedade construída entre os presos, as atividades e conversas nas celas, além de serem identificadas algumas das pessoas com quem conviveu nestas situações. O capítulo que trata da sua estada na Oban pode ser considerado como o ápice desta narrativa no que se refere à denúncia dos métodos violentos, mencionados anteriormente pela autobiógrafa, mas aprofundados através do relato da sua própria experiência. É com esta perspectiva que o funcionamento da Operação Bandeirante é narrado pelas memórias de quem ficou por mais de um mês neste local, trazendo, sobretudo, os detalhes das torturas sofridas (apresentadas, ora pelo ponto de vista das técnicas empregadas, ora pela ênfase na ira dos torturadores) juntamente com as sensações provocadas (surpresa, dor, medo, serenidade diante de uma morte iminente e força encontrada no amor pela AP).

Além disso, são feitas descrições dos seus algozes, que tiveram as suas identidades e funções reveladas e os seus comportamentos analisados através de perfis psicológicos (um era cínico, outro desequilibrado mental, outro ambicioso, etc.) que os revela em sua complexidade: monstros em atitudes, mas, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, humanos.¹⁹³ Simultaneamente às denúncias, é trazida também a sua luta interior no sentido de resistir aos suplícios e se manter em silêncio. Tal questão, cujo olhar foi intermediado pelo momento em que se dá o trabalho de rememoração, apresenta o fortalecimento do seu sentimento de pertencimento a um grupo e, conseqüentemente, da sua identidade de militante. Assim, encerra o período que trata o seu encarceramento da seguinte forma: “Podem matar. Somos uma família. Não matarão jamais nossas idéias (*sic*) e elas renascerão em outros corações.” (DE LUCA, 2002, p. 137).

A partir da saída da prisão, a narrativa prossegue falando da sua militância reiniciada em Salvador, onde continuou a fazer o *trabalho interno*, convivendo, ao mesmo tempo, com as conseqüências físicas e psicológicas decorrentes da tortura. E é no sexto capítulo, o maior de todos, com cerca de cinquenta páginas, intitulado “Bahia de São Salvador”, que, através de uma narrativa leve, são apresentadas ao leitor as suas atividades políticas e os momentos de

¹⁹³ Esta questão será abordada mais adiante.

descontração em meio a uma cidade delineada a partir de uma visão romântica em que a paisagem (ladeiras, locais turísticos, praias, bairros que percorria), a “cultura local” (a culinária: cocada, acarajé, sarapatel; o carnaval; o terreiro de Amaralina) e o comportamento das pessoas (alegres, descontraídas) atraíram a curiosidade ao mesmo tempo em que cativaram esta sulista.¹⁹⁴ É como se a autobiógrafa, em vários momentos deste capítulo, tivesse aberto uma caixinha de onde saltassem boas lembranças deste período, mesmo reconhecendo que foi neste lugar que a angústia a “descobriu” (DE LUCA, 2002, p. 158).

É neste capítulo também que Derlei De Luca traz o seu relacionamento afetivo, que resultou no seu casamento e na sua gravidez, esta última ocorrendo em um período de *luta interna*, de aumento da repressão na Bahia e de consequentes *quedas* de integrantes da AP. Assim, traça um panorama de alguns acontecimentos que resultaram numa situação de perigo para ela, a exemplo da prisão de pessoas próximas, período em que descobriu que estava grávida e resolveu ter o bebê. É com esta questão: gravidez, proximidade da repressão e *luta interna* da AP que o capítulo se encerra, dando origem a outro, que trata, em especial, das suas impressões acerca das divergências internas da organização, do aperto do cerco da repressão que resultou no seu deslocamento para o Paraná, além de algumas questões de ordem pessoal, a exemplo da crise no seu casamento.

No capítulo intitulado “Norte do Paraná”, é abordada a prisão do seu marido e o afastamento forçado do seu filho, na cidade de Londrina, em abril de 1972. Trata-se de outro marco da sua narrativa, em que, a partir de então, é apresentada uma espécie de linha descendente da sua militância por questões de segurança, por causa do *racha* da Ação Popular, mas acima de tudo, pelo enfraquecimento da sua identidade de militante. Tem início, então, na sua autobiografia, uma narrativa tensa, pesada e com uma alta carga emocional em que é transmitido para o leitor todo um processo subjetivo regado a sofrimento e decepções, relacionado ao afastamento do filho, ao *racha* da AP e ao crescente farejar da repressão que resultaram na sua decisão pelo exílio. Nos capítulos que seguem, traz a sua fuga do Paraná; o seu “exílio” no Rio de Janeiro, lugar em que ficou vários meses sem ter notícias do filho, marido e da organização; a sua volta à Santa Catarina; bem como a sua fuga para São Paulo, onde, segundo ela, tomou conhecimento dos resultados do *racha* e decidiu dar um ponto final da sua militância na AP e ir para o exílio.

¹⁹⁴ Apesar disto, não se limita a narrar as qualidades da cidade, apresentando também alguns problemas, a exemplo dos deslizamentos de terra que deixaram várias famílias desabrigadas nas épocas de chuva.

Uma característica marcante dos capítulos que tratam deste período é o sentimento de gratidão da autora em relação às pessoas que a ajudaram nas situações difíceis pelas quais passou.¹⁹⁵ Se destacam, especialmente, Joana Lopes, a mulher a quem Derlei entregou o seu filho, o médico que a abrigou da repressão e a levou para o Rio de Janeiro, os advogados, Carlos Augusto Sucekind de Moraes Rego e Dirce Drack, os companheiros/amigos do movimento estudantil catarinense, vinculados ou não à AP, a sua família e amigos, alguns políticos locais, outros membros da Igreja Católica, companheiros da Ação Popular que tentavam naquele momento rearticular a organização, dentre outras pessoas.

Com a sua ida para o Chile, tem-se o último marco desta autobiografia, narrado nos dois últimos capítulos, sendo o último na forma de um diário. Estes se referem à possibilidade de um recomeço para a sua vida, assinalado, no entanto, pela frustração inicial decorrente do golpe no Chile. Tratam-se, então, de memórias que trazem um misto de descrença (no contexto político), esperança (de reencontrar e criar o filho) e frustração (mais um afastamento forçado da criança). Neste capítulo, o último baseado em suas memórias, a narrativa continua tensa, carregada de um tom sofrido que chama a atenção para a situação de insegurança no Chile de Salvador Allende, segundo ela, percebida desde a sua chegada, mas ignorada pela maioria dos brasileiros exilados, que festejavam o governo¹⁹⁶, o que pode indicar, de certa forma, a presença de um olhar anacrônico de quem, no momento da lembrança, já ciente do desenrolar dos acontecimentos, se concentrou em possíveis indícios de que o golpe aconteceria. Enfatiza também o seu estado físico e emocional fragilizado em função da distância do seu filho, algo ampliado, segundo ela, com o golpe em 11 de setembro de 1973, no mesmo dia em que a sua mãe havia levado a criança para que esta passasse a viver com ela. É apresentado, então, de forma rápida, o período que passou na Embaixada do Panamá, onde ficou refugiada por 46 dias seguindo para o Panamá, quando se encerra o capítulo. É aí que, para complementar a sua trajetória, Derlei traz um diário do período em que passou neste país. Neste ponto, as suas memórias são substituídas por palavras que buscavam traduzir as experiências e sentimentos vivenciados naquele momento, apresentando um pouco do seu cotidiano do dia 28 de outubro, data da sua chegada, até 20 de novembro, a sua ida para Cuba.

Entende-se, entretanto, que, no espaço deste livro, tal diário pode ser considerado também como uma narrativa autobiográfica no sentido em que compõe o olhar retrospectivo

¹⁹⁵ Esta é uma característica da sua obra como um todo, mas que fica mais evidente nesta parte do livro por ser este um período em que esteve em grandes apuros.

¹⁹⁶ Reconhece que os brasileiros achavam que a direita tentaria um golpe, mas, ao mesmo tempo, acreditavam que Allende resistiria junto com o povo (DE LUCA, 2002).

de Derlei De Luca num momento de (re)construção de um eu através de uma escrita que ordena determinados eventos com o intuito de dar sentido ao seu passado. Neste sentido, Lejeune (2014) afirma que um diário alterado algum tempo depois não é mais um diário, e sim uma autobiografia, pois foi modificado em função de um olhar “atual”. Assim, é possível que alguns trechos tenham sido suprimidos ou até mesmo alterados, por exemplo. No entanto, o que se busca aqui é pensar na forma como ele é apresentado, como uma possibilidade de refletir sobre o olhar que Derlei lança sobre o seu passado e (re) constrói a sua trajetória, que nestes escritos compartilhados se mostra como um complemento à narrativa do capítulo anterior, principalmente no que se refere à ênfase no seu estado físico e emocional fragilizado e a sua identidade de militante em pedaços.

Tal “diário”, além de trazer as suas impressões sobre a situação política do Panamá, em que afirma que as classes mais abastadas se manifestavam por não estarem de acordo com a presença dos refugiados políticos, também trata da saudade do filho, da solidão e a dispersão da grande maioria dos companheiros da AP que lá estavam, do tédio e da ausência de perspectivas em relação a reconstruir a sua vida em curto prazo, da necessidade de escrever para se manter lúcida e tentar superar os problemas, da dor da notícia da morte de Paulo Stuart Wright, companheiro da AP que a havia apoiado em várias ocasiões e do desejo de sobreviver para criar o seu filho e contar a sua história. Encerrando o “diário”, escreveu: “Vou para Cuba juntar meus pedaços e, quem sabe um dia, voltar ao Brasil.” (DE LUCA, 2002, p. 305-306). E, para finalizar, traz, rapidamente, as suas impressões acerca da experiência do exílio como um todo, afirmando ser “insuportável”, apesar de ser bem tratada pelas pessoas. Neste sentido, ressalta a saudade que a acompanhou, assim como a “certeza da volta” salientando que “só a força moral, recebida na infância, tornou possível manter a sanidade.” (DE LUCA, 2002, p. 306).

3.3.2. Rememorações (de mulheres) de uma *fração geracional*

Para além da rememoração das experiências como militante da Ação Popular, pode-se afirmar que a característica principal desta obra é a denúncia das perseguições promovidas pelo Estado brasileiro durante a ditadura, que resultaram em inúmeras situações de prisões e torturas, assim como em mortes e desaparecimentos.

No caso específico de Derlei, alguns momentos ficaram marcados na sua memória por causa de experiências traumáticas e/ou pela sua forte ligação com episódios que envolvem o seu grupo de pertença. Entretanto, ao longo da construção da sua escrita, rememorando as suas vivências como militante, esta autobiógrafa não se limitou a denunciar as perseguições e atrocidades cometidas pela ditadura. Trouxe também em sua narrativa outros elementos que indicam a complexidade deste relato, a exemplo de alguns aspectos ligados à solidificação da memória daqueles/as que integraram as organizações de esquerda durante a ditadura, demonstrando apreço por ter feito parte de uma *fração geracional* que, segundo ela, pagou muito caro pelo “ideal de liberdade” (DE LUCA, 2002, p. 22).¹⁹⁷

No interior desta coletividade, existe, dentre outros elementos, uma gama de personagens e eventos que constituem estas memórias dando sentido e fortalecendo estas identidades, amparados pelo compartilhamento destas experiências e por um *trabalho de enquadramento da memória* (POLLAK, 1992) feito por intelectuais que pesquisam estes acontecimentos e fornecem, direta ou indiretamente, dados que comprovam tais relatos. Assim, em se tratando de personagens que integram estes testemunhos, os torturadores, geralmente identificados por suas vítimas, são apresentados como aqueles que, para além de buscarem retirar as informações através da violência desmedida, buscaram também roubar a dignidade destas pessoas. Em contrapartida, pode-se verificar em alguns relatos, a menção à existência de heróis, trazida abertamente ou apresentada de forma implícita, em referência àqueles que resistiram às torturas “em silêncio” e aos que foram mortos nas mais diversas circunstâncias, esclarecidas ou não. Derlei De Luca (2002), por exemplo, ao mesmo tempo em que denuncia o desaparecimento de um companheiro, o define como um herói da pátria:

Magoa-me aquele fato. Duda [Eduardo Collier Filho] desapareceu no Rio junto com Fernando Santa Cruz, em 1974. Nunca mais se soube deles. São os desaparecidos que a anistia não pode contemplar. Heróis da história não escrita da Terra de Santa Cruz, finalmente Brasil. (DE LUCA, 2002, p. 66)

Além da existência destes personagens, nota-se também a referência a alguns períodos apresentados como mais ou menos propícios à atuação destes militantes de esquerda. Neste sentido, o ano de 1968 tem uma importância fundamental na memória coletiva por estar associado a um clima de contestação dos valores e instituições políticas, sociais, culturais. No caso brasileiro, para aquelas pessoas que integraram o movimento estudantil, ele é lembrado

¹⁹⁷ Neste caso, considera-se que Derlei faz parte de um grupo, o de militantes da esquerda que atuaram durante a ditadura, que abrange outra coletividade específica, o de militantes da Ação Popular.

como um ano em que as manifestações estudantis ultrapassavam a questão do ensino, trazendo em si o sentido de solidariedade e de luta por um mundo melhor. Assim, Derlei afirmou:

O ano de 1968 foi um ano muito especial que na verdade foi a culminação de tudo o que nós tínhamos preparado em 66 e em 67 e aconteceu então 1968. Não foi só em Santa Catarina, né? Foi no Brasil inteiro e no mundo inteiro. O ano de 1968 foi interessante por isso. Porque ele não se restringia à universidade. Os alunos não estavam preocupados em terminar o curso, em ganhar dinheiro, em ter uma boa casa. Ninguém pensava nisso. A maioria da minha geração pensava em melhorar o mundo. Nós queríamos era melhorar o mundo. Como é que ia melhorar o mundo é que a gente não sabia, né? A gente fazia como achava que podia ser e também tinha dois grandes ídolos na época, né, que era o Che Guevara e o Ho Chi Minh.¹⁹⁸

Catarina Meloni, por sua vez, afirma o seguinte:

A história de 68 foi um grito de juventude [...]. Foi um momento da história política do país em que manifestar-se era crime. As pessoas que participaram tiveram talvez a oportunidade de viver o maior momento social de sua vida, saindo em grandes manifestações, gritando em plena rua pela solidariedade internacional com outros povos, [...] denunciando o inchaço das grandes cidades pela falência do modelo agrário. Nós não estávamos indo às ruas para pleitear um bebedouro no corredor da escola, nem para tirar um professor ineficiente, nem para testar nossa capacidade de permanecer organizados. Não havia motivação econômica, nem parcial ou particular de uma escola ou um pequeno grupo. Os estudantes foram às ruas para manifestar-se politicamente. Éramos seres sociais agindo como sociedade. [...] (MELONI, 2009, p. 118-119).

Catarina Meloni chama a atenção para a proibição das manifestações pela ditadura brasileira, algo que, de acordo com a sua visão, não impediu que os estudantes se exprimissem politicamente e vivessem um momento importante em termos de integração social e manifestação política.

Em muitas destas memórias, uma data importante para estas mobilizações é a de 28 de março, quando o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi morto pela repressão em uma manifestação no Rio de Janeiro.¹⁹⁹ Em se tratando deste episódio, mesmo aquelas militantes que integraram o ME em outros estados, apontaram uma conexão com os estudantes da Guanabara no sentido de também protestarem contra tal violência cometida pela

¹⁹⁸ Depoimento à TV UFSC, 2010.

¹⁹⁹ Um livro de memórias que obedece a esta lógica da contestação versus opressão empreendida pela ditadura trazendo diversas mobilizações estudantis, centralizando-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, é *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura (1988). Dentre outros episódios, o assassinato de Edson Luís é narrado, assim como as mobilizações de estudantes, artistas, políticos, e outros segmentos sociais no sentido de protestarem contra a violência empreendida contra os estudantes.

repressão. Jô Moraes²⁰⁰, que atuou no movimento estudantil em João Pessoa, na Paraíba, ao iniciar a sua autobiografia, tocando na questão da militância, escolheu justamente o dia em que, em plena manifestação, ela e seus companheiros tiveram notícias da morte deste estudante.

Maria Lúcia Garcia²⁰¹, por sua vez, ao tratar da sua atuação junto ao ME mineiro no referido ano, destaca este episódio como sendo um momento de grande mobilização em Minas Gerais e em todo o Brasil. Já Derlei De Luca, ao conceder uma entrevista cujo tema central das perguntas era o ano de 1968, fez o seguinte balanço sobre a participação dos estudantes de Santa Catarina:

Para nós, o ano começou no dia 28 de março, por causa do assassinato do Edson Luís, no Rio de Janeiro, e durou até 13 de dezembro, quando foi instituído o AI-5. Um ano antes, em 1967, começamos a nos organizar. Estávamos conhecendo e discutindo a ditadura. [...] Na UFSC, os estudantes estavam contestando, como no resto do país, a questão dos excedentes. Na época não existia limite de vaga por curso. A pessoa fazia a prova, alcançava a nota e passava. Por causa disso, o curso ficava com excesso de estudantes. A gente se mobilizou para, logo no começo de 1968, lutar por mais vagas. Fizemos uma assembléia [*sic*] muito boa, com mais de cem pessoas. No Rio aconteceu o mesmo movimento. O caso do Edson Luís deu uma dimensão incrível para a mobilização. O exército entrou no restaurante e atirou no secundarista que não tinha nada a ver com a história. Aquele tiro bateu em todo mundo. Os estudantes do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis saíram de passeata na mesma tarde, assim que souberam do atentado.²⁰²

Apesar de trazerem em suas memórias a dimensão simbólica do ano de 1968, em que o episódio da morte do estudante secundarista foi um marco em termos de mobilização contra a ditadura²⁰³, algumas destas militantes, a exemplo de Derlei De Luca, Maria Lúcia Garcia e Catarina Meloni, não desprezam os anos de 1966 e 1967 como fundamentais para a (re)organização do movimento estudantil, apresentando a questão dos excedentes, por exemplo, como uma pauta que agregou muitos estudantes, além da manifestação de solidariedade à causa do povo do Vietnã.²⁰⁴

²⁰⁰ *Uma história para Érica* (2002).

²⁰¹ *Geração 60, geração esperança* (2003).

²⁰² Entrevista concedida ao jornal *Zero*, em abril de 2008.

²⁰³ De acordo com Brito (2008), o movimento estudantil construiu uma memória em torno de certas datas, dentre elas, o 28 de março, que passou a ser visto como um Dia Nacional de Lutas pela União dos estudantes nas últimas décadas do século XX.

²⁰⁴ Em uma entrevista concedida a Alexandro Antunes, que compõe a obra *Memória Viva: relatório I* (2012), Derlei afirma: “fico indignada quando falam que 68 no Brasil começou por causa da França. Já nos mobilizávamos desde fevereiro. Em março, aconteceram três passeatas em Florianópolis. Fizemos um acampamento na reitoria, o dia inteiro, por volta de três mil estudantes, não entrava nem saía ninguém da reitoria até que eles aceitassem nossas reivindicações. E entre os motivos da tomada da reitoria, estava a solidariedade ao povo do Vietnã.” (Derlei Catarina De Luca in: SOUZA; MENDONÇA; CÔRREA, 2012, p. 104).

No entanto, cabe ressaltar que, com a exceção de Catarina Meloni, tais memórias não apontam as divergências no interior do ME, algo que deve ser considerado, pois, as militantes anteriormente mencionadas faziam parte da Ação Popular, cuja intenção era a de se mobilizar com o objetivo de travar as lutas estudantis juntamente com os embates contra a ditadura em oposição a outras organizações, que entendiam que era preciso que os estudantes se concentrassem nas demandas estudantis. Neste sentido, estas são memórias que valorizam muito mais a integração do que a ruptura ou as diferenças.

Em sua autobiografia, Derlei traz a sua participação no movimento estudantil de forma rápida, em um dos seus recuos cronológicos, apresentando, no entanto, esta fase da sua vida de forma leve, permeada por amizades, ações políticas e momentos de descontração em um contexto local em que, segundo ela, a repressão não era tão violenta quanto em outras partes do país. Companheiros do ME são apresentados como amigos presentes em todas as situações de dificuldades, inclusive, naquelas que se deram posteriormente, já na situação de clandestinidade. Tal fase, rapidamente abordada, é trazida na obra com o intuito de informar o leitor sobre algumas ações dos estudantes catarinenses mencionando também as suas prisões no mês de outubro no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, e no dia 5 de dezembro, um dia antes da visita do então presidente Costa e Silva a Florianópolis, algo que, segundo ela, foi importante para a entrada na clandestinidade. Esta seria a fase relativamente “tranquila” da sua militância, finalizada na noite do AI-5, segundo as suas memórias. Neste caso, o marco referente ao “fim” do ano de 1968, para os estudantes, responsável pelo esvaziamento das suas movimentações (BRITO, 2008) e apontado por Derlei, é justamente o princípio da sua autobiografia, momento encarado como uma ruptura para a coletividade e para ela mesma.

O AI-5, em 13 de dezembro de 1968, como já foi mencionado, é uma data cuja ênfase remonta a uma espécie de passagem de uma fase de mobilizações para um período sombrio, de intensa perseguição política, que, de acordo com a visão de muitos/as militantes, não ofereceu outra opção a estas pessoas a não ser resistir por meio do mergulho na clandestinidade.²⁰⁵ No entanto, é preciso relativizar esta questão pensando em que medida experiências e memórias (coletivas e individuais) se aproximam e se afastam para que seja

²⁰⁵ No caso das pessoas que integraram organizações que realizavam ações armadas, Ridenti (2010) faz uma ressalva no que tange à ideia da adesão a este tipo de luta como única alternativa possível para os/as militantes de esquerda diante do golpe de 64 e do “golpe dentro do golpe” de 68. Esta versão, chamada de *visão do bloqueio institucional*, segundo ele, só revela parte da realidade, pois nem todos os militantes passaram a integrar as organizações armadas em função do estreitamento das possibilidades de atuação política. Neste caso, existiriam outras opções que não as de pegarem em armas. Um exemplo disso foi a Ação Popular, uma organização de esquerda, que se absteve das ações armadas na cidade, propondo uma *guerra popular prolongada*.

possível a compreensão de como o episódio do Ato Institucional nº 5 e as representações em torno dele se relacionam no que se refere à construção de um sentido em torno do início da vida clandestina relatado por estas mulheres.

Derlei De Luca, por exemplo, menciona no seu livro que a sua entrada para a clandestinidade estava planejada para março de 1969, quando se encerraria as suas atividades junto ao movimento estudantil, mas que com o AI-5, o seu deslocamento do ME foi antecipado, tendo início a sua vida clandestina. Por ser uma personagem atuante no meio estudantil catarinense, conseqüentemente, era conhecida pela repressão local. Este, inclusive, teria sido um dos motivos pelos quais foi presa no dia 5 de dezembro de 1968, para evitar que, juntamente com outros estudantes, realizasse “uma manifestação de repúdio” à presença do presidente Costa e Silva em Florianópolis. A partir desta prisão, ficou decidido pela AP, segundo ela, que, caso ocorresse algum tipo de endurecimento da ditadura, passaria imediatamente à clandestinidade. Dá a entender, então, que, apesar de já esperar algum tipo de movimentação repressiva, a sua vida transcorria “normalmente”, não sendo mencionado nenhum tipo de medida de segurança adotado por ela após a sua prisão. E mesmo apresentando uma distância entre os métodos utilizados pelos órgãos de repressão de Santa Catarina em relação aos do resto do país, o que, de certa forma, justificaria a continuidade das suas atividades corriqueiras sem passar por uma experiência de semiclandestinidade, por exemplo, o que chama a atenção no seu relato é a forma como o AI-5 é enfatizado justamente pela quebra desta normalidade da vida cotidiana, como um momento de ruptura e partida para a vida clandestina. Assim, a sua justificativa para esta passagem imediata à clandestinidade foi a questão da suspensão do “habeas corpus”, principalmente por ela ter sido presa e liberada poucos dias antes do AI-5: “apesar das prisões anteriores não terem tido maiores conseqüências, sabemos que desta vez é pra valer. Não haverá “habeas corpus”. Não sabemos exatamente como será. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 28).

Considera-se, então, que, apesar de contar com a possibilidade de alguma ação mais repressiva, Derlei prosseguia com a sua vida “normal”. Naquele momento, o AI-5, por trazer, em si, a extinção do “habeas corpus” representou um alerta indicando a probabilidade de ter maiores complicações com a justiça, caso fosse presa novamente. Neste sentido, a entrada para a clandestinidade teria sido uma medida preventiva para que pudesse continuar com as suas atividades junto à Ação Popular, só que não mais atuando no movimento estudantil. Anos depois, ao recordar este episódio, inicia a sua autobiografia com a seguinte frase: “13 de dezembro de 1968 foi minha primeira noite na clandestinidade.” (DE LUCA, 2002, p. 27). Após esta assertiva, principia a sua narrativa com uma cena em que papéis comprometedores

são queimados no Diretório Central dos Estudantes logo após a leitura do Ato ouvida pelo rádio, com a sua rápida passagem em casa para queimar seus diários e a chegada imediata do Exército à sua procura. Momento em que, auxiliada por amigos, conseguiu fugir, iniciando-se, assim, o seu período na clandestinidade, sendo deslocada, pouco tempo depois, para o Paraná. Mais do que uma simples fuga da repressão, esta cena é representada, então, como o início do seu mergulho na clandestinidade, uma consequência do AI-5.

Além de Derlei, outras militantes, a exemplo de Catarina Meloni, também enfatizam a data de 13 dezembro de 1968 como um momento de rompimento das suas vidas na legalidade, apresentando as suas prisões anteriores em função do movimento estudantil como um elemento que fez com que o AI-5 representasse um alerta. Sendo uma conhecida líder estudantil paulista, Catarina Meloni foi presa em setembro de 1968, ficando 33 dias na prisão. Por causa disso, não foi para o Congresso de Ibiúna, em outubro do mesmo ano. A partir de então, segundo ela, “a clandestinidade ia chegando aos poucos. Era como olhar para o topo de uma escada e estar nos primeiros degraus. Voltar para baixo não compensava, continuar subindo era assustador.” (MELONI, 2009, p. 41). Este relato indica que, ao contrário de Derlei De Luca, Catarina Meloni se preocupava em não se expor após a sua prisão nas ruas de São Paulo, pois era bastante conhecida no meio estudantil, sendo um alvo em potencial da repressão. Neste estado, a coação aos estudantes já havia se intensificado antes mesmo do AI-5. Assim, as medidas de segurança tomadas por Catarina são explicadas por esta conjuntura repressiva. No entanto, continuava na cidade, circulando de forma semi-clandestina, situação que mudou com o AI-5, quando passou a se resguardar ainda mais, sendo deslocada pela AP, no início de 1969, para o Paraná.

Anos depois, ao refletir sobre esta questão e buscar um sentido para os diversos acontecimentos que ocorreram na sua vida neste período²⁰⁶, apesar de reconhecer que viveu uma lenta passagem para a vida clandestina através de uma tentativa progressiva de não se expor, deixando de fazer visitas à família e de frequentar a universidade, Catarina Meloni associa a sua clandestinidade à data do AI-5, trazendo em suas recordações, a ideia de ruptura decorrente deste Ato:

Tornei-me clandestina no dia 13 de dezembro de 1968. E acho que nunca saí completamente dessa condição. Desde então tenho vivido modalidades diferentes de

²⁰⁶ Uma característica importante desta obra é a ausência de uma linearidade. Nela, as reflexões sobre o passado e sobre o “presente” se mesclam com algumas passagens narradas de forma “solta” pela autobiógrafa.

clandestinidade, segundo a etapa por que passo e as circunstâncias que me cercam. Clandestina dos outros e de mim mesma. [...] (MELONI, 2009, p. 69)²⁰⁷

Refletindo anteriormente sobre o AI-5, enfatiza que este “[...] impedia que gente como eu continuasse a seguir vida normal. [...] Entre 1964 e 1968 havíamos tido cerceamento de liberdades, mas nada que pudesse ser comparado ao que viria em seguida.” (MELONI, 2009, p. 65). Nota-se, neste trecho, a presença de um olhar retrospectivo carregado de informações sobre este passado que pode dar a ideia de uma prévia consciência acerca de um contexto violento que, no período em questão, ainda não tinha tomado as proporções que teria posteriormente.

Contradição ou atribuição de sentidos para este marco que é o 13 de dezembro de 1968? Esta última hipótese tem mais sustentação justamente por considerar o papel da subjetividade e da identidade de grupo como elementos fundamentais no processo de construção desta percepção em torno do AI-5. Como experiência, entende-se que, após este Ato, as suas medidas de segurança aumentaram. Mesmo não detalhando em sua autobiografia como se comportou no período anterior ao seu deslocamento para o Paraná, acredita-se que é provável que Catarina tenha vivido escondida sem poder circular nas ruas de São Paulo, cidade que tanto amava. Neste sentido, esta data representou para ela a clandestinidade enquanto isolamento, vinculada à ideia de rompimento com uma vida em que, mesmo de forma cuidadosa, ainda podia sair de casa e ser ela mesma: Catarina, sem precisar se esconder. É este incômodo do passado, e do presente, que salta das suas memórias. E é nesta perspectiva que o AI-5 como data emblemática é lembrado como experiência pessoal, e complementado pela memória do seu grupo como a passagem para um período extremamente violento.

Ainda tratando da perspectiva de pontos específicos ligados à memória deste grupo, nota-se em algumas destas autobiografias a referência à existência de uma “geração” (*geração 60, geração 68*), definida como altruísta. Estes são sentidos atualizados de um comportamento exigido pelas organizações de esquerda neste passado recordado. Assim, o que naquele momento era uma qualidade cobrada por estes agrupamentos, portanto uma construção social e histórica forjada a partir do que Reis Filho (1990) definiu como *o leque das virtudes*²⁰⁸, anos depois, ao ser rememorada, passou a ser apresentada como uma

²⁰⁷ Catarina Meloni afirma que a escrita desta autobiografia foi uma tentativa de romper esta “clandestinidade interior”, superando esta necessidade de silenciar sobre o assunto referente à sua militância.

²⁰⁸ De acordo com Reis Filho (1990), *o leque das virtudes* é uma série de qualidades que um militante de esquerda precisava ter, algo exigido pelas organizações a partir das suas ideias de como se daria a revolução. Iam desde a “abnegação”, “espírito de sacrifício”, “despojamento” até a “dedicação”, “disciplina”, “disponibilidade”.

qualidade espontânea e coletiva. Não é à toa que, em algumas destas obras,²⁰⁹ o incômodo destas militantes com a opressão e as injustiças sociais, por exemplo, é mencionado como algo que as acompanha desde a infância, demonstrando a atuação de uma *ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1998) que justifica as suas opções políticas como algo que não poderia ter sido diferente. No entanto, é preciso salientar que estas pessoas realmente acreditam no caráter altruísta desta *fração geracional* e sentem-se possuidoras desta virtude, algo reforçado pela identidade de grupo.

Pode-se verificar, então, que não só na autobiografia de Derlei De Luca, mas em outras obras desta natureza, escritas por mulheres militantes, existe uma referência, direta ou indireta, ao desprendimento de uma “geração” ou “juventude”, da qual elas se colocam como parte integrante, cuja principal característica é, segundo elas, o compromisso com a “justiça social” e com a luta contra a ditadura. Maria Lúcia Garcia, por exemplo, define como “geração 60” aquela que “[...] viveu, lutou, criou, chorou, sofreu, morreu e que ainda continua lutando por uma sociedade mais justa, mais igualitária em tempos tão conturbados no Brasil [...]” (GARCIA, 2003, p. 16).

Tais memórias trazem, inclusive, em determinados momentos, a presença da primeira pessoa do plural enfatizando a ligação destas militantes com o seu grupo no passado e no momento da rememoração. Nesta perspectiva, Derlei afirma: “Éramos jovens, estávamos dispostos a dar a vida pelo nosso país. Acreditávamos no nosso potencial e na capacidade de mudar o rumo dos acontecimentos.” (DE LUCA, 2002, p. 23)²¹⁰. Catarina Meloni também aponta esta conexão: “Com os olhos postos no futuro caminhamos de mãos dadas, coração batendo na boca. Íamos criar um novo país, com justiça social e liberdade. [...]” (MELONI, 2009, p. 13). Yara Falcon, por sua vez, informa quem era e o que queria esta “juventude”:

Éramos jovens de classe média, pequenos burgueses, que não se conformavam com tanta desigualdade social em nosso país no fim dos anos sessenta. Agregados nos vários partidos políticos de esquerda, queríamos a mesma coisa: implantar o socialismo no Brasil. (FALCON, 2007, p. 15).²¹¹

Palavras diferentes que, no fim das contas, indicam a exigência de uma entrega total dos militantes à causa da revolução.

²⁰⁹ Garcia (2003); Valadares (2005).

²¹⁰ Em entrevista à Marise da Silveira Veríssimo, Derlei fez uma reflexão semelhante, onde ressaltou o caráter altruísta da sua *fração geracional*: “A minha geração tinha sonhos grandiosos de fazer um país melhor para viver, de derrubar a ditadura. Não é nada parecido com a luta de hoje. Tudo era arriscado. [...] Sou fruto dessa geração que lutou sem pensar nos riscos e nos perigos, sem pretensão de enriquecer, graduar-se, ter uma vida confortável.” (DE LUCA in: VERÍSSIMO, 1998, p. 112).

²¹¹ De acordo com Ridenti (2010), nas organizações de esquerda existia uma diversidade de origens sociais dos militantes, a exemplo da classe operária, camponeses, estudantes secundaristas, profissionais, e donas de casa. Para Wolff (2007), tal multiplicidade contribuía para “apimentar” alguns conflitos, apesar destes serem ocultados pela justificativa da discussão ideológica e da segurança das organizações. Apesar desta historiadora tratar das

Apesar de algumas destas mulheres apontarem a multiplicidade existente neste grupo de opositores da ditadura civil-militar brasileira, principalmente em termos das várias concepções em torno de como se daria a realização dos seus projetos políticos, o que marca as suas memórias é a referência aos objetivos comuns e desventuras partilhadas, passando a impressão de certa homogeneidade tanto em termos de experiência quanto de memória. Isto se deve, principalmente, à reinvenção e fortalecimento das suas identidades de militantes com base nestes pontos, aglutinados no momento da rememoração a ser compartilhada socialmente, com o intuito de ressaltar o comprometimento deste grupo com a luta pela justiça social e, em contrapartida, denunciar a perseguição promovida pela ditadura.

3.3.3. Memórias divididas e Ação Popular

Para além destas similaridades resultantes de uma memória construída e compartilhada com base num discurso de solidariedade e de homogeneidade, nota-se também, em algumas destas autobiografias, a presença de fissuras em determinados pontos destas identidades de grupo e, conseqüentemente, a manifestação de divergências em relação a algumas questões deste passado.

Surge, então, espaço para análises retrospectivas que apontam uma visão crítica relativa a comportamentos adotados por companheiros de organização, por exemplo. Neste caso, Derlei De Luca descreve alguns militantes da AP de São Paulo, com quem conviveu, como “demasiadamente auto-suficientes” e “frios”, mencionando também a postura dogmática de outros, que pediam punição diante de qualquer pequena transgressão (DE LUCA, 2002).

Maria Lúcia Garcia (2003), por sua vez, apresenta, com sarcasmo, a sua impressão acerca de um dirigente nacional que, segundo ela, foi até o seu “barraco de tábuas” para discutir um documento que propunha a luta armada “para já”, algo que ela e o marido julgavam inapropriado por militarem junto à população e acreditarem que existia uma distância entre tal proposta e a realidade. De acordo com a militante, a sua posição criou “um

organizações armadas neste artigo, entende-se que esta ressalva também pode ser aplicada para a Ação Popular. Catarina Meloni traz esta questão ao ressaltar que nem todos os jovens desta “geração” eram da classe média urbana. Ela mesma “era alguém do povo. Família do interior, baixa ou nenhuma escolaridade. Tinha chegado à universidade por teimosia, esforço próprio, desacato, veledade, até, de colocar estudo acima de trabalho arrebatando os grilhões patriarcais da família italiana camponesa. [...]” (MELONI, 2009, p. 36). Derlei De Luca, por sua vez, também afirma que começou a trabalhar cedo.

clima de animosidade junto à direção da AP”. E completa: “[...] Naquela noite [o dirigente] lá pernoitou, com seu pijama impecável contrastando com o barraco miserável.” (GARCIA, 2003, p. 86). Já Catarina Meloni, conta que foi criticada por companheiros por querer se mudar de uma casa de madeira infestada por percevejos sendo acusada de estar se comportando como uma burguesa (MELONI, 2009).²¹²

Em alguns casos, atreladas a estas ressalvas estão também algumas memórias sobre a militância, apresentadas sob um olhar crítico que se amplia englobando os princípios/posturas adotados pela Ação Popular. Por exemplo, nota-se que Catarina Meloni e Derlei De Luca trazem tanto o incômodo quanto a necessidade de superação das dificuldades de adaptação a uma lógica que sobrepuja o coletivo ao individual e que cobrava dos/as militantes a obediência às determinações feitas pelo grupo mediante críticas e autocríticas. Catarina Meloni, ao refletir sobre esta questão, pondera: “[...] a vida que nos tínhamos imposto favorecia as manifestações do autoritarismo e obrigava a minimizar os problemas particulares de cada um. Só o coletivo valia a pena ser considerado. [...]”. (MELONI, 2009, p. 36). Derlei De Luca, por sua vez, menciona: “Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima de nossos interesses pessoais.” (DE LUCA, 2002, p. 36-37).

A prática da *crítica e da autocrítica*, de base maoísta (SANTANA, 2008), foi alvo de várias ressalvas feitas por Derlei, em sua obra, apresentando-a como distante da tradição e cultura brasileira, assim como outras orientações/práticas, segundo ela, “transplantadas da China mecanicamente” (DE LUCA, 2002, p. 205-206). Ao refletir sobre a sua militância, ela apresenta um olhar profundamente crítico em torno do maoísmo e dos maoístas, estes últimos apontados como sendo responsáveis por um processo de dogmatização que ocorreu no interior da Ação Popular, principalmente quando Derlei trata do período da *luta interna* que resultou no *racha* da organização. Em determinados momentos, o termo “maoísta” é tratado em tom pejorativo, indicando um comportamento ou visão autoritária deste grupo da AP.

Segundo Derlei, desde o período inicial da sua clandestinidade, não obstante a sua identificação com os projetos de revolução e o esforço para seguir as orientações, algumas posições tomadas pela Ação Popular a incomodavam, a exemplo do controle e interferência na vida afetiva dos militantes, o que resultou, inclusive, no rompimento de um relacionamento

²¹² Este tipo de olhar também é manifestado em autobiografias de mulheres que militaram em outras organizações, a exemplo de Yara Falcon. Esta militante, ao lembrar o início da sua clandestinidade, fala da casa luxuosa de um casal de companheiros da Polop que a abrigaram por um tempo em São Paulo, mas que, em determinado momento, resolveram não mais alimentá-la, tendo ela que recorrer à solidariedade das domésticas que lá trabalhavam (FALCON, 2007).

de dois anos por causa das tarefas que ela passou a executar durante a *integração na produção*. Por seu namorado (da época) pertencer ao movimento estudantil possuindo uma atuação diferente da sua, foi ordenado o término da relação em função da ênfase na “compartimentação de dados”. Segundo ela, ao desobedecer as ordens da organização e se encontrar às escondidas com o rapaz, no início de 1969, quando estava no Paraná, foi advertida após ter o seu encontro flagrado por um companheiro da direção.

Mais adiante, quando foi deslocada para São Paulo, esta “indisciplina” foi comunicada e a militante passou a ser estigmatizada por isto. No entanto, afirma que embora sendo informados do seu comportamento “indisciplinado”, alguns companheiros/as, a exemplo de Eduardo Collier Filho, conseguiram enxergá-la para além desta marca: “O relacionamento em casa é frio, algumas pessoas parecem demasiado auto-suficientes (e eram). [...] Por isso me liguei a Eduardo Collier. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 65). Salienta que, neste contexto,

Alguns esqueciam de ser gente, de serem humanos. Faziam reuniões, marcavam encontros para analisar um simples namoro. Qualquer relacionamento afetivo era analisado politicamente. A tristeza era considerada desvio ideológico. A linha maoísta ganhou força, arrebatando com a nossa individualidade confundida com individualismo. (DE LUCA, 2002, p. 67)

É justamente a esta “linha maoísta”, pertencente à direção nacional, mas também, segundo ela, presente nas bases, que é atribuída uma crescente postura dogmática da organização, além do desenrolar do processo de *luta interna* que resultou no *racha* da AP, em 1973: “Os maoístas dogmáticos – os nossos - fizeram uma verdadeira revolução na AP que levou a Organização construída com carinho, com sacrifício, desde 1962, à destruição.” (DE LUCA, 2002, p. 204). Em meio a uma memória afetiva, que aponta a sua identificação com uma Ação Popular caracterizada, segundo a autobiógrafa, pela busca por uma tentativa de aproximação com as massas enfatizando, assim, a importância da organização na luta contra a ditadura, faz uma crítica a uma “outra” AP “transformada” pela *luta interna* travada pelos dirigentes em torno de questões teóricas que, segundo ela, paralisavam as ações junto ao povo em um contexto no qual a ditadura se fortificava:

Éramos antes de tudo ativistas. Dispostos à luta, mas despreparados teoricamente. Estudávamos o suficiente para saber conduzir o momento e a luta presente. Não se perdia tempo com discussões teóricas. Quando chegaram os dogmáticos maoístas com o Livrinho Vermelho na mão e na cabeça, nos perdemos. Com amor, trabalho, fidelidade os militantes haviam construído a Ação Popular que parte da direção nacional teve a capacidade de destruir, travando uma luta interna perniciososa, destrutiva, estúpida, enquanto o inimigo se fortalecia e era naquele momento hegemônico. (DE LUCA, 2002, p. 205).

A sua mágoa é direcionada, em especial, a alguns membros da direção nacional, que, segundo ela, dominaram “completamente nosso Partido” (DE LUCA, 2002, p. 207) colocando, inclusive, apenas pessoas de confiança, também maoístas, em postos-chave da organização. Ainda segundo Derlei, tais dirigentes foram sendo mistificados, se tornando “monstros sagrados, intocáveis. Acima do bem e do mal, acima de qualquer questionamento.” (DE LUCA, 2002, p. 208) enquanto os militantes em precárias condições psicológicas eram tratados como se estivessem com desvio ideológico. Neste clima de disputas internas que acabaram envolvendo os diversos segmentos da organização, a AP foi conduzida ao “caos”, imersa em preocupações teóricas, enquanto se afastava das massas, segundo ela, a principal característica e qualidade da organização até aquele momento.

Observa-se que algumas práticas da AP que eram características das organizações de esquerda daquele momento são apontadas por Derlei como próprias do “dogmatismo dos maoístas”. Neste caso, tais manifestações, das preocupações teóricas dos dirigentes, passando pela mistificação destes, até a tentativa de controle da vida dos militantes, apresentados por ela como sintomas de uma crescente interferência e controle deste grupo no interior da Ação Popular, foram apontadas por Reis Filho (1990) como uma lógica presente na dinâmica destas organizações:

Enquanto os mitos e postulados mobilizam sobretudo os quadros dirigentes, empenhados na formulação de teses e na fixação da “linha política”, a estratégia da tensão máxima ativará principalmente quadros e militantes dos níveis inferiores, através dos seguintes mecanismos: o complexo da dívida; o leque das virtudes; o massacre das tarefas; a celebração da autoridade; a ambivalência das orientações; e a síndrome da traição. (REIS FILHO, 1990, p. 118)

A Ação Popular, que há algum tempo havia se tornado marxista, naquele início da década de 70, passava pela sua segunda experiência de *luta interna*. A diferença para Derlei, segundo ela, é que, em 1968, quando ocorreu a primeira cisão, ela e outros companheiros catarinenses resolveram acatar a orientação da Direção Nacional e expulsar o grupo que discordava do maoísmo por estarem mais voltados para as lutas estudantis: “Em 1968 estávamos muito mais preocupados com questões práticas do que teóricas.” (DE LUCA, 2002, p. 203). Na segunda *luta interna*, porém, os debates envolveram toda a organização, que se dividiu a partir das divergências surgidas na direção em função das discussões que se

preocupavam, sobretudo, com a “questão do partido”, algo que segundo ela, soava “à esquizofrenia, de tão fora da realidade do momento.” (DE LUCA, 2002, p. 211).²¹³

A partir destas afirmações, nota-se, o desinteresse desta militante pelas questões teóricas que circundavam a *luta interna* e, mais do que isso, a ênfase na necessidade de uma ação junto às massas como uma característica deste olhar retrospectivo. A experiência de Derlei junto aos mineiros catarinenses antes mesmo da sua entrada para a AP,²¹⁴ a sua atuação no movimento estudantil de Santa Catarina ao mesmo tempo em que realizava atividades vinculadas à JUC alfabetizando operários²¹⁵, a sua *integração na produção*, em Curitiba, onde conviveu com a realidade operária,²¹⁶ indicam uma formação/atuação voltada para as massas, algo que fazia com que se identificasse com a AP. É neste sentido que demonstra este incômodo em relação à intensificação das discussões teóricas, pois, para ela, estas passaram a se colocar entre os militantes e as ações junto ao povo, o que descaracterizou a organização à qual ela fazia parte.

Além disso, esta militante que afirma ser uma das poucas católicas a permanecer na organização como tal (DE LUCA, 2002, p. 201), mencionou também em uma entrevista²¹⁷ que na época em que militava na Ação Popular não conhecia muito sobre o marxismo, apesar de ter lido alguns livros sobre o tema. Segundo ela, naquele momento, não tinha tempo de estudar, voltando-se muito mais para as atividades da militância que não envolviam discussões teóricas, tendo estudado e aprendido o marxismo quando estava no exílio, em Cuba.²¹⁸ Isto também pode indicar um dos motivos pelos quais Derlei afirma que nos seus últimos meses de gravidez, que coincidiu com uma crise no casamento e com a *luta interna*,

²¹³ Como já foi observado, a segunda *luta interna* da AP se deu em torno de algumas questões, a exemplo das características da sociedade brasileira, do caráter da revolução, além do problema da “fundação” ou “reorganização” do partido operário no Brasil, esta última ficando conhecida como “a questão do partido”. Aqueles/as que defendiam a tese da reorganização do PC do B consideravam também a incorporação da AP a este último, por considerá-lo o partido mais antigo da classe operária brasileira, a quem caberia dirigir a revolução. Como nem todos/as concordavam, com o passar do tempo, ocorreu um aguçamento das divergências que culminou no *racha* da organização, em 1973, quando houve a incorporação de alguns militantes ao PC do B e a tentativa de outro grupo em reorganizar a APML, sigla que havia sido adotada em 1971. Outras pessoas, por sua vez, resolveram não prosseguir com a militância.

²¹⁴ Souza; Mendonça; Côrrea (2012).

²¹⁵ Veríssimo (1998).

²¹⁶ De Luca (2002).

²¹⁷ Souza; Mendonça; Côrrea, Op. Cit.

²¹⁸ Cabe ressaltar que, em sua autobiografia, ela afirma que, no ano de 1967, quando atuava no movimento estudantil, participava de grupos de estudo organizados pela AP, que se ocupavam de textos marxistas e documentos da organização. Faz referência semelhante aos primeiros dias que passou em Curitiba, em 1969, onde os companheiros afirmaram que ela tinha uma “deficiência teórica compensada pelo ativismo” (DE LUCA, 2002, p. 39). Neste período, havia uma preocupação da organização para com a preparação teórica dos/as militantes. Acredita-se, então, que após a imersão de Derlei na clandestinidade, diante do aumento da repressão e com a atenção da AP voltada para a montagem da *guerra popular prolongada*, ela não teve tempo de superar estes limites teóricos por estar ocupada com outras tarefas, definidas como mais urgentes.

ela estava “pouco interessada em saber qual é o partido da classe operária no Brasil.” (DE LUCA, 2002, p. 220).

Outra questão a ser considerada é a que a manifestação de tais divergências nestas memórias esteja ligada a algumas situações de exposição ao perigo e/ou dificuldades vivenciadas por esta militante no contexto de crise da organização, nas quais atribui uma postura negligente da AP no que tange à prestação de algum auxílio. Assim, ao mesmo tempo em que estas situações podem ter acionado/aprofundado algumas ressalvas no período da experiência, serviram, no momento da escrita, como instrumento de demonstração da distância, que segundo ela, a AP manteve em relação “aos seus militantes” no período da *luta interna*. O episódio em que ficou isolada no Rio de Janeiro, em 1972, mesmo tendo mandado notícias do seu paradeiro para membros da Ação Popular é uma delas. Quanto a isto ela afirma:

A luta interna tinha dividido a organização em dois grupos e um não passava informações ao outro. Além disso, havia a ideia generalizada de que “ela se vira”, ela tem “muita iniciativa”. Fiquei uma fera quando soube destes argumentos. [...] (DE LUCA, 2002, p. 249).

Outro episódio, ocorrido após o *racha* da organização, também está permeado por mágoas e costuma aparecer nas memórias desta militante com frequência, para além do espaço da autobiografia²¹⁹: trata-se de um convite feito por um membro da direção da AP, já integrado ao PC do B, que, em 1973, segundo ela, lhe fez um convite para ir para a região do Araguaia, onde já havia se iniciado a guerrilha, num momento em que Derlei estava sendo caçada pela repressão e era um perigo em potencial por ter acumulado informações importantes ao longo da sua função como secretária da AP. Este convite, que para grande parte dos militantes do PC do B, oriundos ou não da AP, significava uma honra²²⁰, para esta mulher, representou um agravo, dentre outros motivos, por ela não se identificar com o projeto do PC do B, algo que ficou marcado subjetivamente, sendo manifestado nas suas memórias acerca deste período.

Mas, não é só Derlei De Luca que apresenta este tipo de memória em relação à *luta interna* e ao *racha* da Ação Popular. Maria Lúcia Garcia também manifesta algumas mágoas e

²¹⁹ Entrevista concedida Marise da Silveira Veríssimo (1998); Entrevista concedida a Paula Salvador, estudante de Jornalismo da UFSC, jun de 2012; *Comissão da Verdade*, set. 2014.

²²⁰ Em um relato à série *Mulheres em luta* (2014), Rioco Kayano, militante da AP/PC do B, presa em 1972 quando estava a caminho do Araguaia, afirmou que ser convidado/a para integrar a guerrilha era considerado para os/as militantes uma honra, dificilmente alguém recusava. Loreta Valadares, por sua vez, em entrevista a Muniz Ferreira e Sandra Souza, mencionou que algumas pessoas da AP estavam tentando ir para o Araguaia. *Especial Loreta Valadares. Revista Dialética*, v. 3, n. 3, junh. 2012.

discordâncias em relação a esta questão. Esta militante, assim como Derlei, sentiu na pele a crise instalada na organização, no início da década de 70. Além de discordar de algumas ideias dos membros da direção que defendiam a integração ao PC do B, passou por situações de exposição demorando a ser ajudada pela AP. Neste sentido, também mostra ressalvas em relação a este grupo específico²²¹, além de afirmar a existência de um afastamento da Direção Nacional no que se refere à realidade dos militantes de base. Porém, a sua maior divergência está ligada à incorporação da Ação Popular ao PC do B, levando, segundo ela, toda a infraestrutura, o que permitiu, segundo esta visão, a sua desarticulação pela ditadura: “A AP praticamente se desmantelara, com grande parte dos companheiros presos ou mortos. A Direção Nacional se debandou quase toda para o PC do B e perdeu-se todo contato. Os que não quiseram acompanhá-los ficaram isolados. [...]” (GARCIA, 2003, p. 92-93).

Catarina Meloni, por sua vez, não trata esta questão de forma tão direta, mas menciona o clima de crescente desentendimento e intolerância que se fazia presente na organização no referido período:

O país vivia sem democracia, e nós também não éramos democráticos nem tolerantes. Os grupos que insistiam em manter suas dúvidas e críticas muitas vezes eram acusados de querer promover o divisionismo interno ou querer fugir da luta. Quem criticava era taxado de particularista, incapaz de enxergar o país como um todo. (MELONI, 2009, p. 201)

Derlei De Luca, que nutre certa mágoa em relação ao “grupo ligado ao maoísmo” naquela época, apresenta desde o início das suas recordações um olhar crítico, apontando-os como controladores e intolerantes. Maria Lúcia Garcia também faz as suas ressalvas ao lembrar o período da *luta interna*. Já Catarina Meloni, que não demonstra insatisfação em relação a nenhum grupo específico dentro da Ação Popular, se coloca num lugar de intolerância juntamente com outros membros da organização.

Ao se verificar as memórias de Loreta Valadares, militante da AP que ingressou no PC do B, e nele continuava no momento da sua escrita autobiográfica, nota-se que esta questão não se fixa na *luta interna* e no *racha* da AP, trazendo a sua incorporação ao PC do B como um percurso pessoal e coletivo, colocando-o muito mais como um processo de identificação com este partido do que como um período e/ou um acontecimento atrelados a um intenso conflito, como foi enfatizado por Derlei De Luca, por exemplo. Quanto a este ponto, em sua autobiografia, Loreta se limita a mencionar: “Em 72 a AP intensifica o processo de aproximação com o PC do B, iniciado há algum tempo, terminando por incorporar-se a este

²²¹ Maria Lúcia não se refere a estas pessoas como “maoístas”, como Derlei faz.

partido no ano seguinte. Nós [ela e o marido] participamos deste processo e ingressamos no PC do B.[...]” (VALADARES, 2005, p. 120).²²²

Em uma entrevista concedida a Muniz Ferreira e Sandra Souza, em 1999 (publicada em 2012)²²³, antes da escrita da sua autobiografia, Loreta Valadares abordou esta questão de forma semelhante apresentando as divergências internas a partir de pontos de vistas teóricos diferentes, e a decisão de se unir ao PC do B como uma decorrência de ações conjuntas e aproximações teóricas. Também não focou nos desentendimentos, apesar de mencionar a existência de outra vertente no interior da AP. Neste sentido, Loreta traz uma visão semelhante à de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), dirigentes da AP que participaram deste processo de aproximação e integração ao PC do B.

Em seu livro de memórias *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*, estes militantes detalham, a partir do seu ponto de vista, as divergências teóricas, inclusive a “questão do Partido” que, segundo eles, se tornou um “ponto nevrálgico de toda a última luta interna da organização, divisor de águas na hora das decisões.” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 121), trazendo a incorporação ao PC do B como fruto de um processo pelo qual a AP teve que enfrentar em função de questões objetivas (o avanço da ditadura) e subjetivas, mas que já se mostrava (para eles) o mais coerente desde 1969, pois naquele momento já acreditavam que o PC do B era

o velho partido da classe operária brasileira, reorganizado, com quem a AP considerava ter unidade ideológica e política fundamental, então não restaria outra opção coerente para a AP senão propor sua incorporação ao PC do Brasil. Mas isso evidentemente punha um fim à existência autônoma da AP como organização política, e este é o limite da conseqüência (*sic*) revolucionária de uma organização pequeno-burguesa, como de fato a Ação Popular ainda era. Por todo o raciocínio político que a AP vinha fazendo, o PC do Brasil terminara sendo reconhecido como um partido da classe operária brasileira, a quem, em tese, caberia a direção da revolução. Mas daí ao reconhecimento explícito desse papel dirigente e às medidas práticas que expressassem esse reconhecimento ia toda uma fase de aprendizado e amadurecimento pela qual a Ação Popular teria ainda que passar. (LIMA; ARANTES, 1984, p. 127-128)

Com uma abordagem focada nas discussões existentes no interior da AP, trazendo também a violência da ditadura, estes dirigentes, cuja tarefa principal no início da década de 70, era pensar as questões teóricas atrelando-as à prática, focam nas suas posições apontando

²²² Há que se considerar que Loreta Valadares morreu antes de finalizar a escrita da sua autobiografia, não chegando a tratar do período referente à sua clandestinidade, entre 1970 e 1972, em Recife, Pernambuco. Este capítulo foi, então, escrito de forma rápida, por um companheiro que conviveu com ela nestes anos. Neste caso, justamente o período da *luta interna* é aquele cuja lacuna se apresenta nesta autobiografia.

²²³ Especial Loreta Valadares. *Revista Dialética*, v. 3, n. 3, junh. 2012.

o *racha* como uma consequência de uma decisão lógica em prol de um melhor desencadeamento da revolução, uma continuidade da luta. Compreende-se, então, que onde Derlei De Luca e Maria Lúcia Garcia enxergaram/sentiram a desintegração e a ruptura da AP, Loreta Valadares, assim como Haroldo Lima e Aldo Arantes, enxergaram/sentiram um passo para a continuidade dos seus projetos políticos. Diante disto, pode-se afirmar que, entre experiências, identidades e subjetividades, o que se destaca, e resulta em uma divisão ou interseção destas memórias, é o sentido construído por estes/as militantes em torno da *luta interna* e do *racha* da AP.

Estes exemplos mostram como experiência e memória se entrelaçam e estão permeados por uma subjetividade que busca um sentido para estas trajetórias, individuais e/ou coletivas, neste caso, uma explicação, consciente ou inconsciente, para a permanência ou o afastamento destas mulheres em relação à militância. De acordo com Derlei De Luca e Maria Lúcia Garcia, o processo de *luta interna* e o *racha*, dentre outras motivações, tiveram um grande peso nas suas decisões de deixarem a organização. Loreta Valadares, por sua vez, apresenta esta fase como uma continuidade da sua luta, posteriormente ao lado do PC do B. Isto explica as diferentes formas com que estas mulheres se lembraram e se posicionaram acerca das suas vivências assim como demonstra as fissuras existentes no interior de um grupo aparentemente coeso. Assim, não só por meio dos *pontos de solidificação* se apresentam estas memórias, mas também através de fragmentações, sendo pertinente, nestes últimos casos, pensá-las também a partir da ótica da *memória dividida* (PORTELLI, 1996)²²⁴ no sentido da existência de outra memória além daquela construída por dirigentes/militantes que se incorporaram ao PC do B.

Em alguns destes relatos, como o de Derlei De Luca e Maria Lúcia Garcia, pode-se perceber a manifestação de (re)sentimentos que, de forma sutil, se mostram por meio do sarcasmo, da caricatura, dentre outros elementos presentes nestas escritas. Para estas mulheres, a AP foi destruída pelos dirigentes que se incorporaram ao PC do B. Isto gerou certa mágoa. Mais especificamente no caso de Derlei, uma entrevista à revista *Rogate*, em março de 2003, pode esclarecer esta questão. Ao ser indagada sobre a questão do ódio, que aparece algumas vezes na sua autobiografia, refletiu:

²²⁴ De acordo com Portelli (1996), este fenômeno foi observado por Giovanni Contini em memórias relativas ao massacre ocorrido na cidade de Civitella Val di Chiana, na Itália, em junho de 1944, onde alemães mataram 115 moradores desta localidade em resposta ao assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência alguns dias antes. Contini observou que, se por um lado, existe uma memória “oficial” que comemora este acontecimento como um episódio da Resistência apresentando as vítimas como mártires, em contrapartida, há outra memória construída e preservada por sobreviventes e parentes de vítimas que, além de negar qualquer ligação com a Resistência, culpa os seus membros pela retaliação alemã. Portelli, por sua vez, aponta o caráter múltiplo e fragmentado das memórias divididas, mediadas culturalmente e ideologicamente.

Teve um momento na minha vida em que eu tinha perdido tudo. A Ação Popular estava desestruturada, eu tinha passado pela cadeia, alguns dirigentes abandonando a Ação Popular e indo para o PC do B, o meu marido me abandonando, eu não sabia onde estava o meu filho. Tudo aquilo em que acreditava estava desmoronando. Eu tinha poucas opções. Ou caía na depressão, ou me matava; tinha que me “alimentar” de alguma maneira. E eu me alimentei pela raiva! [...] Até hoje esta é uma questão difícil pra mim, e bem pessoal. Fiz tratamento psiquiátrico. Tinha muita dificuldade em perdoar, principalmente de ter sido abandonada pelos meus companheiros. Era mais fácil perdoar os meus torturadores, que era meus inimigos, do que os meus companheiros. Alguns diziam que eu deveria ir para Cuba, a fim de morrer tranquila, já que não teria mais alternativa de vida. Há dois anos e meio que eu estava com hemorragias, decorrentes da tortura. Eu era considerada uma companheira que estava destruída e ia morrer mesmo. Porém, disse que não ia morrer.²²⁵

Nesta fala, Derlei, além de tocar na questão do *racha* da AP, faz referência a alguns companheiros que, já no exílio, no Panamá, não mais se comportavam de maneira coesa, tendo um deles sugerido que ela fosse morrer tranquilamente em Cuba, já que estava em condições precárias de saúde (DE LUCA, 2002). No entanto, o que chama a atenção neste trecho da entrevista, é a reflexão sobre a questão do ressentimento, traduzido em raiva, decorrente da sensação de abandono, que, ao seu ver, se apresentou como uma alternativa de resistência, de busca pela sobrevivência naquele momento em que tinha perdido as suas referências. Afirma, ao mesmo tempo, a dificuldade de lidar com este sentimento, que se concentrava em relação aos seus antigos companheiros de organização, tendo recorrido ao tratamento psiquiátrico em busca da superação dos seus problemas emocionais, dentre eles, a mágoa. No entanto, acredita-se que esta tentativa não tenha chegado ao fim, algo que explica as pequenas mostras de ressentimento atreladas à questão do *racha*, mas também vinculadas ao trauma decorrente das torturas, encontradas em seus relatos.

Cabe ressaltar que Derlei, de formação católica, defende o perdão e enxerga o ressentimento como algo mesquinho, que deve ser vencido, inclusive, para que se tenha paz interior. É neste sentido, que afirma ter perdoado os seus torturadores, uma visão diferente de alguns companheiros que, assim como ela, integravam o *Comitê Catarinense Pró-Memória de Mortos e Desaparecidos Políticos* (BENASSI, 2012). Neste caso, Monica Grin (2012) chama a atenção para o ressentimento enquanto virtude moral, direito que as vítimas exercem não concedendo o perdão aos perpetradores de violências. Em contrapartida, é necessário considerar/respeitar também o direito dos atingidos em perdoar os seus algozes ou pelo menos não assumir publicamente o ressentimento que carregam, pois este é um sentimento socialmente condenado, seja por um viés cristão e/ou moral. Considera-se também a

²²⁵ Entrevista concedida à revista *Rogate*, nº 210, p. 6, mar. 2003.

manipulação desta questão pelos próprios militares após a Anistia, que acusaram de revanchistas todos aqueles que buscaram justiça para os crimes cometidos pela ditadura.

No entanto, defendendo ou não o perdão, estas pessoas compartilham da ideia de que é impossível esquecer. E mais que isso, é preciso lembrar sempre. Não seria, então, esta volta incessante ao passado e às sensações por ele suscitadas uma forma de (res)sentir o mal sofrido? Não como um desejo de vingança, nem como um comportamento moralmente inferior, emocionalmente maléfico ou paralisante da vida, mas como um mecanismo de fortalecimento destas identidades na busca por justiça? Afinal, como bem observa Ansart (2004), os ressentimentos coletivos podem suscitar fusões emocionais, viabilizando uma solidariedade no interior dos grupos, sendo necessário, ao analisá-los, considerar também a forma como estes se manifestam. Nestes casos, considera-se que o ressentimento em relação aos *defensores da ditadura* (CARDOSO, 2012) se manifesta através do desprezo pelos algozes, na luta contra o esquecimento dos crimes cometidos e na busca por justiça, algo que pode ser encarado, pelos/as historiadores/as, como manifestações subjetivas que ajudam a construir estas memórias e versões, de forma individual e coletiva:

Se somos vítimas de indivíduos que nos prejudicam e ferem nossas liberdades, experimentamos e estimamos que estes indivíduos sejam malévolos, enquanto nós seríamos bons. As forças que me são hostis são nefastas e perversas, enquanto eu próprio sou justo e inocente do mal que me é feito. Portanto, os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações (“as explosões de sentimento”, como diz Nietzsche) podem ser gratificantes. O ódio recalçado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo. [...] (ANSART, 2004, p. 21-22).

É preciso compreender, então, o caráter humano do ressentimento, e mais do que isso, a característica social, que ampara identidades e, nestes casos, constroem memórias que se manifestam contra a impunidade. É através deste ressentimento, atrelado ao trauma decorrente das violências sofridas, que as fissuras existentes na memória deste grupo, são superadas, permitindo que essas mulheres que pertenciam à Ação Popular (e a outras organizações) e que possuem lembranças que divergem pelos diversos motivos, compartilhem a sua dor em relação às suas perdas e aos sofrimentos que vivenciaram. Assim, as divergências em relação à trajetória da AP se tornam ínfimas diante dos laços fortalecidos pelo sentimento de solidariedade, de pertencimento a um grupo que sofreu os mais diversos tipos de perseguição e pela necessidade de denúncia das atrocidades vivenciadas.

3.4. TANTO “NO CORPO” QUANTO “NA ALMA”: MARCAS PERMANENTES DA TORTURA

Tratar da memória de uma mulher militante de esquerda que, durante a ditadura civil-militar brasileira, vivenciou a tortura e, posteriormente, se propôs a relatar publicamente tal experiência é refletir sobre o peso do trauma nas (re)construções destas lembranças e a sua relação com os contextos de rememoração. É pensar também sobre as violências cometidas por agentes da repressão que, para além de buscarem arrancar informações dos/as militantes de esquerda, empregavam torturas físicas e psicológicas como uma forma de punição para as mulheres capturadas, consideradas por eles como duplamente desviantes (FERREIRA, 1996; COLLING, 1997; ROSA, 2013). Em grande parte destes casos, a prática da tortura estava atrelada à tentativa de dominação dos corpos femininos visando atingir, em alguma medida, as *identidades de gênero* daquelas militantes, algo abordado em muitos trabalhos que tratam da temática da “militância feminina”²²⁶ e que chamam a atenção para o amálgama existente entre a lógica da extração de informações e a punição aplicada pelos torturadores, esta última amparada pelos modelos de gênero, que ampliavam o potencial da dor e da humilhação provocadas nas mulheres capturadas (FERREIRA, 1996; COLLING, 1997; JOFFILY, 2010; RAGO, 2013; ROSA, 2013).

Ao abordarem a tortura vivenciada por estas mulheres, estas pesquisas relacionam a utilização dos corpos femininos, e/ou *identidades de gênero*, à especificidade de determinadas violências, empregadas pelos torturadores como uma forma de submeter e humilhar as militantes. Jelin (1998), por exemplo, chama a atenção para a alta dose de violência sexual sofrida por mulheres nas ditaduras latino-americanas assegurando que os torturadores viam no corpo feminino um objeto “especial”, explorando, sempre que possível, vaginas, seios e úteros, lugares do corpo que possuem uma forte ligação com a *identidade feminina*.

Sendo o corpo um lugar perpassado por experiências e significados, concorda-se com tais autoras quando estas afirmam que, ao infligirem determinados tipos de sevícias em mulheres, os torturadores entendiam que, para além da dor física, as conseqüências emocionais seriam de enorme proporção. Cada modalidade de tortura cujo objetivo era a

²²⁶ No presente trabalho, considera-se que não existia uma militância feminina no sentido homogêneo, mas militâncias de mulheres, que, devido às singularidades das suas trajetórias e memórias, indicam uma pluralidade em termos de experiências.

provocação/ampliação da dor através da tentativa de atingir aquelas *identidades de gênero*, passando ou não pelos seus corpos, indica a especificidade destas violências.

Tentar fazer uma mulher se desesperar diante da ameaça de ter o seu filho submetido a torturas era buscar atingi-la em um importante elemento da sua *identidade feminina*, a maternidade, lançando mão de uma construção histórica e social que exigia/exige das mulheres o “dever” de cuidado e proteção dos seus filhos (BADINTER, 1985; ROCHA-COUTINHO, 1994). Tentar fazer uma mulher sentir-se constrangida com a sua nudez, fazer piadas sobre o seu corpo ou chamá-la de *puta comunista*, por exemplo, era buscar acionar a questão do pudor, da vergonha ou de uma moral sexual que a desqualificava, com a intenção de fazê-la sentir-se diminuída.

Neste conjunto de técnicas e significados, os torturadores que promoviam a violência sexual buscavam aumentar a sensação de humilhação daquelas mulheres, ampliando o lugar de “objeto de delação em potencial”, atribuído por eles às militantes capturadas, para a situação de “mulher-objeto”:

O prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. A ambiguidade da figura da prostituta assume, aqui, seu paroxismo: por um lado, a mulher é desprezada, considerada não como um par, mas como um ser destituído de toda dignidade. Por outro, é capaz de proporcionar prazer físico (sexual) e psicológico (dupla dominação) num contato extremamente íntimo. (JOFFILY, 2010, p. 234)

Em se tratando de memórias sobre a tortura, tanto mulheres quanto homens afirmam terem sido submetidos/as à nudez, choques elétricos nas suas genitálias, dentre outras violências comuns aos dois gêneros.²²⁷ Neste sentido, Jelin (1998) afirma que a tortura provocada nos homens, geralmente vinha acompanhada da imposição de uma passividade por meio da afirmação do poder do “macho torturador”, implicando num “*ato de feminização*”, inclusive sexual, que objetivava o abalo moral e emocional dos militantes, havendo uma tentativa de inverter as características formadoras da identidade masculina, a exemplo da virilidade. Com as mulheres ocorria o contrário, os torturadores buscavam reafirmar o papel social feminino, castigando-as pela “transgressão” cometida.

²²⁷ O que se coloca em questão é a estratégia da utilização do corpo, atrelado a atributos considerados masculinos ou femininos, como uma forma de atingir os/as militantes. Cabe ressaltar, porém, que nem sempre este tipo de tortura era físico. Por exemplo, em sua autobiografia, Ricardo Azevedo lembra o caso de um companheiro da Ação Popular que, em novembro de 1971, foi preso na casa do namorado. Segundo ele, os agentes da repressão ameaçaram o rapaz afirmando que publicariam fotos comprometedoras no jornal *Folha da Tarde* com a seguinte legenda: “Terrorista viado” (AZEVEDO, 2010). Neste caso, a sexualidade do militante em questão foi utilizada como uma forma de humilhá-lo, levando em consideração os padrões heteronormativos, algo que acabou intimidando-o.

Na diversidade de testemunhos que compõem (cada um à sua maneira) uma espécie de memória coletiva acerca da tortura, há aqueles depoimentos de mulheres que tratam desta questão, apresentando a perspectiva da violência baseada no gênero. Assim, existem aquelas militantes que chamam a atenção para as torturas sexuais sofridas que, em alguns casos, culminaram em estupros; existem também aquelas que afirmam terem sido submetidas à nudez não só durante os “interrogatórios”, mas quando estavam nas celas ou em outros ambientes, afirmando serem alvos de olhares lascivos e/ou de deboche; mulheres que dizem terem sido ridicularizadas por causa das formas dos seus corpos ou por terem ficado menstruadas durante as sessões de tortura; que relatam que, além de agressões verbais, sofreram a acusação de serem “promíscuas”.²²⁸ Existem também aquelas que afirmam que tiveram os seus úteros queimados, seios profanados, ou que mencionam terem sofrido abortos em função das torturas. Há quem se lembre de que, no limite da dor e do desespero, tentou o suicídio ou se preparou para a morte.²²⁹

Maria Amélia Teles, militante do PC do B, presa em São Paulo em 1972, por exemplo, afirma que não só ela, mas várias mulheres sofreram violência sexual durante as sessões de tortura:

Eu, eu passei por uma situação, por várias situações, eu nem gosto muito de falar da minha situação [...] Eu tava sendo torturada na *cadeira-do-dragão*, toda tortura já era nua, já arrancavam a roupa das mulheres, e dos homens também, só que as mulheres nuas no meio de oito, dez homens que ‘ficava’ dentro de uma salinha de tortura, [...] já é uma violência, até sexual. Eu sentada numa *cadeira-de-dragão* nua, amarrada levando choque no corpo inteiro, ânus, vagina e o ‘Gaeta’, que era um torturador, se masturbando e jogando esperma em cima de mim. [...] Ele me põe numa cama de lona que tinha ali do lado e começa a esfregar meus seios, começa a apertar minha bunda, quer dizer, isto é uma violência. E assim foram várias vezes e vários outros torturadores. Agora tem casos assim de ter penetração vaginal, né? Que as mulheres contam e são vários casos, não é um não é dois. [...] É uma prática, não ‘era’ exceções, entendeu? E o estupro tem sido usado no mundo todo como uma arma de guerra, né? E aqui foi uma guerra contra o povo, eles usaram o estupro também, né? E assim, uma forma de dominação: ‘eu controlo suas ideias, eu controlo seu corpo, eu que domino, eu que decido’. E há muitos estupros nas mulheres que são assassinadas. [...] É muito mais comum do que a gente pensa, muito mais frequente.²³⁰

²²⁸ Nestes casos, a moral que exigia das mulheres uma sexualidade restrita ao casamento “formal” foram acionadas como uma forma de humilhação.

²²⁹ Arquidiocese de São Paulo (1987); Manfredini (1989); Teles (1993); Ferreira (1996); Paiva (1996); Colling (1997); Freire et. al. (1997); Carvalho (1998); Cunha (2002); De Luca (2002); Vianna (2003); Valadares (2005); Joffily (2010); Merlino e Ojeda (2010); Rago (2013); Rosa (2013).

²³⁰ Entrevista concedida a Igor Truz e Dodô Calixto. “‘Estava na cadeira do dragão quando o torturador se masturbou e jogou esperma em mim’, relata ex-presa política da ditadura.”. *Opera Mundi*, 22 dez 2014.

Neste trecho, pode ser observada uma memória que, mais do que a sua própria experiência, se reporta e avalia as vivências de outras mulheres no âmbito da tortura. A ênfase na violência sexual utilizada pela repressão como uma arma de guerra contra as militantes indica um olhar centrado nas questões de gênero, cujo problema da dominação, segundo esta perspectiva, é ampliado quando se trata da relação torturador-torturada, já que este primeiro se coloca como aquele que detém o poder não só das ideias, mas, sobretudo, do corpo daquelas mulheres que estavam sob o seu domínio. Neste caso, “Amelinha”²³¹, como é conhecida esta militante, analisa a tortura a partir do seu olhar feminista, conectando a sua experiência com a de uma coletividade específica: a das mulheres militantes, cuja maioria foi vítima de violência sexual.²³²

Não obstante a existência de uma memória como esta, ligada a uma identidade feminista²³³, cuja perspectiva da violência de gênero atrelada às experiências femininas é enfatizada em testemunhos sobre a tortura, entende-se que existem aquelas militantes feministas que, ao relembrem este passado, não consideram que tenham sofrido violências sexuais nestas situações, mesmo que algumas reconheçam que passaram por momentos constrangedores em que as suas identidades de mulheres eram colocadas em jogo tendo como ponte a utilização dos seus corpos. Este é o caso, por exemplo, de Loreta Valadares, militante da Ação Popular, presa em Belo Horizonte em junho de 1969. Ao rememorar o seu passado através da escrita da sua autobiografia, mais de trinta anos depois, Loreta, que se tornou feminista no exílio, assegura:

A tortura é carregada de conotação sexual, explora-se o corpo da mulher, seja física ou psicologicamente. [...] Várias companheiras foram torturadas sexualmente. Eu não sofri diretamente violência sexual, mas a tônica da exploração sexual esteve presente em todo o meu interrogatório. Alguns exemplos: a ameaça de contar ao meu sogro que me encontraram dormindo com vários homens, o episódio das calcinhas²³⁴, a forma da tortura sofrida no Colégio Militar, quando o torturador ao mesmo tempo em que aplicava golpes de telefone insinuava-se, roçando o seu corpo contra mim, a chantagem de mandar-me para ser violentada pela polícia civil e pelos presos comuns [...]. (VALADARES, 2005, p. 212).

²³¹ Maria Amélia Teles foi uma das sete militantes feministas estudadas por Margareth Rago num trabalho que trata de feminismos e escritas de si. Ver Rago (2013).

²³² Em uma entrevista concedida a Margareth Rago, em 2006, “Amelinha” trouxe esta questão e salientou a existência do silêncio que circunda a violência sexual além de afirmar que no período em que foi torturada não tinha consciência que fora vítima deste tipo de violência (RAGO, 2013).

²³³ Considera-se a existência de uma memória ligada a esta identidade feminista. Contudo, entende-se que nem todas as mulheres militantes que lembram a tortura sob uma perspectiva da violência de gênero sejam orientadas por tal identidade.

²³⁴ Um dos torturadores jogou suas calcinhas, retiradas da gaveta do seu armário, em cima de Loreta.

Ao abordar esta questão, Loreta, ao contrário de Maria Amélia Teles, diferencia a exploração sexual, presente, segundo ela, durante as torturas, da violência sexual, provavelmente concebida pela militante como estupro. Neste sentido, não considera ter sido vítima desta última. Nota-se, contudo, que, ao tratar deste tema, Loreta foi orientada por uma perspectiva feminista, assim como “Amelinha”, se posicionando politicamente contra o esquecimento das atrocidades cometidas pela ditadura, e, ao mesmo tempo, apontando as relações de poder ancoradas tanto na violência de Estado quanto na violência de gênero. Isto indica que a construção das suas memórias foi perpassada, dentre outros elementos, pela sensação de pertencimento e pela convicção de identificação com as lutas ligadas à esfera do(s) feminismo(s), que buscam denunciar as variadas dominações baseadas no gênero, defendendo a equidade entre as pessoas. Este olhar está presente não só neste trecho das suas memórias, mas em todo o capítulo que trata da tortura na sua autobiografia, caracterizado, por exemplo, pela oposição à ideia da existência de uma “fragilidade feminina”.

Ainda levando em consideração a multiplicidade de experiências, memórias e identidades, pode-se afirmar que existem também aquelas mulheres que, ao relembrem este passado não o fazem a partir de uma identidade feminista e/ou não trazem esta questão sob a perspectiva de gênero. Este é o caso de Derlei De Luca, que afirma que não sofreu violências sexuais no período que permaneceu na Operação Bandeirante. Na sua autobiografia, Derlei relata que, antes de ser torturada, foi despida pelos seus algozes, mas não menciona se isto foi utilizado como um elemento de violência de gênero ou mesmo qual a sua reação diante da sua nudez. Anos depois, em setembro de 2014, ao conceder o seu testemunho a uma sessão conjunta entre a *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo* e a *Comissão Nacional da Verdade*, a militante respondeu a algumas perguntas.²³⁵ Dentre elas, a de se na época em que esteve em posse da repressão tinha conhecimento de violações sexuais por parte dos torturadores da Oban²³⁶:

Já me fizeram esta pergunta, eu tenho um pouco de dificuldade em responder e vou dizer por quê. Porque assim ó, eu não me lembro ou não percebi, né? Que eles me tiraram a roupa, me tiraram a roupa; que eu estava nua no pau-de-arara, eu estava nua no *pau-de-arara*; que tiraram a roupa pra colocar na *cadeira-do-dragão*, tiraram a roupa. Mas eu não lembro assim que tenham passado a mão em mim de maneira, como é que é? Erótica, libidinosa, essas coisas aí. Eu acho que a situação era tão

²³⁵ Nesta audiência compunham a mesa Ivan Seixas, Adriano Diogo (presidência), Rosa Cardoso (*Comissão Nacional da Verdade*) e Derlei Catarina De Luca. Neste mesmo dia, em outra sessão, um dos torturadores de Derlei, Homero César Machado, foi ouvido e algumas pessoas que estavam presentes se manifestaram acerca da participação deste homem em sessões de tortura que as vitimaram.

²³⁶ Um dos agentes citados por Derlei foi Lourival Gaeta, delegado do DOPS, acusado por algumas mulheres de ter provocado violências sexuais. Este é o caso de Maria Amélia Teles, citado anteriormente.

complicada já sendo torturada e eu confesso com toda sinceridade assim ó, eu tava preparada pra morrer. Hoje eu não tô, mas na época eu tava. [...]”²³⁷

Ao ressaltar a sua disposição para morrer em nome de uma causa, sugerindo que este era um sentimento comum aos militantes de esquerda, Derlei traz à tona alguns elementos presentes na memória pertencente a este grupo. Tal afirmação, inclusive, já tinha sido feita por ela tanto na sua autobiografia quanto em uma entrevista à revista *Rogate*, em 2003, quando afirmou: “[...] Naquela época, em que sentíamos a morte de perto, estávamos dispostos a morrer pela nossa causa.”²³⁸ Nota-se, mais uma vez, a reformulação feita pelas lentes do presente, que enxerga numa das “virtudes” (REIS FILHO, 1990) construídas pelos militantes daquela época, um sentimento/ação altruísta, espontâneo desta *fração geracional*. Apesar disto, ela traz na sua autobiografia um documento da Ação Popular, sem data, que afirma: “Falar sobre tortura não é desculpa. É delação. Falar não impede a tortura. A experiência demonstra que quem fala é torturado para falar mais.” (DE LUCA, 2002, p. 79). Os militantes da AP, assim como os das organizações armadas, conviviam com a expectativa de silenciarem caso fossem capturados pela repressão.

Voltando à questão da violência de gênero, ao refletir sobre a sua própria experiência, a fala de Derlei De Luca apresenta uma visão do passado que se afasta das lembranças de muitas militantes submetidas a torturas, que afirmam terem sido vítimas de tortura de teor sexual. Neste caso, também apresenta uma reflexão sobre a tortura que difere das falas de militantes feministas, como Loreta Valadares e Maria Amélia Teles, cujo propósito, dentre outros, é denunciar as especificidades das violências sofridas por mulheres. Quando afirma que não sofreu tortura de teor sexual Derlei dá a entender que os mecanismos empregados nas sevícias não incluíram um ataque à sua integridade como mulher, e sim como militante política.²³⁹ Neste caso, pode-se afirmar que este tipo de lembrança indica que as marcas relativas à sua identidade de militante e/ou como pessoa, independente do gênero, são mais profundas que aquelas ligadas à sua identidade feminina. Um exemplo disto se dá em torno da questão da nudez. Esta, mencionada, mas não discutida na sua autobiografia, se tornou objeto de reflexão neste depoimento à *Comissão da Verdade* quando a temática envolveu as violações sexuais cometidas pelos torturadores. Neste momento, diante de um questionamento, a sua memória foi acionada com o intuito de buscar qualquer vestígio que

²³⁷ Depoimento à *Comissão da Verdade*, em set. 2014.

²³⁸ Entrevista à Angelo Ademir Mezzari, *Rogate*, mar. 2003.

²³⁹ Entende-se que existe a possibilidade da militante ter silenciado alguma experiência neste sentido. Entretanto, considerando que o objetivo deste tópico é o de analisar as memórias de Derlei sobre a tortura, optou-se por se concentrar nestas reconstruções do passado.

indicasse a possibilidade de algum abuso. Neste caso, Derlei considerou que o máximo que poderia ter acontecido, levando em conta também um possível esquecimento ou falta de percepção, era o seu corpo nu ter sido alvo de olhares lascivos por parte dos seus algozes, o que evidencia que, nas suas memórias, a circunstância da nudez é minimizada em relação à sua perplexidade diante da situação de extrema violência por ter sido confundida com uma militante procurada, algo que resultou em cicatrizes que perduram tanto “no corpo” quanto “na alma”.

Cabe observar, no entanto, que, apesar de Derlei não tratar da tortura sob uma perspectiva de gênero, ao (re)construir as suas memórias, ela traz em sua autobiografia alguns elementos que, de alguma forma, apontam a tentativa de manipulação das identidades femininas de algumas mulheres, características de determinadas torturas. Ao falar sobre a sua estadia no DOPS, menciona, por exemplo, o caso uma mulher com quem dividiu a cela, que, segundo as suas memórias, havia presenciado a aplicação de choques elétricos na filha de apenas quatro meses. Outra situação rememorada é a de uma presa que sofreu ameaças de ter o seu filho torturado.

Diferente das militantes anteriormente mencionadas, nem todas as mulheres que vivenciaram estas situações de extrema violência sobreviveram para compartilhar as suas histórias. Das que se livraram das garras da repressão, existem também aquelas que não conseguem ou não se disponibilizam a falar sobre as torturas, já que lembrar e transformar tudo o que foi vivido em palavras é extremamente doloroso, às vezes insuportável. No entanto, as lembranças não cessam, mesmo que não sejam convertidas em palavras:

Propor-se não lembrar é como se propor a não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos da palavra). Poderíamos dizer que o passado se faz presente. [...] (SARLO, 2007, p. 10).

Nesta perspectiva, concorda-se também com Seligmann-Silva (2008), quando ele, ao afirmar que “[...] o trauma é caracterizado por ser a memória de um passado que não passa [...]”, chama a atenção para o estranhamento dos sobreviventes de *catástrofes históricas* quanto à sensação de inverossimilhança que pode ser atribuída aos seus relatos. Como traduzir o horror vivenciado? Pode-se dizer que, no caso das militantes em questão, o seu pertencimento a um grupo que compartilhava ideais e infortúnios, foi fundamental no processo de *narrar o trauma* (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Muitas tiveram a oportunidade de discutir tais vivências com seus/suas companheiros/as de organização, ou mesmo de outras organizações, seja na prisão, no exílio ou na volta à clandestinidade (DE LUCA, 2002; VALADARES, 2005; RAGO, 2013). O compartilhamento das experiências, além de auxiliar no fortalecimento de uma identidade de grupo, contribuiu também para a formação de uma memória organizada (POLLAK, 1989), utilizada, naquele momento, como estratégia de resistência à ditadura, através da propagação de denúncias das torturas tanto no contexto nacional quanto internacional. Assim, para estas pessoas, mulheres e homens que foram torturados/as, *narrar o trauma* passou a ser um ato político constituinte de uma identidade de grupo (POLLAK, 1992), que, inicialmente obedecia ao projeto de derrubada da ditadura e, anos depois, se tornou uma forma de luta contra o esquecimento.

Levando em consideração a relação entre as cenas reconstruídas por estas memórias e o momento da rememoração, entende-se que “é inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado” (SARLO, 2007), que, além de orientar a construção dos relatos, contribui também para que ocorram pequenas quebras de silêncio. Neste caso, pode-se afirmar que, dentre outros elementos, a subjetividade, que marca o depoimento das mulheres militantes, é histórica (SARLO, 2007) assim como também é histórico o *potencial de escuta* daquelas pessoas que não vivenciaram tais experiências traumáticas, e que, a depender do momento, são favoráveis, ou não, à enunciação dos testemunhos referentes à tortura (POLLAK, 1989; FERREIRA, 1996; SARLO, 2007; SELIGMANN-SILVA, 2008). Há que se considerar, no entanto, que falar, ou mesmo escrever, sobre as violências sofridas não cura os traumas (SARLO, 2007), ou seja, a denúncia não corrige as marcas “da alma”, apesar de constituir uma coerência própria das identidades individuais fortemente amparadas pelo pertencimento a este grupo específico (POLLAK, 1992), ou seja, aqueles que sofreram as violências perpetradas pela ditadura.

Em alguns casos, a presença constante deste passado dolorido resultou na renúncia da própria vida como uma alternativa de libertação da dor. Foi o que aconteceu com Maria Auxiliadora Lara Barcellos, militante da VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), que, por algumas vezes, relatou publicamente as sevícias que sofreu no DOPS do Rio de Janeiro, em novembro de 1969. No filme *Brasil, um relato de tortura*, gravado em janeiro de 1971, poucos dias após a sua chegada ao Chile, incluída no *Grupo dos 70*, “Dora”, como era chamada por seus amigos, descreveu as torturas demonstrando, inicialmente, certo incômodo. Tal constrangimento foi cedendo espaço para as palavras, enunciadas em meio a uma expressão tensa e um sorriso nos lábios, provavelmente característicos do que

Seligmann-Silva (2008) chamou de *o dilema da testemunha*, ou seja, da dificuldade de narrar situações traumáticas vivenciadas.

Os relatos contidos neste filme obedeciam, naquele momento, a um projeto político de derrubada da ditadura, cujas denúncias acerca das torturas buscavam desgastar a imagem do governo brasileiro no plano internacional. Identificando-se com tal projeto, “Dora”, juntamente com outros/as militantes relatou as sevícias sofridas, além de comentar a situação política do Brasil naquele momento. Em meio à narração do seu sofrimento, também falou sobre as experiências de outros/as companheiros/as²⁴⁰, que, como ela, havia sido submetidos/as a violências. Enfatizou também a sua resistência no momento da prisão, além de afirmar que sofreu violência sexual durante as torturas: “A mim me fizeram torturas sexuais [...] me tiraram a roupa e começaram a fazer simulações de ato sexual e chamaram todos os funcionários do DOPS [...]”.²⁴¹ Também mencionou que os seus seios foram alvo das violações tendo sido colocada diante da ameaça tê-los cortados com uma tesoura:

Eu fui colocada nua numa sala com quinze, uns quinze, cerca de quinze homens da polícia e fui espancada, recebi bofetada, cerca de vinte bofetadas, me deformaram todo o rosto [...]. Eles falaram mesmo que queriam me mudar o rosto [...] e estavam completamente excitados e alegres e satisfeitos como se fosse uma festa e pegaram uma tesoura e me seguravam pelo seio, fechavam a tesoura pelo seio, fechavam, apertavam e depois tiravam. Esse tipo de coisa assim. [...] Eles falaram que iam me matar em nome do esquadrão e que ninguém ia descobrir numa estrada deserta e me tentavam me enforcar com golpes ‘de pescoço’ e punham a pistola no meu ouvido. Esse tipo de coisa. [...]²⁴²

O filme se encerra com as palavras da referida militante que, ao ser questionada sobre seus projetos, afirmou: “[...] Retornaremos ao Brasil logo que possível. Eles sabem disso. Eles têm bastante medo que retornemos.”. Naquele momento, “Dora” planejava voltar ao país, algo que se mostrou inviável, principalmente após o golpe ocorrido no Chile, em 11 de setembro de 1973. Tal acontecimento resultou numa dispersão de militantes que, reunidos neste país, projetavam uma volta ao Brasil para darem continuidade às suas lutas.

²⁴⁰ Além de falar da tortura sofrida por mulheres, ressaltou as torturas sofridas por seu marido, Antônio Roberto Espinoza, e por Chael Charles Schreier. Este último não resistiu às violências e morreu horas depois.

²⁴¹ *Brasil – um relato de tortura*.

²⁴² *Brasil – um relato de tortura*. Maria Auxiliadora também relata neste filme que os torturadores tiraram a sua roupa e fizeram simulações de ato sexual com ela ao mesmo tempo em que chamaram outros funcionários do DOPS. Além disso, menciona que foi torturada juntamente com seu marido, Antônio Roberto Espinoza, e com Chael Charles Schreier, companheiro com quem haviam sido presos. Cabe observar, porém, que em depoimento ao Superior Tribunal Militar (STM), em 1970, a militante denunciou que uma das torturas sofridas, após terem sido transferidos para a Polícia do Exército, foi a de obrigarem Chael Charles, bem como o seu marido, a beijarem todo o seu corpo. Esta informação, omitida no referido filme, tanto pode ter sido silenciada pela militante quanto pode ter sido cortada no momento da edição (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 48).

Quatro anos depois de dar o seu testemunho no referido filme, Maria Auxiliadora foi uma das mulheres a integrarem o primeiro volume do livro *Memórias do Exílio*, lançado no Brasil, em 1978. O depoimento de “Dora” contido nesta obra foi escrito em 1975, quando ela morava na Alemanha. Trata-se de um relato construído num momento em que a referida militante se encontrava em depressão (PAIVA, 1996), provavelmente em função dos traumas da tortura associados a outros elementos, dentre eles, a sua impossibilidade de voltar ao Brasil. Nestas condições, as suas memórias sobre as violências que sofreu se apresentam da seguinte maneira:

Sou um boi marcado, uma velha “terrorista”. [...] Pisei no calcanhar do monstro, e ele virou sua pata sobre mim, cego e incontrolável. Fui uma das vítimas inumeráveis do machão crioulo, monstro verde e amarelo de pés imensos de barro. Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro. (Maria Auxiliadora Lara Barcellos in: UCHÔA E RAMOS, 1978, p. 317)

Neste depoimento, “Dora” não se preocupa em detalhar as torturas sofridas, se atendo apenas às consequências emocionais, do passado e do “presente”, causadas pelas sevícias. A sua subjetividade se sobrepõe, neste momento, aos elementos da memória do seu grupo, caracterizada naquela época pelo detalhamento dos métodos violentos utilizados pelos órgãos de repressão. Analisa, retrospectivamente, as relações de poder, ressaltadas pelos torturadores através da dominação de gênero, materializadas nas violências sexuais. Em contrapartida, ela apresenta a sua identidade de mulher e de militante, como machucada de forma permanente tanto por ter sido violentada quanto por ter visto o sonho da “revolução” sufocado pelo regime. No ano seguinte, bastante deprimida, e após receber alta de uma clínica em que havia se internado para tratar de amnésia, Dora cometeu o suicídio (PAIVA, 1996). No Brasil, o seu silêncio só foi quebrado publicamente, alcançando um maior número de pessoas, em 1978, com a publicação do referido livro.

Para aquelas mulheres que, ao contrário de Maria Auxiliadora, optaram por conviver com o trauma uma busca infinda se coloca: “O difícil equilíbrio entre não conseguir esquecer e continuar vivendo. Um difícil equilíbrio que, para quem está de fora, é impossível.” Esta questão apresentada pelo filme *Que bom te ver viva* (1989), de Lúcia Murat, propõe uma reflexão acerca da possibilidade de uma mulher que sofreu torturas levar uma vida normal, sem se desestruturar cotidianamente. É nesta possibilidade de normalidade cotidiana que ela aposta ao longo de todo o filme ressaltando que, apesar de tudo, o trauma permanece. É justamente a busca por este equilíbrio que é apresentado através da reflexão sobre este

passado e de uma pequena mostra de atividades corriqueiras de mulheres que, após vivenciarem a experiência da tortura, conseguiram seguir adiante trabalhando, cuidando de seus filhos e se dedicando a projetos individuais e/ou coletivos. Foi (e ainda é) nos meandros referentes à busca por este equilíbrio que Derlei De Luca reconstruiu a sua vida e a sua militância. Pode-se afirmar também que foi através desta última que, ao longo de quarenta anos, ela narrou/narra o trauma de diferentes formas, em meio a diferentes graus de sofrimento, a depender da circunstância e da vontade de escuta. Uma fala considerada necessária, mas incômoda: “Tortura é uma experiência que não tem como esquecer. A minha durou dois meses. Já se passaram quase 40 anos e eu ainda estou falando nisso.”²⁴³

As pequenas quebras de silêncio de Derlei se deram paulatinamente, de forma muito sofrida. Inicialmente ocorreram junto a pessoas próximas, dentre elas, amigos da AP, quando havia saído da prisão no início de 1970.²⁴⁴ Neste mesmo período, antes de ser deslocada para dar prosseguimento à militância em Salvador, recordou as violências sofridas através da escrita de seus primeiros testemunhos, construídos, segundo ela, de forma detalhada, “com nomes e situações fresquinhas na memória” (DE LUCA, 2002, p. 143). Assim, foi produzido um relato, posteriormente enviado para o Vaticano e um relatório de prisão para ser entregue à Ação Popular (DE LUCA, 2002).²⁴⁵ Ainda em 1970, rememorou as torturas através de um depoimento, gravado por dois homens “estrangeiros” que se comprometeram em fazer denúncias no exterior.²⁴⁶ Apesar do seu sofrimento ao tratar do assunto referente à tortura, várias entrevistas deste tipo se repetiram, inclusive com pessoas pertencentes a outras organizações.

Infelizmente, não se teve acesso a tais relatos. Contudo, a autobiografia de Derlei De Luca traz informações acerca de como se deram os seus primeiros testemunhos sobre a situação da tortura neste período imediatamente posterior à saída da prisão. A sua narrativa, escrita mais de trinta anos depois destes episódios, ressalta a dor das lembranças quando estas eram evocadas e transformadas em palavras que buscavam reconstruir o cenário das violências, bem como tentavam responder a indagações que levavam a uma rememoração mais detalhada. De acordo com as suas memórias, orientadas, sobretudo, por uma identidade

²⁴³ Entrevista concedida a Paula Salvador, estudante de Jornalismo da UFSC, jun de 2012.

²⁴⁴ De acordo com a sua autobiografia, neste período, as marcas do corpo eram mais intensas: cicatrizes, crises de epilepsia, hemorragias, fortes dores nas pernas, problemas de disritmia, memória e coordenação motora, etc. As “feridas da alma”, por sua vez, fizeram-na procurar, quando estava em Salvador, um terreiro de candomblé em busca de paz. (DE LUCA, 2002).

²⁴⁵ Pouco tempo depois de ter sido deslocada para Salvador, Derlei voltou a rememorar a experiência da tortura através da análise do seu comportamento na prisão, realizada por companheiros da AP.

²⁴⁶ Este encontro foi intermediado por uma mulher que tinha contatos com a direção regional da AP em Salvador. Segundo Derlei, não foi informado a estes homens de que organização ela fazia parte.

de militante que foca num “altruísmo revolucionário”, naquele momento ainda muito próximo das sevícias sofridas, o trauma recente da tortura provocou a necessidade de esquecimento como uma forma de se preservar da dor, algo que era constantemente ultrapassado pelos relatos e diálogos que teve com outros militantes de esquerda, e cujo tema era justamente tal experiência: “[...] Falar da prisão me faz mal. É uma ferida sangrando. Mexer na ferida dói. Queria esquecer. [...]” (DE LUCA, 2002, p. 164).

Assim como Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Derlei De Luca *narrava o trauma* no início da década de 70 como uma forma de dar prosseguimento à sua luta política. Estes testemunhos iniciais, organizados coletivamente, continham alguns elementos essenciais de denúncia, se concentrando em descrever as torturas sofridas, bem como apresentar o nome dos torturadores e das outras pessoas que se encontravam em situação semelhante²⁴⁷, o que indica a construção de uma memória coletiva vinculada aos grupos que, naquele momento ainda estavam sendo perseguidos pelo regime. No caso de Derlei, as suas memórias foram instrumento de denúncias no exterior e de produção de informações para as organizações acerca do cotidiano da Oban e do DOPS paulista, podendo se considerar que o ato de rememorar, não obstante a dor característica do trauma era parte integrante do seu compromisso junto à AP, que, naquele momento, além da preparação da *guerra popular*, se empenhava em denunciar as violências cometidas pela ditadura, algo que se materializou, dentre outras ações, na organização do *Livro Negro da Ditadura Militar*, editado, clandestinamente, em 1972²⁴⁸.

Anos depois, na década de 90, envolvida com a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, Derlei rememorou a sua experiência de tortura para a historiadora Marise da Silveira Veríssimo, que, escreveu uma dissertação de mestrado a partir de entrevistas com mulheres militantes que haviam sido presas e/ou torturadas durante as décadas de 60 e 70. De acordo com Veríssimo (1998), as entrevistas com Derlei²⁴⁹ se deram em julho de 1995 em meio a uma preocupação da militante com a luta em favor da reparação de vítimas da ditadura. Nesta ocasião, a dor presente no ato de rememoração também se apresentou, sobretudo, como um elemento importante da sua memória:

²⁴⁷ Derlei afirma que estas eram as informações que lhes eram solicitadas (DE LUCA, 2002).

²⁴⁸ Derlei menciona ter participado da compilação de dados que compuseram esta obra, que trazia vários casos de militantes torturados e mortos. O seu caso não é mencionado no livro, pois, segundo ela, optou-se por abordar apenas as violências sofridas por militantes cujas organizações haviam sido descobertas pela repressão (DE LUCA, 2002).

²⁴⁹ Segundo a referida historiadora, Derlei pediu que a conversa não fosse gravada, pois a presença do gravador lhe fazia lembrar os interrogatórios e torturadores (VERÍSSIMO, 1998). A mesma observação foi feita pela militante na sua autobiografia, quando ela tratou do depoimento que deu aos homens “estrangeiros”, em 1970, como foi mencionado anteriormente.

Encontrei minha entrevistada envolvida com o grupo de familiares de ex-presos políticos e mortos e desaparecidos, que lutavam para que o Estado reconhecesse a sua responsabilidade perante tal situação e a consequente indenização. [...] O restante da conversa deu-se entre momentos muito fortes de dor, nos quais ficou claro que trabalhar com essa memória abre feridas não cicatrizadas. [...] (VERÍSSIMO, 1998, p. 54).²⁵⁰

Além destas entrevistas, Derlei respondeu um questionário, trazido, na íntegra, num dos capítulos do referido trabalho. Dentre as perguntas, que, além de outros temas, tratavam da sua militância na Ação Popular e da sua prisão, a problemática da tortura foi abordada. Ao responder sobre as consequências de tais violências, a militante afirmou que estas eram permanentes: “[...] Tenho horror de ficar sozinha, não durmo de luz apagada, sinto dor ao falar do assunto. As marcas ficam. [...] (Derlei Catarina De Luca in: Veríssimo, 1998, p. 110). Apesar da dificuldade em tratar desta questão, desde que voltara do exílio, Derlei, ocasionalmente, enfrentava estas memórias doloridas através da escrita de lembranças que, segundo ela, ficaram engavetadas. Juntamente com relatos contidos em diários, estas foram transformadas em uma autobiografia que demorou anos para ficar pronta ao longo da década de 90.²⁵¹

Como já foi abordado, este foi um período de intensa luta do *Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos*. Para Derlei, tratar das demandas referentes a estas vítimas da ditadura era uma questão central. Pode-se afirmar que a sua militância estava ligada a uma atuação que buscava reconstruir parte das trajetórias daquelas pessoas que haviam sido assassinadas ou estavam desaparecidas. Aquelas eram atividades que acionavam diferentes tipos de registro que lançassem alguma luz àqueles casos, dentre eles, documentos produzidos pela repressão, além da utilização de uma memória coletiva referente ao *modus operandi* da repressão.

Neste momento, ao mesmo tempo em que priorizava esta luta, Derlei preferia não falar detalhadamente sobre as suas próprias experiências, marcadas por uma memória traumática compartilhada timidamente. Em contrapartida, é neste mesmo período que estas memórias escritas e engavetadas foram organizadas com a intenção de compor a sua narrativa autobiográfica, publicada anos depois. Era justamente neste lugar que a memória coletiva se entrelaçava e cedia espaço para a sua memória individual, que, dentre outros temas, revisitava

²⁵⁰ Na sua dissertação, a historiadora Marise da Silveira Veríssimo traz algumas das suas memórias sobre as entrevistas realizadas.

²⁵¹ Mensagem eletrônica enviada à autora, por correio eletrônico, em 29 jul. 2014 e em 29 out. 2014.

e (re)construía os momentos de violência vivenciados e que, segundo a militante, deixaram cicatrizes profundas.

De acordo com Derlei, aos poucos, através de tratamentos psiquiátricos, que incentivavam a sua fala além do âmbito privado, ela passou a falar sobre o seu passado dando palestras em colégios, algo que a ajudou a conseguir tratar do assunto da tortura.²⁵² Para além das questões subjetivas, que podem suscitar silêncios e, ao mesmo tempo, ensejar o desejo de se pronunciar, há que se considerar também que o contexto da segunda metade da década de 90 contribuiu para o exercício da fala de pessoas que, como Derlei, haviam sofrido na pele as violências da ditadura. O contexto referente à aprovação da lei 9.140/95, conhecida como *lei dos Desaparecidos Políticos*, por exemplo, foi marcado pela busca do reconhecimento da responsabilidade do Estado em mortes e desaparecimentos promovendo, aos poucos, o debate sobre as atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro ao longo do período da ditadura. A partir de diversos espaços, dentre eles o da mídia, narrativas que mesclavam experiência individual e coletiva integraram a pauta de discussões contemplando, dentre outras coisas, algumas memórias sobre a prisão e a tortura, que revisitavam publicamente alguns fantasmas do passado (MEZAROBBA, 2006; GONÇALVES, 2009):

Esse ‘acerto de contas’ trazia revelações sobre torturas e desaparecimentos e ajudou na discussão acerca do processo de reconhecimento, do Estado, de que houve vítimas da ditadura, consubstanciando-se mais à frente no debate sobre a indenização aos familiares de mortos pela ditadura militar. (GONÇALVES, 2009, p. 59-60)

Estas quebras de silêncio coletivas, frutos de militâncias reinventadas, resultaram na disponibilidade de algumas pessoas para compartilhar memórias dolorosas como uma forma de lutar contra o esquecimento. Assim, *narrar o trauma* mais de trinta anos depois significava, sobretudo, a busca por justiça. É justamente neste contexto de lutas que a autobiografia de Derlei tomou forma sendo publicada em 2002, proporcionando uma publicização das suas memórias, que passaram a ser visitadas por leitores de todo o Brasil. A partir de então, e dentro de um contexto em que cada vez mais se discutiam a temática da ditadura, tais memórias passaram a ser requisitadas por meio de depoimentos orais e entrevistas. O testemunho escrito e oral sobre as suas experiências, dentre elas a tortura, passou a fazer parte da sua militância reinventada se deslocando do espaço circunscrito ao

²⁵² Entrevista concedida a Lucas Lemos, *Canal Içara*, maio 2012; Entrevista concedida a Paula Salvador, estudante de Jornalismo da UFSC, jun de 2012.

grupo de antigos e novos companheiros de luta para o espaço público, referente, dentre outros lugares de diálogo, à imprensa, universidades, além da *Comissão da Verdade*:

É que se nós que lutamos contra a ditadura não falarmos, quem vai falar? Porque muita gente não sabe. Eu acho que a gente tem que falar e tem que escrever. Quando escrevi o meu livro, eu sofri, fiz tratamento, parava. Fui internada três vezes, tive crise do pânico, mas publiquei o livro, está lá registrado.²⁵³

Este sofrimento não é abordado em sua autobiografia, apesar desta ser um conjunto de memórias que, a partir de um determinado ponto, justamente do que trata da tortura, esboça, mesmo que de forma sutil, a necessidade de se manter “inteira” diante do trauma provocado pelas violências sofridas. Neste sentido, entende-se que esta ausência de informações acerca do sofrimento ao longo da construção desta escrita tenha sido considerada desnecessária pela autora, pois se tratava, sobretudo, de um *projeto autobiográfico* que focava no passado de militância junto à AP, não se atendo à busca pela superação dos traumas vivenciada no “presente”.

Para um espectador que tem algum contato com a autobiografia e/ou que ouve esta mulher falar sobre a sua experiência, considerando que até pouco tempo esta militante se negava a dar algum depoimento mediante a utilização de um gravador, a atitude de testemunhar frente às câmeras, além de falar em rádios e enfrentar públicos formados por diversas pessoas desconhecidas, pode parecer a pura e simples superação do silêncio. Contudo, é importante observar que a lembrança como luta contra o esquecimento não cura o incômodo em falar de tal experiência, mesmo que, aparentemente, a narrativa se desenvolva sem manifestações de choro ou qualquer tipo de emoção visível: “[...] No início me machucava muito e eu chorava. A partir das palestras, nas escolas, vou conseguindo falar. [...] Prefiro falar da nossa luta em busca dos desaparecidos e da Comissão da Verdade.”²⁵⁴ A preferência por uma fala que traga à tona a história de perseguição vivenciada por uma coletividade representa a ênfase nas lutas do presente, mas também indica o fortalecimento da sua identidade, “o reforço da sua auto-estima e segurança interior” (ANSART, 2004, p. 24).

Não obstante tal desconforto, quando se trata de acionar estas memórias dolorosas e tocar no assunto referente à tortura, observa-se que, tanto em entrevistas e depoimentos²⁵⁵

²⁵³ Entrevista concedida a Paula Salvador, estudante de Jornalismo da UFSC, jun 2012.

²⁵⁴ Entrevista a Lucas Lemos, *Canal Içara*, maio 2012.

²⁵⁵ Veríssimo (1998); Depoimento contido no documentário *Derlei - Un'altra memoria veneta in Brasile* (2008); Entrevista concedida a Lucas Lemos, *Canal Içara*, maio 2012; Entrevista concedida a Paula Salvador, estudante de Jornalismo da UFSC, jun. 2012; Entrevista concedida a Lúcio Lambranh, *Notícias do Dia*, mar. 2014; Depoimento à *Comissão da Verdade*, set. 2014; Entrevista concedida à Walmir Matos, *Rádio AL*, set. 2014.

quanto em sua autobiografia, as marcas permanentes são mencionadas por Derlei De Luca de forma recorrente. No aspecto físico, as suas pernas possuem cicatrizes provocadas pela cadeira do dragão²⁵⁶, os seus rins precisaram de tratamento por cerca de vinte anos²⁵⁷, alguns dentes precisaram ser implantados²⁵⁸. Em se tratando do aspecto emocional, assevera que passou trinta anos fazendo tratamento psiquiátrico²⁵⁹ e lutando contra a síndrome do pânico, bem como afirma que possui um sonho recorrente em que é esmagada por uma impressão digital gigante, além de sentir dor ao falar do assunto. Mas, levando em consideração alguns dos seus testemunhos, inclusive a sua autobiografia, que aspectos da tortura são ressaltados nas suas memórias e qual a relação destes com a questão do trauma?

Primeiramente, é interessante pensar em alguns momentos presentes nas memórias de Derlei quando estas tratam da temática da tortura. Neste sentido, a ocasião da sua prisão pode ser considerada como um ponto de partida para o testemunho sobre as violências sofridas, sobretudo, na primeira noite, considerada pela militante como “indescritível” (DE LUCA, 2002, p. 83). Ao tratar deste primeiro momento, Derlei costuma enfatizar o equívoco do qual foi vítima ao ser confundida com outra pessoa, além de ressaltar a brutalidade dos agentes da repressão, que, segundo ela, iniciaram uma série de espancamentos assim que a capturaram começando naquele momento um período de horrores:

Eu fui presa num domingo, dia 23 de novembro de 1969, era noitinha, mais ou menos seis horas da tarde, numa lanchonete na Rua Vergueiro. [...] Eu tinha me encontrado com um estudante do Paraná chamado José Carlos Zanneti, que se dizia apaixonado por mim e queria conversar comigo sobre namoro [...]. Nós estávamos sentados tomando guaraná, chegou a Polícia Militar e, em seguida, foi e me prendeu. Me prendeu dizendo que eu era Maria Aparecida Costa, que estava naqueles cartazes de procurados. Pediu documento, eu tinha o documento como Derlei Catarina de Luca e me prenderam, algemaram na hora. Com o Zé Carlos não fizeram nada, ele ficou ali em pé. Enquanto me levaram pra viatura o Zé Carlos conseguiu fugir. [...] Aí me levaram para o quartel da Polícia Militar e, em seguida, chamaram a Operação Bandeirante e veio o Capitão Maurício Lopes Lima²⁶⁰ me buscar. [...] Veio buscar, e, segundo ele, veio buscar “a terrorista gloriosamente presa em combate”. Eles achavam que eu era Maria Aparecida Costa. A tortura começou em

²⁵⁶ De Luca (2002); Depoimento contido no documentário *Derlei - Un'altra memoria veneta in Brasile* (2008); Depoimento à *Comissão da Verdade*, set. 2014; Entrevista concedida à Walmir Matos, *Rádio AL*, set. 2014.

²⁵⁷ De Luca (2002).

²⁵⁸ Depoimento à *Comissão da Verdade*, set. 2014.

²⁵⁹ Entrevista concedida a Cezar Xavier, *Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois*, set. 2014.

²⁶⁰ Segundo Derlei, na época em que ela foi torturada, este homem era Capitão de Infantaria do Exército e chefe da equipe de busca e captura da Oban (DE LUCA, 2002, p. 83). Além desta militante, outros/as presos/as que passaram pela Oban apontaram-no como sendo um dos seus algozes, a exemplo de Dilma Rousseff. Dilma diz ter orgulho dos ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S. Paulo*, 21 jun. 2005.

seguida, rapidinho começou a tortura. Na mesma hora que eu entrei no carro da Operação Bandeirante eles já começaram a me bater. [...].²⁶¹

Ao lembrar este episódio, Derlei De Luca busca denunciar a brutalidade da ditadura para com os seus opositores, cuja arbitrariedade, deixa implícito, poderia se estender a qualquer pessoa, inclusive àquelas que nada tinham a ver com a militância de esquerda. Em se tratando da construção desta narrativa, pode-se observar que o seu depoimento se assemelha com outros testemunhos de ex-presos/as políticos/as, inclusive com alguns analisados por Gonçalves (2009). De acordo com esta socióloga, a prisão é relatada por estas pessoas a partir de uma tentativa de se reconstruir um cenário em que os personagens vivenciam o rompimento da normalidade a partir deste evento.²⁶² No caso de Derlei, a sua narrativa costuma apresentar o momento em que dois jovens conversam sobre “namoro”, cuja interrupção se dá bruscamente pelos agentes da repressão, que confundem um deles com uma mulher procurada em cartazes. A partir de então, tem início as violências.

Em suas memórias sobre a tortura três aspectos se destacam em relação aos demais marcando presença em suas narrativas: as descrições dos tipos de violência a que foi submetida, principalmente nos dois primeiros dias; a proximidade da morte caracterizada pelo coma; e um olhar relativista em relação a um dos agentes da repressão.

Estas questões, interligadas à sua memória traumática, podem ajudar a entender um pouco mais sobre a estrutura narrativa das suas memórias. Neste sentido, há que se considerar que, ao rememorarem as suas experiências nas mãos da repressão algumas mulheres e homens destacam determinadas situações de tortura repetindo-as a cada testemunho e apresentando-as de forma muito semelhante em diversos depoimentos característicos seja da memória individual, seja da memória coletiva. Fenômenos como este são apontados por Pollak (1992) como “pontos relativamente invariantes” que a memória pode apresentar, ou seja, elementos característicos de um importante “trabalho de solidificação da memória”.²⁶³ Nestes casos em que as pessoas foram torturadas, pode-se afirmar que tais “pontos de solidificação” estão

²⁶¹ Depoimento à *Comissão da Verdade*.

²⁶² Gonçalves (2009) analisou algumas narrativas de ex-presos políticos/as em relatos que compunham os requerimentos de indenização a serem concedidos pelo estado do Ceará. Neste sentido, esta pesquisadora trabalhou com a noção de *relatos estratégicos*, que buscam, para além das indenizações, denunciar as perseguições e atrocidades sofridas.

²⁶³ Pollak faz esta observação se referindo a entrevistas de histórias de vida em que os interlocutores voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, apresentando algumas características que indicam certa invariância. Observa que isto também pode ocorrer com as memórias construídas coletivamente. Nos casos das mulheres estudadas, porém, mesmo que a metodologia utilizada não seja a entrevista de história de vida, percebeu-se que em diferentes depoimentos, orais e escritos, algumas mulheres apresentaram tais características quando ao se referirem à tortura traziam à tona alguns elementos invariantes em termos de rememoração.

interligados com a questão do trauma, já que este se caracteriza pela recorrência de lembranças de eventos marcantes negativamente (SELIGMANN-SILVA, 2008).²⁶⁴

Ao falarem/escreverem sobre tais experiências, estas pessoas costumam reconstruir determinados cenários, cujo ápice da violência, traduzida na tortura, impôs para elas a transposição dos seus limites como seres humanos e como militantes políticas, marcando-as intensamente. A experiência total da tortura, que costumava ser um longo período considerando o conjunto das várias sessões marcadas intensamente pela violência,²⁶⁵ não pode ser completamente lembrada, afinal, a memória não pode reter cada momento de sevícias sofridas. No entanto, determinadas situações podem vir à tona através de lampejos de lembranças ou da rememoração²⁶⁶ e, aos poucos, como um processo, uma espécie de quebra-cabeça pode ser montado por meio da narração destas experiências. Contudo, para além deste trabalho da memória (BOSI, 1994; JELIN, 2002), perpassado por sentimentos e avaliações do passado, algo se faz presente de forma muito insistente: as lembranças traumáticas, resultado de experiências que produziram uma dor profunda que se reinventa constantemente, mas que, na sua essência, continua sendo dor. São estas lembranças, partes das “marcas da alma”, que costumam estar presentes nestes testemunhos como compassos da memória de um trauma.

No caso de Derlei De Luca, entende-se que, em sua autobiografia, o detalhamento do capítulo que trata da tortura, tanto enriquece a narrativa, permitindo ao leitor um mergulho nestas cenas de violência brutal, quanto pode mascarar alguns destes *pontos de solidificação* presentes nas suas memórias, (re)construídas paulatinamente. Estes limites, contudo, são ultrapassados, quando entram em cena outros depoimentos que tratam do assunto, trazendo à tona alguns destes *pontos invariantes*, que se encontram imersos na narrativa da autobiografia em questão e que, ao mesmo tempo, podem ser reavivados por esta.²⁶⁷ Este é o caso de uma

²⁶⁴ Considera-se aqueles episódios trazidos à público, o que não significa que estes pontos de solidificação não estejam presentes em outras cenas silenciadas pelas mulheres em questão.

²⁶⁵ De acordo com Joffily (2013), a duração das sessões de tortura variava de um caso para outro podendo levar desde vinte minutos até quase 24 horas. Já no que se refere ao intervalo entre tais sessões, a referida historiadora observa que este era inconstante, havendo a possibilidade de uma mesma pessoa ser inquirida mais de uma vez por dia ou ficar vários dias sem ser interrogada. Neste sentido, a perda da noção de tempo por parte dos/as presos/as pode ser considerada como parte integrante do mecanismo de desumanização da tortura (JOFFILY, 2013). Esta questão é algo lembrado por vários/as militantes, a exemplo de Loreta Valadares, presa em Belo Horizonte em junho de 1969, que, ao narrar as torturas sofridas mencionou que em determinado momento não sabia quanto tempo havia se passado ao longo de uma sessão de tortura (VALADARES, 2005, p. 91); e de Dilma Rousseff, militante da VAR- Palmares, presa em janeiro de 1970 em São Paulo, que em entrevista a Luiz Maklouf Carvalho afirmou que nos primeiros dias de tortura as sessões a que foi submetida duravam muito tempo e que “[...] Você não sabe quanto tempo nem que tempo é. Sabe por quê? Porque pára, e quando pára não melhora [...]”. (Dilma diz ter orgulho dos ideais da guerrilha. *Folha de S. Paulo*, 21 jun. 2005.).

²⁶⁶ Neste caso, considera-se a rememoração como algo consciente, o acionar da memória que permite a reflexão e a busca por informações que podem vir a compor o cenário de uma narrativa.

²⁶⁷ Entende-se que esta autobiografia se caracteriza por ser uma espécie de instrumento, em potencial, de manutenção desta memória, já que, por conter uma série de detalhes construídos a partir de um processo de

entrevista que a militante em questão concedeu a uma rádio de Florianópolis²⁶⁸ em que ela narra a sua experiência de tortura:

E imediatamente começaram as torturas. Aí me deram muita paulada, me penduraram no *pau-de arara*. O *pau-de-arara* é, são dois cavaletes com uma barra de ferro, aí eles amarram os pés, amarram as mãos, os braços amarrados nos joelhos e penduram, botam a barra de ferro embaixo do joelho assim, e pendura lá e ficam dando choque, ficam dando choque. Aí me torturaram a noite inteira e quem dirigia a tortura era o Capitão Homero César Machado. Eram muitos homens, era muita gente [...] e quando me despenduraram eu tava muito ruim já, tava, já tava muito ruim. Me levaram pra cela carregada. Isso foi num domingo à noite. Na segunda-feira me carregaram de novo da cela, me levaram pra uma tortura chamada *cadeira do dragão*. É uma cadeira com braços em que amarra os braços e amarra as ‘perna’ e vão dando choque e à medida que a gente recebe o choque, o corpo se suspende, balança e vai roendo, vai rasgando a canela [...] chega a ralar o osso da canela. Eu tenho ainda as marcas. Bem, quem dirigiu a tortura nesse dia foi o Capitão Benone Albernaz, que já faleceu, ele já é falecido. Aí eu devo ter passado muito mal durante a noite e me mandaram pro hospital, eu acordei no hospital, isso era no dia 23 de novembro, no dia que eu fui presa. Quando eu acordei já era dezembro no Hospital Militar do Cambuci. Eu tenho umas lembranças assim de eu acordar, eu dormia de novo, parece uma nuvem assim. Eu acho que, acho que apareceu uma freira. Mas é muito ‘nublado’ a minha lembrança. Eu sei que um dia eu acordei de vez, acordei de verdade, acordei de verdade e aí me levaram de volta para a Operação Bandeirante.²⁶⁹

Neste trecho, Derlei descreve os tipos de tortura que sofreu nos dois primeiros dias na Oban chamando a atenção para a forma como estas funcionavam e para as marcas físicas que ainda a acompanham.²⁷⁰ O ápice do seu tormento, de acordo com a militante, se deu no segundo dia de tortura, quando o seu corpo já não aguentava mais e ela entrou em coma, não mais conseguindo lembrar o que se passava ao seu redor. Esta situação de proximidade da morte, indiretamente apontada neste relato, paralela a esta lembrança “nublada”, é apresentada pela sua memória como uma manifestação que ultrapassa a realidade:

Eu acredito no espírito, acredito na alma. Quando entrei em estado de coma, na tortura, lembro-me de ter entrado num túnel e a impressão que ia morrer. Então me preparei para morrer. Rezei, fiz o ato de contrição. Quando eu estava indo, um forte vento me puxou de volta. Espantei-me. Não entendi como podia ter sobrevivido. Hoje eu entendo: sobrevivi para poder contar essa história, a minha e a de meus companheiros. [...] Eu creio que sobrevivi por isso e acho que tenho o dever de levantar esta questão. Outros companheiros sentem essa mesma obrigação. Eu só sobrevivi por milagre de Deus. Como explicar o fato de um torturador, que já havia matado muitos, ter me mandado para o hospital? [...] E ele não tinha nenhum motivo

rememoração intermediado por documentos, diários, etc., pode ser acionada como uma forma de reavivar algum aspecto perpassado pelo esquecimento.

²⁶⁸ Tal entrevista se deu poucos dias depois do depoimento que Derlei concedeu à *Comissão da Verdade* e do encontro com o torturador Homero César Machado, um dos seus algozes, que na época, segundo ela, era Capitão de Artilharia do Exército e chefe da equipe de uma das equipes de interrogatórios (DE LUCA, 2002, p. 83-84).

²⁶⁹ Entrevista concedida a Walmir Matos, *Rádio AL*, set. 2014.

²⁷⁰ Esta narrativa é muito semelhante a outros relatos de Derlei presentes, por exemplo, na sua autobiografia, em um depoimento concedido ao documentário *Derlei - Un'altra memoria veneta in Brasile* (2008) e no seu depoimento na *Comissão da Verdade*. Salvo algumas alterações, a estrutura, que chama a atenção para o detalhamento das torturas, é muito parecida.

para tomar essa atitude. Eu tenho que acreditar que existe alguma coisa superior à mim, à minha vontade. [...]²⁷¹

Nesta entrevista, concedida a uma revista católica em 2003, Derlei ressalta a questão da religiosidade, enfatizando que acredita que sobreviveu ao coma resultante das torturas por um “milagre de Deus” e que a sua missão, a razão para ter escapado da morte, é relatar o que vivenciou.²⁷² Neste mesmo trecho, ela faz referência a um torturador que a mandou para o hospital ao constatar que ela estava muito mal. Apesar de não citar o nome deste agente da repressão, nota-se que, nos seus depoimentos, Derlei costuma apontar os nomes dos torturadores como uma forma de denúncia, bem como uma maneira de personificar a violência cometida pela ditadura. Neste sentido, eram homens que torturavam em nome e com o aval do governo brasileiro. E são justamente estes homens, e as suas manifestações de brutalidade, que povoam as suas lembranças mais dolorosas:

Parecia cena de guerra. [...] É uma coisa espantosa, por isso que a gente não consegue esquecer. Se estabelece uma relação tão forte entre o torturador e o torturado que é muito difícil você esquecer do rosto da pessoa. Eu me lembro até da roupa que ele tava vestido, ele tava vestido com, ele não tava fardado, tava vestido com um paletó, com um suéter azul.²⁷³

Para esta militante, as lembranças incômodas são fruto de uma relação estabelecida com seus torturadores, já que são estes que detêm o poder de vida e de morte em relação ao torturado (DE LUCA, 2002). Como esquecer o rosto destas pessoas? É nesta perspectiva que a militante traz, de forma recorrente em suas memórias, a presença de um dos torturadores, aquele que, segundo ela, foi o único a não suplicia-la:

Tem dois episódios do capitão Dalmo²⁷⁴ que eu sei que torturou um monte de gente, mas que, no meu caso específico, me mandou pra o hospital e reconheceu que eu não tinha mentido. Então eu não posso dizer que ele fez alguma coisa errada comigo, compreendeu? [...] No meu caso, a tortura era reservada ao capitão

²⁷¹ Entrevista à Angelo Ademir Mezzari, *Rogate*, mar. 2003.

²⁷² Esta visão pautada na religiosidade não se manifestou apenas neste relato. Na sua autobiografia são várias as menções a uma proteção divina que a acompanha, bem como no seu depoimento à *Comissão da Verdade*. Sobre o episódio do coma, que também aparece nestes depoimentos, ela afirmou o seguinte à referida *Comissão*: “o que eu me lembro depois de depois dias intensos de tortura era de entrar num túnel, tinha umas pedras luminosas assim, não era iluminada não, era luminosa, eu me sentia muito tranquila, muito feliz e tava entrando naquele túnel, indo, indo, indo [...] E daqui a pouco um vento me puxou de costas aí eu acordei no Hospital Militar do Cambuci. [...]”

²⁷³ Entrevista à Walmir Matos, *Rádio AL*, em set. 2014. Esta entrevista foi concedida dias após o seu encontro com Homero César Machado. É a ele que Derlei se refere.

²⁷⁴ Capitão Dalmo Muniz Cyrillo. De acordo com Derlei, na época este era Capitão de Intendência do Exército e chefe de uma das equipes de interrogatório da Oban.

Maurício e ao capitão Homero. Quem mais me torturou... todo dia de interrogatório que o capitão Homero era o chefe da equipe eu era torturada.²⁷⁵

Em sua autobiografia, em meio às denúncias da sanha dos seus algozes, Derlei afirma que, na época, alimentava esperanças de não ser torturada pelo “Capitão Dalmo” tendo, inclusive, travado alguns diálogos com ele, sempre negando a sua participação em qualquer organização de esquerda. Ao analisar esta passagem, mais de trinta anos depois, comenta que algumas pessoas que leram o seu relato disseram que ela teria sido condescendente com o agente da repressão. Salienta, porém, que, ao tratar desta questão, apenas conta “como foi” e “como sentia” naquele momento, mesmo tendo a consciência de que aquele homem era um torturador.

Entende-se que, para além da identidade de grupo vinculada, inclusive, à sua militância junto a movimentos que reivindicam a luta contra o esquecimento das atrocidades cometidas pela ditadura civil-militar, Derlei também apresenta nas suas memórias indícios de uma subjetividade formada, dentre outros elementos, por sentimentos contraditórios, que enriquecem a narrativa e revelam a complexidade deste testemunho, caracterizado pela necessidade de reconstruir e compartilhar a sua experiência tal qual a concebe, inclusive no que se refere a alguns aspectos traumáticos que podem expô-la a críticas.²⁷⁶

Mas, se por este lado, a referida militante pode ser questionada ou até mesmo se tornar alvo de julgamentos²⁷⁷, em outros aspectos, as suas memórias também podem funcionar como um instrumento de conexão atualizada com um passado, que, vindo a público, atrai a admiração de leitores e ouvintes, sobretudo, pelo seu comportamento diante das torturas.²⁷⁸ Ter resistido em silêncio não sucumbindo ao jogo dos torturadores (DE LUCA, 2002) coloca esta militante num lugar meritório se levarmos em conta uma espécie de ética da militância de esquerda, que além da necessidade do sigilo em situações-limite considerava/considera o silêncio como algo louvável no momento da tortura.

Gonçalves (2009) assevera que aqueles militantes que cumpriram estas exigências, sofrendo na pele as conseqüências, são hoje considerados uma referência sendo os seus atos

²⁷⁵ Depoimento à *Comissão da Verdade*. Cabe ressaltar que, neste mesmo dia, a Comissão iria colher o depoimento de Homero César Machado. Neste sentido, as informações referentes à atuação deste agente da repressão seriam importantes no intuito de apontar a sua participação nas torturas ocorridas nas dependências da Oban e DOI-Codi de São Paulo.

²⁷⁶ Derlei afirma que, na época, um companheiro a acusou de dialogar com a repressão (VERÍSSIMO, 1998; DE LUCA, 2002).

²⁷⁷ Ao se explicar a relação estabelecida entre ela e o agente da repressão apenas como um jogo em que o torturador “bonzinho” busca ganhar a confiança da vítima já fragilizada, corre-se o risco de desconsiderar a peculiaridade destas memórias, carregadas de subjetividade neste sentido.

²⁷⁸ Neste caso, considera-se aquelas pessoas que não se identificam com as versões dos defensores da ditadura civil-militar.

revividos constantemente pelo grupo, por eles mesmos e pelos meios de comunicação.²⁷⁹ É a partir deste olhar, vinculado a uma identidade de militante e, conseqüentemente, a uma memória coletiva que reverencia o comportamento daqueles que silenciaram, independente da intensidade das violências sofridas, que Derlei afirma se alegrar por ter ultrapassado os limites da dor, resistindo além do que ela podia imaginar (Derlei Catarina De Luca in: VERÍSSIMO, 1998), compartilhando com Loreta Valadares (2005) e com outros/as militantes a ideia do silêncio como um fator crucial de resistência à tortura.²⁸⁰

Ao rememorar o período em que o seu *corpo* foi transformado em um *campo de batalha* (JOFFILY, 2010), esta mulher costuma afirmar que a motivação para a sua resistência foi o amor e a lealdade à Ação Popular, localizados em companheiros e amigos em quem ela pensava enquanto era torturada.²⁸¹ Ao responder ao questionário elaborado por Veríssimo (1998), no qual refletiu sobre como definia “resistência individual”, asseverou que esta se caracterizava como “não falar, não entregar ninguém, superar os limites da dor, podia chorar à vontade, não precisava apanhar sem chorar, mas não deixar-se dominar pelo medo. Colocar o amor pelos companheiros acima do medo da morte.” (Derlei Catarina De Luca in: VERÍSSIMO, 1998, p. 108). Já na sua autobiografia mencionou que, em um momento, chegou até a pensar na possibilidade do suicídio, mas não queria morrer, e, por isso, manteve-se em silêncio (DE LUCA, 2002). Já em seu depoimento à *Comissão da Verdade*, considerou que a sua situação poderia ter sido mais delicada se a repressão tivesse informações acerca da sua militância na AP:

O susto foi tão grande, mas eu sempre tive muita proteção espiritual na vida que me perguntavam só coisa do Marighella. [...] E dia 23 de novembro foi dezenove dias depois da morte do Marighella. Só tinha gente da ALN presa, eles achavam que eu era Maria Aparecida Costa e que meu documento fosse falso. Então tudo que eles perguntaram eu não sabia nada realmente. Era fácil de não falar.²⁸²

²⁷⁹ Em contrapartida, considera-se que existe quase que um silenciamento daqueles/as que não resistiram e acabaram entregando alguma informação que comprometeu, de alguma forma, outros/as militantes e atingindo direta ou indiretamente a atuação das organizações. Uma das poucas mulheres que falaram a respeito desta experiência foi Maria Luísa G. Rosa, que deu um depoimento no filme *Que bom te ver viva*, relatando a autocobrança por ter “entregue” informações em meio às torturas e a sensação de solidão diante da incompreensão dos companheiros. Gasparotto (2012), por sua vez, em seu trabalho sobre os *arrepentidos*, faz uma reflexão importante ao tratar das memórias destes personagens, afirmando que a imagem negativa consolidada em torno destas pessoas contribuiu para o seu “não lugar” no interior desta memória “oficial” do grupo em questão.

²⁸⁰ Em sua autobiografia, ao falar sobre a primeira noite que passou na Oban, ressalta: “Do ponto de vista de superação de mim mesma, foi uma noite importante, da qual me orgulho.” (DE LUCA, 2002, p. 85).

²⁸¹ De Luca (2002); Entrevista concedida a Vítor Santos. *Agência AL*, 31 mar. 2014.

²⁸² Depoimento concedido à *Comissão da Verdade*, set. 2014.

Para além do seu comportamento individual, Derlei reitera o espírito altruísta dos/as militantes, que aguentavam firme a todos os tipos de provações: “A gente sabia que podia morrer, sabia que podia ser preso. Só que a gente estava disposto a pagar o preço.”²⁸³ Tais análises acerca da sua experiência de tortura, vinculadas a projetos coletivos, revelam a complexa relação entre memória individual e memória coletiva, entre subjetividade e identidade de grupo. Neste caso, mesmo uma experiência única e individual é rememorada a partir de um sentimento de pertencimento a uma coletividade que orienta esta análise posterior ao vivenciado. Entretanto, tal cumplicidade não conseguiu, nem no passado nem no momento da rememoração, dar conta de determinadas vivências, encaradas como de ordem estritamente pessoal. A maternidade é um exemplo deste limite.



Derlei, em 01 setembro de 2014. Neste dia, a militante deu seu testemunho à *Comissão da Verdade* e encontrou um dos seus torturadores, Homero César Machado.

Foto: Agência AL. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/que-ro-perguntar-onde-esta-o-corpo-do-paulo-diz-derlei-de-luca-sobre-encontr>. Acesso: 04 set. 2014.

²⁸³ De Luca (2002); Entrevista à Angelo Ademir Mezzari, *Rogate*, mar. 2003; Entrevista concedida a Paula Salvador, estudante de Jornalismo da UFSC, jun. 2012.

4. REINVENTANDO A VIDA: MEMÓRIAS DE UMA MÃE/MILITANTE

Manhã de 18 de abril de 1972, em Londrina, Paraná. Há três meses Derlei havia dado à luz a Zé Paulo, um lindo garotinho de cabelos negros. Neste dia, ela foi ao açougue e levou a criança consigo enquanto o pai do seu filho, César, compareceu, sem que ela soubesse, a um *ponto de chegada* da AP. Na volta, foi surpreendida por dois homens da polícia que, após terem prendido o seu companheiro, foram em busca da militante e a levaram para casa. Ao chegar à sua rua, enquanto constatava a curiosidade da vizinhança, viu César algemado em um carro. Mostrou os documentos que tinha posse naquele momento, conseguindo confundir aqueles homens, que acreditaram que ela era Maria Luísa Vitalli, e não Derlei Catarina De Luca, a quem procuravam. Estes saíram deixando-a com a criança nos braços e com uma sensação de alívio e de medo, afinal, já havia sentido na pele os métodos utilizados pela repressão.

Em meio à casa bagunçada, com as fraldas do bebê e outros objetos jogados pelo chão, percebeu que aqueles homens não haviam deixado nenhum policial vigiando o local. Era a sua chance de escapar. Rapidamente arrumou algumas coisas da criança numa sacola amarela e se pôs a andar sem rumo, sem ideia do que fazer. Enquanto caminhava, pensava na possibilidade de seu marido não conseguir aguentar as torturas e reconhecê-la como Derlei Catarina De Luca. Precisava sumir da cidade. Mas, e o seu filho? O que fazer com aquela criança quieta nos seus braços e que poderia vir a ser um alvo da violência da repressão, caso a capturassem no caminho? Mas, que caminho, para onde iria? Imediatamente lembrou-se de uma mulher com quem havia dividido a cela no DOPS paulista, cuja filha de poucos meses havia sido submetida a choques elétricos. Lembrou também de um garotinho, filho de companheiros da AP na Bahia, que a repressão manteve em suas mãos ameaçando-o para que entregassem os amigos dos pais.

O pavor de que algo acontecesse com o seu filho a deixou em estado de alerta. Concluiu que o melhor a fazer seria deixar a criança com o médico pediatra que o havia atendido e pedir que o entregassem à sua família. Foi até o hospital onde o bebê havia nascido, mas antes que entrasse avistou Joana Lopes²⁸⁴, que vestia um casaco preto, cujo rosto

²⁸⁴ Joana Lopes era uma pessoa conhecida em Londrina por ser uma artista, ligada, sobretudo, ao teatro. De acordo com Debértolis (2002), assim que chegou nesta cidade, em 1971, Joana passou a ganhar espaço na imprensa local, principalmente no jornal *Folha de Londrina*. Foi uma das fundadoras do jornal *Brasil Mulher*, em 1975. Cabe ressaltar que ela foi vigiada por um agente da Polícia Federal durante todo o período em que

conhecido lhe pareceu uma luz no fim do túnel. Aproximou-se e falou da prisão do marido pelos órgãos de repressão. Colocou o seu bebê nos braços de Joana e pediu que o deixasse na maternidade cuidando para que ele fosse enviado para Santa Catarina, onde morava a sua família. Pediu também que avisasse a algumas pessoas o que havia acontecido. Enquanto isso, Joana lhe deu o casaco, onde havia colocado dinheiro no bolso e mandou-a buscar a ajuda de um homem em outra cidade. Seguiu as orientações dadas, deixando a vida do seu filho de apenas três meses nas mãos de alguém que conhecia apenas de vista. Diante de tal situação periclitante, em que a repressão havia chegado muito próxima, deixando-a escapar por um triz, sentiu que aquela era a melhor decisão: se afastar da criança para que ela não sofresse na pele a ira dos torturadores. Naquele momento, não sabia se e quando o veria novamente. No seu coração, o medo de ser presa na companhia do filho deu lugar ao alívio, juntamente com a dor da angústia e da saudade. Tais sentimentos perduraram por cerca de dois anos e meio, quando, Derlei, enfim, pôde ter Zé Paulo novamente em seus braços, passando a materná-lo no exílio.²⁸⁵

Este momento de dor experimentado por Derlei De Luca se mostra de forma recorrente nas suas memórias em diversos testemunhos, escritos ou orais, sobre a sua trajetória como militante, de forma “rápida” ou detalhada, apresentando *pontos invariantes* que se unem para formar a narrativa apresentada. Tal acontecimento traumático foi experimentado e/ou temido por muitas outras mulheres que, assim como ela, vivenciaram a maternidade no período de militância junto às organizações de esquerda no contexto de ditadura civil-militar brasileira. Em alguns casos, esta separação foi rápida e/ou provisória, em outros, definitiva.²⁸⁶

Aquelas mães/militantes que sobreviveram à violência promovida pelo Estado brasileiro, do referido período, ao compartilharem publicamente as suas experiências de afastamento forçado dos seus filhos, principalmente em situações-limite relativas à prisão ou captura iminente, trazem à tona a complexa relação entre memória, gênero e trauma,

morou em Londrina, chegando a ser interrogada por este homem, em 1975. Apesar de não integrar nenhuma organização de esquerda, a artista conhecia alguns militantes, já havendo desenvolvido, inclusive, um trabalho junto a operários do ABC paulista a pedido de Herbert José de Souza, militante da AP, em 1969 (DEBÉRTOLIS, 2002). Logo, entende-se que Derlei entregou o seu filho a alguém que acreditava que não o colocaria em risco.

²⁸⁵ Esta narrativa é uma adaptação das memórias de Derlei, contidas em sua autobiografia e em seu depoimento à *Comissão da Verdade*.

²⁸⁶ Refiro-me aqui a casos de mulheres que se separaram dos/as filhos/as e que nunca mais voltaram a vê-los/as, a exemplo de Soledad Barret Viedma, militante da VPR, que deixou a sua filha de um ano e meio em Cuba, na companhia de Damaris Oliveira Lucena, vindo para o Brasil no final de 1970. Em 1973, Soledad foi assassinada em uma chácara na cidade de Paulista, em Pernambuco, num episódio que ficou conhecido como “massacre da chácara de São Bento”, em que ela e mais cinco pessoas foram presas e torturadas até a morte pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. O detalhe é que o responsável pelas informações que levaram Fleury até o local foi “Cabo Anselmo”, de quem Soledad estava grávida. Nasandy, sua filha, foi criada por Damaris.

permeadas pelas “lutas do presente”. Entretanto, ao se ampliar a análise para as suas vivências como mães durante a militância política, têm-se também a oportunidade de refletir, através de pequenas cenas do cotidiano, desenhadas e coloridas pela memória, sobre parte das implicações e vicissitudes próprias da maternidade, experimentada em meio às situações de clandestinidade e perseguição política. Estas foram experiências marcadas por múltiplas e constantes reinvenções referentes à tentativa de conciliação entre o “ser mãe” e o “ser militante”, cujas adaptações, negociações e resistências se mostravam a cada momento. É destas experiências e memórias, que apresentam diferentes práticas, sentimentos, escolhas e identidades, que este capítulo busca tratar, pensando a vivência de Derlei De Luca como singular e plural em relação a outras mães/militantes como ela.

4.1. SER MÃE É...: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para refletir sobre a maternidade vivenciada e rememorada pelas mães/militantes é importante, primeiramente, tentar responder à seguinte indagação: o que é ser mãe? Esta é uma pergunta cuja resposta a maioria das pessoas acredita que é fácil responder: ser mãe seria estar presente, cuidar, amparar, orientar o/ filho/a, proteger dos perigos do mundo, principalmente nos primeiros anos da criança. Estas seriam as características de uma “boa mãe”, algo ligado, segundo a ideia hegemônica, a um tal de *instinto materno*, que regeria a relação entre a mãe e o filho, em especial, o bebê.

Para algumas estudiosas, apesar da relação mãe-filho normalmente ser vista como algo vinculado a uma “natureza feminina”, estas foram ideias construídas historicamente, o que denota que o *instinto materno* é um mito, não existindo uma universalidade nas condutas das mães, que, dentre outras características, se mostram, na prática, como atreladas aos diferentes contextos históricos e culturais:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional”. (BADINTER, 1985, p. 367).

O paradigma da maternidade das sociedades ocidentais, cujo papel da *boa mãe*²⁸⁷, idealizado e exigido, é o principal esteio, foi construído a partir do último terço do século XVIII. Inicialmente, despertou o interesse de muitas mulheres, tanto por estar embutido num discurso que prometia a felicidade como sendo decorrente da maternidade quanto pela valorização social que representava. Com o passar do tempo, o *amor materno* passou a ser considerado como uma condição natural e um instrumento de papel social, (BADINTER, 1985; ROCHA-COUTINHO, 1994). Isto ajudou, ao longo do século XIX, a demarcar o espaço público e privado no interior do sistema capitalista a partir de um “processo de sentimentalização do espaço privado familiar” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 34) em que a procriação seria “uma das doçuras do casamento” (BADINTER, 1985).

O lar passou, então, a ser centrado no sentimento do *amor materno*²⁸⁸ e na figura da mãe, a quem a responsabilidade pelo bem-estar e a educação dos filhos se tornou uma atribuição cada vez mais ampliada, já que tanto o sucesso quanto o fracasso destes seriam a ela imputados (BADINTER, 1985; ROCHA-COUTINHO, 1994; D’INCAO, 2004; FREIRE, 2006; SCOTT, 2012). Neste caso, Badinter observa que “[...] as mulheres se sentiram cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir seu dever, consideravam-se culpadas.” (BADINTER, 1985, p. 235). Esta relação entre responsabilidades, (auto)cobrança e culpa, vivenciada por algumas mulheres, teria no ideal de *boa mãe* uma aspiração a ser alcançada, algo justificado por discursos que concebiam a maternidade como um destino biológico a ser respeitado:

A fim de se assegurar sua permanência no espaço fechado do lar, começam, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais que isso, atribuiu ao sentimento materno um “caráter inato” e, portanto, compartilhado por todas as mulheres. É assim que características biológicas – a maternidade inscrita no corpo feminino – passam a assumir um significado social. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 36)

²⁸⁷ O ideal da *boa mãe* a definiria como uma mulher dedicada e altruísta que atendesse às necessidades dos filhos. É importante salientar que o ideal da *boa mãe*, como representação social, é histórica, tendo, desta forma, sofrido alterações em determinados aspectos ao longo do tempo. Há que se considerar que, de acordo com a sociedade ou com o lugar social ocupado pela mulher, este modelo pode variar. No entanto, reconhece-se que, apesar das mudanças ao longo do tempo, após a construção/legitimação da maternidade atrelada ao amor materno, algumas características atribuídas e exigidas às mães continuaram a definir uma *boa mãe*: a presença e o protagonismo na educação dos filhos.

²⁸⁸ Este sentimento, que provavelmente sempre existiu, mesmo que não tenha sido experimentado por todas as mães, até então não era valorizado. Assim como também não era atribuído às mulheres como uma característica inata, que, além de proporcionar a felicidade, deveria ser respeitado para o bem de todos (BADINTER, 1985).

No Brasil do século XIX, tais atributos também passaram a ser ressaltados pelas classes abastadas, adotando-se, por exemplo, discursos que, ao mesmo tempo em que combatiam a prática da amamentação através da utilização de amas-de-leite escravas, enfatizavam a necessidade do protagonismo das mães no que dizia respeito a todos os cuidados para com as crianças, salientando que estas últimas não mais poderiam ser deixadas “[...] sob influência de amas, negras ou ‘estranhos’, ‘moleques’ da rua.” (D’INCAO, 2004, p. 229). Em contrapartida, às mulheres das classes desfavorecidas tais preceitos se mostravam distantes. Como demonstra Dias (1995), muitas destas eram mães solteiras ou concubinas, responsáveis pelo sustento dos seus domicílios, que se viam diante da necessidade de improvisarem a própria sobrevivência exercendo papéis masculinos de liderança (chefes de família/ provedoras) ao lidarem com as dificuldades do dia-a-dia, tentando multiplicar o pouco que tinham. Realidades em que tanto mães quanto crianças trabalhavam para conseguir o sustento, algo diferente do que era pregado pelas classes dominantes. Neste sentido, Scott (2012) afirma que esses valores não tiveram a mesma importância para estas pessoas, apesar de o ideal de família burguesa se tornar um novo parâmetro.²⁸⁹

Mesmo não sendo vivenciada da mesma forma por todas as mulheres, inclusive por questões econômicas, a centralidade do papel das mães, tido como natural e como um “ato espontâneo de amor” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 91), continuou a ser reafirmada, principalmente, até a primeira metade do século XX²⁹⁰. Ao longo dos anos 60, continuou a se impor, não obstante a busca das mulheres pela ampliação do seu espaço de atuação, principalmente no final desta década. Para aquelas, pertencentes às classes abastadas, que passaram a penetrar no mercado de trabalho e nas universidades, o antigo e exclusivo papel de mãe, esposa e dona-de-casa se ampliou cedendo espaço para o de profissional. Neste sentido,

²⁸⁹ Dias (1995) atenta, dentre outras questões, para a complexidade das relações sociais vivenciadas por estas mulheres, considerando que, apesar da manutenção dos “laços de solidariedade” referentes à luta pela sobrevivência, existiam também tensões ligadas à hierarquia racial na convivência entre brancas empobrecidas e “mulheres de cor”, onde certa distância era considerada pelas primeiras como necessária. Além disso, havia certa desconfiança e reprovação em relação àquelas que fossem consideradas como “desordeiras”, de “má fama”. Como mulheres do seu tempo, adaptaram alguns valores das classes dominantes à sua realidade.

²⁹⁰ Na década de 20, por exemplo, a puericultura, como especialidade científica que tratava da manutenção da saúde e desenvolvimento das crianças, passou a enfatizar a responsabilidade exclusiva das mães na saúde, bem-estar e educação dos filhos, mesmo que sob a orientação de médicos especialistas. Para isto, contou, dentre outros meios, com a ajuda de colunas específicas em revistas femininas, consumidas pelas classes abastadas, que, dentre outros padrões de comportamento de mulheres, valorizavam e ressaltavam as atribuições da “mãe moderna”, bem-informada. A sua atuação deveria ser orientada pelo saber médico, sobretudo, no que dizia respeito à alimentação e higiene. Feministas, médicos, e outros colaboradores concordavam que a maternidade apesar de ser um “instinto natural”, deveria ser ensinada. Seguindo esta linha, exaltava-se a função da mãe, colocando-a tanto num lugar de missão divina quanto no de felicidade individual e dever social. Nesta perspectiva, anúncios de produtos alimentares para bebês faziam uma apologia à maternidade como um exercício sempre prazeroso e suficiente para a realização plena das mulheres (FREIRE, 2006).

o “dever” de mãe passou a conviver também com outras atribuições, cabendo a estas tentar buscar um equilíbrio entre a sua atuação no espaço privado e as suas atividades profissionais.

O exercício da maternidade como uma função a ser exercida com “perfeição” ainda era, portanto, a ideia corrente no referido período.²⁹¹ O olhar, que vinculava o *amor materno* à presença da mãe e ao “saber cuidar”, continuava impositivo e fiscalizador, não perdoando a transgressão de quem não fosse considerada uma *boa mãe*, algo que, a depender do segmento social, tanto poderia significar a total dedicação ao lar e aos filhos quanto poderia ser representado por aquelas que, apesar de investirem nas suas carreiras ou trabalharem por uma questão de necessidade, não esqueciam que os seus filhos ainda eram uma prioridade. As cobranças que circundavam o ideal da *boa mãe* ainda poderiam implicar em condenações morais e resultar no sentimento de culpa por parte de algumas mulheres, preocupadas em não agirem de forma negligente e/ou serem acusadas como tal²⁹². Contudo, há que se considerar que, apesar das cobranças e da culpa em potencial, a alegria de ser mãe era (assim como ainda é) considerada como a recompensa para qualquer contratempo.

A *maternidade* enquanto construção social pode ser entendida, então, como uma representação que, de forma contextualizada, tem acionado discursos e práticas diferenciadas, possibilitando a (re)construção da identidade de boa parte das mulheres. Neste caso, embora os discursos, desde os filosóficos do século XVIII até os psiquiátricos do século XX (BADINTER, 1985), tenham se transformado ao longo da história, tal representação, centrada no *amor materno* e no mito da *mulher-mãe*, pouco se modificou.

Quanto às práticas, apesar de envolverem a questão do cuidado e da educação dos filhos, principalmente no que se refere aos primeiros anos das crianças (*maternagem*), pode-se afirmar que estas sofreram mudanças e permanências, bem como se deram em função das vivências de cada mulher, pertencentes, por exemplo, às diversas classes sociais. Neste caso relativo às diferentes vivências e práticas, pode-se falar em maternidades, algo que também pode ser definido a partir de contextos de perseguição política. Este é o exemplo daquelas mulheres militantes de esquerda que se tornaram mães durante a ditadura civil-militar brasileira e cujas performances de gênero, apesar de não contemplarem algumas das representações “do feminino” daquele momento, a exemplo da fragilidade e do desinteresse/incapacidade para a atuação política, se identificavam com a representação da maternidade acima discutida (REIS, 2012).

²⁹¹ Neste caso, considera-se que, apesar da existência do ideal da “mãe perfeita”, na prática isto nunca se deu.

²⁹² Tais cobranças ainda persistem.

4.2. MATERNIDADE(S) EM CONTEXTOS DE LUTA E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA DURANTE A DITADURA

Ao se percorrer a historiografia que se concentra no período referente à ditadura civil-militar no Brasil, mesmo em trabalhos que tratam da “militância feminina”, muito pouco se encontra a respeito das vivências e memórias de mulheres pertencentes a organizações de esquerda que se tornaram mães em meio aos contextos de luta e perseguição política. É bem verdade que determinadas questões relativas à(s) maternidade(s) destas mulheres são mencionadas em alguns estudos, mas de forma não aprofundada, sendo poucos os trabalhos que se concentram nesta temática, o que significa que a historiografia ainda carece de investigações que se voltem para a peculiaridade da relação maternidade/militância no referido período.

Geralmente, os trabalhos pertencentes ao campo da História que tratam da “militância feminina” de esquerda e/ou os seus desdobramentos durante a ditadura, ao tocarem na temática da maternidade apresentam-na a partir de três aspectos que nem sempre estão presentes ao mesmo tempo. O primeiro deles é o da maternidade como um problema para as organizações, em que é mencionada, mas não aprofundada, a não aceitação, principalmente da gravidez, por parte dos agrupamentos políticos de esquerda brasileiros.²⁹³ O segundo aspecto, mais presente em estudos sobre a “militância feminina”, é o da referência ao drama de algumas militantes que tiveram as suas condições de mães exploradas pela repressão como uma forma de tentar submetê-las quando capturadas. Nestes trabalhos, a maternidade é, geralmente, apresentada sob a ótica da utilização da especificidade de gênero pelos torturadores, que também lançavam mão de outros elementos ligados à “identidade feminina”.²⁹⁴ O último aspecto que aparece em trabalhos pertencentes ao campo da História, é o da tentativa de conciliação entre maternidade(s) e militância(s), principalmente em situações de clandestinidade. Tais estudos, que tratam desta temática de uma forma mais detida, se propõem a analisar como as mulheres militantes se lembram das suas vivências como mães em meio às atividades políticas que realizavam naquela época.²⁹⁵

²⁹³ Ferreira (1996); Pereira (2009); Back (2011); Reis (2012; 2013).

²⁹⁴ Ferreira (1996); Colling (1997); Cunha (2002); Joffily (2009); Pereira (2009); Veiga (2009); Joffily (2010); Rago (2010; 2013); Wolff (2013).

²⁹⁵ Pereira (2009); Reis (2012; 2013); Koerich (2014).

Outra abordagem da historiografia que trabalha com a questão da maternidade no referido período é aquela que se refere à luta de mães de presos, mortos e desaparecidos políticos brasileiros, que utilizavam alguns aspectos da representação da maternidade como uma forma de legitimar as suas lutas, denunciando as atrocidades da ditadura e, ao mesmo tempo, tentando ganhar a empatia da sociedade.²⁹⁶ Neste sentido, Duarte (2009), ao pensar as atividades e memórias acerca do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975, no Ceará, aponta a mobilização de algumas estratégias baseadas no gênero, dentre elas a maternidade, como uma forma ganhar visibilidade pública e de busca por proteção num contexto marcado pela perseguição política. Já Wolff (2013), afirma que emoções e sentimentos foram empregados, ao serem expostos publicamente, com o intuito de apresentar o caráter humano dos militantes a partir da fala das suas mães, que denunciavam a tortura e o desaparecimento, e, conseqüentemente, sensibilizar a opinião pública em contextos de ditaduras no Cone Sul, América do Sul, dentre eles o Brasil. Machado (2013), por sua vez, fala da atuação não só de mães, mas de pais de militantes presos, mortos ou desaparecidos a partir da noção de *jogos de gênero*²⁹⁷, em que papéis de gênero foram utilizados como uma tentativa de auxiliar os filhos. O referido historiador ressalta, porém, que os pais nunca apelaram para a paternidade como uma forma de justificar a sua ação ou de sensibilizar as autoridades, ao contrário das mães. Estes são trabalhos cujos olhares se voltam para outros tipos de militância: aquelas entrelaçadas à representação da mãe como protetora do lar e dos filhos e, sobretudo, baseadas na ideia do *amor materno*, que encorajava o desabafo público convertido em denúncias e, ao mesmo tempo, em buscas por uma pacificação.

Dentre os estudos que tratam da maternidade de mulheres militantes pertencentes às organizações de esquerda durante a ditadura, o artigo de Pereira (2009) e a monografia de Reis (2012) são os que, para além da análise de memórias que tratam da tentativa de conciliação entre maternidade(s) e militância(s), focando em especial no plano subjetivo, mais se aproximam de elementos que esboçam, de alguma maneira, um pouco das “cenas cotidianas e aparentemente inexpressivas” (PEREIRA, 2009) vivenciadas pelas

²⁹⁶ Ferreira (1996) traz em seu livro as memórias dos pais de uma militante assassinada pela ditadura, que travaram uma batalha para resgatar o corpo da filha. Colling (1997), por sua vez, menciona o papel importante que as mães das militantes por ela estudadas tiveram na luta pela vida das suas filhas.

²⁹⁷ Tanto Duarte (2009) quanto Machado (2013) pensam em *jogos de gênero* a partir da noção de Luc Capdevila, que afirma que estes são “estratégias de ação pautadas em modelos aceitos para a atuação feminina, utilizadas em contextos históricos de guerras ou ditaduras [...], quando as mulheres emergiram na esfera pública utilizando, de forma consciente ou inconsciente, papéis reconhecidos como femininos.” (MACHADO, 2013, p.180).

mães/militantes pesquisadas.²⁹⁸ Neste sentido, cabe destacar algumas produções, pertencentes ao campo da Psicologia, que também refletem sobre a tentativa das mulheres militantes de equilibrar as atividades políticas com o seu “papel de mãe” buscando, sobretudo, pensar os sentidos da maternidade para tais mulheres, em especial aquelas que vivenciaram esta experiência em contextos de clandestinidade, algo que, segundo as autoras, foi permeado por conflitos e pela necessidade de escolha entre ser mãe e militante.²⁹⁹

4.2.1. A maternidade como um problema para as organizações de esquerda: conflitos e/ou negociações

Para se pensar em maternidades de mulheres militantes, é importante, inicialmente, ter em mente que, justamente em função das atividades políticas de esquerda e dos seus desdobramentos no período da ditadura, estas conviveram, muitas vezes, com situações-limite, a exemplo da clandestinidade, tortura e prisão. Entretanto, há que se pensar também na multiplicidade de experiências e memórias neste sentido, pois o ser mãe foi vivenciado de variadas formas entre estas militantes, algo que, dentre outras coisas, dependeu do momento em que estas mulheres se tornaram mães e do grau de exposição delas e dos seus filhos ao perigo representado pelos órgãos de repressão.

Outra questão importante a ser considerada é que, não obstante a oposição das organizações de esquerda brasileiras no que se refere a situações de gravidez, nem todas as mulheres foram pressionadas a não levarem adiante a gestação, bem como nem todas as que foram constrangidas neste sentido, cederam às propostas de não terem os seus bebês. Por outro lado, é necessário considerar também que o período em que tais maternidades foram anunciadas/vivenciadas se mostrou fundamental no posicionamento das organizações. Neste caso, existiram aquelas militantes que se tornaram mães enquanto viviam em situação de

²⁹⁸ Pereira (2009) centrou as suas análises nas entrevistas de duas militantes: uma argentina e uma brasileira, esta última, pertencente ao PC do B. Reis (2012), por sua vez, analisou as autobiografias de quatro mulheres militantes que integraram a Ação Popular, dentre as quais apenas uma não teve filhos. São elas: Derlei Catarina De Luca, Maria Lúcia Resende Garcia, Loreta Valadares e Catarina Meloni.

²⁹⁹ Veloso; Gianordoli-Nascimento; Ferreira (2010); Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012); Cruz (2013). É importante ressaltar que, ainda na década de 90, o livro de Maria Auxiliadora Arantes, *Pacto (re)velado: psicanálise e clandestinidade política* (1994), ao refletir sobre as questões pertinentes à clandestinidade sob o viés da psicanálise, utilizando alguns depoimentos de militantes, homens e mulheres, trouxe à tona algumas problemáticas referentes à maternidade (e a paternidade) em tal situação. Alguns trechos de tais testemunhos foram anexados, o que permite um contato maior do leitor com estas memórias. Um dos casos foi o de uma militante que tocou na questão da escolha entre maternidade e militância.

legalidade, ou até mesmo durante a clandestinidade, o que indica que a circunstância maternidade/militância foi comum, apesar dos agrupamentos políticos, geralmente, não verem com bons olhos a presença de crianças, principalmente por questões de segurança para os pequenos, bem como para os/as militantes.

Oberti (2010), apesar de refletir sobre experiências argentinas, faz algumas observações que podem ser consideradas pertinentes para algumas experiências de mulheres brasileiras:

Em muchos casos, se trata de una maternidad decidida de manera consciente y, a la vez una militancia también decidida y aceptada en todas sus consecuencias. Es cierto que no siempre la actividad política comienza clandestina, ni en un clima abiertamente represivo. [...]. (OBERTI, 2010, p. 17)

Podemos pensar naquelas mulheres que, ainda em uma situação de legalidade, engravidaram e/ou se tornaram mães, mas que, com o passar do tempo, por questões de segurança, entraram para a clandestinidade, ainda grávidas, ou junto com seus filhos e maridos. Solange Silvany Rodrigues Lima, pertencente à AP, por exemplo, teve duas filhas antes de entrar para a clandestinidade, em 1970. Neste momento, estava grávida da sua terceira filha. Ela não menciona, na sua autobiografia, se foi questionada pela organização quanto a esta gravidez e, apesar de não entrar em detalhes, dá a entender que conciliava as suas atividades como militante e como professora com a maternidade. Quando foi presa, em 1969, ficando cerca de três meses longe das suas filhas, a sua família cuidou das crianças enquanto o seu marido, Haroldo Lima, também militante, estava na clandestinidade. Após a saída da prisão, esta mulher resolveu se afastar das atividades políticas, se dedicar ao cuidado das suas filhas e acompanhar o marido em sua vida clandestina (LIMA, 2010).

Tal escolha, provavelmente, foi a mesma de muitas companheiras de militantes políticos, sendo elas militantes ou não, seja por desejarem estar ao lado dos seus companheiros, seja por terem se tornado alvo da repressão. Neste caso, cabe ressaltar que, mesmo aquelas mulheres que não precisaram conciliar a maternidade com as atividades políticas, compartilharam algumas questões ligadas ao ser mãe em uma situação de clandestinidade e perseguição política, inclusive quando eram capturadas pela repressão.

Outro caso em que a organização não colocou grandes empecilhos na questão da gravidez/maternidade foi o de Maria Amélia Teles, que militava no PC do B em 1967, quando teve uma filha, pouco tempo depois de ter entrado para a clandestinidade com o companheiro. De acordo com Pereira (2009), esta militante afirmou que não teve problemas quanto a esta

questão, apenas sendo inquirida se desejava realizar o aborto, algo que, imediatamente, recusou. O que chama a atenção é que “Amelinha”, apesar de confirmar a existência de uma discussão no interior do partido no que se refere às mulheres terem filhos ou não, afirma que a sua gravidez não foi questionada por causa da importância do trabalho que desenvolvia junto à organização com seu companheiro. Diante disto, Pereira (2009) conclui que mesmo que esta militante não tenha sido pressionada, o fato de tal questão estar em plena discussão indica que, provavelmente, outras mulheres tenham tido problemas quanto a isto. No entanto, é interessante lançar outro olhar quanto à posição da organização em relação à gravidez de Maria Amélia Teles a partir de outro testemunho desta militante.

No livro *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone-Sul* (2010), ela afirma que, apesar da repressão fazer as suas vítimas diariamente, o PC do B passou a sentir a intensidade das *quedas* entre os seus integrantes no ano de 1972, período em que ela, o marido e os filhos, passaram a se mudar de casa constantemente, morando sempre em bairros de periferia, com o intuito de “sair do cerco” (Maria Amélia Teles in PEDRO; WOLFF, 2010, p. 287). Isto significa que, não obstante a situação de clandestinidade em que se encontrava nos anos em que nasceram os seus filhos, 1967 e 1968, e das vítimas diárias da repressão, para ela e o seu companheiro, o “cerco” neste momento não estava se fechando, o que indica que as coisas estavam relativamente “calmas”, apesar do perigo iminente e da necessidade de serem cautelosos diante da violência da ditadura. Esta situação, aliada à sua tarefa junto à imprensa, segundo ela, valorizada pelo PC do B, podem ter sido importantes para a postura “neutra” do partido diante das duas vezes em que ficou grávida.

Para além daquelas militantes que, aparentemente, não tiveram problemas com a organização quando engravidaram, existiram também aqueles casos em que a gravidez, apesar de não ter sido questionada pelos membros da direção, se tornou motivo de críticas por parte dos companheiros de militância. Maria Lúcia Garcia, por exemplo, foi alvo de julgamentos quando ficou grávida, em 1968, num período em que, juntamente com outros militantes da Ação Popular, atuava no movimento estudantil, em Belo Horizonte. A referida militante afirma que foi muito criticada por companheiros da AP em função da sua gravidez, mas que, mesmo assim, continuou na luta estudantil, apesar dos enjôos dos primeiros meses de gestação, participando de assembleias, passeatas e congressos (GARCIA, 2003).

Em algumas ocasiões, ficou exposta à violência da qual a repressão lançava mão contra o movimento estudantil, a exemplo da utilização de bombas de gás lacrimogêneo dentro da faculdade. Chegou a ser presa grávida por duas vezes, a primeira quando estava com cinco meses de gestação. A última, no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, SP, em

outubro do mesmo ano. Maria Lúcia afirma que foram grandes as mobilizações de amigos e companheiros nestas duas ocasiões para que a soltassem. Também menciona a solidariedade de pessoas que, diante da sua gravidez, se mostravam dispostas a ajudá-la no dia-a-dia do movimento estudantil, bem como nas situações de prisão que enfrentou. Uma questão interessante, que pode ser entendida a partir da noção de *jogos de gênero*, é a justificativa da gravidez como uma forma de requisitar um tratamento digno e providenciar a sua soltura nas duas prisões. Na ocasião em que foi capturada em Ibiúna sendo, com outros estudantes, levada para o Presídio Tiradentes, relembra: “Fui ao médico e disse que estava grávida. Ele disse que tomaria providências para que eu fosse transferida. As companheiras de cela disseram que meu filho deveria se chamar ‘Habeas Corpus’, pois ele já me livrara da cadeia uma vez.” (GARCIA, 2003, p. 70). Depois disso, foi levada para o DOPS. Após ser liberada, a questão da segurança passou a ser uma preocupação. Diante das suas prisões, e da perseguição sofrida por seu companheiro, José Celso, líder estudantil conhecido da repressão mineira, o casal teve de abandonar a casa indo morar com amigos. Assim, deram o primeiro passo para se tornarem clandestinos, algo que se concretizou, segundo a militante, em dezembro de 1968, com o AI-5. A partir de então, saíram de Belo Horizonte entrando de vez para a clandestinidade, tendo o seu filho nascido já nesta situação, em janeiro de 1969 (GARCIA, 2003).

Existiram também aqueles casos em que as mulheres, tiveram filhos quando levavam uma vida legal, antes mesmo de integrarem os quadros da militância de esquerda. Algumas delas, ao entrarem para a clandestinidade por questões de segurança, acabaram tendo problemas com as suas respectivas organizações em determinados momentos. Este foi o caso de Mara Curtis de Alvarenga, que já tinha seis filhos e morava em Belo Horizonte quando, juntamente com o marido, Affonso, iniciou a sua militância no COLINA, em 1967. No seu período de vida legal, Mara, além de participar das atividades políticas, se desdobrava entre os cuidados com os filhos e a casa, que acabou virando um aparelho da organização onde, dentre outras coisas, escondiam militantes procurados.³⁰⁰ Quando necessitava executar alguma ação na qual não pudesse levar os filhos, recorria à ajuda da sua mãe, que ficava com as crianças. (CARVALHO, 1998).

De acordo com Carvalho (1998), em janeiro de 1970, quando integravam a Var-Palmares, em função da prisão de alguns militantes, o casal passou a ser procurado, chegando

³⁰⁰ Segundo Carvalho (1998), no início da vida de casada, Mara trabalhava ajudando em uma sapataria, que se supõe que era do seu marido, além de fazer alguns objetos de artesanato. Contudo, o jornalista não menciona se, com o passar do tempo, com seis filhos e militando em uma organização de esquerda, esta mulher continuou a trabalhar.

a ter, inclusive, as suas fotos incluídas em cartazes. Diante disto, venderam a casa, compraram um carro e fugiram com os filhos. A partir de então, segundo Mara, a presença das crianças passou a ser questionada pela organização assim que a família entrou para a clandestinidade. A justificativa, segundo ela, foi a de que os seis filhos eram uma característica marcante do casal, que, por ser uma família procurada, deveria deixar as crianças com parentes próximos para despistar a repressão.

A situação se tornou insustentável em março de 1970, quando chegando a Porto Alegre um companheiro com quem tinham marcado um ponto, faltou ao encontro programado. Ficaram sem dinheiro até que, por acaso, encontraram com um dirigente. Naquele momento, as despesas do hotel foram pagas, mas “ficou decidido” que as crianças não deveriam mais ficar com os pais. A militância deveria se dar, dali em diante, sem a presença delas.³⁰¹ Ao relembrar deste episódio, a militante afirma que queria os seus filhos ao seu lado:

Eu não quero nem me lembrar da despedida. Foi triste (chora). Pensei que nunca mais ia vê-los. Eu desbundeí total. Me desestruturo totalmente. Eu fiquei com ódio da Organização, do Jorge, que representava a direção, de não ter lutado mais para não separar a família. O Jorge jurava que no fim do ano sairíamos todos. Eles queriam nos aproveitar lá. Mas como eu ia trabalhar pra Organização se eu já estava desestruturada totalmente? E muito revoltada com eles. Porque eu entreguei a minha vida e a vida dos meus filhos, da minha família, nas mãos deles, e achei que eles tinham capacidade para poder entender isso. Eles diziam que iam nos mandar ao Uruguai, para montar uma fazenda, uma empresa que rendesse dinheiro para a própria Organização. Eu acabei aceitando. Era pelo menos uma perspectiva. Mas foi duro. [...].

Eu não queria romper com a Organização. Eu queria que eles aceitassem a minha militância junto com os meus filhos. Eu achava que eu tinha que fazer a revolução junto com os seis filhos, porque eles tinham que estar do meu lado, vendo, lutando junto. A gente não separa o operário do filho dele pra poder fazer a revolução. A gente não separa a família, junta a família dentro de uma idéia (*sic*) só, e assim eles se tornam mais coesos, lutam juntos. Então eu queria isso, os filhos junto comigo. (Mara Curtis de Alvarenga in: CARVALHO, 1998, p. 370).

Mara Alvarenga, ao relembrar o episódio da separação forçada dos filhos, ressalta a tristeza que sentiu quando a organização da qual fazia parte decidiu que ela deveria prosseguir com a militância sem a presença das suas crianças. Diante de uma decisão que não considerou as suas colocações, afirma que teve medo de nunca mais ver os filhos, algo que a deixou desestruturada e que fez com que se revoltasse com a organização. Em outro trecho da entrevista concedida a Carvalho (1998), ela menciona que, além de chorar por não admitir tal separação, chegou a brigar e a bater no homem que tomou tal decisão. Contudo, ao analisar

³⁰¹ Pouco tempo depois, Mara foi presa com o marido em função da *queda* de alguns companheiros próximos.

este passado, as memórias desta mulher apontam alguns conflitos que, para além da tensão criada entre ela e a Var-PALMARES, indicam também certo desconforto entre a sua identidade de mãe e a de militante diante de uma situação de pressão a que foi submetida (VELOSO; GIANORDOLI-NACIMENTO; FERREIRA, 2010; CRUZ, 2013). Neste sentido, Mara desejava conciliar estes dois aspectos da sua vida, mas foi impedida, algo que, de acordo com as suas memórias, lhe causou grande dor, ainda a comovendo quase trinta anos depois, ao conceder a entrevista. No entanto, além da dor, estas memórias buscaram ressaltar a imagem de uma mãe que não desistiu dos seus filhos, seguindo a lógica que afirma que “mãe é mãe”³⁰², assegurando que a decisão tomada pela “Var” não foi algo imposto sem nenhum tipo de resistência. Muito pelo contrário, diante de tal imposição, salienta que ocorreu uma reação de sua parte, que passou a questionar a organização e a não se sentir mais tão animada com a sua militância, mesmo sem se afastar das atividades políticas.

Considerando os diversos problemas relativos à militância vivenciada na clandestinidade, a exemplo da necessidade de manter a segurança do grupo, entende-se que a presença de crianças neste contexto poderia significar uma preocupação a mais, tanto individual quanto coletivamente. Especialmente nos momentos de acirramento do embate com a ditadura, a militância, independente da organização de esquerda, exigia total doação dos seus integrantes, homens e mulheres, que deveriam estar altamente concentrados em suas atividades. A chegada de (mais) uma criança³⁰³, alterava o cotidiano de todos ao redor, mas, principalmente da mãe, que se tornava mais vulnerável no sentido de uma possível captura, bem como no que se refere a uma possível modificação da sua atuação no interior da organização. Em ações armadas, por exemplo, as grávidas eram poupadas passando a exercer outras atividades que oferecessem menores riscos para elas e seus bebês:

Estando uma militante numa situação de clandestinidade, se fazia necessário, além de tudo, uma série de mecanismos que garantissem a sua segurança. Era preciso ser prática, discreta e estar sempre alerta a qualquer ameaça. Desta forma, ao se tornar mãe, a vida de uma militante sofria bruscas alterações, o que certamente tinha consequências no exercício das suas atividades e na sua segurança. Por exemplo, diante de uma perseguição, o que fazer para ter êxito se tivesse que se preocupar também com a proteção da criança? Além disso, a maternagem, justamente por reduzir o tempo disponível para exercer determinadas tarefas, em certo momento se sobrepunha à militância, mesmo que numa tentativa de conciliação entre as duas. (REIS, 2012, p. 95)

³⁰² O título do capítulo que trata da trajetória desta militante é *Mara Curtis de Alvarenga: mãe é mãe*. Acredita-se que tanto a narrativa da militante em questão quanto os trechos do seu depoimento, selecionados pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, se concentram nesta questão, a da mãe que luta para ter os seus filhos consigo.

³⁰³ Às vezes a presença de crianças funcionava como fachada em algumas ações ou na tentativa de dar a aparência de normalidade aos aparelhos.

A estas questões, somavam-se as de ordem subjetiva, que se traduziam na valorização da militância e/ou no desejo de viver a maternidade. Diante disto, pode-se afirmar que, em determinado(s) momento(s) das suas trajetórias, algumas mulheres, sofreram, consciente ou inconscientemente, o seguinte embate: “ser mãe e/ou militante?” (VELOSO; GIANORDOLI-NASCIMENTO; FERREIRA, 2010; REIS, 2012; CRUZ, 2013).

Em muitos casos, este conflito, individual e/ou coletivo, se deu no momento da descoberta da gravidez. A sugestão das organizações, por muitas vezes, foi a opção do aborto³⁰⁴, que como um método para continuar seguindo normalmente na militância, deve ter sido uma escolha assumida por algumas mulheres. E mesmo sendo uma questão tabu para grande parte dos estratos sociais, justamente pela importância atribuída à maternidade, entende-se que as experiências de luta vivenciadas por algumas militantes se apresentavam como mais urgentes que a continuação de uma gravidez, decisão que, para além dos casais, em muitos casos, envolvia também as organizações (CRUZ, 2013).³⁰⁵

Levando em conta as múltiplas subjetividades existentes, compreende-se que para muitas mulheres, a decisão pelo aborto deve ter sido conflituosa enquanto outras, provavelmente, não se sentiram culpadas. As memórias, no entanto, são escassas quando se trata deste assunto. Maria do Carmo Brito, militante da VPR, é uma exceção neste sentido. Na década de 70, quando se encontrava exilada, deu seu depoimento para o livro *Memórias das mulheres do exílio* (1980) afirmando ter realizado dois abortos, um deles por desejar continuar na militância:

Na Argélia fiquei grávida uma primeira vez, e nós consideramos que era necessário abortar por razões políticas, por causa da volta ao Brasil, que naquela época era iminente. Tive que ir à Suíça fazer o aborto porque na Argélia isso poderia nos criar problemas políticos muito graves, era ilegal, podia dar expulsão, seria incorreto; então fui, mas sei que não estava convencida. Fui oprimida, talvez não pela relação, mais por uma auto-opressão política. Mas foi uma decisão livre, né? No Chile fiz outro aborto em condições muito desagradáveis, sozinha, sem ninguém saber, porque naquela altura achei que eu é que não queria... e não conversei nem com o pai da criança, ele soube muitos meses depois e foi muito desagradável também.

³⁰⁴ Neste caso, não se tem notícias de como tal prática era realizada por mulheres militantes. Contudo, diante da necessidade do cuidado para não chamarem a atenção dos órgãos de repressão, entende-se que é possível que, quando dispunham de dinheiro, tenham recorrido a clínicas particulares clandestinas que tivessem um aparato médico, intermediadas pelas organizações, ou, até mesmo, recorrido a profissionais da área de saúde dispostos/as a realizar tal procedimento, tentando diminuir, assim, o risco de complicações que poderiam ser fatais. Quando não tinham condições financeiras nem contatos, provavelmente recorriam a chás, etc. Como os efeitos colaterais abortivos do remédio “Citotec” só foram descobertos, segundo Diniz (2012), na década de 80, descarta-se a possibilidade da sua utilização como método abortivo dentre estas mulheres.

³⁰⁵ Acredita-se que, para além da atuação política, tenham existido aquelas mulheres militantes que optaram pelo aborto por outras razões. Cunha (2002), por exemplo, aponta a possibilidade de várias mulheres terem escolhido interromper a gravidez pelo medo de terem os seus filhos e estes serem capturados pela repressão e torturados.

Quando engravidei a terceira vez, falei que ia ter contra ventos e marés... Resolvi ter. A gravidez foi pra mim uma coisa importantíssima. Eu tenho a impressão de que só aí é que aceitei mesmo a tal condição feminina como algo que não era pior. Quando estive grávida, simbolizava isso dizendo que a nossa barriga não produz só cocô, coitados dos homens, produz também gente. [...] (Maria do Carmo Brito in: COSTA et. al., 1980, p. 72)

Neste espaço de memória, Maria do Carmo Brito refletiu, dentre outras questões, sobre os diferentes momentos em que se viu diante da possibilidade de ser mãe, rejeitando nas duas primeiras vezes e desejando a partir da sua terceira gravidez. Relembra, sem culpa, que nas duas vezes em que recusou a maternidade, escolheu que assim fosse. Apesar disto, apresentou a opção ligada à militância como “auto-opressão política”, mesmo reconhecendo que queria voltar ao Brasil para dar continuidade às suas atividades políticas. Em contrapartida, o segundo aborto foi encarado como uma decisão mais individual, até solitária, e, portanto, com mais convicção. Anos depois, desejou a maternidade quando ficou grávida novamente, se sentindo, segundo ela, realizada como mulher.

Ao ressignificar as suas experiências através da memória e da análise do seu passado, com o olhar de quem experimentou o “ser mãe”, a militante em questão, mesmo não se culpando por ter realizado dois abortos, supervalorizou a maternidade a partir da ideia de uma realização máxima feminina, atrelada a uma condição biológica e até superior à dos homens. Segundo ela, foi neste momento em que se descobriu feminista, sobretudo por passar a não encarar a “condição feminina” como algo pior que a masculina.³⁰⁶ Vinda de uma organização militarista em que alguns homens discriminavam as militantes por não achá-las capazes de atuarem militarmente (PATARRA, 1992; CARVALHO, 1998), apesar de ter chegado a um posto de direção, pode-se dizer que “Lia”, como era chamada, mesmo afirmando que não se sentia oprimida como mulher, reconhece neste depoimento o machismo dos companheiros. No entanto, afirma que só descobriu a “opressão e dependência como mulher fora do Brasil”, período que coincidiu com as diferentes situações de gravidez.

O testemunho de Maria do Carmo Brito demonstra, a exemplo do que foi discutido por Badinter (1985), que o *amor materno* e o *instinto materno* como “condição feminina”, universal, homogênea e a-histórica, existem apenas como representações não compartilhadas por todas as mulheres, algo que, conseqüentemente, resulta numa multiplicidade de experiências. Na prática, as mulheres escolhem se querem ou não a maternidade, mesmo sendo coagidas pela sociedade, pelos parceiros, etc.

³⁰⁶ Anos depois, no filme *Que bom te ver viva* (1989), Maria do Carmo faz uma reflexão semelhante a respeito da sua experiência como mãe. No entanto, o assunto do aborto não é mencionado. Não se sabe se ela silenciou a respeito ou se ocorreu algum corte na sua fala.

Para Maria do Carmo Brito, as ocorrências da primeira e da segunda gravidez não significaram para ela, em tais momentos, a identificação com a maternidade. Muito pelo contrário, na primeira vez, por exemplo, a identificação, o compromisso com a militância política se colocou como mais importante. E como as identidades são formadas e transformadas continuamente em sua relação com as representações (HALL, 2011), na sua terceira gravidez, em outro momento, ela se reconheceu como mãe. Estas foram as suas experiências. No entanto, ao relembrar estas situações, tais experiências ressignificadas pelo momento da rememoração, foram avaliadas fazendo com que o seu olhar sobre o primeiro aborto aponte certa dúvida no momento da escolha, ao mesmo tempo em que, em contrapartida, o seu desejo de voltar para o Brasil e continuar a militância foi reiterado. Entende-se que é possível que tal dúvida esteja ligada à tentativa de conciliação entre maternidade e militância vivenciada por outras mulheres.

Por ser um tema delicado, que pode resultar em julgamentos morais, inclusive dos *defensores da ditadura*, entende-se que a maioria das mulheres que realizaram algum aborto no período das suas militâncias, prefere ficar em silêncio para não se expor.³⁰⁷ Além disso, dentre os vários motivos que podem existir, entende-se que atualmente, ao contrário daquela época, em que a esfera pessoal se confundia com a militância, a decisão pelo aborto é vista por estas pessoas, provavelmente, como algo vinculado à vida privada, desnecessário de ser compartilhado através da rememoração e/ou da exposição ao público.

Poucas são as mulheres a assumirem que desejaram, concordaram e/ou realizaram tal procedimento. Mas, mesmo existindo certo silêncio em torno desta prática no contexto da militância, alguns depoimentos falam da sua sugestão por parte das organizações, armadas ou não, bem como apontam tal procedimento como uma possível escolha para as mulheres. Carvalho (1998) menciona, por exemplo, uma militante que teria realizado o aborto em Cuba. Cruz (2013), por sua vez, traz o depoimento de uma mulher, militante do PC do B, que afirma que não queria a gravidez por causa das condições-limite da clandestinidade e por achar que o seu objetivo de vida naquele momento não incluía a maternidade, pensando, assim, na possibilidade de interromper a gestação, apesar de o pai desejar a criança e escolher um nome, caso fosse um menino. Com o passar do tempo, porém, esta mulher decidiu ter o bebê.

Outro exemplo é o de Sônia Lafoz, que pertenceu à VPR e ao MR-8. Tal militante afirmou ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho (1998) que rompeu com esta última organização, pois passou a ter problemas, dentre outros motivos, por ter se recusado a realizar

³⁰⁷ Este silêncio é algo apontado por pesquisadoras que trataram da questão do aborto, a exemplo de Diniz (2012).

um aborto, em 1971, pensando no exílio como uma alternativa para criar o seu filho. A sua atuação se dava nos “grupos armados” das organizações que integrou, sendo conhecida pelos militantes por atirar bem. Neste sentido, participava de ações que a expunham. Ao analisar a possibilidade do aborto, Sônia afirma que, talvez, se houvesse engravidado no início da militância, tivesse feito esta opção, mas, em 1971, o momento era outro. Há pouco tempo, havia escapado de um tiroteio no qual foi atingida superficialmente na cabeça. Nesta ocasião, só conseguira contatar o grupo médico da organização horas depois, quando a bala foi retirada sem anestesia. Com a descoberta da gravidez, ainda se recuperando do tiro, passou, juntamente com o seu companheiro, a questionar a validade de tudo, se recusando a participar das ações diante da negativa da organização em ajudá-la a sair do país.

A partir de então, segundo a militante, romperam com o MR-8 e, apesar de não serem ameaçados, sentiam-se inseguros quanto a alguma “atitude drástica” da organização, pois a possibilidade de traição era considerada. Ao refletir sobre esta época, pondera:

Nós tiramos o time mesmo, para construir uma alternativa particular. Não aceitamos a alternativa que eles nos ofereceram, de ir pro Uruguai. Era assim: “Nós, Organização, estamos correndo riscos. Não temos mais você sob controle.” É quase uma relação de pai e mãe. Se você sai para reconstruir sua vida individual você passa a ser um risco para a Organização. É claro que fora da estrutura você fica mais vulnerável para abrir. É um raciocínio compreensível. Eu mesma não teria mais a segurança de um tempo atrás: grávida, querendo defender a criança e sem vínculos com a Organização. A minha vulnerabilidade era maior, do meu ponto de vista e do ponto de vista do MR-8. Então, se eles foram duros, isso tinha uma certa razão de ser naquele momento. Era questão de preservar a própria Organização. (Sônia Lafoz in: CARVALHO, 1998, p. 408-409).³⁰⁸

Ao avaliar a postura do MR-8, cerca de trinta anos depois, Sônia Lafoz buscou compreender a atitude que ela própria considerou como “dura”. Neste caso, apontou a sua vulnerabilidade decorrente da gravidez diante de uma possível captura, algo que poderia comprometer a organização como um todo, já que tanto ela quanto o marido tinham acesso a dirigentes. Cabe ressaltar, porém, que esta ponderação pode estar ligada, consciente ou inconscientemente, à preservação da memória do seu grupo, não obstante as discordâncias existentes no passado e no presente. Naquele início da década de 70, apesar da sua identidade de militante ter sofrido um abalo partir dos seus crescentes questionamentos em torno da guerrilha urbana, ampliados pela descoberta da gravidez, entende-se que, no “presente”, ou

³⁰⁸ Em depoimento concedido para a construção da biografia de Iara Iavelberg, Sônia relata que, no momento de crise com o MR-8, foi chamada por Iara para conversar sobre o problema. Relembra que, em tal encontro, falou da sua decisão em não abortar: “[...] Expliquei que o instinto materno falara mais alto, eu não abortaria. Desejava que meu filho nascesse em segurança, fora do Brasil. Iara entendeu a necessidade, o cansaço, o descrédito na vitória. Não contra-argumentou. [...]” (Sônia Lafoz apud PATARRA, 1992, p. 442).

seja, no momento da rememoração, esta identidade de militante, já reinventada, orientou a sua narrativa de modo a não macular a imagem dos seus antigos companheiros ou das organizações de que fez parte.

Embora tenha origem num grupo católico vinculado à JUC e sendo formada, também, por quadros evangélicos, dentre outros segmentos (RIDENTI, 2002), a Ação Popular, de acordo com alguns depoimentos, também chegou a indicar o aborto como uma alternativa diante da descoberta da gravidez de algumas militantes. Isto não quer dizer, que esta era uma opção considerada por todos os dirigentes e militantes, o que é válido também para as outras organizações.

É possível que pessoas de formação católica/protestante tenham sugerido/concordado com o aborto a partir de uma visão pragmática, em especial nos momentos difíceis tanto para a organização quanto para as mulheres que engravidaram, bem como existe a possibilidade, também, de integrantes sem nenhum credo, pertencentes ou não à direção, terem discordado/repudiado tal método, independente do momento em que a questão da gravidez se colocava e para quem se colocava. Além disso, podem ter existido também aquelas pessoas que, ao longo da militância, tenham se afastado dos seus dogmas, podendo se colocar de maneira mais maleável em relação a esta questão. Neste caso, o que se quer afirmar é que a formação “católica praticante” ou protestante de algumas pessoas não impediu que a proposta do aborto fosse feita por alguns dirigentes e militantes da base, apesar de tais religiões abominarem a referida prática. Até porque a AP não se definia como uma organização católica ou como protestante, apresentando, como já foi mencionado, uma diversidade de segmentos.

Entende-se que a preocupação da AP estava muito mais voltada para a tentativa de organizar a *guerra popular*, o que pode ter relegado a questão do aborto a discussões “informais”, principalmente nos momentos em que a gravidez era anunciada, o que pode ter feito com que esta questão não tenha sido registrada em documentos. Até o momento da escrita deste capítulo, não se dispõe de fontes que confirmem algum possível debate mais aprofundado em torno do referido tema, o que significa que não podemos ir além de conjecturas neste sentido. No entanto, para entender tal questão, é interessante pensar na forma como os problemas de ordem pessoal eram encarados pela organização a partir da sua relação com a concepção de “revolucionário profissional”, que exigia o entrelaçamento da vida política com a vida privada, esta última sendo absorvida pela primeira. Assim, a dinâmica e o sentido da vida dos militantes da AP, homens e mulheres, estavam pautados na ideia de que eles deveriam ser “revolucionários profissionais”, algo que, de acordo com

Santana (2008), requeria que as vidas daquelas pessoas fossem dedicadas em tempo integral à Ação Popular. Tal concepção, de certa forma, presente também em outras organizações de esquerda, afirmava que a “luta revolucionária” deveria também ser uma forma de se realizar pessoalmente.

Acredita-se que foi neste ponto que se originaram os conflitos entre mulheres grávidas e dirigentes. Neste sentido, considera-se que as “necessidades da revolução” se chocavam com as aspirações daquelas mulheres que desejavam prosseguir com a gravidez, pois esta última, vinculada à representação da maternidade como uma realização pessoal pautada, sobretudo, na dedicação e na afetividade, características atribuídas às mulheres, se chocava com a concepção do “militante revolucionário”, cujo desprendimento das questões ligadas ao privado, característica atribuída ao “masculino”, era um atributo fundamental, pautado, dentre outras coisas, na capacidade de se sentir realizado com a luta política. De qualquer forma, uma coisa é certa: no fim, quem decidia se teria ou não o seu filho era a gestante, pressionada ou não a interromper a gravidez.

Donas dos seus corpos, estas mulheres fizeram suas escolhas diante da possibilidade do aborto, sugerido ou colocado de forma impositiva por parte de alguns dirigentes de organizações e/ou reafirmado por companheiros de militância. Neste caso, em função do silêncio por parte daquelas que realizaram esta prática, é interessante pensar, então, naquelas mulheres que optaram pela maternidade. Este foi o caso de uma militante da AP que, ao recordar a sua experiência como mãe para Cruz (2013), afirma que nas duas vezes que engravidou, quando se encontrava na clandestinidade, em 1968 e em 1971, pessoas que integravam a direção lhe sugeriram que abortasse. Segundo ela, a sua decisão foi a de prosseguir com a gravidez nos dois momentos sendo que no último, deixou evidente a sua decisão a um dirigente nacional da organização:

Eu me lembro que eu conversei com um companheiro que era da direção nacional de AP que falou comigo que, eu tinha de escolher: “ou a luta ou o filho” – E aí eu falei com ele o seguinte: “Eu vou ter! Eu quero lhe dizer uma coisa, no dia que eu falhar como revolucionária, no dia que eu deixar de cumprir minhas tarefas, ou que eu colocar a luta em risco, você tem o direito de falar alguma coisa. Mas enquanto eu não colocar ninguém em risco, não falhar, não deixar de cumprir, não abandonar a luta, você não tem o direito de falar nada! Porque é o meu filho, tá no meu corpo, e no meu corpo quem manda sou eu”. [...] E não é fácil essa escolha! ... Isso foi um dirigente, companheiro de luta, que era meu dirigente. E eu enfrentei mesmo, e aí o [meu companheiro afetivo] se colocou, perfeito: “Se você decidir interromper, eu to

com você! Se você decidir ter, eu to com você, e nós vamos ter!” Aí eu comuniquei pra ele: “Vou ter! ... “Então vamos ter!”. (“Mariana” apud CRUZ, 2013, p. 67)³⁰⁹

As memórias de “Mariana” indicam a preocupação do dirigente em relação à sua maternidade: a possibilidade desta mulher/mãe falhar como revolucionária, o que, para ele, e para a própria militante, poderia significar não cumprir com as tarefas e/ou “colocar a luta em risco”, ou seja, “entregar” alguma informação importante, caso a repressão a capturasse. O interessante é que esta mulher, mãe de uma menina, já tinha sido presa em 1969, e conhecido alguns dos diversos tipos de violência empregados pelos órgãos de repressão, inclusive no que se refere à utilização da sua maternidade como uma forma de chantageá-la para que cedesse. Mesmo diante das ameaças à integridade da sua filha de poucos meses, afirma que ficou em silêncio, o que, segundo a “lógica da militância”, mostrava que ela era uma boa militante. Mas, diante do perigo que rondava, acreditava-se que era preciso prudência. Uma nova criança poderia representar uma maior vulnerabilidade, além de exigir mais tempo dedicado aos cuidados da *maternagem*. Diante disto, segundo a visão deste dirigente, a maternidade, por uma segunda vez, e a “luta revolucionária” eram funções incompatíveis.

“Mariana” afirma que, mesmo diante da pressão, decidiu que teria a criança, afirmando o seu comprometimento com a luta, mas salientando a maternidade como uma escolha pessoal por estar, naquele momento, ligada ao seu corpo, também seu lugar de individualidade. Tal lembrança, ao invocar a questão do corpo como um lugar de autonomia, traz consigo uma questão ligada a pautas atuais, colocadas, dentre outros, pelos movimentos feministas, o que indica a marca do presente nesta memória. É provável que a proposta de Cruz (2013), que buscava tratar da questão da maternidade, tenha sido fator essencial para a articulação de tal narrativa.

Ao trazer a questão da dificuldade em enfrentar um dirigente da organização diante da sua escolha, “Mariana” também chama a atenção para a importância do apoio do pai do seu filho diante de tal impasse. As memórias de Sônia Lafoz, militante citada anteriormente, também remetem ao apoio indispensável do seu companheiro no momento de divergências com a organização diante da sua gravidez. No entanto, nem todas as militantes tiveram o mesmo amparo. Este foi o caso de Derlei De Luca, que desconsiderou a sugestão do aborto por parte da AP, assim como afirmou a sua decisão diante da discordância do marido, em 1971. Tratando do período em que descobriu que estava grávida, ela afirma o seguinte:

³⁰⁹ Neste trabalho, a autora utilizou codinomes para as militantes. A partir da história contada por algumas, publicamente, percebe-se de quem se trata. No entanto, decidiu-se manter os codinomes em respeito à autora do trabalho, bem como à mulher em questão.

A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso a aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho. Brigo com o pai da criança.

- É uma loucura ter um filho nestas condições.

- Pode deixar. Eu crio sozinha.

Não deu outra coisa!

A gravidez decorre num clima difícil entre tarefas de reorganização a nível regional da AP, a presença constante do perigo e a má vontade do marido com a criança por nascer. (DE LUCA, 2002, p. 197).

Assim como “Mariana”, Derlei relembra a decisão de ter o seu filho a partir do olhar da sua recusa em permitir a interferência da AP nesta questão, considerada como pessoal. Este momento é, então, apresentado como um instante de afirmação da sua individualidade diante das decisões que “vinham de cima” e que, até então, tentavam atrelar as suas escolhas às necessidades, “regras” e projetos do coletivo. Mesmo vivenciando uma situação de perigo, entre as diversas *quedas* de companheiros próximos que atuavam com ela em Salvador e o cumprimento de tarefas que a expunham, não cedeu às sugestões nem da organização e dos seus amigos, muito menos do seu marido, quanto à realização de um aborto.

Em suas memórias, a gravidez, encarada, inicialmente, a partir de uma ambiguidade - “um problema e uma esperança”- passou a representar a beleza da continuidade da vida através da representação/valorização da maternidade, entendido anos depois, no ato de rememoração, como “instinto de conservação” ou “necessidade de continuação”.³¹⁰ Cabe lembrar que a descoberta da gravidez se deu pouco mais de um ano depois da sua experiência de tortura, em que ficou entre a vida e a morte. A recusa pelo aborto, portanto, para além da afirmação da sua individualidade no interior da AP, é apresentada nas suas memórias como uma possibilidade de continuidade da sua pessoa e, conseqüentemente, da sua luta. Tal sentido foi uma das questões mais enfatizadas nos depoimentos de algumas mulheres que integraram o filme *Que bom te ver viva* (1989). Nesta obra, a maternidade é trazida como uma das formas de realização e reconstrução das vidas de militantes que vivenciaram a tortura. Neste sentido, algumas cenas de descontração e afeto destas mulheres com seus filhos são apresentadas, de forma intercalada, por reflexões em torno do referido tema, reconstruído a partir da peculiaridade de cada experiência. Uma das cenas mais marcantes é um abraço recebido por Regina Toscano, militante do MR-8, de um dos seus filhos. Ao refletir sobre o ser mãe, tal militante, que sofreu um aborto em função das torturas a que foi submetida em

³¹⁰ Ao responder a um questionamento em torno da prática do aborto no interior da AP, Derlei afirmou: “Todas nós tivemos filho, acho que era uma necessidade de continuação!”. Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 13 fev. 2015.

1970, relatou: “Se alguém um dia quis me matar por estar lutando. Eu dei uma resposta com a vida. E a vida dos meus filhos.”

Muitas militantes afirmam que só vieram descobrir a gravidez depois algum tempo. Derlei De Luca menciona que só teve essa noção após ter passado muito mal, por vários dias, com enjôos, mas que chegou a pensar que estes eram de origem nervosa por causa das prisões que estavam ocorrendo (DE LUCA, 2002). Sônia Lafoz, por sua vez, afirma que só se certificou quando tinha quatro meses de gestação, apesar de já estar desconfiada com o atraso da sua menstruação. Tal militante afirma que “sempre se cuidou”, mas mesmo assim acabou engravidando (CARVALHO, 1998). Da mesma forma, Gilse Consenza, militante da AP, afirma que, mesmo tomando pílula, engravidou da sua segunda filha, no início da década de 70 (COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

Das quatro mulheres estudadas por Cruz (2013), segundo ela, três descobriram a gravidez quando estavam entre dois e quatro meses de gestação, com a exceção de uma militante que planejava ter um filho, juntamente com o seu companheiro, muito procurado por ser dirigente de uma organização. Apesar de ser uma questão espinhosa no que se refere às relações entre alguns/as militantes e suas organizações, acredita-se que muitas destas mulheres que engravidaram no período da clandestinidade não tenham, juntamente com os seus companheiros afetivos, se prevenido em relação a uma provável gravidez. Por outro lado, acredita-se que alguns métodos escolhidos pelos casais tenham falhado, a exemplo do que ocorreu com Sônia e seu companheiro.

De acordo com Diniz (2012), as mulheres desta “geração” faziam o uso de contraceptivos, dentre eles, a pílula, mas, de alguma forma, por diversas razões, os métodos utilizados não eram suficientes para planejar a reprodução no que tange à prevenção de uma gravidez. Ou as mulheres e os homens faziam o uso incorreto ou tais métodos falhavam. No que se refere, particularmente, à pílula, o uso descontinuado pode ter sido uma das maiores causas das falhas, motivado, dentre outras coisas, pelos efeitos colaterais ou pelo acesso limitado. Considera-se que, no caso das militantes, a preocupação em torno da questão da atividade política, que exigia muito cuidado e atenção, além da própria situação de clandestinidade, podem ter potencializado, por exemplo, as chances de um uso descontinuado da pílula, causado pelo esquecimento e/ou pela falta de acesso.

Embora possa ser considerado como uma exceção pode-se afirmar que ter filhos também foi algo desejado por casais de militantes, mesmo entre aqueles que passavam por situações de extrema perseguição. Este foi, por exemplo, o caso da militante estudada por

Cruz (2013) e o de Iara Iavelberg e Carlos Lamarca.³¹¹ De acordo com Patarra (1992), diante de algumas suspeitas de gravidez que não se confirmavam, Iara chegou a iniciar um tratamento, no município de Serrinha, Bahia, em 1971, com o intuito de engravidar. Mas, mesmo desejando a vinda de uma criança, a quem chamava de “Mini”, Lamarca chegou a pedir à sua companheira um pouco de discrição neste sentido, para que o MR-8, do qual faziam parte naquele momento, não utilizasse “assuntos particulares contra eles”. (PATARRA, 1992, p. 481). Provavelmente, seriam questionados, em nome da segurança, caso alguém descobrisse que planejavam ter uma criança, algo que seria prudente discutir apenas quando confirmassem a gestação. Como se vê, era mais conveniente para eles que a maternidade como possibilidade de realização só fosse colocada em pauta em um momento de confirmação e anúncio de uma gravidez. Caso ocorresse algum conflito com a organização, este só poderia se dar em torno da decisão do casal, muito mais de Iara, em ter ou não um bebê que já estaria a caminho.

Ao refletir sobre a postura das organizações em relação à descoberta da gravidez de suas militantes, compreende-se que, acima de tudo, a decisão de levar a gestação adiante pertencia, no final das contas, a estas mulheres, sendo pressionadas ou não. No entanto, acredita-se que a experiência de cada uma delas pode revelar um comportamento variado dos dirigentes e companheiros, de luta e de afetividade, quanto à sugestão ou pressão para que fosse realizado um aborto. Entende-se que esta multiplicidade esteja ligada, para além das suas memórias, orientadas pelo momento da lembrança, dentre outros elementos, a três outras questões: conjunturas de maior ou menor exposição e/ou embate com a repressão, atividades desempenhadas pelas militantes, visão do(s) dirigente(s) mais próximos quanto à questão do aborto e/ou da possibilidade de conciliação entre maternidade e militância.

No que se refere aos contextos de perseguição, é provável que com o aumento das quedas, principalmente de pessoas próximas às mulheres em questão, a tendência a coagir estas militantes a não se tornarem mães e/ou a não terem os filhos por perto poderia se mostrar maior que em outros momentos. Pensemos, por outro lado, nas condições de possibilidade de realização de um aborto sem que resultasse em complicações para as mulheres e/ou a sua exposição à repressão. Neste caso, o mais prudente seria buscar auxílio em clínicas que realizassem este tipo de procedimento. Mas, e em situações como a da guerrilha do Araguaia, por exemplo, o que fazer? Uma militante que se descobriu grávida no

³¹¹ Lamarca já tinha dois filhos, fruto do seu casamento com Maria Pavan Lamarca. Em função da sua segurança, tanto Maria quanto as crianças foram mandados para Cuba, em 1968, antes da sua fuga do quartel de Quitaúna. Mais informações, ver José e Miranda (1981).

início desta guerrilha, em 1972, ao comunicar a situação, foi orientada a se deslocar para São Paulo com o intuito de realizar uma tarefa política e, além disso, resolver se faria ou não um aborto (CRUZ, 2013). Naquele contexto de conflito, tanto a gravidez/maternidade quanto a realização de um aborto eram situações preocupantes, que poderia expor a todos.

No que se refere às atividades desempenhadas pelas militantes, quanto mais estas oferecessem perigo, tanto individual quanto coletivo, maior seria a chance de ser sugerida a opção do aborto. No caso de Maria Lúcia Garcia isto não aconteceu, provavelmente, por ela atuar juntamente ao movimento estudantil quando foi descoberta a gravidez, em 1968, momento em que a AP ainda não sofria duras perdas. Derlei De Luca, no entanto, além de ficar grávida durante um processo de *quedas* em Salvador, em 1971, desempenhava uma função que resultava na assimilação de informações importantes sobre a dinâmica e os projetos da AP, podendo comprometer a organização no caso de uma prisão.

Considerando os métodos empregados pela repressão, que utilizava a gravidez e a maternidade como uma forma de tentar submeter algumas mulheres, o receio de militantes, dirigentes ou não, via no aborto uma alternativa para este problema e para a questão da tentativa de conciliação entre a criação de um filho e a dedicação às atividades revolucionárias, como foi o caso de “Mariana” e o de Sônia Lafoz. Entende-se, porém, que nem todos os dirigentes eram favoráveis à interrupção de uma gravidez. Um exemplo disto é Paulo Wright, dirigente nacional da Ação Popular, que tinha sido pastor presbiteriano e, segundo as memórias de Derlei De Luca, chegou a lhe afirmar que “um filho nunca é um erro” (DE LUCA, 2002, p. 216).

É importante ter em mente que nem todas as militantes que decidiram ter os seus filhos em situações de risco, o fizeram acreditando que iriam dar continuidade às suas atividades políticas. Como já foi mencionado, existiram aquelas mulheres que, a exemplo de Sônia Lafoz, resolveram abandonar a militância quando ainda estavam grávidas. Houve, também, os casos em que as militantes, inicialmente, planejaram prosseguir atuando politicamente, mas, ao longo da gravidez, resolveram renunciar à luta revolucionária, dentre outros motivos, por causa do medo de exporem seus filhos.

Esta foi a posição de Catarina Meloni, militante da AP, que descobriu a sua gravidez, quando se encontrava no interior do Paraná, percorrendo algumas áreas da zona rural com a intenção de desenvolver um trabalho de *integração na produção*. Ao tratar desta experiência, que se deu no início da década de 70³¹², Catarina chama a atenção para a precariedade de

³¹² Não revela qual o período exato que permaneceu na zona rural.

alguns locais onde morou, apesar de afirmar que, em termos de alimentação, nunca passou por privações. Segundo ela, mesmo diante de várias dificuldades, inclusive, em prosseguir com o trabalho político, acreditava nos seus ideais, buscando alternativas para os obstáculos que se apresentavam. No entanto, ficou grávida. A partir de então, resolveu, juntamente com o companheiro, não prosseguir com este trabalho. Mesmo não mencionando em seu livro qual a posição da organização quanto à sua gravidez³¹³ nem como se deu a negociação com a AP em torno do seu deslocamento para a área urbana, afirma que foi deslocada para o Rio Grande do Sul, passando a atuar em Porto Alegre (MELONI, 2009). Foi nesta cidade que passou boa parte da sua gravidez, em especial no primeiro semestre de 1972, quando ocorreram várias *quedas* de militantes da Ação Popular no estado (DE LUCA, 2002; AZEVEDO, 2010).

Mesmo não entrando em detalhes sobre os problemas que a organização enfrentou neste período, Catarina revela a necessidade que tinha de se manter em segurança em uma situação de isolamento tanto para se proteger quanto para não comprometer as pessoas com quem ela e o seu companheiro conviviam indiretamente. Até mesmo os seus vizinhos de porta. Por estar grávida, tal situação a deixou ainda mais amedrontada, o que fez com que, poucos dias após o nascimento do seu filho, ela saísse do país em direção ao Chile. Neste sentido, as sucessivas *quedas* de companheiros, aliado à possibilidade de expor o seu bebê à ira dos órgãos de repressão, foram essenciais para a sua tomada de decisão:

Eu estava grávida, e por isso mesmo, passei muito medo. O amor por meu filho me recompensava do medo e dos sustos. Mas eu me responsabilizava pelo que pudesse vir a acontecer a ele, que corria tantos riscos antes mesmo de nascer. Nos dias logo depois do nascimento, o mundo parecia estar vindo abaixo, nenhum lugar era seguro. Era 1972, e os que se opunham ao regime viviam em permanente insegurança. Nós estávamos isolados, fora do nosso meio, entre gente estranha, e a repressão fechava o cerco em volta de nós. (MELONI, 2009, p. 102).

Ao escrever a sua autobiografia, dentre outros motivos, para deixar de ser “clandestina de si mesma”³¹⁴, uma das características das memórias apresentadas por Catarina Meloni neste livro é a ênfase nas reflexões sobre o seu passado de atuação política no movimento estudantil, mas sem dar muitos detalhes sobre a sua militância durante a clandestinidade.

³¹³ Dentre algumas perguntas feitas à Catarina Meloni, foi indagada qual a posição da AP em relação à sua gravidez. Ela afirmou que não teve nenhum problema quanto a isso. Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 24 mar. 2014.

³¹⁴ Uma característica do livro de Catarina Meloni é a necessidade que ela afirma ter de lembrar e escrever para entender a sua experiência e, assim, obter o autoconhecimento e uma autorreconciliação com o seu passado. Revela, então, para o leitor, que, para além do rompimento de um silêncio imposto socialmente, busca escrever para dizer a si mesma que o seu passado já não lhe “pesa”. É assim que, ao longo do seu livro, em meio a reflexões e lembranças, ela afirma se sentir mais livre ao compartilhar a sua experiência.

Neste sentido, não fala diretamente da *luta interna* da AP como um elemento importante no que se refere à sua decisão de ir para o exílio. Contudo, menciona, em determinado momento, o clima de desentendimento existente na organização como algo que, juntamente com as investidas da repressão, limitava a atuação dos militantes. Relata que para ela, antes de engravidar, “testar as teorias revolucionárias” que indicavam algo diferente do que a AP afirmava, e passar por dificuldades materiais, não eram um problema, pois pensava no interesse coletivo: “Esse sentimento orientava a minha vida quando engravidei do meu primeiro filho. [...]” (MELONI, 2009, p. 99). Afirma que, a partir de então, começou questionar a “validade” do seu esforço, dentre outras coisas, pela falta de diálogo no interior da organização.³¹⁵

Em 1972, a *luta interna*, que dividiu a AP em dois grupos, aliada a uma situação de perseguição acirrada que colocavam a segurança de Catarina Meloni em risco, tanto durante a gravidez quanto depois do nascimento do seu filho, foram fatores que contribuíram para que ela renunciasse à militância, apesar deste primeiro motivo não ser enfatizado nas suas memórias. A maternidade ameaçada é apresentada, então, como o catalisador de uma série de questionamentos que resultaram nesta escolha, o que a coloca como elemento de peso na decisão do afastamento não só de Catarina, mas de outras mulheres, das suas militâncias políticas.

Em determinados casos, as ligações com as suas organizações já se encontravam desgastadas por divergências internas. Assim, o “ser mãe” se tornou algo de fundamental importância no processo de reinvenção destas vidas após o rompimento dos laços com as organizações de que faziam parte (REIS, 2012; 2013). Cabe ressaltar, porém, que a decisão de Catarina Meloni, provavelmente, foi tomada junto com o seu companheiro, o que indica que as suas motivações eram apoiadas/compartilhadas por ele. Isto significa que, não apenas para as mulheres, mas, também para alguns homens, a segurança dos seus filhos teve um grande peso nos momentos de “desencanto” em relação à militância e das difíceis escolhas que

³¹⁵ Catarina relembra o conflito entre a teoria proposta pela AP e a realidade vivenciada por algumas populações rurais. Neste sentido, a referida militante afirma que as tentativas de criar *bases revolucionárias* em locais onde os camponeses vivessem em estado de pobreza e exploração, foram frustradas, pois ao morar, juntamente com o marido, em três locais diferentes, descobriu que as populações locais viviam de forma simples, mas digna. Afirma também que ela e o marido ficaram assustados com a presença de assalariados no campo, o que indicava que o Brasil era um país capitalista, contradizendo o que a Ação Popular pregava: que o modo de produção brasileiro seria feudal. De acordo com Catarina: “[...] Nos sentíamos confusos ao descobrir certas coisas que não batiam muito bem com o que esperávamos encontrar.” (MELONI, 2009, p. 97). Este foi um dos problemas amplamente debatidos entre a direção ao longo do processo de *racha da AP* entre os anos de 1971 e 1973, juntamente com a chamada “questão do partido” e com a forma como se daria a revolução.

implicavam em abrir mão da luta revolucionária, já que o senso de responsabilidade pela proteção dos filhos também permeia a paternidade.

Outro aspecto a ser considerado para a decisão de mulheres (e homens) se afastarem das organizações é o da justificativa, para si e para os companheiros, referente à saída da militância. De acordo com Reis Filho (1990), a *estratégia da tensão máxima*, uma série de mecanismos cujo objetivo era a coesão das organizações através da mobilização constante dos seus quadros, resultava numa sensação de traição por parte daquele que resolvesse abandonar o coletivo e, em contrapartida, um misto de “desprezo e piedade” da parte do grupo.

Um destes mecanismos da *estratégia da tensão máxima* seria, então, o *complexo da dívida*, que cobrava dos militantes a eterna gratidão por a organização ter lhes proporcionado, aos aceitarem como parte do grupo, a possibilidade de lutar pela revolução, oferecendo-lhes desde uma “nova concepção de mundo” até a “comunidade de companheiros”. Reis Filho (1990) ainda observa que, ao se verem diante de questionamentos em relação à validade dos seus esforços, ou não mais se identificarem com o projeto da organização, o *complexo da dívida* tenderia a paralisar a reflexão dos militantes, criando a sensação de que estariam traíndo o seu grupo. Seria a *síndrome da traição*, cuja culpa era um dos sintomas quando estes resolviam abandonar a organização.

Guardadas as devidas proporções, respeitando as subjetividades de cada um e a multiplicidade de experiências, acredita-se que a identificação com os projetos das organizações de que faziam parte e o respeito para com os companheiros, inclusive para com aqueles que tombaram, eram aspectos que, em interação com as pressões externas exercidas pela organização apontadas por Reis Filho (1990), poderiam resultar em culpa quando a ideia, ou a decisão já tomada, era a de se desligar da luta revolucionária. Neste caso, entende-se que, para algumas destas mulheres e homens, que já não mais se identificavam com o andamento das discussões e ações por parte dos seus grupos, e que se viam diante de situações nas quais os seus filhos estavam em perigo, a decisão de se afastarem trazia em si uma justificativa que, individualmente, poderia se apresentar como tão importante quanto a revolução: a de resguardar a vida das suas crianças.

Para as mulheres em questão, a maternidade ameaçada, além de ser um fator importante na tomada de decisão de se afastar da militância, era também uma forma de justificarem as suas escolhas para si mesmas, talvez diminuindo a sensação de culpa, e para o coletivo que integravam, algo que se mostra também em algumas memórias. É possível que, por serem opções individuais que, de certa forma, desagregavam a organização, a reação dos companheiros fossem negativas tentando buscar alternativas no sentido de que estas militantes

prosseguissem com a luta, a exemplo de propostas para que estas entregassem os seus filhos para que as suas famílias cuidassem.³¹⁶ No entanto, caso estas mulheres não voltassem atrás, e se não colocassem em risco a organização, recorrendo ao exílio, por exemplo, a única alternativa por parte dos companheiros e dirigentes era aceitar, não sem críticas por parte de alguns.

Uma característica comum destas memórias, apesar da riqueza referente à peculiaridade das suas experiências e leituras do passado, é a referência à opção de terem os seus filhos a partir de uma identificação com a concepção de *instinto materno*, enxergado também como *instinto de conservação*. Para além do desejo de ter/criar os seus filhos, reside nestas experiências/memórias a valorização da maternidade como uma função que exige a proteção e a presença das suas crianças consigo, algo que levou a mulheres, a exemplo de Mara Curtis de Alvarenga, a entrarem em desespero diante da separação das suas crianças, orientadas pelas organizações das quais faziam parte. Ou como Catarina Meloni, que afirmam ter optado por se afastar da militância para resguardarem seus filhos.

Ocorreram também aqueles casos em que as ordens/sugestões dadas pelas organizações, no sentido de não tentar conciliar maternidade e militância, não foram acatadas. Isto significa também que, a depender da situação, algumas mulheres enfrentaram a negativa dos seus agrupamentos políticos e vivenciaram, nem que tenha sido por pouco tempo, a maternidade em circunstâncias de clandestinidade, tentando, ou não, conciliar os afazeres de mãe com as atividades políticas por acreditarem que podiam fazer a revolução junto com seus rebentos.

4.2.2. Sobre algumas vicissitudes do ser mãe e militante

Apesar das informações acerca das violências cometidas contra crianças irem chegando apenas com o passar do tempo, havia uma noção por parte destas mães/militantes sobre o que poderia acontecer, caso fossem presas. A convivência com a sensação de insegurança foi fundamental no comportamento destas mulheres no sentido de buscarem resguardar os seus filhos a todo custo. Assim, a maternidade de mulheres militantes, se pautou, dentre outras coisas, mas acima de tudo, pela tentativa de proteger os seus filhos de um inimigo específico: a repressão. A partir daí, pode-se pensar nas diversas negociações

³¹⁶ Observe que no caso de mulheres grávidas, a exemplo de Sônia Lafoz, a alternativa sugerida era a do aborto.

existentes entre maternidade e militância política no sentido de uma conciliação que buscasse superar as adversidades, tentando equilibrar os “sacrifícios” da revolução com os da maternidade.

Quando os filhos eram diretamente atingidos pelos problemas da clandestinidade e repressão política, ou até mesmo, pelos tipos de atividades desempenhadas na militância, por exemplo, estas mães procuravam superar os obstáculos para prosseguir com as atividades políticas. No entanto, quando a situação ficava insustentável, principalmente em função da violência da repressão, muitas foram aquelas mulheres que, mais cedo ou mais tarde, questionaram a validade da militância e renunciaram à luta revolucionária. Tudo isto marcou as suas vidas e, conseqüentemente, se faz notar nas suas memórias. Neste caso, concorda-se com Martins (2005) quando esta afirma que:

As memórias maternas são narrativas da diversidade de práticas e sentimentos, antes que da unidade de uma abstrata e ideológica natureza feminina; são narrativas de como as mulheres se apropriam das convenções sociais sobre a maternidade; de como buscaram soluções para os problemas cotidianos e também da multiplicidade de sentimentos relacionados a esta experiência de dar à luz e criar filhos. (MARTINS, 2005, p. 63)

Cabe salientar que as mulheres estudadas, de certa forma, acreditam que uma das principais “obrigações da mãe” é cuidar dos seus filhos e protegê-los a todo custo, algo que se pode afirmar como sendo uma espécie de visão altruísta da maternidade, ligada à apropriação desta representação. Em contrapartida, também acreditam no caráter altruísta da militância que desenvolviam junto às organizações a que pertenciam durante a ditadura, como já foi abordado anteriormente. Pode-se afirmar, então, que esta ideia também se apresenta como uma construção social, um ideal a ser perseguido³¹⁷ no período estudado, cujos desdobramentos, em termos de apropriações e escolhas, indicam a forma como sentimentos e experiências interagiam cotidianamente no exercício daquelas atividades políticas atreladas às maternidades.

Assim, as lembranças sobre militâncias e maternidades se interpenetram como experiências femininas, comuns e, ao mesmo tempo, plurais e como manifestações de uma memória política que, ao mesmo tempo em que falam do cotidiano referente a estas duas vivências na clandestinidade, ressaltam também a perseguição engendrada pela ditadura. Em alguns casos, indicam a complexidade do olhar lançado para o grupo de pertença, apresentando tanto um fortalecimento quanto fissuras em termos de discursos enunciados.

³¹⁷ Sobre esta questão, ver Reis Filho (1990).

Assim é com Derlei De Luca. Mais de quarenta anos depois, ao relembrar a experiência da sua gravidez, ela afirmou: “Tive uma gestação muito difícil. Foi um período ruim. Aconteceram muitas prisões na Bahia, fui deslocada para Londrina. Não tinha dinheiro. A AP estava se desagregando. Havia muita discussão sobre ir para o PC do B - muita gente foi.”³¹⁸. Nesta reflexão, as suas memórias tratam das situações de tensão pelas quais passou durante a gestação, mencionando também a *luta interna* da AP. Ao escrever a sua autobiografia, anos antes, estas questões também foram abordadas, e o período da sua gravidez apresentado como sendo marcado por uma fase difícil na AP da Bahia em que, além das prisões, se aprofundaram também as divergências no interior da referida organização que, pouco tempo depois, resultaram em seu *racha*.

Pode-se afirmar, então, que estes dois testemunhos contêm alguns pontos de solidificação da memória (POLLAK, 1992) relativos aos sentidos atribuídos ao contexto da gravidez. Porém, ao se atentar para alguns detalhes, nota-se a presença de algumas diferenças sutis entre estes dois relatos de Derlei De Luca, especialmente em se tratando do conteúdo apresentado. Na fala anteriormente citada, por exemplo, são suprimidas algumas questões de ordem pessoal citadas em seu livro, a exemplo da crise que passava em seu casamento na época da sua gravidez.

Outra diferença entre os dois relatos se dá em torno da forma como esta gravidez é lembrada: os momentos de tensão no depoimento, além de se referirem, de forma geral, a todo o período da gravidez, não permitem que sejam contempladas as sensações e vivências ligadas à espera do bebê. Em seu livro, entretanto, as memórias ligadas, sobretudo, à questão da repressão, se referem muito mais ao período que vivenciou na Bahia, algo que se modifica sutilmente a partir do momento em que ela narra o seu deslocamento para o Paraná, cedendo espaço para outras lembranças relativas à gravidez em si.

Isto indica que estes diferentes espaços de manifestação da memória (entrevista e autobiografia) influenciaram na construção da narrativa e/ou da análise do seu passado, que se apresentou de forma sucinta em um relato, bem como se aprofundou em outro. Ao refletir sobre a gravidez, incitada por algumas questões elaboradas para o presente trabalho³¹⁹, o que lhe vem à mente são as dificuldades relativas aos problemas internos da organização e a sensação de insegurança provocada pelas prisões de pessoas próximas que a deixavam

³¹⁸ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 02 fev. 2015.

³¹⁹ Por e-mail, foi pedido que falasse sobre a sua experiência como mãe durante a gestação e nos primeiros meses que ela passou ao lado do filho. Além da resposta citada anteriormente, ela tratou do parto, dos problemas de saúde enfrentados pela criança nos primeiros dias de vida e da separação forçada do seu bebê. Mais adiante estas outras questões serão abordadas.

vulnerável à repressão. Ou seja, as memórias presentes nas suas respostas à indagação sobre o período da sua gestação se confundem com aquelas referentes à sua militância e à caçada aos militantes de esquerda empreendida pelos órgãos de repressão. Ao recordar “rapidamente” esta experiência são estes aspectos que se sobressaem em relação às experiências e sentidos vinculados à espera do seu bebê. Talvez porque esta parte da sua vida naquele momento também tenha sido absorvida pela militância, lhe restando poucas lembranças.

Quanto à disposição das memórias na sua autobiografia, notam-se algumas sutis alterações, ligadas, dentre outras questões, ao “aprofundamento” da sua lembrança, empreendido para a construção da narrativa que compõe o seu livro, algo que, provavelmente, se deu de forma mais “detalhada” com o objetivo de apresentar para o leitor um pouco do seu cotidiano, obedecendo a um *projeto autobiográfico* cuja composição da obra buscava abordar tanto as vivências como militante quanto os outros aspectos da sua vida na clandestinidade. Desta forma, são encontrados em seu livro alguns detalhes omitidos em outras falas, cuja característica é uma análise sucinta da sua experiência.

Na autobiografia, ao tratar do seu deslocamento para o Paraná, surgem, na narrativa, pequenas cenas da sua vida privada que evidenciam alguns planos referentes à tentativa de (re)conciliação entre as suas funções como mãe, esposa e militante da AP, bem como trazem a sua preparação para a chegada do bebê. Neste sentido, as suas memórias se ampliam, cedendo espaço para experiências e sentidos da sua vida pessoal. Assim, revela que a sua ida para Londrina, no norte do Paraná, lhe deu esperanças em torno de um recomeço, junto com o marido e com o filho, mas sem abrir mão das atividades políticas. Indica que esta cidade também se mostrou importante por poder oferecer a ela, militante clandestina, a possibilidade de segurança em relação ao parto. Apesar de não tocar diretamente nas dificuldades financeiras, menciona que, antes de se instalarem na referida cidade, o casal passou por Curitiba, onde Derlei encontrou com sua mãe, que, segundo ela, lhe trouxe roupinhas, mamadeiras, dentre outros objetos que o bebê precisaria:

Conversamos sobre Londrina e acertamos detalhes para ela viajar quando o nenê nascer. A cidade de porte médio oferecia condições de segurança para o parto. O bebê pode se complicar porque tenho Rh negativo e por transfusões de sangue recebidas. A partir deste contato recebo mala com roupas, banheirinha, sacola de bebê. Até o berço vem de Santa Catarina. (DE LUCA, 2002, p. 223-224)

Neste excerto, Derlei traz a preocupação com relação ao planejamento do parto buscando segurança para o momento do nascimento do seu filho numa cidade de porte médio que pudesse oferecer um tratamento adequado, caso o bebê necessitasse. Não aponta a

intervenção direta da organização neste processo, apenas afirmando, em outro trecho, que se encontrou com uma companheira médica, que também estava grávida³²⁰, e que esta lhe passou orientações sobre uma dieta a ser seguida.

Ao rememorar este processo de espera e preparação para a chegada do bebê, a presença de pessoas próximas aparece como fundamental. A sua família, além de algumas amigas, segundo ela, lhe ajudaram com o enxoval da criança. Para um casal de militantes clandestinos, cuja vida financeira era completamente instável e permeada por dificuldades, a ajuda de pessoas próximas era de grande importância para suprir algumas necessidades.

Arantes (1994) afirma, por exemplo, que os militantes clandestinos vestiam-se, geralmente, com o apoio de amigos e familiares e que o auxílio das diversas correntes de simpatizantes das organizações exercia um papel fundamental em quesitos como assistência médica, principalmente no que se refere aos partos das mulheres e às necessidades das crianças. Gilce Consenza, militante da AP, por exemplo, quando entrou em trabalho de parto durante uma reunião, em fevereiro de 1969, além da ajuda dos companheiros da organização, contou com o auxílio de um médico simpatizante. *Integrada* no campo, no interior de Minas Gerais, desde os dois meses de gravidez esta mulher vivenciou as dificuldades da população local, que não dispunha de farmácia, muito menos de atendimento médico. Lembra que chegou a cuidar de uma criança de poucos meses que tinha o corpo coberto por feridas. Com a ajuda de um livro que versava sobre ervas medicinais, remédios e curativos conseguiu que o bebê melhorasse. A partir de então, quando alguém adoecia procuravam a sua ajuda, pois os pais da criança que havia cuidado “espalharam” que ela curava as pessoas. Como forma de agradecimento, recebia porcos, galinhas, dentre outros “agrados”. Foi nesta realidade de privações que Gilce vivenciou a sua gravidez até que ela e o marido foram convocados para uma reunião em Belo Horizonte³²¹:

Em fevereiro de 1969, portanto, fomos até a capital mineira; eu estava com sete meses de gravidez e entrei em trabalho de parto durante a reunião. A bolsa arrebentou e eu corria para o banheiro toda hora. Somente no fim da manhã um companheiro, Carlos Melgaço, estudante de Medicina, achou estranho alguém urinar tanto e percebeu que a bolsa tinha rompido.

A reunião foi interrompida, Loreta Valadares e Solange Nóbrega ficaram cuidando de mim e os meninos foram procurar um médico progressista, aliado, para fazer o parto depressa porque eu estava com a prisão preventiva decretada.

Quando chegamos ao hospital, constatou-se que eu estava grávida de gêmeos. Voltei para o aparelho da organização, pois naquele hospital não tinha vaga e, então, arrumaram um hospital na Lagoinha, e o médico era aliado da AP.[...]. (Gilce Consenza in: COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 181)

³²⁰ Trata-se de Elzira Vilela, de quem falaremos mais adiante.

³²¹ Explica que o contato era feito através de um programa de rádio por meio de um recado codificado.

Relembrando a sua trajetória como militante da Ação Popular/PC do B, Gilse Consenza aborda, dentre outras questões, as suas vivências como mãe. No trecho acima, ela traz a tensão pela qual passou, dentre outros motivos, por não ter tido um planejamento de como se daria a chegada do bebê. Aos sete meses de gestação, em plena reunião, em que buscavam discutir como a AP mineira se comportaria diante do AI-5, entrou em trabalho de parto, sendo necessário o auxílio de companheiros/as que estavam presentes no local. A ajuda de um deles, Carlos Melgaço, foi fundamental tanto na constatação de que a bolsa de Gilse havia se rompido quanto na busca de um médico simpatizante que realizasse o parto. Por estar em uma cidade em que era procurada, principalmente por causa da sua atuação junto ao movimento estudantil, a militante não poderia se expor, sendo necessário todo o cuidado, pois corria o risco de ser presa. Além destas limitações, se viu diante da situação de não poder ser atendida por falta de vagas no hospital, sendo obrigada a retornar ao *aparelho* para se resguardar enquanto o seu marido, juntamente com Carlos Melgaço, foi em busca de outro lugar em que pudesse ser atendida.

Neste relato, Gilse menciona que foi conseguido um local para o parto, mas não fala do intervalo de tempo em que esperou pela resposta. No entanto, Loreta Valadares, militante da AP que a ajudou, relata estes momentos de “nervosismo” na sua autobiografia. Esta afirma que, juntamente com outra companheira, Solange Nóbrega, tentou acalmar Gilse quando ela voltou para “casa” em prantos. Colocaram-na em uma cama, levantaram seus pés e lhe deram algo para comer. Porém, confessa Loreta, tanto ela quanto a outra militante, estavam nervosas e apavoradas com a possibilidade de terem como atuar como parteiras. Quando foi encontrado um local para que o parto fosse realizado, sentiram um grande alívio:

Finalmente, o alívio – chegam Abel [marido de Gilse] e Carlos – haviam conseguido com um médico simpatizante (bendito médico!) uma vaga em um hospital particular, discreto, o que era bom até em termos de segurança. Arrumamos às pressas uma mala de roupas, chamamos um táxi, e lá se foi Gilse, quase carregada. Luisinho voltara com uma sacola de roupinhas de sua filhinha, nascida há pouco mais de um mês. Poucas horas depois, Gilse dava à luz as duas meninas. Prematuras, não pesam nem um quilo e meio cada, vão direto para a incubadeira. O parto é difícil, mas Gilse passa bem. Dramática é a situação das meninas, muito franzinas, minúsculas, e uma delas sofrera compressão cerebral ao nascer, sua expectativa de vida é quase zero. Após 15 dias de luta, não sobrevive, o desafio agora é manter viva a outra menininha, a Juliana. (VALADARES, 2005, p. 70-71)

A situação de Gilse, tanto no que se refere ao trabalho de parto quanto ao problema de saúde das suas filhas, ficou marcada nas memórias de Loreta, que a narrou em sua

autobiografia. Nota-se que a questão da segurança era alvo de preocupações por parte de todos, que viram na ajuda dos médicos simpatizantes a única saída para o atendimento da parturiente. Neste caso, terem conseguido uma vaga num hospital particular e discreto representava, dentre outras coisas, uma possibilidade maior de não ser descoberta pela repressão, o que, diante da situação da saúde das crianças, se tornou ainda mais importante, pois estas eram visitadas pela mãe todos os dias. No período de um mês, em que a bebê Juliana passou internada, Gilse se deslocou ao hospital para vê-la, o que indica que a militância na AP foi substituída pela *maternagem*, o que se estendeu até esta mulher ser presa pela repressão, em junho de 1969. A criança ainda estava em fase de recuperação e o plano da mãe era o de retornar para o campo para dar continuidade à *integração na produção*, assim que Juliana ficasse boa, mas antes que isso acontecesse, a repressão a capturou (VALADARES, 2005).

Quando Gilse foi presa, havia deixado a sua filha com a amiga que a abrigava, o que fez com que o bebê não caísse nas mãos da repressão. No entanto, os torturadores exploraram a questão de que pegariam a criança e que, além de deixá-la deformada, a colocariam em uma banheirinha cheia de gelo. Este é um dos elementos da tortura que mais marcaram Gilse, se mostrado constante nas suas memórias. Esta história, assim como a de Loreta Valadares e a de outras militantes da AP presas no mesmo período, se encontra no livro *As moças de Minas* (1989), de Luiz Manfredini.

Quanto à ajuda recebida de companheiros, simpatizantes e amigos, nota-se que, esta se mostrou essencial também para Gilse, que, além da ajuda no parto e no tratamento dos bebês, recebeu as roupinhas da filha de um militante da AP, que fez questão de doá-las. Cabe ressaltar que, durante os quatro meses em que ficou em Belo Horizonte, a militante também foi ajudada por amigos, que a receberam em sua casa, o que demonstra que o auxílio de pessoas ligadas, ou não, às organizações era sempre bem-vindo, principalmente nos momentos de perigo e necessidade.

Entretanto, os imprevistos não se limitavam à falta de planejamento para a chegada dos bebês. Neste caso, nem todas as mulheres que precisaram de atendimento de pessoas conhecidas em seus partos conseguiram entrar em contato e receber a ajuda de simpatizantes, mesmo tendo combinado previamente o auxílio. Este foi o caso de Maria Luísa B. de Carvalho, também militante da AP, que, no momento em que estava para “dar à luz”, descobriu que o médico que iria atendê-la teve que fugir às pressas por causa da repressão³²² e

³²² A militante não relata quando se deu o seu parto.

que o hospital não tinha vagas, sendo preciso buscar outro local para ser atendida. Esta militante lembra o seu parto como um momento permeado por abusos do hospital em que conseguiu ser atendida. Além do constrangimento e do risco de ter que “fazer um escândalo” para que não fosse acompanhada por um grupo de estagiários “que mais pareciam ‘urubu em cima de carniça’” (Maria Luísa B. de Carvalho in: ARANTES, 1994, ANEXO xxiii), revelou que o médico residente que a atendeu queria fazer a sutura sem anestesia, além de ter tido o seu bebê trocado no momento da amamentação. Ao relembrar do ocorrido e do seu comportamento, enfatizou que mesmo estando na clandestinidade, deveria reagir diante de tais erros e que são estas as “atrocidades, estes absurdos que o nosso povo passa, na maioria das vezes sem saber como resistir” (Maria Luisa B. de Carvalho in: ARANTES, 1994, ANEXO xxiii).

A situação delicada pela qual passou é descrita como sendo revertida em função do seu comportamento contestador, apesar da sua exposição. Tudo isto se deu, segundo ela, por causa do desencontro com o médico com quem tinha combinado de ser atendida. Atendimento que, provavelmente, se daria em um hospital da rede pública, mas este não tinha vaga, algo que a levou a procurar outro lugar para ter o seu filho, já que não tinha ninguém para auxiliá-la. Não revela, porém, se este médico era algum amigo ou se era simpatizante da AP. A questão é que ele já estava visado pela repressão, o que resultou em seu “sumiço temporário” e, conseqüentemente, na situação de aflição passada por Maria Luísa. O pai do seu filho, que a acompanhava, teve que ir embora, pois não permitiam a sua entrada. Quanto ao seu bebê, ao que tudo indica, este nasceu saudável, pois ela afirma que quando trocaram a criança na hora da amamentação, ela notou porque, além de uma pulseirinha com o nome de outra mulher, a criança estava com um esparadrapo que indicava que o bebê estava doente. Foi assim que ela detectou a troca.

Derlei De Luca, por sua vez, apesar de não entrar em detalhes na autobiografia em relação ao seu parto, ao responder a algumas perguntas elaboradas para a construção deste trabalho, revelou que não recebeu nenhum auxílio de simpatizantes da AP neste momento, que se deu em um hospital público, utilizando a sua identidade de “Maria Luisa Vitalli”. Afirma que foi com este documento que o seu filho foi registrado, algo que ficou marcado nas suas lembranças como uma decepção:

Zé Paulo nasce aos 11 de janeiro de 1972 e dois dias depois volta a ser hospitalizado por eritroblastose. Dedico-me a ser mãe desta criaturinha magra, de três quilos, com vastos cabelos negros, fazendo seu rostinho parecer miúdo. Está todo amarelinho e precisa fazer transfusão de sangue. O único lugar possível para injetar é na veia do pescoço. Ver o menino, com apenas quatro dias, naquele sofrimento, me desespera.

César [o marido] chega ao hospital com a certidão de nascimento do bebê. No registro o nome do pai é verdadeiro, mas a mãe é Maria Luisa Vitalli. Tentei reclamar:

- Mas, como? Maria Luisa Vitalli?

- Tinha de registrar. É o único nome possível.

Vou dormir chorando. Não me conformo em não ser mãe do meu filho. (DE LUCA, 2002, p. 225)

Estas são as únicas referências ao parto, contidas no seu livro. Nestas memórias, Derlei relembra que recorrer à identidade de “Maria Luisa Vitalli”, parte integrante e necessária para a composição da sua personagem vivida na clandestinidade, foi a única forma possível, naquele momento, que o seu companheiro encontrou para registrar a criança de forma a não se exporem aos órgãos de repressão. E, apesar desta militante conviver há algum tempo, não sem conflitos, mas sem grandes questionamentos, com as diferentes personagens forjadas para a sua vida clandestina, este foi um momento de desalento para ela, representando a negação da sua maternidade. Queria ser mãe por inteiro, em sentimentos, cuidados, mas também no papel, algo que, ambigualmente, poderia comprometê-la e, também, ao seu filho.

Ao tratar do nascimento da criança, Derlei traz à tona lembranças referentes à *maternagem*, nas quais a militante cede o lugar à mãe dedicada e preocupada com o problema de saúde apresentado pelo filho, cuja necessidade de uma intervenção médica que expunha o bebê ao sofrimento, segundo ela, lhe causou desespero. Esta situação ficou marcada em suas memórias como um dentre os vários momentos difíceis da sua maternidade. Isto fica evidenciado nas respostas que deu às questões enviadas por e-mail, que tinham como objetivo entender as suas memórias acerca da sua experiência como mãe. Dentre estas questões, uma indagava sobre a sua vivência como mãe nos primeiros meses de vida do seu filho, quando este ainda se encontrava ao seu lado. A sua resposta, então, guardou semelhanças com o que foi relatado na sua autobiografia:

O menino nasceu em Londrina no Paraná. Fez eritroblastose - que eu tenho RH negativo. Teve de trocar todo o sangue. Colocaram uma agulha no pescocinho dele. De um lado saía o sangue, de outro entrava sangue para ele não morrer. Meu Deus - foi um período difícil, não sei como sobrevivemos.³²³

Trata-se, novamente, da presença de alguns *pontos relativamente invariantes* da sua memória, ligados, sobretudo, a uma situação de aflição. Neste caso, guardadas as devidas proporções, assim como Gilse Consenza, Derlei passou por momentos de angústia referentes

³²³ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 02 fev. 2015.

à fragilidade da saúde do seu bebê recém-nascido. E, apesar de, novamente, não ter a ajuda de simpatizantes, foi em busca do tratamento da criança.

Além do parto, os problemas de saúde dos filhos de militantes clandestinos e os seus respectivos tratamentos se configuravam em um dos aspectos mais delicados da clandestinidade e, conseqüentemente, da maternidade neste contexto. Derlei, que tratou do seu nenê no hospital onde ele nasceu, não relata nenhum contratempo neste período, apesar de enfatizar o medo de perder o seu bebê, bem como o sofrimento vivido pela criança, lembrado por ela como seu próprio sofrimento. Há que se considerar, entretanto, o perigo de exposição desta mulher ao se fazer presente em um ambiente em que precisava conviver com pessoas que poderiam colocá-la em risco, denunciando-a, por exemplo. Neste momento, mesmo estando em uma cidade em que não a conheciam³²⁴ e apresentando a identidade de Maria Luisa Vitalli, cabe ressaltar que a campanha de perseguição promovida pela ditadura no sentido de amedrontar as pessoas e fazê-las desconfiar de qualquer um estava em andamento. Além disso, existia também a possibilidade dos próprios agentes da repressão estarem à espreita.

Assim, na sua autobiografia, em meio às suas lembranças, e trazendo a questão da insegurança à tona, Derlei afirma, a partir da consulta a um documento produzido pelos órgãos de repressão, que: “No dia 03 de fevereiro o inspetor da Polícia Federal, Werner Sobral Arcoverde, entrega o relatório do inquérito 12/71, em Curitiba e pede a prisão preventiva de 12 militantes da AP, inclusive a minha.” A partir de então passou a ser um alvo da repressão paranaense (DE LUCA, 2002).

Diante da necessidade de se preservarem, principalmente quando se encontravam em cidades/estados em que eram alvos de perseguição, existiram também aquelas militantes que, em situações de enfermidades enfrentadas pelos filhos, optaram por oferecerem os cuidados em casa, quando dispunham de condições para tal. Também nestes casos, o auxílio de simpatizantes, amigos e/ou da família eram fundamentais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Elzira Vilela, também militante da AP, que, além de passar por uma gravidez problemática, em 1972, enfrentava momentos de aflição diante da caçada empreendida por agentes do DOI-CODI paulista, que chegaram a prender pessoas da sua família para que revelassem o seu paradeiro. Diante de ameaças de que seria presa quando chegasse a um hospital para ter a criança, o parto de Elzira foi realizado, de forma discreta, em Valinhos, São Paulo, por um colega da Faculdade de Medicina. Acontece que a criança, que nasceu em

³²⁴ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 24 fev. 2015.

agosto de 1972, passou a apresentar problemas de saúde assim que saiu do hospital. Diante do perigo de ser presa e da necessidade de oferecer um tratamento adequado à filha, em que precisavam ser utilizados equipamentos especiais, resolveu buscar ajuda, novamente, para que seu bebê pudesse ser cuidado em casa por ela mesma, que era médica³²⁵.

Ao refletir sobre a sua experiência como mãe na clandestinidade para um estudo empreendido por Arantes (1994), na década de 90, um dos pontos abordados por Elzira foi o da luta para que a criança conseguisse sobreviver a uma série de complicações em um ambiente encarado como insalubre e tenso:

era tudo muito indefinido e muito complicado, porque, assim que ela chegou em casa, ela começou a apresentar uma icterícia gravíssima, ficou absolutamente amarela, daí eu vim pra São Paulo e levei-a num consultório de pessoas amigas que sabiam mais ou menos o tipo de vida que estávamos levando, e esse colega ficou impressionadíssimo com o nível de icterícia que ela tinha. Ele se prontificou, arrumou um aparelho de fototerapia e fizemos todo o tratamento em casa. Ele levou o aparelho a Santo André pra gente, e ficamos assim três dias, dia e noite acordados, virando a menina mazinha, embaixo da fototerapia, e ela com aquela diarreia (*sic*). Aquele cômodo imundo, horrível, foi assim uma coisa muito pesada, muito triste, até que devagar ela foi melhorando, saiu muito bem. Daí eu parei logo de amamentar porque ela chorava muito. Hoje pensando, não sei se ela não chorava por absorver através da amamentação, toda a tensão que vivíamos na época, ou se tinha alguma coisa mesmo. Eu sei que era uma criança que vivia chorando, com cólica, vivia naquele desespero [...] (Elzira Vilela in: ARANTES, 1994, ANEXO XXV)

Apesar de tomar precauções para não ser presa durante a gravidez nem durante o seu parto, Elzira se deparou com a situação do problema de saúde da filha recém-nascida. Um imprevisto que poderia expô-la a uma prisão, mas que deveria ser superado por representar uma ameaça à vida da criança. Desta forma, esta mãe, através da sua formação de médica, buscou empreender um tratamento adequado com a ajuda de aparelhos fornecidos por pessoas amigas. Assim como as outras mulheres citadas, neste momento, se encontrava afastada das suas atividades como militante, dedicando-se exclusivamente à *maternagem*, esta relembra como um processo sofrido em função da situação de saúde da criança. A moradia insalubre e a perseguição sofrida aparecem também como elementos que marcaram esta experiência por serem vistas como responsáveis pela tensão que, de certa forma, estariam afetando a sua filha.

Dando continuidade à sua reflexão, Elzira relembra que, com o passar do tempo, conseguiu ter acesso a um acompanhamento da criança num posto de saúde, algo que fez com que esta se fortalecesse, apesar de ter uma alimentação limitada por causa da situação de dificuldades financeiras pela qual a família passava em que ela não trabalhava e o seu marido

³²⁵ Arantes (1994); Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo* (2014).

ganhava muito pouco trabalhando em um cemitério. Relembra também que, meses depois, passou a morar numa casa melhor e, como a criança “estava mais crescidinha”, voltou a fazer contato com os companheiros da AP retomando, aos poucos, as suas atividades políticas, mesmo “com todas as limitações de ser mãe de um nenê, e fazer tudo o que tinha que fazer em casa” (Elzira Vilela in: ARANTES, 1994, ANEXO XXVI). Neste período, fez amizade com a proprietária da casa, que passou a tomar conta da criança, o que permitiu que ela voltasse a trabalhar “porque não dava mais para sobreviver”:

Nessa época a repressão, em São Paulo, estava violentíssima, foi já em 73, então a manutenção da gente estava muito dificultada, a gente conseguia alimentar a criança que passou o primeiro ano de vida comendo miúdo de galinha, laranja e banana. Ela nunca conheceu outra fruta que não fosse isso, mas com isso tudo ela ficou uma menina muito forte, teve um problema de saúde grave que foi uma convulsão, uma desidratação, então começou aquela dualidade de eu ser médica, ter uma vida clandestina, ser mãe e ver minha filha com aquele problema e não poder ter mais e melhores recursos. Nessa época não dava mesmo, a gente tava completamente procurado, visada, então conflitava muito, porque quando era só a gente, era só a gente, no momento que entra um filho no meio, as coisas começam a ficar meio confusas na cabeça da gente. [...] Então estas coisas começam a jogar muito pesado na cabeça da gente, e a gente nessa época já pensava que estava muito sem espaço, e que a gente teria que estar pensando em sair do país. [...]. (Elzira Vilela in: ARANTES, 1994, ANEXO XXVI)

Assim como outras mulheres militantes, Elzira esperou passar a fase inicial da *maternagem*, para prosseguir com a militância, retomada a partir da tentativa de equilibrar as suas atividades políticas com as de mãe e dona-de-casa, e, posteriormente, com a de trabalhadora, algo dificultado pela repressão, segundo as suas memórias. Por ser procurada, as privações materiais resultantes dos obstáculos em conseguir manter a casa juntamente com o companheiro, atingiram diretamente a sua filha. Mesmo diante de tais dificuldades e da perseguição, tentou prosseguir com a militância. Contudo, segundo ela, chegou um momento em que os problemas de saúde da criança a fizeram pensar em sair do país por se sentir ameaçada pela repressão e culpada por não poder tratar da filha adequadamente por falta de condições materiais. Mesmo se referindo a uma “falta de espaço” para atuar politicamente (e, certamente, viver de forma menos tensa), não menciona se, para além da perseguição sofrida, isto tinha a ver com a desagregação da Ação Popular naquele momento.

O que se destaca nas memórias de Elzira, no que tange à sua experiência como mãe na clandestinidade, é que estas estão vinculadas às diversas situações de dificuldade que vivenciou e a tentativa de superá-las no sentido de proteger e cuidar da sua filha num momento de extrema perseguição que sofria. No momento em que resolveram sair do país, Elzira e seu companheiro foram presos com a sua filha Carmen, que estava com um pouco

mais de um ano. A menina ficou nas mãos da repressão durante vários dias sem que os pais soubessem o que tinha acontecido com ela, até que a criança foi entregue à tia.

Ao rememorem os momentos de clandestinidade vivenciados com os filhos, algumas mulheres, como Elzira Vilela, além de tratarem dos problemas causados pela repressão, trazem também as situações de privações materiais pelas quais passaram, algo que ficou marcado nas suas memórias por atingirem diretamente as suas crianças e, conseqüentemente, as suas maternidades. Jovelina Tonello do Nascimento, militante da VPR, por exemplo, em entrevista ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, mencionou a fome e o frio pelos quais passou em alguns momentos (CARVALHO, 1998). Diante da perseguição ao marido e das dificuldades de se manterem, esta militante chegou não ter nada para oferecer ao seu filho, além do leite materno.³²⁶ Outras mães/militantes relembram que, quando estavam sendo caçadas, sem contato com pessoas das organizações a que pertenciam e sem dinheiro, chegaram a alimentar os seus filhos unicamente com o café da manhã oferecido pelos hotéis onde se encontravam escondidas e, onde haviam gastado tudo o que tinham, a exemplo de Marília Guimarães, militante da VPR (GUIMARÃES, 2000), e Mara Alvarenga, da VarPALMARES (CARVALHO, 1998).

Para as militantes da Ação Popular que se *integraram na produção* levando consigo os seus filhos e que, anos após, rememoraram estas experiências, o problema das privações materiais é algo recorrente. As referências a moradias e/ou alimentação precárias são comuns, o que indica que, apesar de seguirem a proposta da organização de abrirem mão das suas condições de “pequeno-burguesas”, passando a vivenciar as realidades de camponeses e operários, estas mulheres, em determinados momentos, tiveram a sensação de estranhamento em relação às limitações vivenciadas em seus cotidianos de militantes, mães e donas-de-casa, justamente em função da realidade de miséria com que se depararam. Desemprego, moradias insalubres, fome era algo enfrentado por muitas destas militantes, e que, em alguns casos, teve um grande peso no abandono da *integração* como tarefa política e ideológica ou, até mesmo, no afastamento da organização.

Neste sentido, Lima e Arantes (1984) afirmam que, por causa de situações de dificuldade, muitos integrantes abandonaram a Ação Popular durante este processo. Estes problemas enfrentados por militantes da AP durante a *integração* pode ter sido ainda mais problemático para mulheres que possuíam filhos. Um exemplo disto é o caso de Maria Lúcia

³²⁶ Depoimento de Ernesto Carlos Dias do Nascimento, contido no livro *Infância Roubada* (2014). O depoimento deste filho de militantes, assim como o de outros, apresenta o que Pollak (1992) define como “memória por tabela”, uma memória herdada, com a qual ele se identifica e, mesmo sem realmente lembrar de ter vivenciado, entrelaça o acontecimento à sua própria história.

Garcia, que se *integrou* na região do *ABC paulista*, no início da década de 70. Esta mulher relembra as diversas dificuldades que enfrentou, dentre elas, a fome e a moradia em locais precários, havendo um período em que, segundo ela,

Além de não conseguirmos emprego não conhecíamos quase ninguém. Betinho, às vezes, contatava alguns simpatizantes do partido e recebia alguma ajuda financeira e a repartia com todos nós. Não conhecíamos quase ninguém em São Paulo para buscar apoio. A Direção mostrava-se cada vez mais distante e não dava nenhum suporte aos militantes. Na verdade, o grande apoio que tivemos foi mesmo das pessoas com as quais convivíamos. Maria, a proprietária da casa onde morávamos, sempre trazia algo para nos ofertar. Aos domingos sempre fazia frango com macarrão e nos levava uma travessa. Não havia prato mais saboroso e bem preparado! Seu marido, sr. Zé, dizia que primeiro cuidássemos de nossa alimentação e que o aluguel ficaria para depois. Tinham seis filhos. Ele sofrera um acidente e não estava trabalhando. Maria trabalhava como faxineira. O casal vivia em grandes dificuldades financeiras, mas não mediam esforços para nos ajudar. [...] Lembro-me que certa vez apareceu em nossa casa, na hora do jantar, o companheiro Ulisses. A comida era arroz e salada de cebola. Ele comeu e ficou maravilhado com a refeição. A prioridade era o leite do meu filho, que nunca deixamos faltar. (GARCIA, 2003, p. 85).

A Ação Popular, organização que não realizava “ações de expropriação”, tinha nos seus simpatizantes o grande auxílio para ajudar a manter alguns dos seus militantes. Mas, cabe ressaltar que, ao assumirem a *integração na produção*, os seus integrantes teriam que encontrar um emprego, e se “sustentarem” com ele. Acontece que, como foi o caso de Maria Lúcia, isso nem sempre acontecia ou demorava a ocorrer, o que, aliado à falta de contato ou de apoio da AP, também por causa da diminuição de simpatizantes ao longo do tempo, resultava em situações de penúria. No entanto, há que se considerar que os baixos salários pagos aos operários também resultavam em situações de pobreza que atingia as crianças, filhos de militantes *integrados*.

Maria Lúcia, ao relembrar este período, destaca que a ajuda de alguns simpatizantes era essencial, mas que não eram constantes, o que, diante do desemprego enfrentado por ela, afinal, só o seu companheiro trabalhava neste momento, fez com que houvesse situações em que a alimentação do casal fosse limitada para que não faltasse leite para o seu filho de pouco mais de um ano. A militante chama a atenção também para a distância da direção da AP em relação às suas bases e, em contrapartida, a solidariedade de pessoas que, apesar de passarem por dificuldades, a ajudavam, abrindo mão, inclusive, do aluguel que complementaria a sua renda. Tal gesto ficou marcado nas suas memórias de forma positiva sendo mencionado, novamente, anos depois da escrita da sua autobiografia, ao ser perguntada, para o desenvolvimento do presente trabalho, que boas lembranças guardava do tempo da militância:

As boas lembranças que ficaram estão na solidariedade das pessoas do povo. Vizinhos viam a precariedade da nossa vida e ofertavam alimentos e até brinquedos para meu filho. Numa das moradias o dono que nos alugava dois cômodos dizia: primeiro vocês têm que comer, depois o aluguel.³²⁷

Memórias como as de Maria Lúcia, além de auxiliarem na compreensão do caráter subjetivo da construção das lembranças ao longo do tempo, indicam também as fendas de uma memória construída acerca da trajetória da AP a partir da visão de uma militante que pertencia às bases da organização, que dá a sua versão sobre como o processo de *luta interna* atingiu o cotidiano de algumas destas pessoas. Além disto, ao trazer, através das suas memórias, algumas pequenas cenas do seu cotidiano de uma mãe/militante, se mostra importante na compreensão do cotidiano de mulheres que, como ela, tentaram equilibrar a maternidade com a militância.

Esta autobiografia indica que, ao vivenciar a realidade das mulheres operárias e/ou mulheres de operários, esta mulher, assim como elas, se viu diante de algumas questões que influenciavam na sua *maternagem*. A tentativa de não deixar que o seu filho passasse fome e a busca pela conciliação entre os cuidados com a criança e o trabalho na fábrica são alguns exemplos.

Quanto à sua experiência como operária, esta se mostrou problemática por não ter a quem recorrer quando ia para fábrica, a não ser ao seu marido, que, assim como ela, trabalhava. Quando esta mãe saía para o trabalho, a criança ficava sozinha em casa, dormindo, até que o pai chegasse do serviço. Neste sentido, para Maria Lúcia, a participação do seu marido se mostrou essencial para que garantissem alguma renda para o sustento da família, e para que ela tentasse prosseguir com um dos objetivos da *integração*: desenvolver um trabalho político junto às operárias. Isto se deu até o momento em que passaram a ser um alvo da repressão, tendo o casal recorrido à família para que cuidassem da criança por um tempo.

De acordo com Santana (2008), um das limitações para o desenvolvimento do trabalho político no contexto da *integração na produção* era a falta de apoio da *Direção Nacional* da Ação Popular aos seus militantes, aliada à dificuldade de encontrar um emprego nas áreas fabris, em função da falta de experiência de muitos deles, homens e mulheres. A referida historiadora traz o exemplo de Eliana Rollemberg, militante enviada para se *integrar* buscando emprego na Petrobrás. Não conseguindo o trabalho, Eliana passou, então, a viver em dificuldades na região de Candeias, Bahia, longe do companheiro, que atuava em outra região. Ao falar deste período, esta mulher, além de se referir às privações materiais, enfatiza

³²⁷ Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 02 abr. 2014.

como estas refletiram na sua maternidade, e, conseqüentemente, na sua militância, comprometida por causa de um problema de saúde que a sua filha desenvolveu em decorrência das condições precárias em que viviam.

Eu nunca tive dificuldade de me adaptar em relação à vivência social em qualquer área. Mas, meu choque social foi muito mais de condições de infra-estrutura. Por exemplo, o fato de sempre ter tido outro tipo de vida então dificultava saber carregar água, por exemplo, pra poder ter água suficiente tanto pra alimentação quanto pra lavar roupas da minha filha que era muito pequenininha e exigia uma quantidade, naquela época não tinha fralda descartável. E acho que mesmo que tivesse eu não ia ter dinheiro pra comprar. Então era uma quantidade de fralda muito grande, ela com disenteria, com a desidratação; essas coisas que pra mim foram um choque muito grande. Era a incapacidade de eu poder resolver essas questões práticas. Então, tinha dias de eu ter que carregar muitas latas de água de manhã até de tarde e isso me extenuava. Então, as minhas condições mesmo de um trabalho mais político ficavam prejudicadas por essas questões. [...] (Eliana Rollemberg apud SANTANA, 2008, p. 81)

Eliana Rollemberg relembra a dificuldade de adaptação na sua experiência como *integrada* a partir de uma relação entre condições de infra-estrutura, maternidade e militância. Para esta mulher, à questão das dificuldades financeiras, por não ter encontrado um emprego, se aliaram outros problemas cotidianos ligados às suas atribuições como mãe e como dona-de-casa, a exemplo da falta de água filtrada e encanada. Reconhece que a sua inserção num meio, cuja realidade material era diferente da que estava acostumada, refletia na forma como realizava a tarefa de carregar água, por exemplo, algo que tomava muito do seu tempo e a deixava extenuada, refletindo na sua atuação política, principalmente quando a sua filha adoeceu. Neste momento, em que a militância ficou prejudicada e em que a sua criança correu sérios riscos de morrer por causa de uma desidratação, resolveu abandonar a *integração* nesta área. Continuou, porém, com a militância sendo deslocada para São Paulo, onde atuou junto ao movimento estudantil até ser presa, em fevereiro de 1970, quando a criança tinha nove meses. Em 1972, foi para a França, onde já se encontravam o seu companheiro e a sua filha.³²⁸

A questão da falta de água encanada é recorrente, principalmente em memórias de mulheres que se *integraram* no campo. Solange Silvany R. Lima, por exemplo, relata que esta foi uma das grandes dificuldades que teve ao se instalar, juntamente com o marido, numa cidade do interior da Bahia. Apesar de ter resolvido interromper a sua militância, ao seguir o companheiro junto à integração deste, conviveu com as adversidades vivenciadas pelas mulheres da região. Contudo, por vir de uma realidade social diferente, assim como Eliana

³²⁸ Entrevista concedida à Beatriz Pasqualino, *Rádio Agência*, em 01 abr. 2014.

Rolleberg, sentiu grande desconforto, algo que, segundo ela, lhe trouxe preocupações no sentido de não chamar a atenção das pessoas do local, já que estas estavam acostumadas a carregar latas de água na cabeça enquanto ela não tinha tanta desenvoltura (LIMA, 2010).

Maria Luisa Carvalho, por sua vez, não fala onde se integrou, mas dá a entender que foi em uma região que sofria com a seca. Afirma que uma das coisas mais difíceis era ter que carregar uma lata de 20 litros de água e subir muitos degraus com medo de ser atacada por alguma cobra. Isso nos tempos de chuva. No verão, por sua vez, o seu medo, segundo ela, era de ser atacada por algum jacaré no rio em que lavava as roupas. (Maria Luisa B. Carvalho in: ARANTES, 1994).

Diante de tantas adversidades ligadas às atividades domésticas que lhes eram atribuídas, cujo encargo certamente dificultava a sua militância (apesar de não tocar no assunto), uma das coisas que mais deixaram Maria Luisa preocupada foi uma situação que envolvia o seu filho e, conseqüentemente, a forma como os seus cuidados deveriam se dar:

Uma das coisas que me marcou muito foi chegar num tal lugar [...] parando em frente de uma casa de palha, sem porta e sem janela. Foi um choque. Eu estava com um menino de 9 meses com aquela preocupação toda, o moleque vai começar a andar e onde vai andar? A casa de um metro levantada do chão, um choque quando entrei, cheia de buraco, porque a casa de madeira, uma madeira que a gente tira no meio dela, abre, então fica um piso, um assoalho, então como é que aquele moleque ia andar? Andar na terra vai ficar cheio de verme, vai comer terra; andar dentro de casa vai quebrar a perna porque vai meter a perna dentro do buraco. E a solução que encontrei foi botar um lençol no chão e acompanhá-lo, ficar o tempo todo junto pra ele não cair um metro e tanto pra baixo, e começar a andar agarradinho nas coisas, a gente dando a mão, etc. Mas então isso foi uma coisa que nunca imaginei na minha vida. [...] (Maria Luisa B. Carvalho in: ARANTES, 1994, ANEXO xxvii)

Ao rememorar as situações que mais a marcaram na clandestinidade, a militante traz duas questões ligadas às atribuições femininas: os serviços domésticos e a *maternagem*, duas tarefas dificultadas pela precariedade de alguns lugares onde morou. Refletindo sobre tal experiência, observa que a situação que mais lhe marcou foi a da possibilidade de ter o seu filho, uma criança que estava na fase de dar os seus primeiros passos, exposto a acidentes numa casa em que havia buracos no chão. Diante disto, afirma que buscou uma solução para este problema que implicava em vigiá-lo e acompanhá-lo constantemente para que ele não caísse e se machucasse. Desta forma, adaptou os seus cuidados maternos para proteger a criança, já que ela e o seu companheiro continuariam no local desenvolvendo os trabalhos da militância. Afirma que, apesar de se ver diante de momentos difíceis, viviam em tal situação convictos de que haviam feito uma escolha e que a luta que desenvolviam permitiria que ninguém, nunca mais, vivenciasse aquela situação de miséria. Mais do que uma vivência de mãe/militante apresentada por ela, as suas memórias também são construídas a partir destas

duas identidades, que a faz articular, em sua reflexão, os seus dramas individuais, que atingiam o seu filho diretamente, com a transformação coletiva em que acreditavam estar em andamento a partir da luta que envolvia os seus próprios sacrifícios.

4.2.3. Memórias de pais e de filhos/as

Uma característica essencial da *integração na produção* era a convivência e busca pela aproximação dos/as militantes com as pessoas com quem trabalhavam e de quem eram vizinhos/as. Neste caso, as crianças também conviveram com as populações locais, sempre que possível, principalmente quando já tinham uma idade que já lhes permitia interagir através de brincadeiras, por exemplo, com as pessoas ao redor. Este foi o caso de Rita de Cássia, filha da militante Rosemary Reis Teixeira, que se *integrou* no sertão de Alagoas no ano de 1968. As memórias de ambas indicam a convivência da menina com as outras crianças, com quem brincava. Assim como os seus amiguinhos, durante este período, “Ritinha” não possuía muitos brinquedos, se entretendo com brincadeiras locais e/ou adaptando as coisas que a região possuía na sua diversão: “Em Pariconha lembro que brincava de fazer carro de boi com cacto e palito de dente, fazia guerra de mamona. Ganhei um pote de barro para carregar água na cabeça, mas quebrou. Brincava com coisas simples da região, pois não tinha brinquedo. [...]” (Rita de Cássia Resende in: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 38)

No entanto, nesta convivência, foi prevenida para que guardasse um segredo. Os seus pais, que antes eram chamados de Gilberto e Rosemary, a partir de então, seriam “Juarez” e “Rosa”: “[...] Minha mãe me explicou que eles deveriam ser chamados por esses nomes para a nossa segurança e que isso seria nosso segredo. [...]” (Rita de Cássia Resende in: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 37). Em se tratando de crianças que já interagiam com outras pessoas, uma das grandes preocupações de militantes clandestinos, tanto da AP quanto de outras organizações, era, certamente, a espontaneidade dos seus filhos, que poderiam “dar pistas” comprometedoras que pudessem revelar as suas verdadeiras identidades e/ou as atividades políticas que desenvolviam. Esta é uma questão recorrente nas

memórias tanto de pais e mães militantes quanto dos seus filhos,³²⁹ algo que, segundo eles, geralmente envolvia o diálogo no sentido de não confundir as próprias crianças. Assim, algumas mães e pais falaram abertamente sobre as suas atividades políticas enquanto outras/os resolveram não revelar as suas condições de militantes clandestinos, apenas pedindo segredo em relação a algumas dúvidas ou descobertas feitas pelas crianças.

No que se refere à postura destas mães, e pais, no sentido de resguardarem os seus filhos da repressão, pode-se dizer que, apesar do medo, nem todas as crianças, por toda a clandestinidade, ficaram restritas ao espaço doméstico, muitas vezes confundido com *aparelhos*. “Ritinha” é um exemplo disto. Durante parte da clandestinidade dos seus pais, circulou livremente entre as crianças de Pariconha, em Alagoas. Entretanto, não foram somente os filhos de militantes da AP *integrados* que conviveram com outras crianças ou que frequentaram locais públicos. Existem casos de mães e pais que, em determinado momento da clandestinidade, matricularam seus filhos em escolas ou parquinhos; que os levavam para o cinema, praia ou para o zoológico; que permitiam que as crianças assistissem televisão na casa do vizinho; que comemoraram, junto com seus filhos, a vitória da seleção brasileira na Copa de 70 “no meio do povão” (TELES apud PEREIRA, 2009, p. 108). Em contrapartida, existiram períodos em que, para algumas crianças, só era permitido brincar dentro de casa. Geralmente, isso se dava nos momentos de intensa perseguição às suas mães e pais.³³⁰

Entende-se que, para estas mães, e pais, a segurança dos seus filhos era fundamental. Neste caso, mais uma vez, a perseguição sofrida, a atividade realizada e, até mesmo, o lugar onde moravam influenciavam no acesso destas crianças a outros locais e pessoas que ultrapassassem “o espaço doméstico”. Há que se considerar, sobretudo, que para muitos militantes, homens e mulheres, a clandestinidade durou vários anos, o que indica que para seus filhos também existiram períodos de maior ou menor isolamento em função da perseguição política. Assim como houve uma multiplicidade de experiências para estes pais e filhos, há também uma diversidade de memórias que indicam que, em determinados momentos, algumas crianças ficaram “isoladas” por sua segurança, enquanto em outros, elas circularam pelas zonas rurais, pelos seus bairros, pelas cidades onde moravam, como qualquer outra criança que os pais buscavam proteger dos perigos do mundo. Só que nestes casos, a preocupação estava ligada, principalmente, à violência promovida pelo Estado brasileiro, o

³²⁹ Arantes (1994); Carvalho (1998); Lima (2010); Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2014).

³³⁰ Arantes (1994); Carvalho (1998); Pereira (2009); Lima (2010); Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo* (2014).

que indica que as mulheres em questão se comportaram de formas diferentes, tendendo a permitir uma maior ou menor interação dos seus filhos com outras pessoas.³³¹

Nos depoimentos que compuseram as audiências da *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*, que trataram da questão da infância marcada pela ditadura, em maio de 2013, originando, assim, o livro *Infância Roubada* (2014), as memórias de filhos, ao apresentarem as suas histórias a partir da reflexão de como as suas vidas foram modificadas pela prisão, tortura, assassinato e/ou desaparecimento de entes queridos, tratam, sobretudo, da separação forçada que ocorreu entre estas “crianças” e a sua família.

Ao relatarem estas experiências, a maioria das memórias destes filhos (e netos)³³² de militantes enfatiza o sentimento de perda da inocência numa infância modificada pela chegada da repressão que os afastou bruscamente da sua família deixando um sentimento de vazio e insegurança.³³³ São memórias que, aos poucos, se deslocam do espaço privado para se tornarem públicas através das falas das próprias “crianças”, que, até então, apareciam muito mais nos relatos das suas mães e pais. Trata-se de memórias individuais que, além de guardarem um fator subjetivo muito forte, trazem em si aspectos de uma *memória coletiva* cujos interlocutores, em grande maioria e, até então, eram os seus pais³³⁴, e que neste espaço compartilhado de testemunhos, próprios deste grupo, se encontram no sentido de construção e/ou fortalecimento de uma identidade específica: a de crianças perseguidas pela ditadura.

Dentre os casos relatados, que guardam entre si semelhanças e diferenças de experiências e memórias, existem aqueles cujas separações abruptas e forçadas se deram, sobretudo, em função das prisões de perseguidos pela ditadura, na companhia ou não das suas crianças, que, em alguns casos, presenciaram o cenário de tortura em que seus pais e mães se encontravam em situações de vulnerabilidade diante das violências sofridas. Este é o caso, por exemplo, de Janaína Teles e Edson Teles, que, em dezembro de 1972, viram os seus pais, Maria Amélia Teles e César Augusto Teles, militantes do PC do B, cheios de hematomas por causa das torturas. Estas crianças, que tinham cinco e quatro anos, respectivamente, foram

³³¹ Cabe ressaltar que para estas crianças, o acesso aos parentes era limitado.

³³² Refiro-me às memórias dos netos de Tercina Dias de Oliveira, militante da VPR.

³³³ Algumas delas, apesar de não terem chegado a conhecer os pais, guardam consigo estas memórias da sua infância. A exceção, em termos de rememoração, é José Paulo De Luca Ramos, filho de Derlei Catarina De Luca.

³³⁴ Um dos primeiros espaços de construção desta memória específica de filhos de militantes foi o filme *15 filhos*, de Marta Nehring e Maria Oliveira, gravado e exibido pela primeira vez na década de 90. No ano de 2013, após as audiências da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ter dedicado um espaço a este grupo, um canal da TV aberta trouxe uma série de reportagens que tratava das experiências destas crianças, intitulado *As crianças e a tortura*, exibidas em junho do mesmo ano.

presas com a tia Criméia Alice de Almeida, também militante do PC do B, que, ao supor a prisão da irmã e do cunhado se preparava para fugir com os sobrinhos. Não teve tempo.

Criméia estava grávida e sentiu na pele a ira dos torturadores. Esta mulher descreve o seu parto como sendo permeado por diversos tipos de abuso, a exemplo da sua transferência para uma cela cheia de baratas, que começaram a atacá-la por causa do líquido amniótico que escorria pelas suas pernas, a demora para ser atendida, depois, a presença de um soldado armado com metralhadora que ficou vigiando o seu quarto, e a recusa de alguns médicos a atendê-la. Relembra que um deles chegou a afirmar que seria bom que a sua criança morresse, pois seria “um comunista a menos”. As suas memórias indicam torturas de ordem física e psicológica, que eram constantes e buscavam, principalmente, degradar e, até mesmo, negar a sua maternidade. As contínuas ameaças sofridas, as simulações de sequestro do seu filho, aliadas ao risco de perder a criança ainda durante a gestação por causa das torturas físicas, e ao parto, em que lhe negaram atendimento adequado, marcaram as vivências desta mulher no que se refere à sua maternidade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Outras militantes que foram presas, tanto em estados iniciais da gravidez quanto em estados avançados da gestação, também não foram poupadas das violências utilizadas pelos agentes da repressão, que não viam estas maternidades a partir da representação convencional baseada na valorização e na santificação da figura da mãe. Ao contrário, enxergavam nestas mulheres, bem como nos seus filhos, um inimigo a ser eliminado. O caso de Hecilda Fonteles, militante da AP presa em Brasília, em outubro de 1971, com cinco meses de gestação, também é ilustrativo neste sentido. Ao falar a sua prisão no livro *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino* (2010), Hecilda conta que foi espancada e ouviu de um dos seus algozes que “filho dessa raça não deve(ria) nascer”. Além dos espancamentos, afirma que foi submetida à cadeira do dragão, dentre outras torturas quando foi transferida para o Rio de Janeiro, e que ao voltar novamente para Brasília a colocaram numa cela cheia de baratas de todos os tamanhos:

Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos. Aí, levaram-me ao hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali. (Hecilda Fonteles in: MERLINO; OJEDA, 2010, p. 76)

A punição desta mulher por ser militante de esquerda se deu também no momento do parto e, diante da sua firmeza em relação a mais esta violência, foi apontada como uma mulher fria, característica que não era atribuída ao seu gênero, pensado pelos seus algozes a partir da ideia de fragilidade física e emocional. Exemplos como o de Criméia e o de Hecilda mostram como a violência de gênero também estava presente em momentos como o parto, considerado como importante para a maioria das mulheres que se tornam mães. Desta forma, a condição da gravidez/maternidade além de “não ser respeitada” foi amplamente utilizada pela repressão tanto no que se refere à tentativa de submissão quanto à de humilhação destas mulheres e as suas respectivas identidades de gênero.

Cabe ressaltar que, de acordo com Maria Amélia Teles, na introdução do livro *Infância Roubada* (2014), ao engravidarem e optarem pela maternidade, as militantes eram advertidas sobre o que lhes poderia ocorrer, caso fossem capturadas pela repressão. Diante disto, pode-se afirmar que um dos maiores temores das militantes, grávidas ou que tinham seus filhos junto a si, era o de ser presa e, conseqüentemente, ter os seus rebentos submetidos à violência perpetrada pelos órgãos de repressão. Este pavor, certamente, se ampliava quando o cerco contra estas mulheres se intensificava, dentre outras coisas, com a prisão de pessoas próximas. As notícias de companheiros capturados, torturados e mortos, de mulheres presas grávidas ou com seus filhos, que com o passar do tempo, chegavam com mais frequência, indicavam o alto grau de violência a que se estaria exposta. Em alguns casos, as prisões anteriores das próprias militantes deixavam-nas ainda mais conscientes do alto risco.

Como já foi mencionado, a Ação Popular, no início da década de 70, empreendeu uma campanha de denúncias acerca das torturas sofridas por militantes presos/as, chegando a produzir o *Livro Negro da Ditadura Militar*, que ficou pronto em 1972, e que possuía, dentre as várias denúncias, o caso de uma mulher grávida que, torturada, perdeu o seu bebê:

A comerciária Nobui Isihi, grávida de dois meses, foi prêsã (*sic*) em maio de 69 e levada para a OBAN. Foi submetida ao pau-de-arara, trono do dragão e espancamentos, recebeu choques em todo o corpo, inclusive na vagina. Foi torturada durante três dias, por ordem do capitão Pivato. Terminou abortando, tendo sido conduzida em estado de coma para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia. [...] (GUISONI, 2014, p. 148)³³⁵

Além do que aconteceu com esta mulher, a referida obra trouxe também a denúncia de uma operária que foi presa, em outubro de 1969, no Rio de Janeiro, em função da perseguição

³³⁵ Este livro foi reeditado sob organização de Divo Guisoni, um dos seus executores na década e 70, como parte de uma dos atos de memória referentes aos 50 anos do golpe civil-militar, reproduzindo fotograficamente o livro original.

ao movimento operário. O seu filho, de 14 anos, levado com ela, foi conduzido para o Juizado de Menores, onde permaneceu por quatro meses enquanto a mãe estava na Ilha das Flores, em um centro de torturas (GUISONI, 2014). Casos como estes estavam sendo divulgados pela AP, que denunciava as violências que atingiam também os filhos de militantes. Ilda Martins da Silva, por exemplo, mulher do militante da ALN, Virgílio Gomes da Silva, que havia sido operária, assim como o seu marido, presa em setembro de 1969, teve as suas crianças levadas com ela para a Oban.³³⁶ Depois, estas últimas seguiram para o DOPS, indo parar em um Juizado de Menores, onde ficaram por cerca quatro meses até serem entregues para familiares. Neste período, segundo afirmou Virgílio Gomes da Silva Filho à *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*³³⁷, ele e o seu irmão foram levados para passear e indagados se não queriam viver com famílias que pudessem lhes oferecer uma “vida melhor”, o que demonstra a clara intenção de dá-los para a adoção.³³⁸ Ainda segundo Virgílio, ele e os seus irmãos ficaram neste local por cerca de três meses. O *Livro Negro da Ditadura Militar* cita o ocorrido com Ilda e os seus filhos, bem como denuncia o assassinato do seu marido nas dependências da Oban.

Mesmo não constando na obra organizada pela AP, três prisões de mulheres militantes são importantes para se entender as diferentes formas como a repressão atingiu as crianças próximas a estas pessoas. São os casos de Damaris Oliveira Lucena, o de Tercina Dias de Oliveira, e o de Jovelina Tonello do Nascimento, ambas militantes da VPR, presas em 1970. Os depoimentos das próprias crianças atingidas na época constam no livro *Infância Roubada*. Damaris, que atuou no PCB e, posteriormente, passou a integrar a VPR, teve o seu marido assassinado na frente dos filhos, em fevereiro de 1970, estes indo parar em uma instituição para menores, em São Paulo. Por serem considerados “filhos de terroristas” não foram aceitos em lares dirigidos por freiras. Um deles, Adilson, de nove anos na época, afirmou à *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*, em maio de 2013, que chegou a ser levado de volta à sua casa, onde ainda estava a poça de sangue do pai, sendo torturado, por meio de espancamentos, para dizer onde ficava um local em que a repressão acreditava que tinha armas escondidas. Ele e os seus irmãos ficaram por cerca de vinte dias em instituições até saírem do país com a mãe, que foi “trocada” pelo cônsul japonês, Nobuo Okuchi

³³⁶ Esta mulher foi presa com três dos seus quatro filhos. Dois meninos, com sete e seis anos, e uma menina com quatro meses.

³³⁷ Este testemunho se encontra no livro *Infância Roubada* (2014).

³³⁸ Derlei De Luca traz na sua autobiografia o caso de Hilda, que, segundo ela, foi sua companheira de cela no DOPS. Derlei afirma que a filha desta mulher levou choques elétricos para fazerem a mãe falar. No entanto, as memórias de Virgílio Gomes da Silva Filho, bem como as da própria Hilda no livro *Infância Roubada* (2014) não tocam nesta questão.

(CARVALHO, 1998; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).³³⁹

Tercina Dias de Oliveira, por sua vez, cujo filho Manuel Dias de Oliveira, também militante da VPR, foi um dos dirigentes da greve de Osasco, em 1968, foi presa em abril de 1970, em um aparelho com três netos que criava.³⁴⁰ Samuel, de acordo os depoimentos de Luiz Carlos e Zuleide, contidos no livro *Infância Roubada* (2014), foi levado para uma instituição que abrigava menores infratores e submetido a espancamentos. As outras duas crianças, inicialmente, foram levadas para uma casa desconhecida e, depois, para o Juizado de Menores.³⁴¹ Suas passagens por estas instituições, no entanto, não foram documentadas, segundo Ernesto Carlos Dias do Nascimento, outro neto de Tercina, e filho de Manuel. Este, de dois anos na época, foi retirado dos braços da sua mãe, também militante da VPR, Jovelina Tonello do Nascimento, presa no mesmo dia que o marido, em maio de 1970.

Antes de ser conduzido para um local incerto³⁴², Ernesto foi levado para ver o pai ser torturado, além de também ser submetido a espancamentos. No filme *Brasil, um relato de tortura*, gravado em janeiro de 1971, o casal Jovelina e Manuel deram um depoimento emocionado sobre estes momentos angustiantes que envolveram seu filho:

Manuel: [...] antes de descer do *pau-de-arara* minha companheira chegou com o meu filho. E aonde este filho assistiu partes da tortura. O garoto ficou num estado muito “revoltoso” onde protestou também contra a polícia. A criança em seguida foi levada para a Polícia Feminina, tirada de “nós” [...] aonde apanhava, inclusive nas mãos, pra poder se alimentar, fazer aquilo que ele não tinha “os costumes caseiros”. Então, a polícia muito ignorante sem saber lidar com a criança espancava a própria criança pra poder a criança se alimentar. [...] Eles não conseguiam mais tirar nada de mim, puseram a minha companheira no *pau-de-arara*, choque em todas as partes do corpo, nas partes íntimas [...] na minha presença só pra “mim” ver, pra “mim” poder tirar ela do *pau-de-arara*, pra “mim” poder falar.

Jovelina: [...] Eu cheguei, fui torturada, meu filho foi torturado... não posso falar do filho! Não posso falar da criança! [se emociona].

Manuel: Ela não pode falar do filho porque a criança passou muito mal. A criança ficou num estado que não aceitava a própria mãe há poucos dias. Então, a criança ficou em estado “desesperadoro”, não reconhecia nem a gente, entende?

³³⁹ Ação realizada, conjuntamente, pela VPR, MRT e REDE, em março de 1970. Mais informações, Gorender (1998).

³⁴⁰ Samuel, de nove anos, Luiz Carlos, de seis anos e Zuleide, de quatro anos.

³⁴¹ Outros filhos de militantes presos também se lembram de terem ficado em casas desconhecidas por um período. Este é o caso de Janaina Teles e Edson Teles. Depois de algum tempo, estas crianças foram entregues a uma tia paterna que morava em Minas, cujo marido era um delegado de polícia.

³⁴² De acordo com Ernesto, a sua mãe lhe contou que acredita que ele tenha ficado sob os cuidados de um militar lhe fez uma proposta de adoção oficial. Além disso, os seus primos não se recordam dele no Juizado de Menores. Apesar do depoimento de Jovelina não constar no livro *Infância Roubada* (2014), espaço em que Ernesto concedeu o seu testemunho, a militante deu uma entrevista a Carvalho (1998) mencionando a questão da adoção.

Jovelina: Ele viu o pai, bateram no pai na frente dele, ele dizia “não pode bater no papai, não pode, diz que não pode!” E... pra mim foi muito duro [...] ³⁴³

Neste relato, Manuel e Jovelina abordaram a manipulação dos agentes de repressão no sentido de atingir este militante da VPR “de Carlos Lamarca” e líder operário, combinação considerada como infame pelos defensores da ditadura. Além de torturarem a companheira na sua frente, levaram o filho para presenciar a sua tortura com o objetivo de atingi-lo em sua identidade de marido, de pai, de homem, cujas atribuições sociais ligadas à “masculinidade” afirmavam como sendo obrigação “do homem” defender a sua família através da utilização da força. ³⁴⁴

Já estando impossibilitado fisicamente de empreender tal ação por causa das torturas sofridas, a tentativa de humilhação para este homem, com o objetivo de submetê-lo, passou pela utilização da sua família, vendo a sua mulher levar choques elétricos, inclusive na genitália, e o seu filho, uma criança de dois anos, ser exposto ao cenário da tortura. A violência sofrida por este menino, e, conseqüentemente, pelos seus pais, não parou por aí, já que o menino foi espancado, segundo eles, em outros momentos, a exemplo das horas das refeições.

A reação da criança no momento em que presenciou a tortura do pai é o que se destaca nas memórias de Jovelina tanto neste filme quanto em uma entrevista que concedeu ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, na década de 90, onde relembra: “[...] Então você vê o teu filho, aquela coisinha linda, que sempre teve o papai e a mamãe juntos, de repente olha pros homens e fala: ‘Não bate no meu paizinho’. Foi cruel. Isso machuca demais. Nem sei explicar. [...]” (Jovelina Tonello do Nascimento in: CARVALHO, 1998, p. 161). Neste espaço de rememoração, esta militante também aponta a questão da separação abrupta dos pais vivenciada pela criança, que ficou sem vê-los por cerca de 30 dias, algo que fez com que esta os rejeitasse no momento em que voltou a vê-los e a conviver com eles, posteriormente.

Ernesto saiu do Brasil, juntamente com os seus primos Samuel, Luiz Carlos e Zuleide, e com a sua avó, Tercina, que, na iminência de ser trocada pelo embaixador alemão, Ehrenfried Von Hollenben, em junho de 1970, insistiu para que as quatro crianças fossem junto com ela. Caso contrário, corriam o risco de serem adotadas. Certamente, por serem consideradas pertencentes a uma família “perigosa”, foram fotografadas e fichadas como

³⁴³ *Brasil – um relato de tortura* (1971).

³⁴⁴ Cabe ressaltar que foram vários os casos em que militantes foram ameaçados de terem os seus filhos torturados e as suas companheiras, inclusive grávidas, submetidas a torturas e ao aborto. Neste caso, as identidades de gênero “masculinas” também foram manipuladas de forma a serem atingidas durante as sessões de tortura. Mais informações, ver o livro *Brasil: nunca mais*.

“subversivas” pelos órgãos de repressão passando a compor os arquivos da ditadura como *Indivíduos banidos do Território Nacional*.³⁴⁵

Muitas foram aquelas mulheres que, mesmo com todas as precauções tomadas para não serem presas, foram capturadas pela repressão. No entanto, existiram também aquelas militantes que conseguiram fugir em momentos nos quais o cerco apertava, saindo às pressas com os seus filhos para não serem capturadas, quando descobriam que companheiros/as próximos/as haviam sido presos, em especial aqueles que conheciam as suas casas. Diante da possibilidade de se verem envolvidas e presas a qualquer momento, estas mulheres pegavam as suas crianças e saíam em busca de auxílio de pessoas conhecidas ou da família, a quem recorriam quando e assim que era possível. Maria Lúcia Garcia, por exemplo, afirma que se viu diante deste apuro:

Em junho de 69, só com Zé Renato [o filho], saí para encontrar algumas companheiras do ME. À noite, quando chego em casa, fui informada por Dona Lita que Carminha, operária do mesmo bairro, havia sido presa e que os militares estavam de guarda à entrada de sua casa. Não havia o que fazer naquele momento. O local era distante de ponto de ônibus e nem mesmo tinha para onde ir. Passei toda a noite acordada, preparando uma bolsa com roupas para viajar no dia seguinte. A expectativa era que a repressão pudesse chegar a qualquer momento. Às seis horas fui para a rodovia com meu filho e tomamos o ônibus para Oliveira, a 140 km de Belo Horizonte. Uns três dias depois retorno sozinha à capital e fico sabendo que foram presas mais de cem pessoas, inclusive Rosário, com quem tinha feito contato naquele dia. [...] (GARCIA, 2003, p. 80-81)

Este trecho da autobiografia de Maria Lúcia traz a sua angústia diante do perigo de ser descoberta pelos órgãos de repressão estando na companhia do seu filho. Tal evento se deu em 1969, quando a criança tinha pouco mais de seis meses, e vários militantes da AP foram presos, inclusive uma companheira que a conhecia. A partir de então, Maria Lúcia foi deslocada para São Paulo, onde se *integrou* no ABC paulista, como já foi abordado. Entretanto, passado algum tempo, em um período de intensas prisões de operários e militantes da AP que a conheciam, resolveu deixar o seu filho por um tempo na casa dos avós para que a criança ficasse protegida. Assim, se separou do filho, uma separação forçada e dolorida, segundo as suas memórias:

A visão nítida, a lembrança quase perfeita, aparece de repente, depois de 30 anos. E seu significado parece só pertencer a mim. Um dia qualquer do ano de 1970, vejo pelo vidro traseiro do fusca, Zé Renato chorando ao ver-nos afastando em outra direção, sem nada entender do que se passava. Na companhia dos avós, na pequenina Estiva, sul das Minas Gerais, a separação podia ser temporária ou, quem

³⁴⁵ Tais fotos estão anexadas no livro *Infância Roubada* (2014). Outras informações, ver a matéria *Infância banida*, da revista *Zum*, que trata de fotos encontradas nos arquivos do SNI.

sabe, definitiva. No seu ano de idade vivenciava pela primeira vez a separação, e eu, com o coração arrebatado, afastava-me também, em prantos, mas compreendendo que o momento exigia a distância para a preservação de sua integridade física. [...] Não sabíamos se no dia seguinte estaríamos presos ou mortos, embora a morte não fizesse parte dos nossos planos de jovens. (GARCIA, 2003, p. 19)

É com esta narrativa que Maria Lúcia inicia a sua autobiografia, chamando a atenção para a escolha de proteger o seu filho da repressão através da entrega da criança para pessoas da família, algo significativo para esta mãe/militante, que ao recordar o episódio, o coloca como extremamente doloroso. É possível que a escolha por esta cena esteja vinculada ao *projeto autobiográfico* da autora, que narra a sua vida com ênfase na militância política, período que coincide, em parte, com a experiência da maternidade relativa ao seu primeiro filho. Assim, entende-se que ao trazer este episódio de afastamento forçado da criança, a autora buscou apresentar um momento que considera como marcante na sua trajetória, com o objetivo de informar previamente as situações-limite vivenciadas, além de despertar a atenção do leitor para a história a ser contada. Algo que, na sua narrativa, ganha uma dimensão ainda maior quando ela afirma não saber se aquele seria um afastamento temporário ou definitivo.

Para outras mulheres, esta sensação de incerteza se deu mediante a situações-limite em que a repressão chegou muito perto, resultando numa separação abrupta e na conseqüente falta de informações acerca do que poderia ter acontecido com os seus filhos, tal qual ocorria com as mães que eram presas. Este foi o caso de Derlei De Luca.

4.3. Lembranças de um afastamento forçado



José Paulo, filho de Derlei, com poucos meses. Nesta foto, está com Philippe Vialle, uma das pessoas que cuidaram dele, em 1972. Foto e informações retiradas do livro *Infância Roubada* (2014).

Uma das questões abordadas por Derlei De Luca no seu testemunho à *Comissão da Verdade* foi a separação forçada do seu filho. Em meio a uma fala entrelaçada por lágrimas, a militante explicou, a pedido de uma antiga companheira da AP, o motivo pelo qual estava emocionalmente debilitada, no início da década de 70, quando se encontrava em São Paulo.³⁴⁶ Perguntada se atribuía o seu sofrimento às torturas a que havia sido submetida em 1969, respondeu que a causa do seu abalo não foi a violência sofrida na Oban tempos antes, e sim o “abandono” do seu filho de apenas três meses, em 1972, em função da *queda* de um dirigente regional, que resultou numa caçada cujo alvo era ela, Derlei Catarina De Luca.³⁴⁷

Aí o cidadão foi preso em Porto Alegre, perguntaram um monte de coisa e ele disse onde morava Derlei Catarina de Luca. Entregou a minha casa. A Polícia Federal chega em casa, eu estava com o bebê em casa de três meses de idade com toda a documentação linda, maravilhosa no nome de Maria Luisa Vitalli, certidão de nascimento do menino como Maria Luisa Vitalli. Eles saíram, me deixaram sozinha pra procurar Derlei Catarina de Luca. Eu sabia que mais cedo ou mais tarde eles iam descobrir quem era. Saí, botei uma roupa [...] pra o menino numa bolsa amarela, entreguei pra uma pessoa chamada Joana Lopes, que eu não conhecia, ela não me conhecia, não sabia quem eu era, entreguei pra ela e pedi, disse que pelo amor de deus ela cuidasse do meu filho, ela me deu um casaco preto e eu disse que tava sendo perseguida, ela me deu um casaco preto, que eu sumisse. Eu fui caminhando pela estrada de Londrina até Cambé à pé³⁴⁸, e abandonei meu filho [choro]. Não foi a tortura que me desestruturou. O que me desestruturou foi deixar o meu filho. Ele era a vítima, eu não sou vítima, compreendeu? Então, é muito difícil, Elzira, você acompanhou aquele período, eu fiquei dois anos e meio sem saber do meu filho. [...].³⁴⁹

Neste trecho, é possível observar, em sua fala, alguns pontos que se repetem, referentes ao momento do afastamento forçado do filho. Tal acontecimento traumático permaneceu nas suas lembranças de forma tão dolorosa que cada ato de rememoração apresenta elementos que compõem uma mesma cena emoldurada, a partir de um processo de *solidificação* desta memória, cuja estrutura narrativa é a seguinte: ao ficar frente a frente com a repressão, que a deixou escapar por pensar que ela era outra pessoa, a militante, que pressupôs a possibilidade de uma captura iminente, antes de fugir, buscou salvaguardar o seu filho, entregando-o para alguém que o deixasse protegido dos órgãos repressores. O momento

³⁴⁶ Elzira Vilela, que fez a indagação a Derlei, se refere ao período que esta última passou em São Paulo, em 1973, pouco antes de partir para o exílio. Mais adiante trataremos desta questão.

³⁴⁷ Derlei afirmou que o dirigente que a “entregou” conhecia a sua casa, pois ela tinha abrigado a esposa dele quando esta foi visitá-lo antes deste ser preso. Mensagem enviada à autora, por correio eletrônico, em 24 fev. 2015.

³⁴⁸ Cerca de 12 km.

³⁴⁹ Depoimento concedido à *Comissão da Verdade*.

dramático se deu com o encontro com Joana Lopes, no qual pediu ajuda e entregou a criança. Após este acontecimento, ficou o vazio de uma *maternagem* desejada, mas interrompida.

Neste relato, ao compartilhar a memória sobre tal experiência quem fala é a Derlei mãe, cuja subjetividade, perpassada pelo trauma de uma separação forçada, aparentemente, se sobrepõe aos elementos de uma memória coletiva, dando origem a uma narrativa comovida que trata da dor e do abalo emocional que vivenciou.³⁵⁰ Apesar de contextualizar e enfatizar a perseguição encabeçada pela repressão e a situação-limite vivenciada, a questão central, ligada diretamente a estes dois elementos, gira em torno da interrupção brusca da relação com o seu bebê. O ato da entrega da criança, considerado por esta mãe como sendo mais traumático do que o episódio da tortura, é apontado por ela, no testemunho citado, como a causa da sua desestruturação emocional, em determinada época da sua vida.³⁵¹ Cabe salientar que, mesmo afirmando que passou dois anos e meio sem “saber” do filho³⁵² e apontando os problemas emocionais que vivenciou, ao olhar para este período marcante mais de quarenta anos depois, Derlei não se considera vítima desta história; traz aquele bebê de três meses para o centro do problema apontando-o como a real vítima de tal situação, já que, de acordo com a sua visão, foi aquela criança que ficou privada durante os primeiros anos de sua vida da presença da mãe.

Tal conclusão indica uma relação existente entre esta memória, o trauma vivenciado e a identidade de gênero da referida militante, esta última, em interação de forma constante com as representações ligadas à maternidade, que afirmam a necessidade da presença da mãe no desenvolvimento do filho, em especial nos primeiros anos. Desta forma, a atitude tomada por Derlei no momento em que deixou o seu bebê nos braços de outra pessoa se deu, segundo as suas memórias, em função da busca pela preservação da integridade da criança. Em meio à perseguição política e violência de Estado, em que as notícias de crianças filhas de militantes atingidas circulavam, esta foi uma atitude plausível para quem, neste contexto específico, poderia ser considerada uma *boa mãe*. Neste caso, é pertinente perguntar: para uma militante

³⁵⁰ O único momento em que Derlei chorou durante o seu depoimento à *Comissão da Verdade* foi este. Ao tratar da sua tortura, a militante o fez com relativa “naturalidade”, sem esboçar desconforto ao tocar no assunto. O mesmo ocorreu no momento em que ela assistiu, no mesmo dia, ao depoimento do seu torturador, Homero César Machado.

³⁵¹ É importante ressaltar que a tortura e o afastamento forçado do seu filho foram violências distintas, apesar de terem deixado traumas.

³⁵² Este foi o período em que Derlei ficou longe da criança. Durante este tempo, passou alguns meses sem saber o que havia acontecido com o bebê. Depois, chegou a vê-lo em poucas ocasiões. Neste caso, acredita-se que ao falar destes dois anos e meio, ela se remete a o período em que ficou sem conviver com a criança, apesar de saber, depois de algum tempo, que esta se encontrava nas mãos da sua família. Considerando que a repressão poderia ameaçar o bebê para levá-la até eles, entende-se também que a sensação de insegurança em relação a isto também ajudou a compor esta noção de tempo atribuída a este afastamento, o que se reflete nas suas memórias.

perseguida pela repressão, o que era ser uma *boa mãe*? Em que medida *o ideal da boa mãe* construído social e historicamente se aproximava e se afastava destas realidades? Como isto se mostra nestas memórias?

A partir das experiências apresentadas anteriormente, entende-se que, para as mulheres em questão, o ser uma *boa mãe* era algo que, assim como para os padrões tradicionais compartilhados, se traduziam nos sentidos de dedicação e cuidado(s) para com os seus filhos. Tais *maternagens* se mostravam tão importantes que estas buscavam/planejavam se afastar temporariamente das atividades políticas para se ocuparem dos seus rebentos quando estes eram recém-nascidos ou nos momentos em que adoeciam, por exemplo. Quando voltavam às suas militâncias, tentavam conciliá-las com as suas tarefas de mães. Para estas militantes, ser uma *boa mãe* representava, assim como para outras mulheres não-militantes, a exemplo daquelas que trabalhavam, se dedicar aos filhos, mas sem abrir mão dos seus projetos ou necessidades financeiras, o que, diante de alguns problemas cotidianos relativos à conciliação entre estas duas partes das suas vidas, requeria a tomada de decisões que resolvessem tais questões. O que há de peculiar nestas experiências, porém, é a clandestinidade e a perseguição política que envolvia as suas vidas, o que significa que um dos obstáculos, senão o principal, a serem superados era o da não-exposição das suas crianças à violência de Estado. Assim, uma das “tarefas” ou “cuidados” destas *boas mães* seria, então, proteger os seus filhos de um inimigo específico. No entanto, o imprevisível, em muitos casos, resultou em afastamentos abruptos e forçados decorrentes de situações-limite.

Em se tratando da experiência de Derlei, o *ideal de boa mãe*, tradicional, construído e apresentado de forma universal e a-histórica, se chocou com a sua realidade peculiar de militante perseguida pelos órgãos de repressão, desencadeando nesta mulher um sentimento de culpa diante da sua decisão de se afastar do filho. Como afirma Rocha-Coutinho (1994), os discursos que envolvem este *ideal*, impositivos e fiscalizadores, tendem a ser interiorizados por muitas mulheres, levando-as a uma autovigilância e autocobrança quanto ao seu desempenho como mãe, definido pela presença constante e dedicação aos filhos: “Quer esteja em boa saúde, quer doente, ela deve permanecer vigilante caso não queira ser acusada do maior dos crimes maternos: a negligência.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 38). É este sentimento, vinculado à apropriação da ideia de maternidade que, de forma ambígua, se apresenta nas memórias de Derlei, contidas em sua autobiografia, quando ela analisa este episódio colocando em destaque a questão subjetiva:

Argumentos racionais e lógicos importam muito pouco para uma mãe que teve que abandonar o próprio filho. Não consegui me perdoar nunca, mesmo os companheiros e o psiquiatra dizendo que foi a atitude mais razoável. Era o filho do meu coração, com apenas três meses e 9 dias de idade, frágil, magrinho, começando a tomar sopinha. (DE LUCA, 2002, p. 230)

Esta reflexão traz a culpa como algo constante e superior aos “argumentos racionais e lógicos” de pessoas que tentaram convencê-la que tal atitude foi a mais acertada diante da situação-limite vivenciada. Tal sensação causada pela *maternagem interrompida* é apresentada como algo constante em sua vida quando se trata de relembrar este episódio, tanto nos momentos imediatamente posteriores a este evento quanto décadas depois, ao escrever sobre isto: “Cada vez que lembro do meu filho é como se uma gilete cortasse os músculos do meu coração. Sensação que nunca mais me abandonou, mesmo agora.[...]” (DE LUCA, 2002, p. 229). Pode-se dizer, como bem observa Seligmann-Silva (2008), que esta é a memória de um passado que não passa. Neste caso, atrelado a uma questão de gênero.

Nestas memórias, *coloridas pelos afetos* (ARANTES, 2008), as palavras carregadas por sentimentos marcantes, como a dor e a culpa, revelam como estas lembranças estão marcadas pelos significados e sentimentos acerca do ser mãe. Para entender estas reminiscências, é preciso, dentre outras coisas, compreender que o olhar retrospectivo de Derlei está mediado pela problemática da maternidade no contexto da militância de esquerda em plena ditadura civil-militar brasileira, cuja perseguição por parte do Estado, resultou em afastamentos forçados e/ou abruptos entre estas mulheres e os seus filhos. Daí a ambiguidade presente nas suas memórias, que, ao mesmo tempo em que enfatizam a circunstância em que este afastamento forçado se deu, apresentando uma espécie de justificativa para este ato, traz também a culpa atrelada à ideia de “negligência”, o oposto da atitude de uma *boa mãe*, segundo os padrões tradicionais. Derlei, porém, não foi a única a sofrer com este tipo de separação. Este foi um fenômeno relativamente comum para mães/militantes, cujas memórias, como abordamos, apesar de guardarem as suas singularidades, remetem à ideia de *maternagens* interrompidas que resultaram em dor e, em muitos casos, em culpa.

Como já foi mencionado, o afastamento forçado do filho é algo recorrente nas memórias de Derlei. Nesta perspectiva, é importante salientar, porém, que esta questão se apresenta de forma diferente, apesar dos *pontos invariantes*, nos diversos espaços de relato sobre esta experiência. Neste caso, nota-se, mais uma vez que, na autobiografia, a sua menção a este episódio é mais detalhada e revestida de subjetividades por este ser um lugar de rememoração/avaliação não só de acontecimentos ligados à sua militância, mas também à sua vida pessoal. O que se quer dizer, neste caso, é que, na autobiografia, o entrelaçamento

característico da vida política e vida privada se mostra de forma mais minuciosa através do compartilhamento do seu cotidiano abrindo espaço para o aflorar de emoções através das palavras.

Assim, além de narrar o instante em que deixou o seu filho na frente do hospital, Derlei traz os momentos que se seguiram, apresentando-os como permeados por sentimentos alternados de dor e desespero pela falta da criança. Pode-se afirmar, então, que estas se caracterizam por serem as memórias de uma ausência. Entretanto, a narrativa acerca das questões relativas à sua militância e à perseguição promovida pela ditadura não cessa, percebendo-se, ao mesmo tempo, que esta orienta o leitor para uma espécie de fechamento de um ciclo desta trajetória através da apresentação do afastamento progressivo da sua militância.

Um acontecimento marcado pela intensidade de emoções narrado em seu livro, e que exprime bem estas memórias de uma ausência, por exemplo, é o seu primeiro reencontro com o filho, em Santa Catarina, ocorrido nove meses depois de ter se separado dele. Aconselhada por médicos, diante de problemas físicos que julgavam ser origem emocional, e amparada por um forte esquema de segurança articulado por pessoas amigas, Derlei pôde, novamente *maternar* a criança por dois dias, em janeiro de 1973, no litoral catarinense:

Ficamos juntos dois dias. Quando levam-no embora a tristeza é enorme. Ele crescia independente de mim e não havia possibilidade de ficar com ele em curto prazo. Depois ficamos juntos uma semana inteira em março de 73. [...] Banho o meu filho, sentindo uma alegria louca ao dar-lhe banho, mamadeira, fazê-lo dormir, tocar o seu corpo, apertá-lo, mexer nos seus cabelos negros, compridos e cacheados. (DE LUCA, 2002, p. 263)

“Tristeza enorme” e “alegria louca”, sentimentos contrários, mas que exprimem, segundo estas memórias, a importância da presença do filho na vida desta mãe. Apesar de constatar que a criança crescia independente da sua *maternagem*, Derlei dá a entender que se sentia magoada por não poder acompanhar de perto o desenvolvimento da criança, ao menos não em um curto prazo³⁵³, distância ainda mais aumentada quando se viu novamente na iminência de ser presa, precisando ir embora, mais uma vez, de Santa Catarina. Foi para São Paulo, onde, segundo ela, além da falta do filho, se sentiu revoltada e tomada por um medo

³⁵³ É importante trazer a importância da mãe de Derlei De Luca ao longo de toda a sua militância na clandestinidade, bem como no período de afastamento forçado da criança. Foi ela, dona Maria Rizzieri De Luca, que cuidou do neto, juntamente com outra mulher, Nadir dos Santos, com quem o menino ficava quando ela ia trabalhar. Assim como a mãe de outras militantes, e, em conjunto com amigos e outros familiares, esta mulher amparou a sua filha nas horas difíceis ajudando a burlar a repressão no sentido de cuidar do neto e aproximar Derlei e o filho sempre que possível. É desta forma que aparece nas memórias da filha.

crescente diante da situação do *racha* da AP. É neste momento da sua autobiografia que um episódio recorrente em suas memórias, em diversos espaços de rememoração, é apresentado.³⁵⁴ Nele, Derlei relata ter recebido um convite para ir “morrer heroicamente no Araguaia”. Por se tratar de um acontecimento contado a partir de *pontos invariantes da memória*, é interessante voltar ao seu depoimento na *Comissão da Verdade*, em que o evento é trazido de forma mais sucinta, além de ser a continuação da resposta à indagação de Elzira Vilela, anteriormente mencionada:

Aí quem foi falar comigo foi o Zé Antônio, o J.A., lembra do J.A., né? E ele disse o seguinte, que me machucou muito: que eu já tinha perdido tudo mesmo, não podia mais voltar pra legalidade, já tinha perdido meu filho, que a única coisa que me restava era morrer heroicamente no Araguaia. E eu disse que eu não queria morrer heroicamente no Araguaia, que eu queria encontrar o meu filho (choro), entendeu? Aí eu pedi de novo ajuda na Igreja, né? Eu procurei, escrevi pras freiras onde eu tinha dado aula, pras freiras onde eu tinha estudado. Vocês entraram em contato, lembra que você participou da minha ida, da minha saída pra o exterior, aí “entramo” em contato com o Paulo Wright e o Paulo Wright organizou a minha saída do país. Porque eu me recusei a ir pra o Araguaia. E eu não tinha nada a ver com o racha da AP e nem com o pessoal do Araguaia, entendeu? Você me encontrou neste período que eu estava desestruturada, mas foi por conta de eu ter deixado o meu menino, eu não sabia nada do meu filho [...]”³⁵⁵

Este foi, certamente, o momento de rompimento declarado de Derlei com o grupo ligado ao PC do B. A AP, que ela conhecia e se identificava como militante, já não existia mais. Além disso, recebeu uma proposta, que, segundo ela, a magoou muito. Para esta militante, que, naquele momento, tinha um filho pequeno, apesar de estar distante dele, ir “morrer heroicamente no Araguaia” soava uma falta de consideração, e não uma alternativa para continuar na luta revolucionária, algo desejado por outros militantes, mas recusado por ela. Além do mais, afirma que “não tinha nada a ver com o racha” e não se identificava com a forma de luta do PC do B. Diante disto, apesar de se sentir emocionalmente fragilizada e fisicamente debilitada, resolveu, segundo ela, (sobre)viver para criar o seu filho. De acordo com as suas memórias, esta foi a sua forma de resistência, a sua motivação para não enlouquecer³⁵⁶.

Afirma ainda, no depoimento à Comissão da Verdade, que neste período estava desestruturada por causa da ausência de notícias do filho. Na sua autobiografia, no entanto, traz a questão do *racha* da AP e da perseguição promovida pela repressão como elementos que também a atingiram emocionalmente, ampliando a questão da sua fragilidade emocional

³⁵⁴ Veríssimo (1998); De Luca (2002); Entrevista concedida a Paula Salvador, jun. 2012; Depoimento à *Comissão da Verdade*, em setembro de 2014.

³⁵⁵ Depoimento à *Comissão da Verdade*.

³⁵⁶ Entrevista concedida a Paula Salvador, jun. 2012.

naquele momento. Em tal espaço de escrita autobiográfica, esta questão é apresentada a partir de um olhar que, além de revelar a mágoa em relação a este companheiro, apresenta militância e maternidade como duas dimensões da sua vida que estavam abaladas e já não mais podiam se conciliar naquele momento. Tanto por causa da repressão quanto em função do *racha* da AP. O que lhe restava então, segundo ela, era tentar lutar para ter o seu filho junto a si novamente.

A partir de então, a sua narrativa se concentra na questão do medo de ser presa e no desejo de sair do país em meio à tentativa de alguns companheiros, que se empenhavam em reorganizar a AP, no sentido de fazê-la mudar de ideia. Neste ponto do seu livro, então, é apresentada uma cena em que “o medo acumulado explode” (DE LUCA, 2002, p. 278) e ela tem uma crise nervosa, presenciada por Elzira Vilela. Tal narrativa não aparece em outros relatos. Segundo ela, estava morando no apartamento de uma amiga de Paulo Wright, que, em certo momento, viajou e deixou-a sozinha. Um namorado desta mulher passou a ligar insistentemente ameaçando se matar:

Entro em pânico absoluto. Quando Paulo Stuart Wright chega pela manhã estou descontrolada. [...] Grito que quero ir embora, não fico mais neste país mais nenhum dia sequer. Se ficar faço uma bobagem. É como se tudo estivesse acontecendo fora da minha pele. Não sou eu. Não é comigo. É outra pessoa.

-QUERO SAIR DAQUIIIIIIII. QUERO IR EMBORA DAQUIIIIIIII.

[...]

Eu não falo, grito. Lico e Elzira me colocam na cama, me agasalham. Lico acaricia meus cabelos e chora comigo. Elzira faz chá e traz uma sopa. Carminha, a primeira filha deles, chora, pressentindo nossos problemas. Lico a embala e faz uma canção para ela. (DE LUCA, 2002, p. 278-279)

Foi a este momento que, certamente, Elzira Vilela se referiu na *Comissão da Verdade*. Neste instante de descontrole, Derlei rompeu, definitivamente, com a militância, e mesmo junto ao grupo que tentava rearticular a AP, a exemplo de Elzira e Paulo Wright, declarou a sua decisão de ir embora do Brasil. De acordo com a sua autobiografia, não demorou muito até que providenciaram a sua ida para o Chile.

Ao tratar do período em que viveu neste país, de julho de 1973 até outubro do mesmo ano, apesar dos problemas emocionais,³⁵⁷ Derlei traz também a esperança de refazer a sua vida junto com o filho, que iria morar com ela. No entanto, com o golpe, em 11 de setembro de 1973, os seus planos foram desfeitos, algo que, de acordo com esta mãe, a afetou emocionalmente mais uma vez, já que coincidiu com o dia chegada da criança, acompanhada

³⁵⁷ Afirma também que não se sentia à vontade no Chile pré-golpe, ao contrário das pessoas com quem conviveu, a exemplo de Herbert José de Souza, um dos fundadores da AP no início da década de 60.

da avó, no referido país. Diante do golpe, Derlei buscou refúgio junto à Embaixada do Panamá e a criança voltou para o Brasil. Esta nova separação é apresentada na sua escrita autobiográfica, mais uma vez, de forma dramática, e, em meio à narrativa sobre a sua experiência no refúgio, esta questão subjetiva é o ponto de partida para o seu comportamento neste contexto: “Fico fora de controle. Vi meu filho e não posso ficar com ele. Às vezes choro, outras vezes falo sem parar e tenho longas horas de silêncio. Não consigo ficar parada. [...] Para não enlouquecer de dor, encarrego-me da higiene do refúgio.” (DE LUCA, 2002, p. 289). As suas memórias se encerram com a sua ida para o Panamá, no final de outubro de 1973, quando é iniciado, em outro capítulo, o seu “diário”.

Nestes escritos, são feitas menções a problemas físicos e emocionais, registradas suas impressões acerca do lugar e das pessoas com quem conviveu, da avaliação em relação à AP e ao contexto panamenho, a sensação de voltar a assumir a sua identidade “verdadeira”, dentre outros pontos. No entanto, o que chama a atenção, mais uma vez, é o olhar de uma mãe/militante que aglutinava em suas análises a sua vida pessoal à questões referentes à militância:

Aqui estou com meu nome verdadeiro temporariamente morando em Las Tablas. Pensei que a separação de Zé Paulo não demorasse tanto. A AP é uma fumaça que se desfaz ao vento e a vitória da revolução socialista brasileira uma quimera, cada vez mais distante. Os pensamentos vão de uma coisa a outra. É tão difícil escrever. Zé nunca lerá estas cartas diárias. É uma realidade amarga demais para uma criança. (DE LUCA, 2002, p. 300)

Neste momento, em 01 de novembro de 1973, nota-se uma espécie de cansaço de Derlei em relação à vida que levava naquele momento. O afastamento emergencial do seu filho perdurava por mais de um ano e meio, e não havia, ainda, uma forma de retomar a sua *maternagem* em curto prazo. Assim como a distância em relação à criança, a descrença no sucesso de uma revolução tão sonhada e a desintegração da organização que havia ajudado a compor a sua identidade de militante causavam uma sensação de desalento nesta mulher. Era como se tivesse que conviver, neste contexto de asilada política no Panamá, com a ausência de um projeto de vida que pudesse se concretizar naquele momento.

Em se tratando do retomar desta *maternagem* em Cuba, dois anos e três meses depois de ter se afastado do filho, este período é silenciado por Derlei. Entende-se que esta fase, referente a uma nova reinvenção da sua vida, descolada da militância e distante da ditadura civil-militar brasileira, não costuma ser tratada na sua memória de militante porque esta busca, sobretudo, denunciar a perseguição sofrida e as atrocidades cometidas pelo Estado

brasileiro daquela época. No entanto, ao mencionar, rapidamente, em alguns relatos, o acompanhamento psicológico recebido por ela e pelo filho neste período,³⁵⁸ revela uma preocupação em se recuperar do trauma sofrido tanto nas torturas, em 1969, quanto no episódio do afastamento forçado da criança, em 1972. Uma preocupação que se estendeu ao garoto.

Um dos depoimentos contidos no livro *Infância Roubada* (2014) é o do filho de Derlei: José Paulo. Neste relato, ele afirma não se lembrar do tratamento, mas revela que a sua mãe sempre lhe contou sobre isso.³⁵⁹ Também relatou ter tido uma infância “normal”, sem se considerar diferente das outras crianças por causa do que ocorreu com a sua mãe na época da ditadura, e fala da sua volta ao Brasil apontando, além da mãe, a presença igualmente importante do restante da família, inclusive o pai, na sua vida: “Lógico que tem a lacuna da ausência da família durante cinco anos, mas naquele momento eu não tinha a consciência dessa falta.” (José Paulo De Luca Ramos in: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 229). Também considera ter tido uma adolescência “normal”, apesar de admitir que havia alguns aspectos da sua vida que eram diferentes das demais crianças e adolescentes. A questão de ter certidões com diferentes sobrenomes, por exemplo. Mas ressalta que, com o tempo, tudo se resolveu não sendo “um trauma” para ele.

No que se refere à sua volta do exílio, Derlei menciona, em alguns relatos posteriores à autobiografia, a sua preocupação no sentido de refazer o trajeto feito pela criança de quando esta foi deixada na porta do hospital até chegar às mãos de sua família. De acordo com ela, foram cerca de trinta anos para que conseguisse juntar as informações esparsas e (re)construir este período, busca feita, paralelamente, à sua nova atuação ligada à militância pelo não-esquecimento. No livro *Infância roubada* (2014), este trajeto é revelado por ela em uma narrativa que conta a história da criança, e não da mãe, apesar de trazer a cena do afastamento forçado. Em meio aos diferentes lugares pelos quais a criança passou, sendo cuidada por diferentes pessoas, Derlei revela, e enfatiza também, a “rede de solidariedade” que envolveu o seu filho, protegendo-o até que fosse entregue a avó. Companheiros da AP, dentre eles, Elzira Vilela, simpatizantes da organização, e amigos, sobretudo:

³⁵⁸ Entrevista concedida a Lúcio Lambranco, *Notícias do Dia*, 31 mar. 2014; Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2014).

³⁵⁹ Mencionou também que Derlei conta que, apesar de ele ter chegado a Cuba com dois anos, só foi chamá-la de mãe aos três e que sempre queria voltar para a avó. Observa-se aqui o que Pollak (1992) chama de memória quase herdada.

Levei 32 anos para refazer sua trajetória desde o momento em que o deixei em Londrina, até a chegada em Havana. Faltam muitas lacunas a preencher, mas uma verdade é notável. Apesar da ditadura, meu filho foi envolvido numa rede de solidariedade que garantiram sua segurança. [...] (Derlei Catarina De Luca in: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 223)

Em contrapartida, seu filho apresenta uma forma diferente de pensar esta questão, preferindo não se aprofundar neste passado, mas, ao mesmo tempo, demonstrando orgulho pela história de vida da mãe:

Mas essas histórias não era eu quem buscava e sim minha mãe. Não é que a gente, como filho, negue. Mas a gente evita falar. Nossos pais buscam toda informação possível. E a gente não. Eu fico mais na minha. Por exemplo, eu não participo assiduamente das coisas que minha mãe busca. Apoio, mas não é uma coisa que eu queira buscar. E talvez isso seja assim para não me abalar emocionalmente. Eu estou bem sem ir buscar.

Fora isso, eu tenho muito orgulho de ser filho da Derlei, ela é uma verdadeira heroína por tudo o que ela passou, por tudo o que ela viveu, de querer mudar o Brasil. [...]. (José Paulo De Luca Ramos in: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 230)

Ao analisar as memórias de Derlei sobre a maternidade, constata-se que, na sua autobiografia, a referência a esta faceta da sua vida se mostra de forma muito mais detalhada que em outros relatos, apesar de existirem, na referida obra, alguns silêncios e lacunas, a exemplo da falta de informações em relação à sua experiência de *maternagem*. Um marco desta memória é o afastamento forçado da criança quando esta tinha três meses, constantemente mencionado em diferentes depoimentos. Ao serem feitas perguntas sobre a sua vivência como mãe, por exemplo, as suas respostas³⁶⁰, geralmente, trazem à tona este episódio traumático, questão que também está presente em relatos que tratam da sua trajetória, sendo apresentado como uma espécie de ponto de partida para o seu progressivo afastamento da militância, ao lado do *racha* da AP e do aumento do cerco promovido pela repressão.³⁶¹ No entanto, a forma como se sentiu diante de tal afastamento, inclusive no período em que iniciou o seu exílio, estas “memórias de uma ausência”, não são tão aprofundadas em outros relatos como na sua autobiografia.

³⁶⁰ Quando foram feitas algumas perguntas específicas sobre o seu parto, por exemplo, esta questão não foi trazida, mas ao pedir que tratasse da sua experiência como mãe, as suas memórias trouxeram tal episódio à tona mais de uma vez.

³⁶¹ Em uma entrevista, inclusive, ela chega a afirmar que neste momento parou com a militância e que este foi o momento mais difícil que viveu, considerando-o como mais difícil que a própria tortura. Entrevista concedida a Paula Salvador, jun. 2012.

Isto mostra que estas narrativas autobiográficas, apesar de conterem *pontos de solidificação*, são apresentadas de formas diferentes, a depender do contexto e do espaço de enunciação desta memória. Assim, a depender de quando, onde e como se dão estas lembranças, a identidade de militante de Derlei pode se sobrepor à sua identidade de mãe, apresentando, por exemplo, o episódio do afastamento forçado do filho de forma rápida, como um marco ligado ao aumento do cerco da repressão. Em contrapartida, existem locais e momentos, a exemplo da autobiografia e da *Comissão da Verdade*, que propiciam uma lembrança em que a identidade de mãe aparece de forma um pouco mais destacada, não deixando, porém de estar vinculada à militância. Nestes, é notada uma carga subjetiva maior, em que a dor da separação se apresenta na forma de palavras e/ou de lágrimas de uma mãe/militante que, em função da perseguição sofrida, foi obrigada a deixar o seu filho nas mãos de uma pessoa que mal conhecia. Este tipo memória, no entanto, é raro na maioria dos relatos desta mulher, que, pelo que se pode observar, não costuma mencionar espontaneamente a questão da maternidade de forma aprofundada. Provavelmente, porque esta é uma memória que, apesar de estar vinculada a uma experiência comum de perseguição política, seja de ordem mais individual, não sendo tão compartilhada com o seu grupo quanto a questão da tortura, ou até mesmo da maternidade utilizada neste tipo de situação, por exemplo. No entanto, nos últimos anos, este cenário vem se modificando aos poucos e as memórias de mães e filhos/as perseguidos/as pela ditadura têm quebrado alguns silêncios em torno tanto das violências e dos afastamentos forçados quanto do cotidiano vivenciado por estas pessoas em situações de clandestinidade. Documentários e livros que trazem memórias de mulheres militantes e/ou memórias de filhos de militantes têm contribuído para tal. Que a historiografia possa estar atenta a estas mudanças.



José Paulo, em 1974. Um dia depois de ter chegado à Cuba para viver com a sua mãe, Derlei.
Foto e legenda retiradas do livro *Infância Roubada* (2014)



Derlei e seu filho, José Paulo, em Cuba, 1975.
Foto e legenda retiradas do livro *Infância Roubada* (2014)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar as experiências e memórias de Derlei Catarina De Luca, em interação com as vivências de outras mulheres militantes, permitiu que se compreendesse os diferentes graus de engajamento ligados aos distintos projetos de revolução, defendidos por suas organizações. Estas mulheres mergulharam em seus ideais, abrindo mão da estabilidade de suas vidas, se mantendo distantes das suas famílias, abandonando os seus cursos, empregos, a possibilidade de uma vida profissional estável ainda na juventude, dentre outras coisas. Tais escolhas conformaram solidariedades e angústias que as marcaram, resultando, assim, em lembranças que, compartilhadas, potencializam suas vivências entre o passado, presente e futuro.

As experiências na militância trouxeram para elas alegrias e dissabores, especialmente porque as organizações de esquerdas, em geral, armadas ou não, apostaram no confronto direto com estratégias e táticas que pretendiam romper com o cerco do silêncio e da repressão imposta pela ditadura. O enfrentamento com esta resultou, então, em entradas para clandestinidades, prisões, torturas, mortes, exílios e tantas outras passagens difíceis que atingiram, de forma muito particular, as suas identidades de gênero e de militantes, deixando, ainda hoje, feridas pouco cicatrizadas.

Sobre estas experiências, tais militantes revelaram, gradativamente, tanto os acontecimentos traumáticos, a exemplo das violências sofridas durante as sessões de tortura, quanto as suas atuações políticas, trazendo avaliações sobre estes passados, cujos sentidos estão ligados a uma vivência coletiva. Para tal, recorreram a relatos orais e escritos. Em alguns casos, através de autobiografias, estas últimas ainda escassas, ao contrário das memórias publicadas por militantes homens.

Nestas memórias, trouxeram testemunhos sobre as suas “trajetórias” aglutinando-as à experiência de uma *fração geracional*, concebida como *geração*, cuja característica principal, segundo estes relatos, é o altruísmo espontâneo. Pode-se falar, portanto, que estas memórias estão perpassadas por *pontos de solidificação* nas formas de lembrar, cuja base discursiva afirma a existência de um sentido de luta/resistência à ditadura, atrelado a um ideal que movia estes/s militantes, com o objetivo de realizar uma revolução que promovesse a “justiça social”. Em contrapartida, os diversos tipos de violência promovidos pelo Estado brasileiro são enfatizados, em especial no que se refere às torturas, mortes e desaparecimentos.

Estabelecendo uma conexão entre estas memórias está a identidade de grupo destas pessoas, cuja sensação de pertencimento é fortalecida pela ideia de que, no passado, o projeto

comum de revolução, baseado, sobretudo, na transformação política e social, foi sufocado pelos diversos tipos de violências perpetradas por agentes do Estado (com a conivência deste), resultando em situações que vão desde a entrada forçada para a clandestinidade ou a saída do país, até os casos de prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Esta é, então, uma identidade reinventada com base na dor de quem se sente atingido pela truculência da ditadura, mas também de quem entende ter tecido diversos tipos de resistência individual e coletiva ao longo do tempo, inclusive no que se refere à busca por verdade e justiça.

Algumas destas narrativas revelam também a singularidade destas memórias no que se refere às suas impressões sobre a militância na Ação Popular, algo que pode indicar a presença de fissuras na memória deste grupo. Algumas destas mulheres, a exemplo de Derlei De Luca, também trouxeram em suas narrativas autobiográficas algumas recordações que revelam certa mágoa em relação a determinadas pessoas e grupos da sua organização. Neste caso específico, as questões da *luta interna* e do *racha* da Ação Popular se destacam nas memórias desta mulher na forma de críticas em relação a alguns dirigentes, que, segundo ela, destruíram a organização construída com carinho pelos militantes. É neste sentido, que a presença de discordâncias no interior deste grupo indica a divisão desta memória, apesar da sua coesão no que se refere à luta contra o esquecimento das atrocidades cometidas pela ditadura.

Por ser o resultado da enunciação ou da escrita de memórias femininas, tais narrativas autobiográficas trazem também algumas questões ligadas às suas vivências como mulheres, apresentando performances relativas tanto àquilo que era considerado por diversos setores da sociedade como transgressões políticas e de gênero, quanto as suas identificações com os padrões de comportamento esperado das mulheres da sua época, além das tentativas de manipulação das suas identidades de gênero durante as torturas.

Pode-se falar, então, da especificidade de gênero destas memórias, contextualizadas em diferentes situações de militância política na clandestinidade, algo que reinventou, em muitos casos, os seus lugares sociais, em termos de gênero, permitindo que a política fosse priorizada em detrimento, por exemplo, das atividades domésticas, relações afetivas, etc.

No entanto, dentre estas experiências, a maternidade foi a que se apresentou de forma mais complexa para grande parte destas mulheres, pois, apesar de reinventarem as suas *maternagens*, principalmente em função das dificuldades materiais e da perseguição promovida pela repressão, estas mulheres não conseguiram se desvincular do sentido atribuído ao papel de mãe, algo que, em muitos casos, fez com que optassem pelo abandono da militância, principalmente em momentos de desacordo com as suas respectivas

organizações e de aumento do cerco da repressão. Neste caso, o medo de serem presas com suas crianças, terem os seus filhos ameaçados em sessões de tortura, e/ou precisarem se afastar destes de forma abrupta, sem saber qual o destino dos seus rebentos, era constante e pesou em suas decisões. Isto as marcou de tal forma, que se fizeram notar nas suas memórias.

Derlei De Luca, por exemplo, precisou deixar o seu bebê de três meses nas mãos de uma mulher que mal conhecia em função de uma fuga, em Londrina, no Paraná, em abril de 1972. Esta experiência se faz presente em vários dos seus relatos, em especial na sua autobiografia, onde lembra de forma detalhada o período em que ficou afastada do filho. Este é um dos marcos da sua memória, juntamente com a sua entrada para a clandestinidade, em dezembro de 1968; a sua prisão, na cidade de São Paulo, em novembro de 1969; e a sua ida para o exílio, em junho de 1973. Tais momentos são perpassados na organização desta narrativa, em diferentes graus, pela perseguição promovida pela ditadura, afinal, esta é uma obra de denúncia.

A autobiografia de Derlei De Luca é organizada, então, a partir destes episódios. São eles que orientam a narrativa da sua militância na Ação Popular, apresentada de uma forma mais aprofundada em tal obra do que nos outros relatos que produziu. A seleção das experiências a serem compartilhadas seguiu, portanto, a seguinte lógica: o mergulho na clandestinidade, em dezembro de 1968; o contato com os métodos violentos da repressão e fortalecimento da sua identidade de militante, em novembro de 1969; o descenso da militância, a partir de abril de 1972; e o recomeço frustrado no princípio do seu exílio, em junho de 1973.

As narrativas de Derlei se apresentam, sobretudo, como memórias militantes de uma mulher que resgata a sua história para, dentre outros motivos, dar visibilidade à causa que passou a defender a partir da sua volta do exílio: a luta contra o esquecimento das violências cometidas pela ditadura, o esclarecimento das mortes de militantes no referido período e a devida responsabilização dos agentes da repressão.

Esta é uma nova forma de luta que, segundo ela, não se desvincula das batalhas do passado, e que pensa no futuro “para que não mais aconteça”. Para isto, juntamente com outras pessoas, integra e coordena o *Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça*, além de ter feito parte da *Comissão da Verdade do Estado de Santa Catarina (Comissão Paulo Stuart Wright)*, dentre outros grupos. Desta forma, reinventa, a cada dia, a sua militância, sendo uma das principais referências em termos de memória sobre a ditadura, em Santa Catarina, participando de atos públicos, dando palestras, entrevistas, buscando e compartilhando informações sobre companheiros mortos e desaparecidos, sobre a relação do

Estado com as vítimas, em suma, mantendo a memória que tem ajudado a construir no seu estado e no Brasil.

Estudar estas memórias, mais especificamente as autobiografias, tendo como principal objeto as memórias de Derlei De Luca, tornou possível o entendimento de que estas mulheres trouxeram à tona, através das suas lembranças organizadas, vivências singulares experimentadas num contexto histórico específico, que permitiu o aprofundamento da articulação entre experiências individuais e projetos coletivos. Para além desta pluralidade, o que estas mulheres têm em comum, além de pertencerem a uma mesma *fração geracional*, é a contribuição para a escrita da História por meio da análise das suas experiências e memórias, que, contextualizadas, permitem a compreensão da sutileza entre similaridades e singularidades.

Trabalhar com estas memórias permitiu também, ao longo desta pesquisa, o contato com uma complexa teia de desafios e superações que se mostrou, sobretudo, gratificante, tanto por ter-se a oportunidade de refletir sobre as ricas experiências políticas destas mulheres quanto por poder enxergá-las em sua humanidade. Vê-las para além do mito que vem sendo criado em torno “da mulher militante”, que encarna uma imagem e que deforma todas as experiências/memórias absorvendo-as em uma só.

Permitiu pensá-las para além da visão reducionista da “mulher masculinizada” com uma arma na mão, podendo enxergá-las como militantes (de organizações armadas ou não), companheiras de organização, esposas, filhas, mães. Vê-las em âmbito público e privado, em suas coerências e ambivalências. Produtoras de uma memória específica que, em toda a sua pluralidade, ao mesmo tempo em que se afasta, se aproxima de uma “memória masculina”. Mas, isto já é uma outra história, na qual se busca mergulhar em futuros horizontes de pesquisa.

Por fim, compreende-se também que são vivências como as de Derlei Catarina De Luca e destas outras mulheres que, tanto no âmbito da construção de memórias quanto no fazer historiográfico, podem ressignificar e ampliar as belas palavras de Cecília Meireles quando esta afirma que “A vida só é possível reinventada”.

FONTES

IMPRESSAS:

AUTOBIOGRAFIA PRINCIPAL:

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Do autor, 2002.

OUTRAS AUTOBIOGRAFIAS E LIVROS DE MEMÓRIAS:

AZEVEDO, Ricardo. **Por um triz**: memórias de um militante da AP. São Paulo: Plena, 2010.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do exílio**: de muitos caminhos, Brasil 1964-19???. São Paulo: Livramento, 1978.

COSTA, Albertina de Oliveira et. al. (Org.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

FALCÓN, Yara. **Mergulho no passado**: a ditadura que vivi. Maceió: Livro Rápido, 2007.

FREIRE, Alipio et. al (Org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

JOSÉ, Emiliano. **Galeria F**- lembranças de um mar cinzento. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

_____. **Galeria F** – lembranças de um mar cinzento. Segunda parte. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

GARCIA, Maria Lúcia Resende. **Geração 60**: geração esperança. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

GUIMARÃES, Marília. **Nesta terra, neste instante**. Rio de Janeiro: Ebendinger., 2000.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LIMA, Solange Silvany Rodrigues. **De pouso em pouso**: em busca do repouso prometido. Salvador: Mosteiro de São Bento, Bahia, 2010.

MELONI, Catarina. **1968**: o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

MORAES, Jô. **Uma história para Érica**: fragmentos da vida sob a ditadura militar. Belo Horizonte: [s.n.], 2002.

PATTERSON, Rui. **Quem samba fica**: memórias de um ex-guerrilheiro. Salvador: EGBA, 2011.

VALADARES, Loreta. **Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

REVISTAS:

Istoé, 11 de fevereiro de 1981.

Realidade, maio de 1966, junho de 1968.

OUTRAS:

GUISONI, Divo (Org.). **Livro Negro da ditadura militar**. Edição Fac-símile. São Paulo: Anita; Fundação Maurício Grabois, 2014.

REIS FILHO, DANIEL AARÃO; SÁ, JAIR FERREIRA DE (Org.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol... In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

FONTES DIGITAIS:

AUDIOVISUAIS:

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Depoimento de Derlei Catarina de Luca**. São Paulo: 01 de setembro de 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=F-zPgVNsSXE>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

LIRA, Susanna. **Mulheres em luta**. Rio de Janeiro: Modo Operante Produções, 2014. Acesso em: 16 jun. 2014.

LUCA, Derlei Catarina de. Depoimento concedido à novela **Amor e Revolução**, 2011. Disponível em: < <http://www.sbt.com.br/amorerevolucao/depoimentos/?c=333>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

Murat, Lúcia. **Que bom te ver viva**. Rio de Janeiro: Taiga Produções Visuais LTDA; Fundação do Cinema Brasileiro, 1989. 1 vídeo-disco (100 minutos): NTSC: son., color.

NOGUEIRA, Rose. Depoimento concedido à novela Amor e Revolução, 2011. Disponível: <<http://www.sbt.com.br/amorerevolucao/depoimentos/?c=153>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

SPEROTTI, Andrea; CASTAGNA, Silvia; ANECHINNI, Paolo. **Derlei - Un'altra memoria veneta in Brasile**. Luci nel Mondo: 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ICpwa2KBwos>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

VIEIRA, Mayara. **Eu faço parte desta história**. Florianópolis: 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3sKI5s49DFY>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

WEXLER, Haskell; LANDAU, Saul. **Brasil: um relato de tortura**. Chile, 1971. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6aUu-zGGg08>. Acesso em ago 2014.

JORNAIS:

Jornal Zero, Florianópolis, abr. 2008. Entrevista, p. 3. Disponível em: <http://blogdozero.files.wordpress.com/2008/05/pg03_abril.pdf>. Acesso em 27 dez. 2009.

Jornal Zero, Florianópolis, abr. 2008. Entrevista, p.4. Disponível em: <http://blogdozero.files.wordpress.com/2008/05/pg04_abril.pdf> Acesso em 14 abr. 2014.

Correio da Manhã, 8 de janeiro de 1970. Disponível na Hemeroteca Digital. Acesso em jun de 2014.

Folha de S. Paulo, 21 de junho de 2005. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/06/21/2/>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

O Estado de São Paulo. Acervo digital.

O globo, 16 de janeiro de 1981. Imagem exibida na série *Mulheres em luta*.

LIVROS DE MEMÓRIAS:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Infância roubada**: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Repressão e direito à resistência**: os comunistas na luta contra à ditadura (1964-1985). São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à memória e à verdade**: luta, substantivo feminino. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

SOUZA, Fernando Ponte de; MENDONÇA, José Carlos; CÔRREA, Valcionir. **Memória viva**: relatório I. Florianópolis: Em debate, 2012. Entrevista 4, p. 99-108.

REVISTAS:

Rogate, nº 210, p. 3-8, mar. 2003. Disponível em: <
http://rogate.org.br/Edicoes%20anteriores/PDF/210_Marco03.pdf>. Acesso em: 14 abr 2014.

Veja (novembro e dezembro de 1968, novembro de 1969). Disponível em:<
<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 23 maio 2014.

CORREIO ELETRÔNICO:

Mensagem enviada à autora, por Catarina Meloni, em 24 mar. 2014.

Mensagem enviada à autora, por Derlei Catarina de Luca, em 09 jun.2014; 30 jun. 2014; 08 jul. 2014; 29 jul. 2014; 29 out. 2014; 08 dez. 2014; 02 fev. 2015; 13 fev. 2015; 24 fev. 2015.

Mensagem enviada à autora, por Maria Lúcia Garcia, em 02 abr. 2014.

OUTROS:

FERREIRA, Muniz; SOUZA, Sandra da Silva. Especial Loreta Valadares. **Revista Dialética**, v. 3, n. 3, jun. 2012.

FRAGA, Plínio. Infância banida. **Revista Zum**, 20 jun, 2013. Disponível em: <
<http://revistazum.com.br/revista-zum-3/infancia-banida/>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

JOSÉ, Emiliano. Ditadura: cerco, prisões, torturas e mortes na Bahia. **Perseu**, edição especial, ano 8, 2014.

LAMBRANHO, Lúcio. “Vale a pena lutar pela verdade”, diz Derlei de Luca, ex-presa política, **Notícias do Dia**, 31 mar. 2014. Disponível em:
<<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/155319-vale-a-pena-lutar-pela-verdade-diz-derlei-de-luca-ex-presa-politica.html>>. Acesso: 06 mai. 2014.

LEMOS, Lucas. “Os adolescentes são cruéis”, relata Derlei. **Canal Içara**, 28 maio 2012. Disponível em: < <http://www.canalicara.com/cotidiano/os-adolescentes-sao-cruéis-relata-derlei-13715.html>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista concedida à Walmir Matos, **Rádio AL**, 04 de setembro de 2014. Disponível em:
<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/derlei-catarina-de-luca>. Acesso em 03 dez. 2014.

PALMAR, Aluizio. As meninas de Ibiúna. 152 fotografias das estudantes presas no Congresso de Ibiúna. **Documentos revelados**, 05 abr. 2014. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/as-meninas-de-ibiuna-152-fotografias-das-estudantes-presas-no-congresso-de-ibiuna/>. Acesso: 07 abr. 2014.

RAMOS, Rony. “Quero perguntar onde está o corpo do Paulo Wright”, diz Derlei sobre encontro com torturador. **Agência AL**, 01 set. 2014. Disponível em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/quero-perguntar-onde-esta-o-corpo-do-paulo-diz-derlei-de-luca-sobre-encontr. Acesso: 04 set. 2014.

ROLLEMBERG, Eliana. Entrevista concedida à Beatriz Pasqualino, **Rádio Agência**, em 01 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/audio/can%C3%A7%C3%B5es-da-resist%C3%Aancia-lembra%C3%A7as-da-luta-da-militante-eliana-rollemborg>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

SALVADOR, Paula. *A mulher que traz as marcas da repressão*. Curso de Jornalismo da UFSC, Atividade da disciplina de Edição. Jun 2012. Disponível em: <<http://issuu.com/paulasalvador4/docs/memoria>>. Acesso em 03 dez. 2014.

SANTOS, Vítor. Fé, prática cristã e lealdade ajudaram Derlei de Luca resistir à tortura. **Agência AL**, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/fe-pratica-cristae-e-lealdade-ajudaram-derlei-de-luca-resistir-a-tortura>. Acesso em: 03 dez. 2014.

TRUZ, Igor; CALIXTO, Dodô. ‘Estava na cadeira do dragão quando o torturador se masturbou e jogou esperma em mim’, relata ex-presa política da ditadura. **Opera Mundi**, 22 dez 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/38929/estava+na+cadeira+do+dragao+quando+o+torturador+se+masturbou+e+jogou+esperma+em+mim+relata+ex-presa+politica+da+ditadura.shtml>>. Acesso em 05 jan. 2015.

XAVIER, Cezar. Depoimento de Derlei dimensiona as arbitrariedades da ditadura. **Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois**, 03 set. 2014. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=28&id_noticia=13301>. Acesso em: 25 nov. 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: Schwarcz, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-409, v. 4.

ALVES, Iracélli da Cruz. **A política no feminino**: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil - Seção Bahia (1942-1949). 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. Tradução Jacy Alves de Seixas. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto (re)velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Escuta, 1994.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**, v. 11, nº 31, p. 9-34, 1998.

BACK, Lilian. A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP. In: **Perseu**, n.7, ano 5, p. 11-39, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Walternsir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Andréa. **Resistência cor de rosa-choque**: militância feminina no Recife, nos anos 1960. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BARBOSA, Sandra. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: Edufba, 2013.

BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 607-639.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BRITO, Antonio Maurício Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, Célia Costa. **O estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)**. Aracaju: EDUFS, 2014.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História- Brasil, 1954-1964**. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.

_____. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

_____. Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes e o Massacre da Chácara de São Bento (1960-1970). **História Oral**. Rio de Janeiro, v. 15, p. 193-216, 2012.

_____. Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência. **Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, v.20, p.237-267, 2013.

_____. 50 anos depois: Discursos de memória e Reconstruções históricas sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Brasileira. In: LOFF, Manuel; SOUTELO, Luciana; PIEDADE, Filipe (Org.). **Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória**. Coimbra: ALMEDINA, 2015, v. 1, p. 375-402.

_____. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil. **Revista da Faculdade de Letras**. Série de História. Universidade do Porto. v. 4, p. 33-49, 2014.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CRUZ, Jaíza Pollyanna Dias da. **“Ou isto ou aquilo”**: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? **História: questões & debates**. Curitiba: UFPR, v. 18, n. 34, p. 201-222, 2001.

_____. **A face feminina da militância clandestina de esquerda: Brasil anos 1960/70**. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. 2002. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

_____. **Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Reginaldo. Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná. **Revista de História Regional** 4(2): p. 61-91, 1999.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 223-240.

DINIZ, Debora. Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 231 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra**. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal – RN. Anais da Anpuh Nacional, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf. Acesso em: 15 jul 2014.

DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, CARLOS. **Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. 333 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado**: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Os processos de Anistia política no Brasil: do perdão à “reparação”. **Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 39, n. 1, p. 38-48, 2008.

_____. **O preço do passado**: Anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GUSDORF, Georges. Condiciones y límites de la autobiografía. **Suplementos Anthropos**, Barcelona, v. 29, p. 9-18, dez. 1991.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Michael. História Oral: os riscos da inocência. In: **O direito a memória: Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 157-160.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. **História UNISINOS**, v.8, n. 10, p. 143-156, jul.-dez. 2004.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI, 2002.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Dossiê gênero, feminismos e ditaduras**, n. 21, p. 78-88, 2009.

_____. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo. (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone-Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. 6. ed. São Paulo: Global, 1981.

KOERICH, Josiély. Mulheres militantes na ditadura militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis: V. 8, n. 1, p. 86-104, 2014.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 166- 182.

MACHADO, Vanderlei. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mãe de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. **História Unisinos**, v. 17, n. 2, p. 179-188, maio/ago 2013.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas (uma história dos anos 60)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar. **História Oral**, v.8, n.2, p. 61-76, jul./dez, 2005.

MARTIN FILHO. João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**. UFMG, nº 28, p. 01-18, dez. 2002.

MESTRE, Marilza Bertassoni Alves. **Mulheres do século XX**: memórias de trajetórias de vida, suas representações (1936-2000). 2004. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina**, [s.l.],[s.n.], 1984.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construtivismo social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**. [S. l.], n. 112, p. 137-153, mar. 2001.

_____. **Feminismo e discurso de gênero na psicologia social**. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%25C3%25A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. de 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PAIVA, Maurício. **Companheira Carmela**: a história de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **História Oral**, [S.l.], v.12, n.1-2, p. 103-128, jan./dez., 2009.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, [S.l.], v. 3, p. 117-127, 2000.

PERROT, Michelle. Introdução. In: **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005, p. 09-26.

_____. Práticas da memória feminina. In: **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005, p. 33-43.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Monique Augras. ROCHA, Dora (Ed.). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. Tradução Monique Augras. **Estudos Históricos**. [S.l.], v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, v.01, n.02, p. 59-72, 1996.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

RAGO, Margareth. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri. **História Oral**, v. 05, p. 29-44, 2002.

_____. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff (Org.). Florianópolis: Mulheres, 2010.

_____. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013.

REIS, Débora Ataíde. **Reinventando a vida**: autobiografias de mulheres que militaram na Ação Popular (1968-1973). 2012. 114 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, BA.

_____. **Autobiografia e memórias femininas: (re)construções da militância na Ação Popular.** Comunicação apresentada no *III Seminário de História Política*, Universidade Federal da Bahia, 2013.

_____. **Tanto “no corpo” quanto “na alma”:** uma análise de memórias femininas acerca da(s) experiência(s) de tortura. Comunicação apresentada no I Encontro de Pesquisadores em Ditaduras, Universidade Federal da Bahia, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Bruno. **Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Revista de Sociologia. São Paulo, p. 113-128, jul.-dez. 1990.

_____. REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: **História do marxismo no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2002, v. 05, p. 213-282.

_____. **O fantasma da revolução brasileira.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos:** a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias:** “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 193-200.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun., 2005.

SANTANA, Cristiane Soares de. **Maoísmo na Bahia (1967-1970).** 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, ano III, n. 5, p. 101-10, dez. 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHLATTER JR., Sérgio L. Ação Popular em Santa Catarina – uma história entre afetividades e militâncias. **Revista Santa Catarina em História.** Florianópolis, v.5, n. 2, 2011.

SCHWARZSTEIN, Dora. Historia oral, memoria e historias traumáticas. **História Oral**. [S.l.], v. 4, p. 73-83, 2001.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em: 20 out. 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**. São Paulo, p. 71-98, 2005.

_____. Narrar o trauma- a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 01, p. 65-82, 2008.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Os escritores da guerrilha urbana**: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; FERREIRA, Priscila Von Randow. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. In: **Fazendo o gênero 9**: diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901_ARQUIVO_TrabalhocompletoFazgeneroMaternidadeenviado.pdf>. Acesso: 10 dez.2014.

VEIGA, Ana Maria. Um território a ser definido: corpos, gênero e ditaduras. **Revista de História Comparada**, v. 3, n. 2, p. 1-23, 2009.

VERÍSSIMO, Marise da Silveira. **Marias do Socorro** – mulheres presas, mulheres torturadas. 1998. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WEINTRAUB, Karl J. Autobiografía y conciencia histórica. Tradução Ana M. Dotras. **Suplementos Anthropos**. Barcelona, v. 29, p. 18-33, dez 1991.

WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

_____. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade nos discursos dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **AEDOS**, [S. l.] v. 5, n.13, p.117-131, ago/dez 2013.

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – PR (1964-1969)**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR.

ZIMMERMANN, Tânia Regina; MEDEIROS, Márcia Maria de. Biografia e gênero: repensando o feminino. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 31-44, 2004.